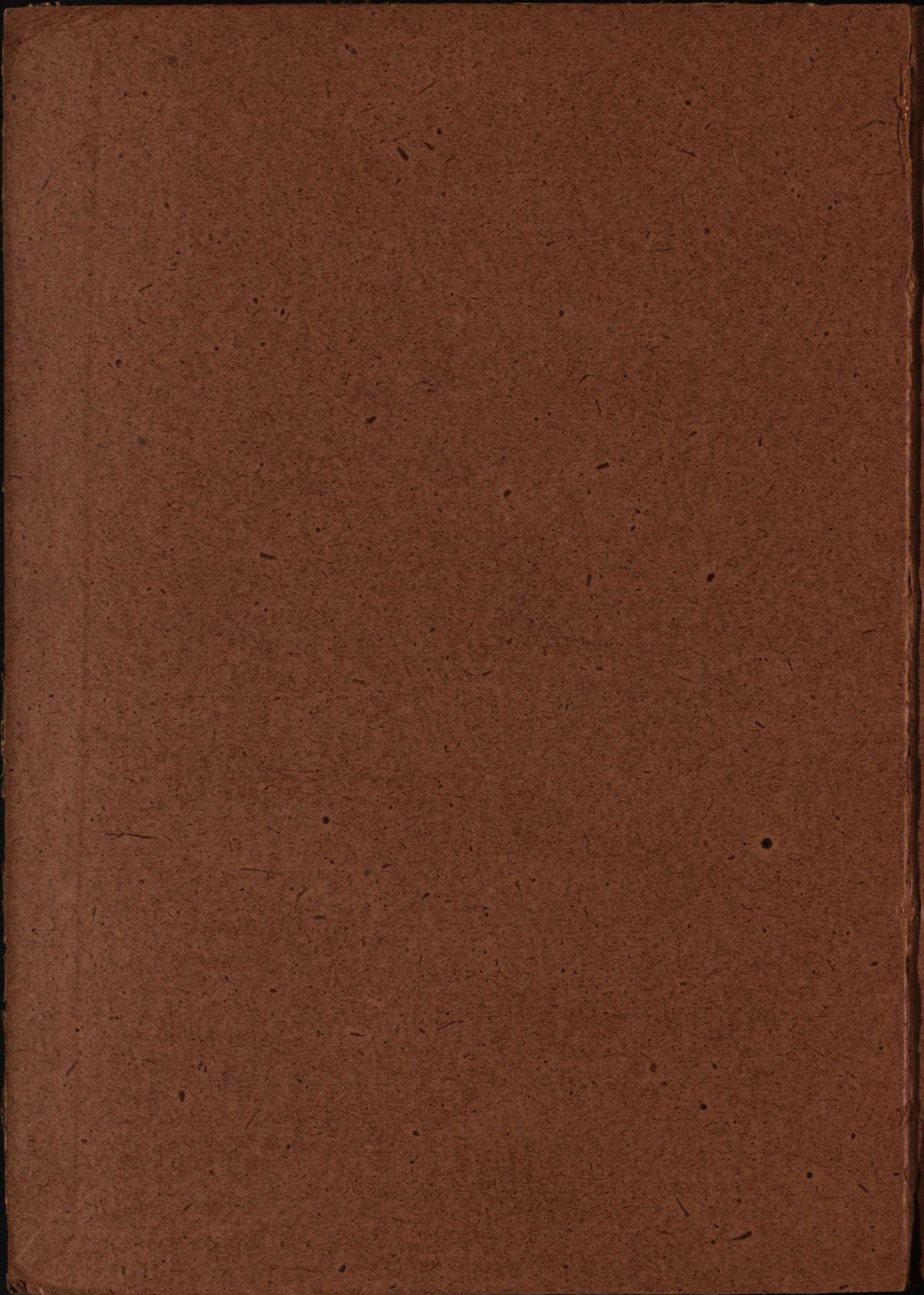


O Trabalho B.M.
3541
1870

GHC
4



BIBLIOTECA NACIONAL
5360
GUC 511.4

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO



Coimbra, 17 de Março

O TRABALHO é um jornal modesto. Os apóstolos que nelle evangelizam são obscuros e sem nome; mas vale muito, porque são nobres, elevadas e sanctas as doutrinas que defende e propaga. Os dias da auctoridade pessoal estão contados. Firmado na verdade das suas idéas e em convicções sinceras e profundas, vem a publico fortalecido com a maior coragem e resignação, ainda que por vezes a força do operario, nas luctas da sciencia e do estudo, não possa corresponder a todas as suas aspirações elevadas e sempre generosas.

Emprehendendo esta humilde publicação, fôra nosso intuito: Dedicar ao trabalho e estudo algumas horas vagas, promovendo assim a nossa propria instrução e desenvolvimento: Esclarecer o povo, os homens pobres de conhecimentos, indicando-lhes um melhor futuro e remedio para os seus males, fazendo-os conhecer o que são, o que valem e qual o seu destino, obrigações e direitos: Combater falsas idéas e instituições caducas, que a civilização e o progresso não podem aceitar, substituindo-as por outras mais justas, necessarias, verdadeiras e em harmonia com a natureza humana. Aos homens de sciencia e illustração, a quem os nossos escriptos serão de pouco ou nenhum auxilio, não é dirigido o nosso trabalho.

Aos mestres pedimos alento, conselho e protecção, a todos benignidade e acolhimento. Temos certeza de que não será necessario declarar que, ouvindo a voz da consciencia, seguiremos sempre caminho pela senda da verdade e da justiça. O erro, o desvairamento que houver, será filho da nossa incompetencia e nunca de quaesquer contemplações, paixão ou interesses illegitimos.

Só nos fazem justiça aquelles que reconhecerem que as nossas intenções não carecem de pureza e sanctidade.

Alumiados pela luz esplendida da razão, protegidos pela força invencivel da justiça, da moral e do direito, alimentados pelo estudo e reflexão, animados pela coragem e consolação d'uma consciencia austera, teremos por aspiração incessante e desejo fervoroso — o maior bem, o maior progresso de cada um e de todos. Apóstolos decididos e intrepidos da liberdade, d'esse sublime attributo do homem, que forma a sua completa e verdadeira autonomia, não cessaremos de o proclamar em todas as suas grandiosas manifestações, como defende-

remos todos os demais principios e leis que regem o homem, como individuo e membro da sociedade.

Não podemos transigir com os abusos e aberrações sociaes, com practicas inveteradas, absurdas e anti-progressistas, com certas idéas falsificadas e costumes corrompidos, que o tempo, as tradições e os habitos incarnaram no viver dos povos, ainda que respeitamos todas as opiniões, para que respeitem as nossas, e porque a tolerancia e liberdade de pensamento são principios por nós venerados e reconhecidos. Logo que surja o sol da instrução e da virtude, os prejuisos e formulas illusorias sem fundamento legitimo hão de ser dismanteladas e obstruidas, cedendo o logar a instituições não ficticias, baseadas nos merecimentos, na justiça e no direito. O amor do genero humano, o auxilio reciproco e constante, a dedicação desinteressada pela causa publica, a paz e harmonia entre os homens, todas as virtudes sociaes e domesticas, — eis os desejos e sentimentos sinceros dos nossos corações juvenis.

Queremos que se melhore a sorte de todos, e neste intuito trabalharemos para que sejam aliviados e protegidos os que soffrem.

Sois exaltados e revolucionarios, sonhaes, as vossas idéas não podem ter applicação, — exclamam os timidos conservadores e os inimigos da luz e do progresso, que tudo esperam do passado e nada do futuro.

Sabemos distinguir a theoria da practica e medir a distancia que ás vezes existe entre o principio e a sua manifestação no viver dos povos. Mas, se as nossas idéas são verdadeiras, por que não devemos trabalhar para que taes doutrinas se observem e realizem cada vez mais? Ha muitas theorias e reformas, que não só se podem applicar, mas até é urgente que sejam practicadas. Pois devemos esquecer os bons principios, as melhores theorias, só porque hoje se não podem realizar todas?... Sonhamos, porque cremos na lei irresistivel do progresso indefinido, na perfectibilidade sempre crescente do genero humano e nestas aspirações ardentes das nossas almas. Muitos, que noutro tempo sonharam, se hoje existissem, veriam contentes que os seus sonhos eram realidade.

Chamaes-nos exaltados? Por que não demonstraes antes a falsidade das nossas doutrinas, a improcedencia da argumentação e o vicioso encadeamento dos nossos raciocinios?... Somos revolucionarios, mas não queremos o derramamento de san-

gue, nem as luctas fratricidas, nem os louros que se alcançam nos campos da batalha, galgando montões de cadaveres: somos revolucionarios, mas aos arsenaes oppomos a officina do artista e a casa da eschola; aos acampamentos, o campo do agricultor; aos exercitos permanentes, os terrenos incultos e as obras publicas; á voz da força oppomos a força do direito; aos instrumentos bellicos e mortiferos, os utensilios da officina e da lavoura; aos exercicios militares, as exposições industriaes; ás evoluções das esquadras e ás conquistas, a fraternidade das nações e o commercio. Somos revolucionarios nas idéas e na instrucção, pela palavra e raciocinio, com o trabalho, virtudes e exemplo.

Somos exaltados, porque buscamos a maior satisfação das pretensões da natureza humana e não queremos privilegios, nem falsas distincções; porque pugnamos pela emancipação de todas as *classes*, pelos direitos individuaes e soberania do povo, real e não sophismada; somos exaltados, porque detestamos a corrupção e o despotismo, seja politico, seja religioso, porque defendemos a egualdade e combatemos o nivelamento, o communismo, a demagogia, e procuramos remedio para a miseria e ignorancia, para a superstição grosseira e fanatismo estúpido; somos exaltados, porque só respeitamos as virtudes, a illustração, os merecimentos e o trabalho, realesas verdadeiras e não enganadoras.

O trabalho é a redempção do homem, lei indeclinavel, imperiosa e universal, fonte de todo o engrandecimento, causa das virtudes, alegria e riqueza, condição impreterivel no conseguimento do destino humano. É melhor sermos assim exaltados, que malbaratar a vida e as forças em defesa de instituições antiquadas, que a civilisação rejeita, porque são moldes acanhados e imperfeitos para as aspirações e desenvolvimento do seculo.

É certo que os nossos desejos e empenho nem em tudo serão realizados, mas a nossa cruzada ha de ter continuadores. Por mais prolongadas que sejam as luctas, por mais fortes que sejam as contrariedades, a verdade e a razão hão de triumphar. A ordem natural das cousas é mais poderosa que a resistencia illegitima dos homens. As leis e instituições que contrariam a natureza do homem não podem subsistir, por mais que se defendam. A mudança nos costumes publicos, nos habitos, nas idéas e organização social, se não se opéra durante a vida d'um homem, que é rapida e fugitiva, effectua-se no passar das gerações e no volver dos seculos. Não queremos o bem que se consegue de repente á custa de grandes e terriveis males.

A vida do genero humano é uma cadeia immensa que não tem soluções de continuidade. Uma hora na vida d'um homem é mais tempo que um seculo na existencia do mundo; porisso confiemos sempre. Pelo menos trabalhemos para o futuro como para nós trabalhara o passado, que, errando ou acertando, é sempre mestre e causa de progresso.

Não somos filhos ingratos para rejeitar o passado, ao qual devemos muito do que somos. Rejeitando o exemplo dos vandalos, não destruimos sem melhorar. Somos chegados a uma época de transformação. As novas idéas alargam todos os dias as suas conquistas. Infelizes aquelles que offerecerem o peito á torrente. Portugal deve mostrar, como sempre, que não é indifferente a estes movimentos, que tendem a melhorar a sorte das nações.

É urgente que nos dediquemos todos á causa de todos; é necessario que a firmeza da crença não seja abalada, nem o amor pervertido, nem a esperança desvanecida, nem a virtude despresada.

O egoismo é a morte do bem-estar social.

A indifferença é a negação mais completa de todos os foros e prerogativas que adornam o ente racional e livre, e repugna com todos os principios, sentimentos e affectos que regem e determinam o homem, emanação e imagem de Deos sobre a terra. Queremos a regeneração do povo pelo povo, pedimos descentralisação, rejeitamos todas as tutelas e restricções desnecessarias e odiosas, que esmagam e atrophiam a actividade livre dos cidadãos. Na apresentação das nossas idéas hemos de respeitar sempre as pessoas, ligando-nos sómente aos principios, aos factos, ideas e instituições. Discutimos, não insultamos. Teremos para todos caridade e respeito; ás vezes severos, mas nunca injustos. Em presença de melhores provas não duvidamos modificar as nossas opiniões.

Aos adversarios, que se apresentarem em termos desconvenientes ou em campo inaceitavel, difficilmente responderemos. A nossa linguagem será clara e simples para que todos a entendam. Aceitamos coadjuvação de todos os homens que sympatisarem com as nossas idéas e nos queiram auxiliar. Resolutos e firmes, hemos de supportar qualquer adversidade.

Primeiro que tudo, e sempre, a verdade: d'este modo a Providencia ha de proteger e abençoar o nosso TRABALHO. *Custodio de Almeida.*

Democracia e Demagogia

Estamos atravessando uma epocha de transformação social. Os velhos erros dissipam-se todos os dias; as verdades novas propagam-se por toda a parte.

Sobre as ruinas das antigas instituições levanta-se o edificio da democracia magestoso e forte, porque assenta sobre a justiça.

Os principios de liberdade, egualdade e fraternidade adquirem diariamente grande numero de adeptos, espalham-se entre as multidões com a rapidez da electricidade; não ha intelligencia esclarecida que os não abrace, consciencia recta que os não approve, coração generoso que os não ame.

A bandeira da democracia é a bandeira da paz e da ordem; não da ordem estabelecida pelos despo-

tas sobre montões de cadaveres, mas fundada sobre a instrucção e moralidade do povo, sobre o cumprimento dos deveres civicos.

Emquanto não fór garantido o exercicio completo dos direitos individuaes, não pode haver paz na sociedade.

A oppressão provoca a resistencia; ás violencias e arbitrariedades dos governos correspondem mais tarde ou mais cedo as revoluções dos povos, que em ultimo recurso empregam a força para defender o seu direito.

Não venham os amigos do passado dizer-nos que a democracia nos conduz á desordem, á anarchia e á dissolução social, porque o verdadeiro governo democratico tem por principal fim garantir entre os cidadãos o respeito mutuo de todos os direitos.

Nós, os democratas sinceros, conhecemos bem a differença que ha entre liberdade e anarchia. A liberdade é a luz brilhante e benefica, a anarchia é incendio devastador e sinistro; a liberdade é a brisa que purifica a atmospheria social, a anarchia é a tempestade popular, que em um momento destróe tanto a planta parasita como a arvore fructifera, tanto a rosa como o cardo.

Nós, os democratas sinceros, distinguimos perfeitamente a egualdade do nivelamento. — A egualdade é o respeito dos direitos individuaes e o cumprimento dos deveres impostos pela sociedade, o nivelamento é a confusão d'esses direitos e deveres; a egualdade presta homenagem á virtude, ao talento e á sciencia, o nivelamento considera eguaes em tudo o virtuoso e o malfeitor, o genio e a mediocridade, o sabio e o ignorante, o heroismo e a degradação; a egualdade é a justiça, o nivelamento a maior das iniquidades.

Nós, os democratas sinceros, medimos emfim a distancia que ha entre o communismo e a fraternidade. — Esta é um sentimento espontaneo do coração, aquelle um systema artificial contrario ás tendencias da natureza humana; a fraternidade protege a desgraça, o communismo favorece a ociosidade; o communismo é a guerra geral e constante, a fraternidade é a paz universal e perpetua.

Quando os partidarios da monarchia nos pintarem no seu estylo lacrimoso e tetrico as calamidades e horrores da republica, exporemos ao povo com toda a franqueza o nosso programma politico e social, tornando-lhe bem saliente a differença entre os principios democraticos e os desvarios demagogicos. Liberdade, egualdade e fraternidade, eis a *democracia*; anarchia, nivelamento e communismo exprimem-se pela palavra — *demagogia*.

Os nossos adversarios, confundindo as ideias com os abusos, apresentando como consequencia das instituições republicanas o que apenas é resultado de circumstancias especiaes, recorrem ao argumento que lhes parece mais forte — os cadafalsos de 93, levantados pelos instinctos sanguinarios de Robespierre e de Marat.

Estudando-se porem a historia da grande revolução, ver-se-ha que ella foi generosa no seu principio. O povo francez proclama os direitos do homem, destróe a Bastilha, applica todos os seus esforços na regeneração da França, levantando-a do aviltamento a que a tinha levado o monarcha; e no meio do seu entusiasmo chega a saudar os seus oppressores, acreditando nos protestos de arrependimento com que se pretendia encobrir o odio ás novas ideias. O povo foi clemente com os seus antigos verdugos; quando porem conheceu que as palavras de affecto e os juramentos do rei eram um laço armado á sua boa fé, constituiu-se em juiz dos seus tyrannos, e a morte de Luiz xvi foi a expiação da longa serie de crimes da sua dynastia. Foi uma sentença cruel, porque a morte d'um homem inspira sempre horror; mas ninguem dirá que Luiz xvi era innocente, nem que a realza era immaculada de crimes.

A revolução estava ameaçada pela guerra estrangeira, pelas conspirações da côrte e da nobreza, pela opposição dos padres, que fanatisavam o povo dos campos: para se salvar teve de empregar meios energicos.

Se na revolução franceza houve excessos, que todas as almas bem formadas reprovam, foram elles em grande parte provocados pela reacção. Alem d'isso os excessos acompanham sempre todas as revoluções, quaesquer que sejam as ideias que proclamem. O fanatismo pela monarchia ou pela republica, pela religião ou pela liberdade leva os homens a exercer violencias cruéis e a praticar toda a qualidade de injustiças: é sempre funesto nos seus resultados. As instituições politicas não devem ser julgadas nas epochas de perturbação social; só podem ser apreciadas imparcialmente no estado normal da sociedade.

Nós não queremos combater a monarchia com os erros, com os abusos, com os crimes e com as atrocidades, que ella commetteu durante muitos seculos: seria isso muito facil; mas entendemos que qualquer systema ou instituição deve ser atacado no campo philosophico e só accidentalmente no historico. Não se condemna um principio, porque não tem sido bem comprehendido, ou porque os homens, imperfeitos e frageis por natureza, têm abusado na applicação d'elle. É este o procedimento dos homens que argumentam de boa fé em defeza das suas convicções; é assim que os republicanos sustentam os seus principios, empregando as armas da razão e da sciencia, fugindo da calumnia e do doesto. Somos severos na guerra que movemos contra o passado, mas respeitamos sempre os seus apologistas. Outro porém é o caminho seguido pelos amigos da reacção. Na boca d'estes religiosos e circumspectos varões os republicanos são homens sem crenças religiosas, inimigos da ordem e da prosperidade social, monstros sedentos de sangue. A republica, dizem elles, é a extincção da propriedade, a violação

do domicilio, a morte e a impiedade. Isto é completamente falso. A republica assegura a todas as religiões o livre exercicio do seu culto, porque a religião brota espontanea do coração. A republica chama todos os cidadãos ao exercicio da soberania por meio do suffragio universal directo. A republica proscree todos os privilegios fundados no nascimento ou na riqueza, e respeita unicamente o merito real da virtude e do talento. A republica reconhece a propriedade e garante a liberdade do trabalho. A republica acaba com os desperdicios e applica em melhoramentos uteis ao commercio e á agricultura as grandes sommas que nos governos monarchicos se dispendem nessas festas esplendidas, que tão notavelmente contrastam com a fome e nudez do proletario. A republica restitue á industria os milhares de braços que tão inutilmente lhe roubam os exercitos permanentes: funda-se a democracia nos principios da Philosophia do Direito e por isso não carece para se conservar de baionetas assalariadas; nos paizes livres os cidadãos mantêm o socego publico e sacrificam a sua vida no altar da patria no caso d'uma invasão estrangeira. A republica, emfim, proporcionando a todos a instrucção, inspira ao povo o sentimento da dignidade humana.

Para nós são sagrados os laços do sangue: amamos a familia como a escola em que recebemos as primeiras ideias; como o sanctuario aonde murmurámos a primeira prece, talvez a mais pura e fervorosa da nossa vida; como o ponto em que se encontram todos os affectos, como o remanso plácido em que descansamos das fadigas diarias, e alliviamos o espirito do peso dos desgostos e desilhões inherentes á vida publica.

É esta a nossa democracia, muito differente da demagogia desvairada e do despotismo das massas, estúpido e feroz como o dos tyrannos. A verdadeira democracia é a unica forma de governo, que, segundo a nossa opinião, pode trazer remedio aos males, que hoje affligem a sociedade.

É preciso que estas verdades tenham entre nós apóstolos, como os têm na Hespanha, França e Italia; se não tão illustres, ao menos tão dedicados e entusiastas.

Se no parlamento portuguez não apparecem oradores como Julio Simon, Pelletan e Fabre, que opponham ás aberrações dos governos os salutaes principios democraticos; se nas nossas côrtes se não levanta uma voz, que advogue com a força do raciocinio e com o brilhantismo da palavra as ideias republicanas, como o faz nas constituintes hespanholas o sympathico e distincto orador Castelar, a mocidade felizmente tambem entre nós occupa o logar que lhe pertence na vanguarda da civilisação, e trabalha com ardor para que o nosso paiz tome parte na revolução social, que se vai operando na velha Europa.

A todos os nossos concidadãos, que tomam in-

teresse pelas coisas publicas, apresentamos estas reflexões suggeridas pela perspectiva pouco lisonjeira que nos apresenta o futuro da nossa nacionalidade.

Em tudo o que escrevemos, procurámos guiarnos pela luz da philosophia, animados pelo amor da patria e pela fé no progresso da humanidade.

Apresentámos resumidamente a doutrina democratica, em toda a sua pureza, como a comprehendemos; em artigos subsequentes falaremos dos diversos inimigos da causa popular, debellando-os segundo os nossos recursos o permittirem.

Caminharemos com firmeza pela senda que nos parece da justiça e da verdade, escudados pela força das crenças e sinceridade das intenções.

Fernando Chrysostomo.

A realeza em frente da razão

A realeza em frente da razão! Mas a realeza é a propria razão, erguendo-se como o sol acima de todas as almas, e fazendo estremecer como o magnetismo a fibra de todos os corações!

A realeza é a verdade e a justiça, que se levantam acima de cada organização, como a estrella acima das ondas do mar; e que planam acima do lodo social, sem manchar de leve a sua clamyde impolluta.

A realeza era a voz de Demosthenes, fazendo estremecer no throno o raptor das liberdades da Grecia.

A realeza era a palavra de S. Paulo, fulminando nas praças de Athenas o vicio e a idolatria.

A realeza era o nome de Raphael, atrahindo a Roma os artistas mais celebres do seu tempo, para se aquentarem ao sol d'aquelle grande genio.

A realeza estava na frente de Beethoven, que já em 1790 deslumbrava o proprio Mozart com o prestigio do seu talento.

A realeza era o cajado de Homero, desviando dos abysmos o maior astro da epopeia.

A realeza estava em Miguel Angelo, o genio da estatuaria e da pintura, que soube imprimir no marmore e na tela a vida e o sentimento.

A realeza está em tudo o que é grande, eterno e sublime por si mesmo; nas leis eternas e necessarias, que Deus implantou no coração de todos os homens; emfim, no talento e na virtude, na justiça e na verdade.

Não é porem esta a realeza de que temos de falar; e ainda bem!

Ainda bem; porque o talento e a virtude não podem combater-se, nem precisam de campeões, que os defendam: a sua força está no progresso que representam.

Ainda bem; porque desgraçados de nós, se o fogo dos vinte annos tivesse de escudar os astros que têm vencido as trevas do barbarismo, e que de-

vem cumprir a sua missão, sem precisarem de incenso nem de rhapsodias!

Desgraçados de nós, se fosse preciso balancear o thuribulo em frente d'aquella luz purissima, que deve, como a lampada celeste, estar continuamente acesa deante da humanidade!

O talento e a virtude são a unica realeza verdadeira; mas porisso mesmo realeza essencialmente democratica: não precisam de cortezãos que os venham adular, nem temem os aulicos conspirando nas trevas.

A realeza, que vamos estudar em frente da philosophia, é outra. Em lugar do genio que deslumbra como o sol, em lugar da virtude que sanctifica como a hostia, ha na frente d'esta realeza o sangue do seu passado de despotismo. Em lugar dos louros da civilisação ou do ramo de oliveira da paz productiva e creadora, estão sobre o estrado do seu throno as algemas de tantos seculos de escravidão, e quando muito a bandeira de sangue do campo das batalhas.

Não se funda no merecimento ou no trabalho: funda-se no berço onde se embalou, na familia que descende d'outra e d'outra, até entroncar-se talvez... no primeiro despota da humanidade.

A realeza do talento e da virtude tem medrado no orvalho benefico das crenças entusiastas e das aspirações elevadas; a realeza da monarchia, pelo contrario, tem-se regado dos prantos das gerações e nutrido das victimas da liberdade.

Mas a realeza, ou seja a luz ou as trevas, ou o principio do bem ou o principio do mal, não pode ser sentenciada sem processo: formar este processo é o nosso intento. Seja permittido ao fogo da mocidade entoar neste canto do mundo a Marselheza contra esse espectro do direito divino, que se ergue ainda como o phantasma do obscurantismo no seculo das luzes e da civilisação.

Digamos porem, antes de tudo, que nem levemente nos passa pela ideia cuspir qualquer affronta sobre a corôa de algum monarcha: planamos no campo dos principios, sem nos importarmos, como a aguia, dos accidentes do solo.

As circumstancias podem ainda hoje, e por algum tempo mais, pedir a monarchia; mas prégar a republica não é ser demagogo nem destruidor: é pelo contrario apostolisar a justiça e a verdade.

I

Digamos primeiramente duas palavras sobre as phases principaes por que tem passado a realeza; revolvamos as ruinas e destroços sobre que estão assentados os seus thronos, para podermos cantar-lhe a legênda do preterito ou entoar-lhe a elegia do porvir.

Não indagaremos porem da prioridade historica da republica ou monarchia. Embora os Indios, no dizer de Voltaire, tenham yolvido e revolvido as hypotheses d'esta questão quasi insolúvel, como to-

das aquellas que se perdem na noite dos tempos, para nós uma data pouco valor tem para julgar qualquer instituição.

Não cuidaremos tambem das transformações exteriores que tem soffrido a monarchia: pouco importa o involucro, quando permanece o mesmo corpo ou a mesma ideia.

Nada vale com effeito para o nosso intento saber que a primeira alteração na forma, que soffreu a monarchia, foi a suppressão da hereditariedade em Israel pelo estabelecimento dos juizes; que quatro seculos depois a monarchia de Athenas, hereditaria até então como todas as outras da Grecia, foi pela sua vez alterada pela criação do archontado perpetuo; que duzentos annos mais tarde Lycurgo submetteu a realeza de Athenas á syndicancia d'um senado de vinte e oito gerontes; que um seculo depois os archontes foram reduzidos a governadores decennaes; que na mesma epocha em que expirava em Athenas o archontado perpetuo, era esta forma de governo introduzida em Roma sob o nome de realeza; emfim mil outros factos, que pouco ou nada influem na ideia da entidade que estamos apreciando.

O que pretendemos, e basta saber, são as transfigurações salientes e principaes, que marcam, como as camadas geologicas, as grandes phases da realeza.

Essas grandes phases podemos reduzi-las a tres:

Na primeira, comprehendendo os governos dos tempos primitivos até os ultimos tempos do imperio romano, a realeza apparece-nos não como forma realizando um direito social, mas como o proprio direito ou, segundo diz, Henrique Baudrilart, como a lei viva, como o propria personificação do Estado.

A segunda, que vai desde os ultimos tempos do imperio romano até á revolução franceza, apresenta a realeza já como realisadora d'um principio superior: é com pequenas intercallações o periodo do direito divino.

Na terceira emfim, que data da revolução franceza até os nossos dias, a realeza tem sido forçada a reconhecer o grande principio da soberania popular, embora reaja contra elle a cada instante.

Examinaremos a leves traços cada uma destas phases.

(Continúa). *Adriano Anthero.*

Os missionarios

São as ideias que governam o mundo, porque são ellas que regem o homem.

As grandes transformações sociaes, que marcam ás edades na vida dos povos, são sempre o resultado d'este poder fecundo, e a ellas corresponde necessariamente uma revolução consideravel no dominio interior do individuo. O abalo, que teve lugar

na França ao finar-se o seculo passado, foi a consequencia dos esforços da philosophia para extirpar os antigos erros. Se os sceptros se abatiam á voz dos soldados de 89, é porque as ideias que os animavam, se iam desenvolvendo e communicando ás massas, até alli eivadas de uma inacção fatal; se os povos se agitavam enthusiasmados ao ouvir o canto da Marselheza, é porque esse canto era o hymno dos seus direitos, por tão longo tempo desconhecidos e tyrannizados!

Não ha povo que não desperte ao contacto d'este fogo eterno de Prometheu! Os pagãos deixaram os idolos pela doutrina de Christo. Insufflai no povo inerte do Oriente uma ideia nova, e vereis esse cadaver levantar-se como galvanizado, e rasgar as dobras da mortalha da ignorancia para saudar o novo dia.

Tal é a influencia poderosa da ideia. É pois natural que todos os poderes, que pretendem dirigir a sociedade, se esforcem por ensinar uma doutrina, que lhes assegure a obediencia dos povos. Com effeito, se a historia nos faz ver o elemento material da força, representando algumas vezes um papel importante no destino das sociedades, é certo que, ainda neste caso, a força pretendia basear-se em alguma cousa superior. «Le plus fort n'est jamais assez fort pour être toujours le maitre, s'il ne transforme sa force en droit et l'obeissance en devoir», dizia o illustre philosopho de Genebra. Os fundadores das antigas sociedades reconheciam já a existencia de um elemento, que actuava no homem com mais energia do que o braço potente do tyranno: assim vêmos alguns recorrerem ao maravilhoso e á inspiração sobrenatural para implantarem as suas instituições.

A dominação theocratica dos Gregorios, e dos Innocencios procurou legitimar-se no pretendido direito sobre todos os povos; e o poder odioso da monarchia absoluta escondia-se por detrás da mascara da *sciencia certa* e da *alta soberania* recebida immediatamente de Deus.

Qualquer d'estes dois systemas teve por defensores dedicados campeões, como attestam o livro de Joseph de Maistre e a *Politica tirada da Escriptura* de Bossuet. Qualquer d'elles tem ainda hoje os seus representantes, embora a sua existencia seja uma ironia viva deante da illustração do seculo.

Reservamos para outra occasião tractar das causas, que fazem com que estas duas potencias rivaes, entre as quaes se pelejaram as mais sanguinolentas pugnas, pareçam hoje andar unidas, pelo menos aparentemente, sem embargo da opposição dos seus principios.

Agora occupar-nos-hemos sómente dos prégadores das doutrinas ultramontanas. Não é dos Peltier, nem dos Veuillot, que vamos fallar: não são tão illustres os nossos heroes, mas são decerto mais perigosos, porque se dirigem aos fracos e aos simples. Também não temos o intento de traçar aqui a historia dos missionarios e da organização d'esta mi-

licia sagrada desde a fundação da Propaganda por Gregorio xv em 1662, nem de outras associações da mesma ordem, taes como a sociedade dos padres da missão fundada em França no seculo xvii, cujos membros são hoje conhecidos pelo nome de Lazaristas. O que nós queremos é prevenir o povo portuguez contra as insinuações d'estes prégadores da falsa ideia.

E não se julgue que vimos aqui aconselhar a perseguição: respeitamos a liberdade de consciencia como um sanctuario, que não deve ser profanado, e porisso queremos a sua manifestação debaixo de todas as formas; amigos intrepidos da liberdade, combateremos sempre a intolerancia em si, seja qual fór a doutrina a que ella se prenda. Mas é dever de todos os que têm amor aos principios, de todos os que amam a paz e a ordem, sem as quaes é impossivel o progresso, mostrar que os que se dizem apóstolos da sublime ideia do Christo, esqueceram a sua missão para curarem dos seus interesses, e resuscitarem um passado que é o maior dos anachronismos.

Os nossos prégadores citam com frequencia as conhecidas palavras de Christo: «ide e ensinai». É verdade; mas Christo queria que ensinassem a sua doutrina.

Mas a doutrina de Christo é a egualdade, e vós prégais o privilegio odioso, e sobre elle pretendeis construir o edificio social; mas a doutrina de Christo é a liberdade, e vós pretendeis matal-a na sua origem —, a consciencia, e forjar as cadeias d'uma escravidão eterna; mas a doutrina de Christo é a fraternidade universal, e vós prégais a intolerancia, e quereis renovar os horrores das cruzadas albigenes, das dragonadas, e resuscitar esse monstro abominavel da Inquisição com todo o seu apparatus funebre, que um povo regenerado fez em pedaços.

Ides ter com o povo, que rega a terra com suor para vos sustentar, e em vez do conforto moral encheis-lhe a alma de terrores apocalypticos, e fanatisais o seu espirito. Em vez da caridade evangelica tirais-lhe por meio de escrupulos religiosos o mingado fructo dos seus labores. É a simonia levada ao ultimo ponto! Profanais o sanctuario da familia, calcais aos pés os seus direitos, e quebrais com mão sacrilega os laços sagrados de seus membros.

Podia citar exemplos bem recentes, mas prefiro não sair da generalidade.

Eis em resumo a obra dos semeadores do catholicismo.

Sabemos que ainda ha caracteres honrados, que andam de boa fé: esses respeitamol-os; mas, em todo o caso, a intenção pode desculpar o homem e não a doutrina.

Povo portuguez! não te deixes illudir; é preciso que estejas sempre em guarda para repellir o inimigo da tua liberdade.

Eu bem sei que alguém diz: Não devemos re-
ceiar, que as mumias que repousam nas pyramides

do Egypto, venham ainda estabelecer-se entre nós: a esses lembrarei as palavras de J. Simon: «Il ne faut jamais dire: La destruction de la liberté est impossible. C'est pour l'avoir trop dit et pour l'avoir trop cru que plus d'un peuple libre est tombé dans la servitude.»

O padre pela sua importante missão pode contribuir muito para o bem da sociedade, como pode causar-lhe grandes males. O pulpito e o confessorio podem ser a vida ou a morte da intelligencia e do coração.

Missionarios, se o vosso zelo é tão fervoroso, porque não ides levar a luz do evangelho á Asia e á Africa, onde é mais necessaria que em Portugal? Deus havia de compensar bem o vosso trabalho.

Manuel Joaquim Massa.

Politica externa

Para melhor desempenharmos a tarefa, que nos impozemos, de pôr os leitores ao corrente do movimento politico da Europa, é conveniente dizer hoje duas palavras sobre a situação dos estados que principalmente representam o grande drama da actualidade, cujo desenlace ninguem ao certo pôde prever, apesar de se fazerem muitos e variados vaticinios, segundo as idéas e os sentimentos que inspiram as sibyllas politicas.

Comecemos pelo protagonista, que é sem questão a França, bem que peze ao orgulho britanico e ao recente engradecimento da Prussia.

A França occupa o primeiro lugar entre as nações; grangearam-lhe a supremacia os philosophos do seculo passado, confirmaram-na os heroes da revolução, attestaram-na ao mundo os republicanos de 48. O commercio produz a riqueza, as conquistas podem augmentar o territorio; mas sómente as idéas elevam um povo. O mercantilismo transforma o homem numa machina de calculos, com o estrepito dos canhões misturam-se os gemidos da viuva e do orfão; mas a voz da sciencia é harmoniosa e grave, e exerce uma influencia salutar sobre os destinos da humanidade. A força das idéas converte os homens em heroes e os pygmeos em gigantes.

Os mais bellos dias da revolução, as incriveis victorias do imperio, deve-as a França ás doutrinas dos encyclopedistas.

Durante o longo periodo de dezoito annos, em que a França parece ter-se esquecido da sua antiga gloria, tem ella merecido ainda a sympathia das almas generosas, que lamentam ver o antigo templo da liberdade convertido em baluarte do despotismo. E que os arrojos de Victor Hugo deslumbram os espiritos, como a luz do sol offusca a vista; é que a poesia suave e melancolica de Lamartine enleva os corações, como a melodia prende os ouvidos; é que a França, finalmente, conta muitos escriptores distinctos, que espalham pelo mundo as suas idéas nos livros e jornaes.

O povo francez parece acordar do seu longo somno á voz de seus philosophos e oradores; e, olhando em volta de si, vê os outros povos seguindo o caminho da liberdade, enquanto elle supporta o governo pessoal de Napoleão III. A opinião publica agita-se, e a sua voz faz-se ouvir nas Tulherias, obrigando o imperador a despedir os ministros, que unicamente tinham sido executores da sua politica centralisadora.

Subiu ao poder o ministerio de dois de Janeiro, que se diz amigo do progresso e da liberdade, até ao ponto em que forem compatíveis com a dynastia napoleonica.

Julgará o sr. Ollivier que pode assignar limites á civilisação? A sua eloquencia parlamentar e o seu tacto politico poderão conjurar a tempestade, que parece imminente? Contentar-se-ão os francezes com o simulacro de governo parlamentar e com as liberdades timidas e acanhadas, que lhes offerece o ministerio Ollivier-Daru, ou será o liberalismo bonapartista do ministro da justiça recebido com um sorriso de duvida? Quem sabe se ás reformas e concessões do imperador o povo responderá como em outras epochas analogas: já é tarde? Quem sabe se ás pugnas incruentas da imprensa e da palavra succederão outras luctas menos legaes? Quem sabe se os revêzes da urna serão o prologo d'uma derrota mais funesta? *L'avenir n'est à personne.*

Passando os Alpes sem termos que vencer as difficuldades com que luctou Annibal, encontramos o governo de Victor Manuel a braços com a crise financeira, mal que afflige quasi todas as nações, mas que na Italia assume um aspecto grave pela complicação com outras enfermidades sociaes, que torturam aquelle bello e até hoje malfadado paiz.

Sem fallar nas conspirações bourbonicas, que apparecem com pequenas intermittencias, notaremos que a popularidade do rei *galantuomo* tem diminuido consideravelmente, porque os italianos conhecem que a prosperidade da Italia depende d'um governo energico e ousado sem deixar de ser prudente. A grande obra da unidade italiana, que tem custado tanto sangue e tão heroicos sacrificios, acha-se incompleta: falta a cupula do edificio. Como as bayonetas francezas são o unico obstaculo que se oppõe á realisação d'esta generosa aspiração d'um povo, que deseja transpôr o apertado circulo de ferro, em que o esmaga a theocracia, os patriotas não vêem com bons olhos a subserviencia do gabinete de Florença a politica retrograda do gabinete de Paris. A influencia de Napoleão nos destinos da Italia é funesta, como o foi a sua interferencia nos negocios do Mexico.

Em Roma continúa o concilio celebrando as suas sessões; mas não é dado aos profanos saber o que se passa naquella assembléa apostolica. Correm noticias encontradas, espalham-se boatos contradictorios; mas não se sabe nada de positivo ácerca dos trabalhos conciliares, porque os padres juraram guardar inviolavel segredo. Esperemos pois pelos novos dogmas, para formar o nosso juizo seguro e imparcial sobre o concilio do Vaticano.

Se as doutrinas do synodo forem conformes ao espirito de progresso e liberdade, que domina as sociedades modernas, serão recebidas com entusiasmo pelos catholicos; se contrarios, a civilisação não suspenderá a sua marcha, apesar dos anathemas da reacção. O Pontifice parece desconhecer esta verdade, pois que já apresentou ao concilio o *schema* da infallibilidade. Todos sabem a grande opposição que se levantou contra este novo dogma, á frente da qual se collocou o illustrado bispo d'Orleans, que tem sempre defendido o catholicismo e até os interesses da curia romana. É que proclamar como dogma a infallibilidade do papa equivale a reduzir os bispos, que se consideram successores dos apóstolos, á condição de meros delegados do pontifice por isso os prelados francezes, orientaes e americanos reagem contra um dogma, que inauguraria na Egraja um despotismo superior a quantos existem ou tem existido no mundo. Diz-se que a França quer aproveitar-se do seu direito de enviar um representante ao concilio. Não descobrimos as vastagens da ingerencia dos governos nos assumptos ecclesiasticos. A Egreja pôde elevar á cathogoria do dogma a infallibilidade do papa, o poder temporal, e até a necessidade da inqui-

sição; a humanidade póde igualmente seguir caminho diverso daquelle que lhe indica o chefe do catholicismo, demonstrando-lhe mais uma vez com a logica irresistivel dos factos que fóra do Vaticano tambem póde haver salvação. Se a Egreja se collocar em aberta opposição com a democracia, e portanto com a moral evangelica, perfilhando os principios da encyclica e do syllabus, será irremediavel a sua ruina. Aos ultramontanos, que sonham com a theocracia universal e almejam pelos tempos de Gregorio 7.º, podem applicar-se as palavras do Dante: «*Lasciate ogni speranza.*»

Da peninsula itálica passemos á iberica.

Composições carlistas, divergencias entre radicaes e unionistas na escolha do rei e nas questões de administração, projectos de restauração da antiga dynastia, esforços de Montpensier para cingir a corôa de S. Fernando, eis os assumptos que constituem a ordem do dia na Hespanha e absorvem toda a attenção do governo, fazendo-lhe esquecer um objecto mais grave — a miseria publica crescendo a olhos vistos. Nem o governo, nem a sua maioria mostram ter comprehendido a solemnidade do momento e a tremenda responsabilidade, que sobre elles pesa se não realisarem o programma regenerador da revolução de setembro. A politica de Hespanha resume-se desde muito na *interinidade definitiva*, permittam-nos o paradoxo, que é verdadeiro. O governo não tem feito mais do que mendigar um rei pelas côrtes da Europa, recebendo em toda a parte repulsas ignominiosas para uma nação gloriosa e magnanima, como é a Hespanha. A restauração do passado com D. Carlos, com D. Isabel ou D. Affonso de Bourbon, é impossivel, porque os principios que representam não podem conciliar-se com as ideas e tendencias progressistas do nosso seculo.

As monarchias, como disse o eloquente tribuno Emilio Castelar, não se improvisam: por isso não pode sentar-se no throno hespanhol o duque de Montpensier. O povo nunca quererá coñho rei o homem que não accetou para deputado: se a candidatura impopular lhe fosse imposta por alguns generaes, os horrores da guerra civil seriam a consequencia necessaria de tal desvario. A candidatura de Montpensier tornou-se impossivel depois do duelo em que ficou morto seu primo D. Henrique de Bourbon. Se a Hespanha escolhesse para rei um homem manchado com o sangue dos seus proximos parentes rasgava todos os titulos de gloria que a ennobrecem e lhe dão um logar distincto entre as nações civilizadas.

O futuro pertence pois ao partido republicano federal. Continuem os srs. Castelar, Figueras e Orense na sua cruzada sublime, e não tardará muito que o brioso povo hespanhol possa, no gozo das vantagens que a democracia oferece, dizer com Espronceda: *Es mi dios la libertad.*

Fallando das nações germanicas, registramos em primeiro logar a manifestação do parlamento da Prussia favoravel á extincção da pena de morte, não obstante o discurso do conde de Bismark, que a sustentava. Depois das palavras a que a sustentava. Dizem os jornaes de Berlim que o partido progressista tenciona apesentar brevemente ao Reichstag uma proposta de desarmamento á qual o chanceller prussiano se opporá, porque a julga contraria á gloria militar da Prussia. Ha porem uma gloria muito superior, qual é a de dar á Europa um exemplo de moderação e d'amor pela paz. O partido progressista ganha terreno em Berlim, porque a Allemanha, que tem sido a primeira na philosophia, deseja caminhar a par das outras nações na politica.

A Austria, vendo rasgados os tratados de 1815, e convencida por experiencia de que a politica do principe de Metternich está atrazada meio seculo, inaugurou um sistema novo, mais adaptado ás exigencias da epocha. Foi tardio o arrependimento, mas parece sincero: oxalá que

ainda lhe aproveite. Para cohibir as immoderadas ambições da Prussia procura mr. de Beust fortalecer-se com a alliança franceza, que dizem ser já um facto consummado. Pela sua parte o rei Guilherme não se esquece de estreitar cada vez mais as suas relações com a Russia.

Esta potencia continúa sendo o que tem sido sempre — a terra classica da tyrannia.

Mais um triumpho alcançado pela liberdade religiosa sobre a intolerancia.

Na Suecia todo o cidadão, seja qual for a sua religião, poderá ser membro da representação nacional.

Ainda que não seja senão por cumprir um dever de delicadeza, devemos fazer uma visita á nossa antiga e fiel alliada, a Inglaterra.

O governo inglez não se preocupa actualmente com os negocios exteriores: empenha-se em promover a prosperidade da Irlanda, para d'este modo conseguir a pacificação d'esta ilha. Os irlandezes porem estão pouco dispostos a reconhecer o alcance das medidas salvadoras de mr. Gladstone, pois que as agitações fenianas não cessaram ainda. É tão grande o resentimento da Irlanda, que não acredita que lhe possa vir algum beneficio dos seus oppressores. Quando a Inglaterra, para conter a effervescencia dos irlandezes, lhes promete pomposas reformas, que traão um futuro de prosperidades, respondem elles como Hamlet: «*Words, words, words.*»

Não podemos, como democratras, fechar esta revista sem uma saudação entusiastica á patria de Washington e de Lincoln.

Os Estados Unidos continuam a servir de modelo ás nações do velho continente, offerecendo-lhes surprehendedentes exemplos de moralidade e patriotismo. Alli é que se comprehende e executa a verdadeira democracia. Não ha muito tempo que um negro foi eleito para senador, o filho do general Grant, presidente da republica, exerce um emprego modesto na repartição dos correios. No paiz da egualdade, aonde unicamente se respeita a virtude e o merito, todos os cidadãos procuram tornar-se recomendaveis pelas suas qualidades; entre nós os pergaminhos carcomidos e as fitas devidas á *munificencia regia* substituem muitas vezes a viatude, a sciencia, o trabalho e a honra. A compção esconde-se atraz do luxo e da ostentação; a virtude apresenta-se-nos sempre bella na sua simplicidade e modestia.

Os Estados Unidos na America e a Suissa na Europa são argumentos vivos, que demonstram a excellencia da republica federativa.

Fernando Chrysostomo.

Assigna-se para este jornal.

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 24 de Março

N.º 2

O pauperismo

I

Esmola ou justiça? Immoralidade ou trabalho?

Defensores estrenuos da liberdade, advogados sinceros na causa legitima do povo, pleiteamos em favor dos que trabalham; mas não devemos por isso mesmo esquecer os que luctam com a desgraça, os que soffrem escravos do infortunio, e a toda hora e a todo instante clamam e bradam por um poder superior que os liberte, por mão generosa que os arranque ao estado ignominioso e afflictivo, a esse martyrio social a que a sorte, determinada por circumstancias mil, parece ter querido condemnal-os perpetuamente.

Esse poder superior é, e só pode ser — a *justiça*; essa mão generosa — a *fraternidade social*, a *mutualidade reciproca na associação economica*.

Vamos pois dirigir e fixar a nossa attenção, a razão, a consciencia, e o sentimento, ouvindo a historia, para uma das chagas, mais profundas e mais dolorosas das sociedades; tão antiga como a humanidade, de que parece ser congenita; velha como o mundo, do qual a tradição diz ser coeva!

Vamos fallar da indigencia, da miseria, do proletariado, do pauperismo, que tem o mal varios nomes e multiplicados formas, com seu funebre cortejo de debilidade e fraqueza, enfermidade e abandono, desprezo e abjecção, fome e nudez, e, não raras vezes, vicios repugnantes e crimes espantosos!

A historia do pauperismo é um poema eterno de lagrimas; uma elegia de soffrimentos; um drama de horrores assombrosos! Escripto em todas as linguas, representa-se em todas as partes do mundo, e a este melancolico e tragico espectáculo assistem inquietos, profundamente magoados e receiosos, todos os povos da terra!

Neste *ramayanna* doloroso, nesta *illyada* de soffrimentos heroicos todas as nações têm uma estrophe sentida, uma pagina luctuosa nesta legenda perpetua de seculos.

Aqui os homens de todas as raças e de todas as cores; todos os legisladores do mundo e o proprio legislador do céu; todas as guerras de sangue e todas as luctas de ideias; a religião, a moral a po-

litica, o direito, a sciencia economica; todos os pensadores e todos os systemas; a tradição e a atupia; aqui a verdade e o erro, o preconceito e o bom senso; absolutistas, theocratas, constitucionaes — representativos, republicanos, socialistas, communistas, individualistas, conservadores e revolucionarios; aqui os crentes de todas as religiões, Moysés e Confucio, o Evangelho e o Koran, Gregorio vii e Luthero, Pio ix e Victor Hugo.... neste campo desolador e sombrio os maiores inimigos confraternizam, depõem as armas, pactuam treguas, para se darem o abraço de irmãos e reunirem esforços, como quem procura salvar-se em perigosissimo lance ou minorar dores e consolar magoas communs.

Todos querem vencer o mal que é gigante, todos querem aniquilar o inimigo, que parece invencivel, e para subjugar o qual têm sido impotentes os esforços de toda a humanidade em todos os seculos!

No meio de tantos lidadores hypocritas ou generosos, andam illudidos aquelles que julgam conjurar o mal, ou sahir victoriosos, só com as armas fornecidas pela moral ou ajudados pela religião.

A victoria, se é possivel, está reservada aquelles e sómente aquelles que appellam para o direito e recorrem ás inspirações, aos principios, ás leis e aos meios, que a sciencia economica insinua, indica e formúla.

A *esmola*, a *caridade* individual e collectiva, como por ahi a praticam, alimenta, anima e favorece o pauperismo; a *mendicidade* já de ha muito que é uma industria deshonorosa e improductiva, garantida e até protegida pelas leis e pelos poderes publicos; o *asylo* é um calculo, em que é sacrificada a dignidade humana, e essa para muitos pouco ou nada vale; o *asylo* é um refugio traiçoeiro, onde sob os andrajos da miseria e de envolta com a enfermidade e com o desamparo, se acoita o vicio e a indolencia, a preguiça e o crime; o *asylo*, de todas as especies e cathogorias, debaixo de todas as formas, é uma instituição hypocrita, immoral, injusta, não só inutil, mas prejudicial e, ás vezes, uma especulação lucrativa, quasi sempre um bem apparente, uma forma sem realidade.

A *religião*, trahindo as suas por certo generosas e puras intenções, ou antes mal comprehendida nos

seus principios e maximas pelos homens, aconselha, protege, arreiga o pauperismo; exalta-o, divinisa-o, chega a formar d'elle uma virtude, um dom do espirito santo; — a pobreza voluntaria é a suprema apothose christã! A *egreja* pinta nos retabulos dos seus templos, apresenta-nos por toda a parte o Fundador da religião sancta rodeado de pobres e de creanças, como se entre o berço e o tumulo houvesse uma condição unica para ganhar o céu — a pobreza e o soffrimento; uma só lucta — a dos impulsos da natureza, das paixões, das necessidades mais imperiosas do corpo e da alma com a maior das virtudes — a abnegação; para a *egreja* ha só um meio unico e legitimo de conquistar a bemaventurança — o desprendimento das cousas do mundo; — um sacrificio, e chama-se *martyrio*!¹

A *caridade*, a *beneficencia*, que em religião e moral deviam significar amor desinteressado, acto espontaneo da consciencia, incondicional e puro, significam hoje, como sempre, por uma aberração da fé e do espirito christão e por uma perversão do elemento e da ideia moral — a *esmola* — as mais das vezes egoista e por ostentação de quem a dá, e sempre aviltante e insufficiente para os que, humilhando-se, a recebem; que não ha geralmente abnegação naquelles, nestes resignação.

A *philantropia* philosophica tem os mesmos defeitos e inconvenientes; debalde lucta; ou não consegue o almejado fim, ou impotente para vencer o mal, convicta da sua inefficacia, cedendo á propria fraqueza, appella para o socialismo despótico ou para o communismo anarchico; desponha-se em um abysmo.

A *justiça* repelle a esmola sem a condemnar; regeita-a, mas não a prohibe, quando intencionalmente pura.

A *economia* acata a esmola, quando expressão de um elevado sentimento de amor fraterno; mas trabalha sem treguas para dispensal-a um dia, ajudando a lei a convertel-a em acto de justiça reciproca e mutua, a substituil-a por um direito. É esta a sua plena justificação social e scientifica perante a humanidade, da qual bem se pode declarar benemerita.

Não chamemos portanto á solução do problema a moral e a religião, cousas sanctas, e tão sanctas, que nem sempre é bom tocar-lhes; uma e outra têm a sua séde na consciencia e no coração, dominam ambas pela fé e pelo sentimento. Olhemos a questão, que é, primeiro que tudo, juridica e economica á luz dos principios do *direito* e de *economia politica*. O

¹ Ha na instituição christã um não sei que de melancolico e sombrio, uma tristeza mystica e sublime a denunciar — que o martyrio inaudito do Golgotha exerceu mais uma dolorosa influencia nos espiritos, do que a redempção espargio luz e derramou alegria nos corações e nas almas: a vida attribulada e occulta nas catacumbas, a pobreza, o terror, o susto, o martyrio que atormentaram os primeiros christãos perseguidos pelo imperio, teve uma acção poderosissima sobre o catholicismo, nas suas formas, instituições e ritos.

pauperismo alimenta-se de dous erros, que são ao mesmo tempo os maiores vicios, que dominam e corrompem a organização das sociedades antigas e modernas, causa e motor dos maiores crimes — falta de liberdade individual, — desigualdade nas condições da vida social em todas as suas manifestações. Despedaçar as mil algemas, que agrilhoam a razão, a consciencia e a vontade individual e collocar todos os homens em um mesmo nivel politico, civil e economico — eis o grande problema proposto pela natureza e legado pela historia.

Fallando da miseria não nos referimos sómente áquelles que não têm pão para matar a fome, vestido para cubrir a nudez do corpo, tecto para se abrigarem dos rigores do tempo.

Nem nos referimos sómente aos desamparados e enfermos, ao orphão, á viuva, ao velho, ao desvalido, ao cego, ao paralytico.

Miseraveis são — os ignorantes, famintos de instrução.

Miseraveis são — os que têm a alma nua de sentimentos generosos e de ideias elevadas e fecundas.

Miseraveis são — todos aquelles a quem a sociedade não reconhece direitos e arroja *moralmente* do seu seio, como entes baixos e despreziveis, ou amaldiçoada como leprozos.

Miseraveis são tambem — os que padecem de vicios e crimes tradicionaes, herdados e transmittidos de geração em geração, e que a propria sociedade inocula e alimenta no seu morbido contacto.

Miseraveis são — os cegos da intelligencia e orphãos do sentimento do justo, que não têm no espirito luz, que lhe reflecta no espelho da consciencia e mostre a imagem, ao menos, da sua dignidade pessoal.

Miseraveis e paralyticos — são todos aquelles a quem as leis e os poderes publicos sequestraram a liberdade e tolheram a palavra e o movimento, e que não têm acção alguma na vida politica, civil e economica, nem influencia sequer na direcção moral da sociedade; aquelles a quem, por uma ironia pungente, por um sacasmo atroz, as leis politicas chamam — cidadãos passivos, as leis civis — interdictos e incapazes, e as economicas, — parias, jornaleiros assalariados, vis instrumentos do trabalho ou machinas humanas, empregadas em proveito alheio.

A lista dos infelizes é immensa, numerosos os filhos da desgraça, muitos os desherdados pela lei e espoliados em nome de uma falsa justiça social e de uma hypocrita moralidade.

Discipulos da escola mutualista de 1848, ao entrar neste difficil e espinhoso trabalho, que por ser virtude não deixa de ser arrojo, tomamos por gloriosa divisa a formula escripta no celebre manifesto dos sessenta e que Proudhon explicou ao povo, do qual foi sempre defensor e amigo: «Nous repoussons l'aumône, nous voulons la justice.»

(Continua).

M. E. Garcia.

A realza em frente da razão

(Continuado do n.º 1)

A primeira phase ou periodo da realza póde dividir-se em tres epochas: a primeira até ás Olympiadas; a segunda até o principio do imperio romano; e a terceira até á destruição do mesmo imperio.

Até ás Olympiadas todos os factos da historia social se occultam quasi inteiramente no meio das nebulosidades que os poetas posteriores immortalisavam no maravilhoso das suas narrações. Vico, Duni e Niebuhr tentaram limpar das nuvens, que os rodeiam, os primeiros tempos do povo romano; a historia porem de quasi todos os factos anteriores ás Olympiadas ha de, máu grado de todos os Niebuhrs, ficar sempre escurecida no meio das neblinas que envolvem o seu leito de mysterios.

É certo comtudo que alguns fragmentos nos restam d'esse cadaver, que se chama passado, d'esse grande colosso amortalhado nas cinzas das gerações que o constituíram; fragmentos que nós devemos juntar e recompor, para sobre elles podermos estudar as lições do preterito, e traçar as prophcias do futuro.

O caracter geral da realza nesta primeira epocha é o de um completo absolutismo. Pode applicar-se a toda ella o que de si proprios diziam os gregos: «quidquid delirant reges, plectuntur Achivi.» Se não bastasse para affirmar esta verdade a historia do Egypto, Assyria, Media, Babylonia e Phenicia, a analyse da sociedade nesses tempos facilmente a induziria. A completa ignorancia dos direitos politicos, a falta do grande motor da associação, que tem sempre animado os povos a luctar contra a arbitrariedade, a auctoridade que exercia sobre os individuos a força bruta ou arte da guerra dos *Nemrods* que conquistavam o poder, e sobre tudo a falta de relações sociaes, deviam trazer necessariamente o despotismo.

E na verdade um facto digno de toda a attenção que, á proporção que se alarga o circulo das relações sociaes, e que portanto se esclarece o sol do progresso e da civilisação, se tem tornado tambem menos ameaçador o espectro do despotismo. Parece que Deus o fadára já para sómente medrar nas trevas como o vampiro! Os phenicios são uma prova do que dizemos. Assentado ao longo da costa do Mediterraneo e habitando um paiz naturalmente esteril, esse povo tinha uma dupla razão para desenvolver a navegação, o commercio e a industria, e estender as relações sociaes, como effectivamente estendeu, com os outros povos; foi por isso que a realza foi entre elle menos absoluta do que nas outras monarchias.

Uma das causas, que influiu tambem poderosamente no despotismo que esta epocha representa, foi o maravilhoso das religiões de que os despostas se serviram para acubertar as suas prepotencias; é

certo porem que a religião, se concorreu para o absolutismo, contribuiu tambem para o tornar menos selvagem e cruel. «As religiões, diz Cantu, produziram uma vantagem real, oppondo ao direito brutal da força as legislações que se apoiavam numa vontade superior.»

Dois povos d'esta epocha merecem especialmente a nossa attenção. Um d'elles recebendo directamente das mãos de Deus o codigo sacrosanto de toda a humanidade, educado na virtude dos patriarchas, e pisando o solo dos prodigios e dos milagres, devia offerecer-nos para exemplo alguma cousa de sancto e universal nas suas instituições. É com effeito entre os hebreus, sem fallarmos noutros factos, que podemos ir colher a raiz do federalismo. As tribus hebraicas, depois do seu estabelecimento na terra sancta, continuaram unidas entre si por uma federação fundada, como diz Proudhon, num certo pacto de consanguinidade.

Esta circumstancia é para nós da maior importancia; porque é certo que, assim como a associação particular representa a fraternidade de individuo para individuo, o federalismo representa pelo seu lado a fraternidade politica. Registrar portanto as glorias d'este principio eminentemente salutar, nascido entre os hebreus, representado mais tarde pela amphyctionia grega, renovado pelos germanos, e que hoje se tornou uma questão urgente e vital, é fazer um novo serviço á humanidade.

Um outro povo, digno de toda a consideração pelo esplendido futuro que o espera, começa nesta epocha a despontar no horisonte politico d'essas eras.

Embalada nas harmonias do mar, revendo-se num céu brilhantissimo, dotada d'um solo opulento, e herdando dos phenicios a vida e actividade e dos egypcios a indole religiosa, a Grecia estava já predestinada para levantar o mais solido pedestal para a estatua da civilisação. Nesta primeira epocha a realza na Grecia, apezar dos lampejos democraticos, não destôa do absolutismo que predominava nas outras monarchias. Estava ainda distante o tempo em que se dizia entre os gregos: nós todos somos reis.

Nota-se já nos dois Estados, que mais tarde dispozeram quasi exclusivamente dos negocios da peninsula, essa tendencia opposta, que carecterisou sempre a sua vida politica. Em Sparta predomina a aristocracia, e o governo torna-se por isso mais absoluto e centralizador; em Athenas, pelo contrario, attende-se essencialmente ao elemento popular, e tenta alargar-se cada vez mais a esphera das garantias individuaes.

Quando começa a segunda epocha, vão já a desfazer-se as nuvens da infancia da humanidade; e um povo pequeno no numero, acantonado num recanto da Europa, principia a dominar o resto do mundo pelas suas grandes aspirações, pela civilisação que entreluzia no seu seio, pelo seu civismo e pelos seus esforços. Cria-se a republica; e estabelece-se o federalismo na Amphyctionia; entreabre-se o caminho

do direito publico nos tratados de Anitoleles e Platon; e finalmente ao sol da civilisação torna-se mais illustrado o despotismo das monarchias.

Quando a liberdade da Grecia cahia sob o peso da espada de Philippe e de Alexandre, um outro povo, nascido tambem com pequenas forças, mas ganhando cada dia novas conquistas materiaes e moraes, dominava já na Europa com o prestigio da sua grandeza.

São conhecidos de mais os tempos da historia romana para nos demorarmos com ella. Basta dizer que de tal modo as tendencias democraticas se iam arreigando em todos os espiritos que, segundo Henrique Baudillart, já então era conhecida a ideia de considerar a realeza como representante da soberania popular; ideia que foi abafada sob o despotismo dos imperadores, para somente acordar ao reagente galvanico da revolução franceza.

Quando lançamos a vista para o passado, e contemplamos as gerações involtas na mortalha dos seculos que lá vão, curva-se o espirito deslumbrado em face d'esta epocha resplandecendo entre as nuvens dos tempos primitivos e o despotismo dos Cesares, como um raio de sol nas trevas d'um abysmo. A realeza, isto é, o governo das sociedades, foi em toda ella profundamente animado do espirito liberal: tanto é certo que a liberdade anda de mãos dadas com a civilisação.

Na terceira epocha o despotismo tocou a meta da possibilidade; e assim devia ser, attendendo a que o imperio romano, como diz Guizot, em despeito da sua grandeza, offerece um character geral de impotencia e de esterilidade, e a que o despotismo anda sempre unido á decadencia politica d'um Estado.

É esta para nós a verdadeira causa do absolutismo d'esta epocha; causa cujas raizes brotaram da corrupção geral que gangrenava o imperio, e que tinha extinguido os brios, o civismo e a independencia dos cidadãos.

Benjamin Constant vê a causa d'este despotismo na falta do poder moderador; contra isto porem protesta o exemplo da republica. No imperio o senado estava ainda collocado ao lado do imperador, devendo invalidar-lhe as prepotencias; a differença da republica estava unicamente na fraqueza e corrupção d'este corpo collectivo, corrupção que era uma consequencia do estado geral da sociedade.

(Continua).

Adriano Anthero.

Washington

Escrever a biographia de Washington não é sómente escrever a biographia de um dos homens mais illustres que tem apparecido na humanidade, não é simplesmente traçar a apothose de um heroe; é tambem assistir ao acordamento de um povo, que hoje occupa o logar mais importante nos fastos da civilisação contemporanea.

Washington e os Estados Unidos estão de tal sorte presos entre si na relação logica das idéas, que não pode fallar-se de um, sem que o outro immediatamente occorra ao espirito.

Em Washington está personalisada a actividade e o civismo do povo que elle revigorou na firmeza das suas crenças, insuflou da robustez das suas convicções, e moldou no exemplo das suas virtudes; nos Estados Unidos reproduz-se continuamente aquelle grande espirito no liberalismo da sua constituição; paira ainda hoje, e ha de pairar sempre, a sombra d'aquelle grande vulto, como a sombra de Moysés sobre os restos do povo judeu.

É uma lei providencial da historia, e que a pratica de todos os tempos tem comprovado de sobejo, que quando um povo se levanta da obscuridade para vir sentar-se ao banquete da civilisação, quando um povo quebra as algemas para caminhar no progresso por iniciativa propria, tem surgido tambem de repente um homem como que predestinado para effectuar essa emancipação. Nunca esta verdade foi mais reconhecida, nem o libertamento de um povo teve mais glorioso apostolo do que nos Estados Unidos.

Washington não é o guerreiro victorioso, que troveja como o vulcão no centro da sociedade e que deixa edificado sobre cadaveres o throno da sua gloria; não é o politico, que leva mar em fora o baixel do Estado, para especular com a auctoridade que exerce sobre os cidadãos: é o guerreiro e o politico, mas o guerreiro moderado e o politico virtuoso; é o democrata ardente e apaixonado; é, numa palavra, o Messias d'aquella grande nação que se chama Estados-Unidos.

Para heroes como este não ha passado nem futuro; ha o presente que se reproduz através de todos os seculos; para vultos como Washington não ha noite que escureça o brilho da sua gloria, nem tempo que apague o lustre da sua estatua: rompem como o sol todas as escuridades, deslumbram como o relampago todas as vistas, e desafiam como o oceano todos os seculos.

I

Antes de entrarmos directamente na biographia de Washington seja-nos permittida uma pequena digressão, para devidamente prendermos os acontecimentos que temos de narrar.

Nos fins do seculo xv entreluzia já no espirito da velha Europa o alvor das grandes innovações. Como as convulsões volcanicas prenunciando os grandes cataclysmos geologicos, desde o cabo do Norte até ás columnas de Hercules, a febre da iniciativa que desperta, o estremecimento do espirito que se emancipa abalava todos os povos. Tinha caído por terra o já gasto edificio do feudalismo; as communas tinham, é verdade, sido esmagadas tambem debaixo da centralisação da realeza, cada vez mais crescente desde o seculo xiv; mas aos pés do absolutismo começava a abrir-se o abysmo da sua futura condemnação.

Nas cinsas de uma sociedade escravizada principiava a allumiar-se o incendio que havia de queimar mais tarde todas as prepotencias.

Emquanto ao mundo moral Lutero foi o primeiro apostolo d'esta emancipação; foi elle o que acendeu o rastilho d'esse fogo, que breve se communicou por toda a Europa como a electricidade.

O dominio do pensamento ampliou-se immediatamente pela nova liberdade dos espiritos; a intelligencia sentiu rasgarem-se diante de si novos mundos, e lançou-se ebria de liberdade e entusiasmo pelas infindas regiões que a reforma tinha proporcionado: são um exemplo d'isto os escriptos de João Poynt, Boëtie, Mariana, George Buchanan, Hotman Bodin e de muitos outros.

Antes da reforma um outro facto igualmente portentoso tinha franqueado ao concurso da humanidade um novo theatro até então desconhecido. Anteriormente ao seculo xvi as cruzadas tinham já trazido o gosto dos grandes commettimentos, e tinha-se abatido tambem alguma cousa esse espectro da distancia e desconhecimento; alguns espiritos tinham sonhado já com o novo mundo, e alguns esforços reagido contra essa prepotencia do Oceano que privava a maior parte da humanidade do novo hemispherio; mas os gelos do Norte por um lado, e por outro o cabo Não erguiam-se ainda ameaçadores, como a esphinge que guardava o thesouro que tanto se cobiçava.

Cabe a Portugal a gloria de ter sido o primeiro que abriu o novo theatro a que mais tarde havia de affluir a seiva mais fecunda do progresso e da civilisação. A descoberta do novo mundo deve-se tambem em grande parte a um acaso feliz. Tristão Vaz e Gonçalves Zarco navegavam ao longo da costa, tentando ultrapassar o cabo Não, quando a tormenta os arrojou para o mar largo; e, julgando-se inteiramente perdidos, depararam com a ilha de Porto Sancto em 1418.

Desde então a navegação tomou um novo rumo; o espectro estava quebrado, e a tyrania do Oceano destruida.

Seguiram-se as grandes navegações de Bartholomeu Dias e Vasco da Gama, até que no fim do seculo xv um filho de Genova, chasqueado por toda a parte como visionario, repellido de todos os sabios excepto de Paulo Toscanelli, achando sómente um abrigo no convento de Santa Maria d'Arrabida e um auxilio espontaneo nos Pinçon de Palos, quando elle offerecia aos reis um novo mundo e a humanidade uma nova civilisação, descobriu a America.

Depois de Christovão Colombo, Cabral descobriu o Brazil, e Portugal e a Hespanha lançaram-se avidamente por essas novas paragens. A Inglaterra só no fim do seculo xvi, querendo humilhar a Hespanha, pensou em fazer-lhe concorrência nas regiões septentrionaes da America; e assim foi que, depois de immensos e repetidos esforços, pôde senhorear-se da grande extensão de terra que hoje se chama Es-

tados Unidos, e que tractou portanto de colonisar: foi esse paiz o theatro glorioso do heroe, cuja vida estamos escrevendo.

(Continua).

Adriano Anthero.

Instrucção Publica

I

Necessidade de diffundir pelo povo o 1.º grau de instrucção

L'instruction et la liberté sont les bases de toute harmonie sociale et de toute prospérité humaine; j'aurais pu dire seulement l'instruction, car la liberté en dépend très absolument, puisque l'instruction universelle est l'ennemie le plus inexpugnable des despotes.....

MIRABEAU.

A necessidade da instrucção é hoje um axioma. Este salutar principio, poderoso esteio das sociedades actuaes, e unico meio da sua regeneração, era outr'ora completamente descurado.

Não remontemos ao imperio romano: a onda invasora do Oriente demoliu-o para nunca mais se levantar das suas ruinas. Da sua queda surgiram os estados independentes da idade media, e d'ahi data a existencia de quasi todas as nações da Europa.

As scenas de escravidão e despotismo, de anarchia e desordem da antiga Roma reproduzem-se alli. A reacção era inevitavel, e os castellos feudaes foram derrubados ao impulso robusto dos communas.

À acção segue-se a reacção, e, como consequencia, surge das convulções sociaes, o systema politico — o absolutismo.

No fim do seculo 18 appareceu uma nova estrellta, destinada a guiar os povos por melhor caminho; a philosophia d'aquella epocha enuncia os principios que ha dezoito seculos evangelizou o Homem-Deus — liberdade, egualdade e fraternidade —, e nós vemos em breve essa triplice bandeira arvorada entre muitos povos.

A trevas transformaram-se em luz. Mas proclamar-nos livres, declarar-nos eguaes, e negar aos homens os meios de que hão mister para auferir utilidade d'esses mesmos principios, é uma ironia pungente.

Os potentados não deviam só cahir; não urgia aos senhores descer até aos ultimos degraus da escala social; aos filhos do povo cumpria subir.

Mas como é que o homem se pode elevar?

Pela instrucção — unico facho que o pode conduzir á perfectibilidade.

A necessidade da instrucção é hoje proclamada já nos codigos civis, já nos codigos politicos dos povos civilizados.

Todos os codigos politicos dos povos, que marcham na vanguarda da civilisação, estabelecem como principio constitutivo de todos os poderes do Estado a eleição. E como chamar a exercer tão augusto di-

reito homens ignorantes? Como pode o homem sem instrução fazer a escolha do seu representante desconhecendo o que seja illusão, independencia e probidade?

Admittido, pois, o systema eleitoral para a constituição dos poderes publicos do Estado, é forçoso admittir tambem a necessidade da instrução, se não quizermos sujeitar tão solutar systema aos ultrages por que passou nos comicios romanos.

É principio estabelecido em quasi todos os codigos civis das nações cultas que a ignorancia de direito não aproveita a ninguem; e vêmol-o consignado no nosso codigo civil no art. 9, onde se lê: «Ninguem pode eximir-se de cumprir as obrigações impostas por lei com o pretexto de ignorancia d'esta...»

Tal principio seria d'uma injustiça e iniquidade dos maiores sem a instrução do povo; porque é necessario que a lei esteja ao alcance de todos.

De que serviria a publicidade das leis se o povo não as soubesse ler?

Exarar o principio de que a ignorancia do direito não aproveita a ninguem sem instruir o povo, seria imitar o despota romano, que mandava affixar as suas leis nos logares os mais elevados para os seus subditos não as poderem ler.

Não é só proclamada a necessidade da instrução pelos codigos civis e politicos, tambem o é pelo codigo do trabalho, pela philosophia da industria, pela economia politica. Em todos os livros d'esta sciencia lê-se que dos motores da sociedade, o melhor, o mais effizaz, o que mais influe no desenvolvimento da dinamica social é — os contractos. E num povo pouco instruido falta este elemento e os contractos são escassos.

O homem ignorante é sempre desconfiado, e por isso, antes de realizar uma convenção qualquer, exigirá esclarecimentos de tal ordem, que na impossibilidade de serem prestados pelo outro pactuante, a sua falta obstará á realisação immediata do contracto.

É pois facil de ver a influencia da instrução no desenvolvimento economico de qualquer povo, e, infelizmente, o nosso muito se está resentindo d'esta verdade. Entre nós as industrias e as artes, se não têm definhado, tambem não têm progredido, devido isto, em grande parte, a nosso ver, á falta de instrução nas classes laboriosas.

É em extremo lastimoso o estado da nossa agricultura, que aliás devia ser optimo, em razão das condições topographicas e climatéricas do nosso paiz; mas a maior parte dos nossos terrenos está inculta, e a que se acha cultivada produz escassas colheitas. É isto devido, unica e simplesmente á ignorancia do agricultor. A nossa alfaia rustica é *pobrissima*, e tanto, que o arado commumente usado, é o arado já descripto por Virgilio!!

O systema da cultura é imperfeito, e quasi sempre contrario aos preceitos mais rudimentares pre-

scriptos pela sciencia; e o que mais se deve lamentar é a teimozia dos nossos agricultores em seguir a rotina que já conta tantos seculos.

É proverbial que o homem ignorante é sempre teimoso.

O desenvolvimento da agricultura traria indubitavelmente a riqueza nacional, e talvez assim nos podessemos desviar do abysmo em que estamos prestes a ser despenhados.

O que succede com a agricultura, dá-se entre nós com todas as artes, e por isso seria de maxima vantagem que os governos traclassem de estabelecer maior numero de escolas, diffundindo assim a instrução por todas as classes da sociedade.

O progresso das artes está na razão directa da instrução dos artistas.

(Continua).

B. Doutel.

Politica interna

Analysar e discutir os actos dos governos e a marcha dos nossos negocios publicos é empreza bem difficil e espinhosa. Não estamos ligados a nenhum partido, e porisso ao menos não corremos o perigo de faltar á verdade por deferencias ou considerações. Temos só um partido e com elle estamos satisfeitos e nelle combatemos por systema — é o partido da justiça, da verdade e dos interesses sociaes.

Triste e desanimador se nos apresenta o estado dos nossos negocios publicos, consequencia de muitos erros e abusos commettidos na publica administração.

A liberdade de que temos gosado e que fora resgatada pelo triste e generoso preço de muitas lagrimas, muitos martyrios e vidas, devia-nos ter conduzido a maior somma de felicidade e bem-estar social, se muitos dos nossos homens publicos, e estadistas houvessem respeitado os deveres, a moral e a justiça.

A responsabilidade dos males que estamos soffrendo pertence especialmente aos governos que têm subido ao poder; uns mais por ambição e vangloria, que por desejo sincero de melhorar a sorte do nosso paiz; outros sem habilitações para dirigirem os destinos da nação; estes sem rectidão de consciencia esqueceram o bem de todos e sophismaram as leis; aquelles procederam com boa fé e nobresa de intenções, mas erraram e comprometeram a causa nacional, porque lhes minguavam os dotes de estadistas e administradores. Os erros accumularam-se, as injustiças succederam-se, a corrupção infiltrou-se nas consciencias; os rendimentos e impostos applicaram-se sem necessidade, sem calculo e medida; os serviços por vezes infecundos e improductivos, foram mal e exuberantemente organizados; as intrigas e as luctas pessoasas consumiram a força e a actividade dos nossos politicos mais distinctos; as legitimas exigencias da opinião publica eram rejeitadas e não poucas vezes o interesse particular suplantou o bem geral e a causa de todos; a vingança assenhoreou-se dos espiritos mais esclarecidos e elevados; por fim os partidos, cansados d'uma quasi esteril e prolongada lucta, conhecendo que separados não podiam debellar o inimigo commum, depozeram as armas, proclamaram treguas e deram-se o abraço de fraternidade e concordia, mas o mal recrudeceu.

Como resultado inevitavel de tantos desacertos e diversos appareceram os males que nos opprimem, o desequilibrio orçamental, a nação empenhada, o credito abatido, a corrupção, a descrença e o indifferentismo que vão lavrando por todas as classes e espiritos.

Para o estado precario, que todos lamentamos, conduzi-ram-nos as causas apontadas e outras que são bem conhecidas — o preço da nossa emancipação politica, as luctas civis, a centralisação, maneando a iniciativa individual, as crises monetarias e commerciaes da Europa, o demasiado recurso ao credito e as guerras que têm assolado o Brazil, donde nos vinham valiosos capitaes e fortunas.

O povo, tantas vezes consultado para escolher os mandatarios da sua soberania, vendo-se illudido, vae descrendo dos estadistas, dos legisladores e politicos e até do systema constitucional, fallando com satisfação e ameaça de revoluções e meios violentos — supremo remedio e derradeira esperança dos povos afflictos ou corrompidos.

O mal é grande, a doença pertinaz e profunda; poderoso e valente deve ser o remedio. É urgente que appareçam os successores de Mousinho da Silveira, energicos, illustrados e honrados como este benemerite cidadão. Os martyres da liberdade salvaram-nos do despotismo dos tyranos: hoje não é menos preciso que os homens amigos da patria e do povo nos libertem da corrupção, do abatimento e descrença, da centralisação, do desequilibrio entre as despesas e os renditos nacionaes, e da decadência do credito publico.

Os ministerios succedem-se com pouca duração, cassam-se os mandatos ás assembléas legislativas, proclamam-se dictaduras, repetem-se as eleições; os candidatos são innumerados; fazem-se e desfazem-se leis, amontoam-se planos e reformas; espalham-se programmas; os partidos formam-se, debandam e confundem-se; os homens publicos mudam de opiniões e militam ora nestas, ora naquellas fileiras; e o mal não se aniquila, e o remedio não se descobre, e o povo mal-diz o seu destino, e a salvação não apparece!

Estas breves e repetidas mudanças, esta fluctuação dos nossos homens de estado, são prenuncios e symptomas de muita desorganisação e de profunda e grande enfermidade.

Na historia das nações, quando proximas de violentos cataclysmos e tremendas convulsões, encontram-se phases e periodos, semelhantes ao que vamos atravessando.

É que hoje não temos partidos organisados para que, enquanto um governa, o outro se prepare com o estudo e meditação das exigencias publicas, combatendo-se com honra, generosidade e só movidos pelos interesses da causa nacional.

Demitte-se um ministerio, e depois começam a procurar por toda a parte os novos conselheiros que hão de formar a lista, sem pensamento governativo, sem conhecimento das necessidades do paiz, sem systema e com idéas e planos desharmonicos. São accusados de inuteis e respondem: Estamos a estudar e a elaborar projectos. Assim não é possivel cumprirem os deveres inherentes aos primeiros cargos da publica administração; assim não se destroem os males que nos torturam.

Se a camara popular, usando d'um direito, retira o seu apoio aos ministros, um simples decreto ordena que se fechem as portas do parlamento. Para evitar dissoluções, porque se não formam os ministerios segundo as indicações constitucionaes e de harmonia com a vontade da maioria dos representantes do povo, depositarios da sua soberania?

Vem depois as eleições e diz-se e finge-se que é consultada a vontade nacional! Um deputado poucas vezes é eleito pelo povo. Isso que se chama eleição é uma simples formula e mera cerimonia. Quando os mandatarios dos cidadãos são votados na urna já estão nomeados pelos ministros que marcham á frente das maiorias parlamentares, arregimentadas e de varias formas retribuidas, impedindo assim dois bens; a renovação na representação nacional e a liberdade e conselho na deliberação; produzindo dois males, a dependencia e as sujeições das consciencias e o servilismo da palavra, e como resultado a corrupção politica dos eleitos e a desmoralisação dos eleitores.

Isto é o sophisma mais completo de todo o systema politico que nos governa. A soberania reside essencialmente na nação, cujo exercicio delega por meio da eleição, fonte legitima e unica de todos os poderes politicos. Não assegurar ao povo o livre e pleno exercicio do direito eleitoral vale o mesmo que destruir e desacreditar todo o machinismo da nossa organização social.

Os ministros, em vez de estudarem as necessidades do paiz, consomem o tempo a dirigir as pugnas eleitoraes.

A administração faz o mesmo e peor. Demissões, nomeações, transferencias, vinganças, correrias eleitoraes — eis o que mais occupa as atenções dos que dirigem os negocios publicos. D'aqui resultam as luctas das parcialidades, as intrigas, a calunnia, as inimidades das familias, as questões pessoaes e da vida particular, a quebra de todos os laços e harmonia social. Isto não é o regimen liberal por que tanto padeceram os inimigos da monarchia absoluta: isto não é o que está consignado no nosso codigo politico.

Que tem a administração com as eleições? Porque não se separa d'ellas a intervenção dos governos? Não haverá homens que um dia nos apresentem bons exemplos e mostrem que sabem cumprir as leis? De que servem as leis, por melhores que sejam, se não se executam com boa fé e sinceridade? Por estes meios que empregam, rebaixam as leis, desacreditam o systema, corrompem o povo, excitam a desordem e compromettem a felicidade da nação.

Dissolver a camara popular e depois impôr candidatos, é uma falsissima interpretação da Carta, é desprezar as melhores doutrinas dos publicistas, os conselhos do bom senso e os interesses proprios e alheios. O direito de dissolver a camara fora concedido ao *poder moderador* para usar d'elle em casos muito extremos e hypotheses que raras vezes apparecem.

No meio de toda esta confusão e anarchia governativa tem apparecido homens de vontade energica, alma limpa e caracter serio, amigos do povo e das boas doutrinas e instituições.

Se a justiça manda que sejam censurados os actos dos incompetentes e immoraes, tambem não deixa que fiquem no esquecimento as virtudes e os serviços dos cidadãos prestantes. Não temos um pantheon para guardar os restos mortaes dos benemeritos da patria e da humanidade, mas existe um outro, não menos importante e significativo, não menos duradouro e glorioso — é a estima e respeito publico, são as benções das gerações, é a consciencia dos concidadãos, é a voz de todo um povo, perpetuadas pelas tradições que o tempo não consome, que as mudanças sociaes não podem aniquilar, nem a inveja nem a injustiça dos homens.

Breve se vão reunir os representantes do povo. Aguardemos as medidas e reformas, que o ministerio tem organizado para apresentar á analyse parlamentar, bem como os planos e projectos dos representantes da nação. Não se comprehende que um cidadão sollicite dos ministros ou dos eleitores um mandato, sem que tenha reformas para apresentar e um programma de administração.

Muito ha que melhorar. O districto e o municipio estão escravizados; a parochia não tem organização administrativa; o imposto é desigual e sem fiscalisação; os serviços publicos têm em parte demasiado pessoal, um mal retribuido, outro com ordenados excessivos; o exercito não corresponde aos capitaes que nos gasta; a lei do recrutamento é um foco permanente de injustiças e escandalos; a diplomacia, dispendiosa e sem resultados; a instrucção primaria é escassa e o seu ensino mal retribuido; a secundaria é um cahos, a superior não está muito em harmonia com os progressos das idéas liberaes entre os povos mais adiantados; as industrias pouco florescentes; o commercio em precipitada decadencia. O desequilibrio orçamental não pode continuar; o recurso ao credito — imposto disfarçado — só em extremos se deve empregar, etc.

Reformem-se as leis e não menos os legisladores e executores: é verdade que o mal vem de longe e não se pode curar de repente.

Cumpramos todos o nosso dever.

C. A.

Política externa

Qual será a razão, por que os jornaes de Madrid, de Paris e de Londres se occupam ainda com o duello entre D. Henrique e Montpensier? Será porque a imprensa, commovida por esta desgraça, resolvesse combater sem treguas os preconceitos que fazem derivar a honra, não das acções do individuo, mas da sua maior ou menor força e destreza, e muitas vezes da sorte das armas, que não raro se compraz em se mostrar propicia á parte condemnada pela razão e pela justiça? Se esta fosse a verdadeira explicação do facto, justos encomios mereceria o jornalismo, que ensinava aos povos o unico caminho que a moral e o direito indicam aos homens. Hoje porém os jornaes não gastam o seu tempo em tractar questões philosophico-sociaes, puras abstracções scientificas sem valor, se as compararmos com os assumptos diplomaticos e politicos, tomando a palavra na accepção corrompida em que se costuma empregar. Se o duello tem attrahido por tantos dias as attentões, é porque as diversas parcialidades se servem d'elle como arma politica. Os montpensieristas exaltam a coragem e o cavalheirismo do seu candidato; os anti-montpensieristas apresentam o reverso da medalha, no qual o duque nos apparece como o assassino dos seus parentes, e D. Henrique como martyr do patriotismo.

Os homens imparciaes não adoptam nenhum dos extremos: nem Montpensier é heroe, nem D. Henrique foi martyr, porque nenhum d'elles combatia por um principio; são simplesmente duas victimas das falsas idéas da sociedade ácerca da honra.

Outro acontecimento mais importante occorreu em Madrid, sem que os jornaes fizessem sobre elle longas dissertações: referimo-nos ao discurso de Castelar, interpellando o governo sobre a sua politica de hesitações e incoherencias, que se pode considerar como a principal causa do estado precario, em que se encontra a Hespanha. Julgamos a lucta no parlamento mais importante do que o duello, porque neste jogava-se a vida de dois homens, que, a julgar pela maneira por que se expunham ao perigo de a perder, mostravam aprecial-a pouco; ao passo que nas côrtes discutia-se o presente e o futuro d'um grande povo. Ainda não tivemos o prazer de ler o discurso do illustre tribuno; mas, em vista da linguagem dos jornaes monarchicos, não duvidamos affirmar que o governo sahiu mal ferido da lucta: é que o orador republicano, alem da eloquencia, tinha do seu lado a verdade, a cuja força nada resiste. Mal vae a uma revolução, quando os homens que a dirigem não tem idéas fixas sobre o futuro; e grande será a responsabilidade d'esses homens, se perderem uma occasião tão opportuna para introduzir no seu paiz instituições rasgadamente democraticas. Hoje é o governo fulminado pela eloquencia arrebatadora de Castelar; mas se o poder d'esta eloquencia for inefficaz, se não produzirem effeito os meios de persuasão, é muito de reccar que o povo no seu justo desespero lance mão d'argumentos mais solidos. Que este receio não é infundado provam-no as pedradas, com que foi mimoseado o general Prim. Sentimos que se tenha dado este excesso, e desejamos que sirva de lição a todos aquelles que se dizem amigos da liberdade para adquirir popularidade e alcançar o poder.

Depois dos negocios de Hespanha, está dando serios cuidados á diplomacia a questão da infallibilidade.

O Santissimo Padre recebe de braços abertos e com o coração inundado de alegria o legado da França; mas não de-

correrá muito tempo sem que Pio IX, com o sorriso de beatidade nos labios e com palavras repassadas de religiosidade e unção, declare ao mundo que toda a verdade, toda a sciencia e todo o bem residem na sua catholica pessoa. O Imperador, como habil politico, emprega todos os meios ao seu alcance para obstar a que se defina o novo dogma, mas os padres obedecem unicamente ao Espirito Sancto e só d'Elle recebem inspirações. Napoleão III não quer que a theocracia perca o pouco prestigio que lhe resta, porque o despotismo sempre encontra nella o seu apoio mais firme; a curia porem não cederá facilmente, porque intende que o dominio sobre as consciencias lhe assegura a submissão do mundo á sua auctoridade. Sem querermos ser juizes entre pessoas de tão alta cathogoria, parece-nos que o Papa saberá muito das cousas celestes, mas que Napoleão conhece melhor as terrenas: nem isso admira; cada um sabe do seu officio.

As noticias dos outros paizes não nos offereem grande interesse para nos occuparmos d'elles detidamente.

O parlamento francez suspendeu por alguns dias as suas sessões, em quanto o ministerio prepara as decantadas reformas, com que pretende salvar a França, e principalmente o Imperio. Emquanto ellas não apparecem, os espiritos francezes alimentam-se de conjecturas e de esperanças; mas se a realidade não corresponder a ellas, como nós acreditamos? Hypothese é esta, que talvez não entre nos calculos, com que o sr. Ollivier lisongea o seu amor proprio, mas que se pode dar sem milagre; e neste caso ao governo imperial compete resolver a dificuldade.

Na Irlanda a policia toma todas as precauções para impedir as agitações promovidas pelos fenianos. Esta resistencia da Irlanda contra o dominio inglez será eterna, como a rebellião de todos os opprimidos contra os oppressores: a força poderá apagar a labareda, mas não conseguirá extinguir o fogo.

Espalharam-se ultimamente uns rumores vagos de que a guerra entre a França e a Prussia está mais proxima, do que geralmente se pensa. Não queremos dar credito a estes boatos, porque não somos pessimistas; e terminamos a revista, fazendo votos para que os homens, em vez de se exterminarem reciprocamente, como inimigos, se abracem e amem, como irmãos.

Fernando Chrysostomo.

ERRATAS IMPORTANTES

No artigo intitulado «A realza em frente da razão» publicado no nosso n.º anterior, pag. 5, aonde se lê: — Lycurgo submette a realza d'Athenas: — deve lêr-se — de Sparta.

Na revista externa do mesmo n.º os typographos acrescentaram — Depois das palavras a que a sustentava; como facilmente se conhece pela leitura do artigo.

Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á Redacção do Trabalho, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRENSA DA UNIVERSIDADE.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 2 de Abril

N.º 3

Democracia e Demagogia

Quasi na mesma occasião em que apparecia o primeiro numero do nosso jornal, publicava — *La Republica Iberica* um artigo com o mesmo titulo que tinha o do nosso collegá Fernando Chrysostomo.

A *Republica Iberica*, dignou-se traduzir e inserir como artigo de fundo o artigo do nosso jornal.

Traduzimos tambem hoje e publicamos o artigo correspondente de — *La Republica Iberica*, não para pagar-lhe a consideração que nos deu, porque não valem para tanto as columnas do nosso *Trabalho*; mas pelo grande merecimento do proprio artigo, e para que vejam os nossos leitores que a verdadeira republica falla do mesmo modo em todos os paizes.

«Ser *ultra* é ir além de tudo, é atacar o sceptro em nome do throno, e a mitra em nome do altar; é maltratar aquillo que se arrasta, e escoucear no meio do tiro; é disputar com a fogueira sobre o grau de cozedura dos herejes, exprobar ao idolo a sua pouca idolatria, insultar por excesso de respeito, julgar pouco papista o Papa, pouco realista o rei, a noite demasiado luminosa; é murmurar do alabastro, da neve, do cisne e da flor de liz em nome da brancura; é ser partidario das coisas a ponto de converter-se em seu inimigo; é ser tão ardente prò que se chega a ser contra.»

Estas energicas e caracteristicas palavras do grande Victor Hugo são a mais perfeita pintura da demagogia, mortal inimiga da democracia. Ser amante da liberdade até pedir em seu nome a tyrannia; mostrar-se apaixonado pela tolerancia a ponto de perseguir os intolerantes; amar a egualdade até ao extremo de converter em aristocracia o povo, e em povo a aristocracia, derribando o *frak* do pedestal para collocar nelle a belusa; decapitar os defensores da pena de morte para que esta seja abolida com mais segurança; e, como corollario de tudo isto, erigirem-se em pontífices apesar de aborrecerem os papas; declararem-se infalliveis, censurando porém o concilio; e, amando a Republica, a liberdade e a fraternidade, tornar amavel o despotismo, *sympathica* a monarchia e adoravel o privilegio: taes hão sido, são, e serão sempre, em todos os tempos e em todos os paizes, as qualidades distinctivas d'essa turbulenta reunião de paixões ebrias e de espiritos extraviados que se chama demagogia.

É a democracia o pacifico reinado da egualdade, considerada como egualdade essencial dos homens no direito, mas não dos individuos na sociedade; da liberdade entendida como o poder de regular a vida individual e social em todas as suas espheras e fins, em harmonia com o principio absoluto do bem, e sem menoscabo dos direitos dos outros homens, nem da tranquillidade social; da fraternidade como a expressão da unidade e solidariedade dos homens acima de toda a distincção de raça e de povo, de religião e de lei, de cultura ou costume, mas não como

anulação anarchica da nacionalidade, ou como confusão atomistica de povos e raças num todo abstracto e pantheistico. É norma da democracia a justiça; fim supremo o bem e o progresso da humanidade; limite a perfeição humana; meio de triumpho o ensino sereno, o nobre exemplo, a tolerancia fraternal, a benevolencia em tudo e para todos. A sua forma propria é a Republica, como o governo do povo pelo povo, com essencial unidade nacional, com variedade interior de circulos de vida independentes na sua esphera; mas unidos intimamente ao todo, com a organização forte, ordenada, prudente, verdadeiramente conservadora — conservadora da sociedade, do direito, da liberdade e da ordem. É finalmente a democracia a virgem severa e pura que ostenta na mão direita a espada da justiça levantada contra a tyrannia e a desordem, na esquerda o ramo de oliveira que offerece ao mundo o amor e a paz; a seus pés as cadeas despedaçadas que symbolisam o seu triumpho sobre o triplice despotismo da força, do privilegio e da superstição.

É a demagogia o reinado sangrento da liberdade selvagem, que erige em virtudes os instinctos grosseiros, abre largo campo ás paixões ignobeis, e se levanta sobre as ruinas de toda a auctoridade, de toda a lei, de todo o respeito divino e humano; o reinado da egualdade niveladora, que rebaixa o grande em face do pequeno, o justo deante do criminoso, o illustrado perante o ignorante; que substitue á tyrannia da tiara e da corôa a tyrannia do barrete phrygio, á nobreza do sangue, do dinheiro ou do talento a aristocraeia dos andrajos; é o reinado da fraternidade anarchica, que apaga as fronteiras, aniquilla as nações e vem a terminar em uma inexplicavel e monstruosa confusão, contraria ás leis do mundo moral, como do mundo physico, contraria portanto aos designios de Deus. A sua forma de governo é a Republica anarchica, que aspira a destruir num dia a obra dos seculos; a romper a unidade das nações formada á custa de tanto sangue e de tanto esforço; a entregar-se a um individualismo selvagem, misturado por inexplicavel amalgama com um socialismo absorvente nascido de um sentimentalismo hypocrita; a desfazer em summa todo o vinculo social, e estabelecer por toda a parte o reinado da força em nome da paz, o imperio do terror em nome da fraternidade; o predomínio da violencia, da desordem e da barbaria sobre a tolerancia, a legalidade e civilização. É a bachante desenfreada e ebria, que mostra na sua mão o facho do incendiario e a faca do verdugo, que levanta o seu throno sanguinolento sobre as ruinas da sociedade, e entre os alaridos da multidão ignorante.

Sim! esta é a demagogia, aquella a democracia. Esta é a demagogia a terrivel encarniçada inimiga da republica — o mais insuperavel obstaculo para o seu triumpho — a mais fiel servidora do despotismo. Sabes tu, porém, povo, tão nobre e confiado como credulo, quem são os demagogos? os demagogos são em geral espiritos mesquinhos, intelligencias mediocres, vontades debeis, que, sem meritos para brilhar pela força do seu talento, nem pela eloquencia da sua palavra, nem pela viril energia do seu character, pe-

dem á exageração febril da idéa, á loquacidade da palavra e á descomposta mobilidade d'acção ós triumphos que não alcançariam d'outra sorte; e namorados de uma idéa que não comprehendem, e que nelles se converte em monomania perniciosa (porque no sectario o fanatismo supprime sempre a convicção), feridos em suas ambições pela adversidade de sua fortuna, que attribuem á injustiça social, que não ao proprio demerito, exaltados pelos faceis triumphos que na multidão alcançam a audacia no pensar e o descomento no dizer, chegam a considerar-se elevados personagens, a julgar-se chefes de partidos, e por um momento costumam chegar tambem a compellir os seus sequazes a loucas emprezas, de cujo resultado adverso quasi sempre (seja casualidade ou prudencia) elles se livram, se bem que em caso de triumpho sejam os primeiros a cingir louros que outros colheram para elles, expondo suas vidas pelos que, assustados e tremulos, esperavam talvez o exito da lucta em recondito subterraneo.

A historia conta que, em quanto os heroicos republicanos de 92 cahiam nos pateos das Tulherias ante o fogo dos laçaios de Luiz XVI, no memoravel dia de 10 de agosto, Danton esperava em sua casa o resultado da lucta, em que não tomou parte alguma, e Marat occultava-se numa cova até que, passado o perigo, sahiu ostentando na frente a corôa de louro e agitando na sua mão um sabre, em quanto pedia a gritos, não mais combates de que não se sentia capaz, senão mais assassinatos, que são as façanhas dignas dos cobardes.

A demagogia nasce com a liberdade, não existe com o despotismo.

Á democracia lucta contra a tyrania; é violenta contra o despota, é conspiradora infatigavel contra o que viola os direitos do homem.

A demagogia, docil e submissa diante do latego que a açoita, levanta a cabeça contra a liberdade, ainda que em nome d'ella; peleja quando a liberdade triumpho, quando os direitos naturaes estão reconhecidos, quando a imprensa e a tribuna são livres; a demagogia levanta-se inquieta e ameaçadora, falla em tom mysterioso de golpes de Estado, de conjurações sinistras, de planos tenebrosos que só existem na sua imaginação desvairada, procura semear desconfianças e receios, appellida traição a prudencia, transação indigna a tolerancia devida, condescendencia com o poder a moderada opposição, espiritos racionarios os homens serios e sensatos, santarrões corrompidos os republicanos mais illustres; e com uma audacia inexplicavel expede patentes de republicanismo, lança excomunhões, define *ex cathedra*, e expulsa do partido republicano aquelles que por elle sacrificaram sua vida, sua fortuna e seu repouso, quando os mais ferôzes demagogos não davam signal da sua existencia.

Vem porém uma reacção, acaso provocada pelos proprios excessos e imprudencias, e os bons patriotas procuram refugiar-se na emigração ou expiam nas prisões e nos cadafalsos o seu amor á liberdade; e aquellas formidaveis hostes que continuamente faziam alarde na praça publica, desapparecem; aquelles incançaveis oradores, cujos pulmões eram o encanto das multidões, emmudecem para sempre; e talvez algum, que, com o exterminio na bocca e o medo no coração, corria de club em club, de meeting em meeting, apresentando-se como o mais terrivel inimigo dos tyrannos, se resigne a formar parte da policia secreta e a empregar em perseguir os seus correligionarios todo o zêlo e perseverança, que prometeu empregar na lucta contra os despotas.

Neste estudo sobre a demagogia a ninguem alludimos, nada assignalamos determinadamente. A demagogia, retratada aqui, não é de nenhuma nação nem de nenhum tempo; é de todos os tempos e de todas as nações.

Se alguém se reconhece alludido, a sua consciencia será quem o accusa; nós nunca. O nosso intento ao es-

crever este artigo, reduz-se a dizer ao povo, que amamos sem que sejam os seus cortezaños: *esta é a democracia, aquella a demagogia: examina, julga, e escolhe!*

Manuel de la Revilla.

Vai publicar-se brevemente em Lisboa um novo jornal democratico — *A Republica*. Damos os parabens aos novos apóstolos. É evidente que a luz vai irradiando por toda a parte, e que o reinado dos preconceitos tem os seus dias contados. Esperamos ansiosos a publicação do novo órgão democratico, que, partindo da capital, pode fazer um grande serviço á democracia. Pelo que poderíamos dizer emquanto ás idéias do novo jornal, melhor do que nós o dirá o programma que recebemos e que em seguida publicamos.

A REPUBLICA

Jornal da democracia portugueza

Á NAÇÃO

Affirmar ao paiz a existencia d'um partido republicano portuguez, manifestar o seu credo, propugnar por elle e assim fixar um termo e abrir uma estrada segura ás ambições de bem estar social e politico, incontestaveis e justificadissimas, da nação portugueza, tal é o pensamento que presidiu á creação d'esta folha.

O erro fundamental de todas as tentativas democraticas que desde a revolução de 1789 em França tem abalado a Europa, foi de um lado, o separarem a questão social da politica, do outro, o abandonarem a primeira e na segunda inspirarem-se pelo sentimento, pela paixão, em vez de se inspirarem pela sciencia, pela razão.

Centralisadores, os democratas europeus até 1848 viram cair por terra todos os seus tentames, depois de verem a demagogia e a guerra, a paralisação das fontes de riqueza publica e o estremecimento das bases naturaes da sociedade.

Não se percebia até então que a politica é verdadeiramente uma sciencia, que é nos factos positivos, na experiencia, na historia e na critica, que a democracia tem o seu futuro lavrado, a sua realisação segura, a sua philosophia fundamentada.

Mudaram completamente as cousas. Desde 1848 até hoje tem-se effectuado na Europa uma verdadeira e segura revolução. O partido democratico, vivo e forte em toda a parte, engeitaria Robespierre e o *Terror*, como havia de engeitar Lamartine e os homens correlativos da revolução de 1848. O partido democratico europeu, se olha para o passado, vê nas constituições municipaes, que a centralisação da monarchia esmagou, o esboço das federações futuras. O partido democratico, pondo os olhos na Suissa actual, lamenta que não tivesse sido possivel á Europa conservar e desinvolver as instituições desenterradas da historia por Thierry em França, pelo sr. Herculano em Portugal « porque estamos intimamente persuadidos de que, depois de longo combater e de dolorosas experiencias politicas, a Europa hade chegar a reconhecer que o unico meio de destruir as difficuldades de situação, que a cercam, de remover a oppressão do capital sobre o trabalho, questão suprema a que todas as outras nos parecem actualmente subordinadas, é o restaurar, em harmonia com a illustração do seculo, o municipalismo, aperfeiçoado sim, mas accorde na sua indole, nos seus elementos, com o da idade media.» (*Hist. de Portugal*, liv. VII, parte II).

Taes são as palavras do nosso grande historiador confirmadas já hoje pela maxima parte dos publicistas. O tempo do longo combater e das dolorosas experiencias politicas vae passado, porque a Europa reconheceu já o unico meio de salvação. O municipalismo, aperfeiçoado em harmonia com a illustração do seculo, recebeu no foro da sciencia politica a denominação de *principio federativo*. É a descentralisação radical das forças, dos elementos e das instituições, é depois a associação, a federação dos *individuos* dentro do municipio, dos *municipios* dentro da provincia (o *cantão* na republica suissa, o *estado* na americana), das *provincias* dentro da nação.

Assim a *Republica*, propagando as doutrinas da democracia moderna e fazendo publica a voz do unico partido de salvação para a nossa terra, attacará com todas as armas da razão as centralisações, sejam os governos pessoases ou sejam, como entre nós, parlamentares. Discutit-as-ha á luz da historia e da economia politica, á luz de toda a sciencia social, pelo melhor dos systemas o da comparação.

Ahi vereis, portuguezes, quaes e como são as origens da immoralidade e da miseria que affligem a Europa inteira, que nos affligem a nós, mais talvez do que a nenhuma outra nação!

Ahi vereis, portuguezes — vós que, estabelecendo a monarchia constitucional, julgastes entrar na estrada do progresso por não saberdes que nada ha mais nocivo do que as meias liberdades — ahi vereis o caminho para sairdes d'este entorpecimento horrivel, em que a nação se extorce e que poderá — quem sabe? — leval-a até á morte.

A corrupção como systema indiscutido de governo, a ambição e a torpeza como unicos titulos á elevação dos homens, e as consequencias dos dois factos, a pobreza geral e a banca-rota do thesouro, os impostos crescendo todos os dias e os cofres publicos sempre vasio, estes são os caracteres de morbidez politica, estes são os caracteres da monarchia constitucional entre nós.

Se a morbidez do systema, vos não chega ainda a vós, povo! se estaes vivo, como elle o não está! estremecei e salvae-vos porque, se o não fizeres, a morbidez vos ganhará e, depois da morbidez, a morte!

Salvae-vos! a salvação é a liberdade, a liberdade é a republica.

Impossivel seria esboçar sequer neste logar tudo quanto a *Republica* intenta dizer ao povo. Estas palavras, muito breves para que possam ser tomadas como um manifesto, são tão sómente uma definição summaria do espirito politico que presidirá á publicação que se annuncia. O manifesto ha de o partido ir successivamente lavrando nas paginas da *Republica*.

Considerando inseparaveis as questões sociaes, economicas, industriaes, scientificas e artisticas da questão politica, porque em todas ellas a revolução tem de ser e é uma e a mesma, a *Republica* propugnará pela reforma das instituições sociaes segundo o credo do partido democratico europeu; trará á discussão as questões ainda não resolvidas e solemnemente consagrará os principios fundamentaes de toda a sociedade culta, principios sem os quaes a vida civil é impossivel; a propriedade e a familia, o direito á vida e o direito ao suffragio que são o reconhecimento, pela lei, do homem e do cidadão. Não como simples amenidade, porque a arte não é sómente isso, mas como expressão da revolução correlativa, a *Republica* pugnará pelo espirito de renovação, e na arte, como nas sciencias moraes e naturaes, a *Republica* hade acompanhar summariamente os trabalhos e registrar as conquistas da cvilisação.

Eis ahi o que o jornal se propõe ser.

Sem côr politico dentro dos grupos presentes ou futuros do constitucionalismo, a *Republica* hade comtudo ir commentando os acontecimentos para tirar d'elles a comprovação ás suas doutrinas e para mostrar ao povo o que é

e o que pode ser a monarchia constitucional, para lhe mostrar o que ella tem sido e é entre nós.

O povo, o que trabalha e paga e soffre, não a familia parasita dos intrigantes politicos, olha com indiferença as reformas que se succedem todos os dias e pela impotencia se repetem; o povo olha com indiferença a formação e dissolução continuada dos parlamentos; e o povo tem razão.

Tem razão, porque reconheceu a verdade de que os parlamentos e as reformas são absolutamente estereis dentro do systema actual. Que uma facção se substitua a outra facção, que as secretarias se organisem de uma forma ou de outra, que lhe importa isso, ao povo, se elle vê que nenhuma facção, nenhuma reforma pode realizar a ambição justissima de bem-estar que o anima? se ella vê que nenhuma facção, nenhuma reforma pode salvar este paiz da borda do abysmo onde o lançaram?

Como o povo, a *Republica*, solemne e terminantemente o diz, não tem facção, não poderia tel a.

Nasce porque é o orgão de um partido. Viverá porque a sua voz, erguendo-se no meio deste coaxar de rans, hade acordar o povo; porque a sua voz é franca e pura e por isso forte; porque a inspira a verdade, a dirige a razão e a anima o amor a esta terra portugueza que, se não tiver forças para se abraçar á republica, morrerá decerto sob as ruinas de um throno, abraçada á mumia de um systema.

Tal não hade succeder!

● pauperismo

(Continuado do n.º 2)

II

Direito? Dever? Virtude? Conveniencia? Necessidade? Tudo.

O problema, de cuja solução depende a suppresão da miseria e a abolição do pauperismo, é, como a necessidade que o provoca, complexo nos seus elementos, complicado nas suas formulas.

Tomemos pois para fundamento — os factos constantes e as scenas varias, que debaixo de mil e mil apparencias e diversos aspectos a historia nos apresenta, — os males, que reproduzindo-se de geração em geração, atravez de todos os seculos, assolam e contristam as sociedades modernas, que, herdando as causas, soffrem tambem os effeitos desastrosos, e são como abutre a rasgar fibra a fibra o grande coração deste esforçado e generoso Promotheu, que a historia hade registrar com o nome de — civilisação do seculo XIX.

Forçoso é decompor o problema em suas partes, consideral-o debaixo de diferentes aspectos, tomar um por um os seus elementos, para os submeter á analyse rigorosa da critica juridica e economica, visto serem a justiça e a economia social os verdadeiros criterios, que nos hão de guiar no labyrinthoso calculo que a sua solução exige.

Socorrer a miseria, amparar o desvalimento, consolar o infortunio, dar trabalho ou pão ao necessitado — será simplesmente um *direito* e como tal facultativo? — será um *dever* e como tal obrigatorio? — será uma *virtude* louvavel e generosa? — uma *conveniencia* particular e publica? — uma *ne-*

cessidade impreterível? É tudo: respondemos nós. A demonstração, ainda que difficil, é todavia possível.

Pergunta-se: É justo, deve ser garantido a qual-quer praticar actos de beneficencia e caridade, *assistir* seus semilhantes desvalidos, ou logo que nas- cem, ou na infancia, na virilidade, na velhice, na enfermidade ou na robutez, amparal-os e ministrarlhes consolações na hora extrema, dar-lhes sepultura e velar ainda no bem do espirito, para alem do tumulo, suffragando-lhes a alma?

É tudo isto um direito, que as leis devam reconhecer e garantir?

Uma só resposta e essa absoluta: Sim.

Será um dever individual, *juridicamente* exigivel, e terá o desvalido um direito correlativo a esse dever, tão natural e originario como o direito á vida e ao desenvolvimento, de modo que possa exigir *singularmente* de outrem os meios necessarios para o conseguir?

Não.

E em um estado social *pactuado*, *juridicamente* garantido, na sociedade *solidariamente* organizada, haverá um *dever colectivo* na *communitate* e um *direito individual correspondente* no cidadão necessitado?

Aqui é grave a questão, gravissima e diversamente resolvida por homens, systemas e escolas diferentes.

É o direito á *assistencia publica*, ao *trabalho*, á *caridade legal*, á *beneficencia do estado*.

Vejamos:

Uns não vêm na sociedade mais do que uma *juxtaposição* de individuos, uma simples *coexistencia* de liberdades, naturalmente propensas á lucta, sempre dispostas, por uma tendencia irresistivel, ao choque e á hostilidade reciproca. O *estado* é um *systema*, *artificialmente* combinado de forças e garantias sociaes, com um caracter *puramente negativo*, a sua acção é *essencialmente repressiva*; a sua missão limita-se a manter *physicamente* a independencia reciproca das individualidades nas suas respectivas *esferas*, perpetuamente *comprimidas* e eternamente *separadas*, entre as quaes não ha laço ou ponto de *solidariedade* que se toque, nem harmonia nos movimentos, mas indiferença e isolamento. Se não fosse atrevida a comparação, diriamos que este *cosmos* juridico é, como um *systema* planetario sem centro e sem gravitação.

São e pensam e doutrinam assim os *individua- listas*.

Para elles — a *igualdade* está nas propriedades mathematicas de uma figura geometrica.

A *sociabilidade* é o *isolamento* *cellular*.

A *fraternidade* o *egoismo* feroz da individualidade soberana.

A *liberdade*, dentro da esphera, é o *arbitrio*; fora da esphera um *crime*.

A *justiça* consiste na independencia absoluta.

O *direito* é uma faculdade despotica, que pode ir até ao *abuso* e á *destruição* da *personalidade jurídica*.

O *dever* é simples *omissão* do mal, e ao mesmo tempo uma *negação* para o bem.

Por *garantia* só reconhecem a *coacção phisica*, isto é, a força material, o *constrangimento* do corpo.

Para esta eschola, para um tal *systema* a *beneficencia publica* não existe; se é um *preceito moral*, um *conselho evangelico*, não é, nem pode ser, um *principio juridico*; se é um dever perante a razão e a consciencia *moral*, que a *impõem*, é *mera faculdade* perante a razão e a consciencia *juridica*, que a *toleram*¹.

Nos codigos, temperados nesta *philosophia transcendente*, não poderão escrever-se os mais sublimes preceitos da moral, não terão uma nota de harmonia os mais elevados e generosos sentimentos de humanidade e amor fraterno; que onde reinam o egoismo e a força, não pode sentir-se o amor, nem a fraternidade dominar ou ao menos achar benevolu abrigo e honrosa hospitalidade².

Outros sustentam que o direito é por essencia *positivo*; objectivamente traduz-se, individualisa-se torna-se concreto em uma *condição* de vida, meio para realizar a suprema lei do dever.

¹ É absurdo admitir como possível a coexistencia de duas razões uma *juridica* e outra *moral*. Este *dualismo* é apenas uma *estrategia escolastica*, mera *hypothese gratuita*, que só pode servir para explicar factos viciosos, erros praticos e theorias, como esta, absurdas e profundamente desoladoras, para harmonisar, aparentemente, cousas irreconciliaveis, ideias contradictorias. Já a celebre distincção em razão *pura* e razão *pratica* valeu ao immortal Kant a annullação de todo o seu primitivo *systema metaphysico*. A razão *pratica* destruiu a razão *pura*. É que não pode haver *dualismo* no que é *unico* e a razão é *só uma*. E com effeito não se concebe que a razão, *juridica* regeite ou condemne, o que a *moral* sanciona, nem que a razão *moral imponha* como *lei*, o que a *juridica* apenas *pode tolerar* como simples *concessão*. D'estes e outros erros e absurdos estão eivados, na maior parte, os *systemas philosophicos* que dominam o mundo actual.

² São desastrosas estas consequencias, que francamente deduzem dos seus principios; mais desastrosas ainda surdem e naturalmente fluem outras, que em vão pertendem dessimular e esconder, mas que uma logica sincera e inexoravel, sem grande esforço, lhes arranca e põe a descoberto.

Este *systema* legitima o *suicidio*, garante a *prodigalidade*, sanciona a *eseravidão*.

Este *systema* é duas vezes *contradictorio*:

Desconhecendo a natureza humana, ignorando qual seja o verdadeiro fim do homem e da sociedade, chama ao direito complexo de condições *internas* e externas de conservação e desenvolvimento individual e social, e auctorisa o isolamento, o egoismo, a indiferença reciproca e, para maior coherencia e rigor logico, garante a *alienação* dos *direitos absolutos*, isto é, a aniquilação parcial ou total da *personalidade* humana!

Separa *radicalmente* o direito da moral e, quando a logica inflexivel o arrasta e leva até á beira do abysmo, pede (é sublime!) á moral que o ampare, que o socorra, que o detenha na queda inevitavel!

Quando o sentimento, a razão, a consciencia bradam, em nome da natureza e da dignidade humana, contra a immoralidade contra a injustiça, fazem surgir por entre as *esferas* immoveis, frias, mudas, como as campas de um vasto cemiterio, um phantasma invisivel e impalpavel, a que dão o nome symbolico de *concurso de circumstancias*, para explicar, como o espirito das trevas, o monstruoso absurdo, a anomalia assombrosa! Este *concurso de circumstancias*, este mytho, esta ficção é uma *esphyng* philosophica, como ha muitas em tão admiravel *systema* juridico.

Ha aqui não sei que de analogo ao pecado original e á redempção pela graça.

Afastaram, quanto lhes aprouve, o direito do espirito da moral, e clamam pela moral, que venha salvar o direito! Torturam, suppli- ciam a moral e glorificam-a depois!

A essência, o caracter predominante da sociedade está, não, como pretendem aquelles, na justa posição de individuos indifferentes, na coexistencia de liberdades egoistas, mas no *mutuo e reciproco auxilio*, na realisação da grande e eterna lei do *amor do proximo*, que antes de ser escripta nos codigos divinos, havia sido gravada no grande e sublime codigo da humanidade — a natureza — como demonstra aos que não são incredulos, nem súbervos, nem ignorantes o estudo profundo e consciencioso da *finalidade* humana.

O direito, segundo esta *benemerita e christianissima* eschola, é uma das manifestações da *grande lei*, que o *direito*, como a moral, como a economia politica, como todas as sciencias sociaes, deve traduzir e desenvolver; se a moral lhe chama — *amor do proximo*; o direito e a economia exprimem-se nesta formula — *mutualidade de sevrviços*.

O *estado*, segundo os principios desta eschola, é o representante mais completo deste *organismo*, desta maravilhosa *harmonia*, d'esta *communhão* de ideias, de sentimentos e esforços, que se chama *sociedade*.

É a eschola dos *mutualistas*, aclamada pelo povo em 1848, e aonde se têm ido successivamente alistar os homens mais eminentes do partido democratico em França, e á qual pertencem dous genios grandiosos e, cousa singular! aparentemente antagonistas, Bastiat e Proudhon¹.

Para estes a *assistencia*, sem que deixe de ser uma virtude christã e um preceito de moral, é na *essencia* e na *forma* um *principio juridico*, um *direito individual*, um *dever colectivo*.

Os *socialistas*, cedendo mais a um sentimento generoso do que a uma ideia clara e a uma convicção profunda, obedecendo antes á força da necessidade do que á soberania da lei, conclamam — que a *assistencia* é um *direito individual*, e que o *dever*, a obrigação correlativa está *essencialmente* comprehendida na missão do *estado*.

O *communismo* nega a *condição juridica* de todos e de tudo: nega a garantia do direito e o proprio direito, e rende-se ou ao *falso* socialismo ou á *demagogia anarchica*.

Os *anarchistas* vêm na *propriedade* o roubo² e sanctificam a *expolição*. A *liberdade*, para elles, vale tanto como o *arbitrio*, o arbitrio alcança as formas, as propoções e as forças do mais atroz despotismo. Reinando pelas paixões, apregoam a *revolução*.

¹ Este systema, unico, em nosso entender, verdadeiro e profundamente phylosophico, accomodado ás modernas tendencias sociaes e ás aspirações ao futuro, foi recentemente annuciado, sabida e methodicamente esboçado, thsoricamente e praticamente desenvolvido pelo nosso estimavel e erudito collega dr. J. M. Rodrigues de Brito no seu original e excellentes livro — *Philosophia do Direito*. A seu tempo daremos noticia e apreciação demorada deste importante escripto, que por certo faz honra á Universidade.

² Neste numero, nem ao menos por sombras, nos advem á lembrança comprehender Proudhon e a sua eschola; essa *gloriosa* barbaridade pertence áquelles que ou não lêram os seus escriptos, ou, lendo-os, não puderam ou não quizeram comprehendel-o.

Não são elles por certo que hão de resolver o problema do mal, que mais complicam e aggravam nas suas causas. nem abolir a miseria, que mais augmenta e recrudescer prodigiosamente com os seus funestos desvarios.

(Continua).

M. E. Garcia.

Politica interna

A revista anterior pintou a nossa organização politica com as côres luctuosas, que a caracterizam; com esse quadro repellente de immoralidades e devassidões, que a cercam; numa palavra com os males, que tem gangrenado e corrompido, desde a primeira até á ultima fibra, o corpo social.

Não olhemos mais tempo para o abysmo Não queremos morrer de pranto como Heraclito; e as miserias que por ahi vão em todos os cantos e em todos os logares, a toda a hora e a todos os instantes, comprimem de angustia profunda os que pensam nesta morte lenta que nos consome dia a dia.

Quando por todos os angulos da Europa se transmite uma nova vida; quando a iniciativa e o progresso, as aspirações e as emprezas, as utopias e as realidades surdem em todos os paizes, como o prenuncio de uma nova civilisação, nós ficamos adormentados neste torpor vergonhoso, e acorrentados, como Sisypho, á rocha estacionaria!

Ergamo-nos pois! Abafemos a nausea que nos causam as pustulas gangrenosas dos nossos corpos politicos, e vejamos qual seja o meio de escapar á ruina que nos ameaça.

Em todos os paizes, desde que foi inaugurado o systema representativo, quando um abysmo se cava aos pés da nação, todos os olhos se lançam espontaneamente, e todos os braços se estendem como por instincto para os *representantes* da soberania nacional. É que no seio dos parlamentos foi onde se levantaram em 1789 os apóstolos da liberdade. É que no seio dos parlamentos se tem erigido mais de uma vez altares á democracia, e entoado vehementes estrophes á civilisação. É que no seio dos parlamentos, finalmente, em 1812 na Hespanha, em 1820 em Portugal, em 1830 e em 1848 por quasi toda a Europa, ainda hoje na França, na Italia e na Hespanha se cantam as sublimes rhapsodias que tem galvanizado cadaveres, e insuflado a actividade nos povos entorpecidos.

Que devemos nós esperar dos nossos parlamentos?

O templo da soberania popular ha muito tempo que está profanado pelas repugnantes parcialidades, pelas desregradas ambições, pelos vicios sem limite d'esses iconoclastas, que destroem o altar dos justos interesses para tripudiar festejando a sua propria elevação.

A camara actual será uma excepção? A immoralidade que presidiu ás eleições, as correrias eleitoraes por todos os districtos, a apresentação official das candidaturas — leva já contaminada a maior parte dos seus membros. Filha de uma má organização politica, inspirada e dirigida ou pelo espirito *faccioso* das localidades, ou pelas pretensões *centralisadoras* do governo, ha de necessariamente ressentir-se da sua origem viciosa. Oxalá porem que as nossas previsões sejam infundadas, e que os representantes da soberania popular se compenetrem profundamente do imperiosissimo dever que sobre elles pesa.

A má organização da camara dos pares é hoje um axioma que não vale a pena discutir; e portanto não pode tambem esperar-se de lá o remedio que minore e aniquile os males urgentes e gravissimos que o paiz soffre.

Mas se as camaras pelo seu lado não realisam as re-

formas e melhoramentos de que o povo necessita, que o progresso exige e que o destino geral da humanidade reclama, poder-nos-ão ellas vir do poder executivo?

Não é a primeira vez, com effeito que o poder executivo se tem abraçado fraternalmente ao destino de um povo na sua mais ampla liberdade, quando as camaras se aterram com as aspirações da nação, ou se gastam e consomem na lucta de pretensões individuaes e facciosas. Os nossos ministerios porem não estão, nem podem estar neste caso. Vivendo no ambiente de uma atmosfera politica já corrompida, saídos de uma eschola desmoralizada, e sobre tudo firmados numa constituição retrograda, hão-de necessariamente ser influenciados pelo estado geral do paiz. Não é referencia particular a nenhum ministerio; para nós conservadores ou historicos, fusionistas ou regeneradores, todas as facções e todos os partidos tem mais ou menos responsabilidade do miseravel estado a que chegámos.

Resta o poder moderador.

O poder moderador diante de quem B. Constant, Ramon Salas, Diogo Soria, Silvestre Pinheiro e outros distinctos publicistas se curvam respeitosos, como a verdadeira *chave* da organização politica de um Estado, poderá finalmente ser o extremo remedio no angustioso paroxismo da nossa patria?

O poder moderador, admittindo a sua existencia e necessidade, deve representar na sua essencia a harmonia dos outros poderes; na nossa organização, pelo contrario, o poder moderador representa -- a destruição do poder legislativo como se vê do art. 74 § 4 da Carta Constitucional, -- a invalidação do poder judicial como se vê do § 7, e finalmente -- o predominio sobre o poder executivo como se vê do § 5 do mesmo artigo.

O poder moderador nas nações verdadeiramente liberaes, como nos Estados Unidos, limitadissimo nas suas attribuições, prevenido o mais possivel em todos os seus abusos, representa a soberania popular, que o delega ao presidente da republica; entre nós, incorporado na realza, representa a hereditariedade que nada significa, e antes repugna ao espirito e essencia dos governos representativos.

Saiamos portanto da arena, onde se estorcem impotentes os nossos poderes politicos: nada ha ahi que possa satisfazer-nos.

Temos em frente de nós essa classe, até hoje mais ou menos opprimida, que tem ganho com o seu suor todos os louros do progresso e comprado com o seu sangue todas as victorias da liberdade. Sempre em todos os tempos os filhos do povo tem minado surdamente o edificio das prepotencias; e quando os despotas absolutistas ou *constitucionaes* mais descuidados zombavam da miseria dos opprimidos, é tambem pelos esforços do povo que tem rebentado na sociedade o vulcão revolucionario.

Entre o povo, contudo, nem de todos podemos esperar esse grande movimento que deve realizar-se. Os homens de idade que têm perdido a coragem e a fé, a força e a actividade em presença d'este continuo desmoronamento da nossa sociedade politica, estão gastos tambem pelo desánimo geral, e não podem, por si sós, insuflar a vida no corpo inerte do nosso paiz.

A unica esperança está na mocidade. Ergamo-nos pois todos firmemente convencidos da missão gloriosa que temos a cumprir; arvoremos a bandeira da democracia sobre as ruinas da sociedade actual; e ao sol do progresso e da civilização, e ao estremecimento liberal de toda a Europa e do Novo Mundo desviemos do abysmo e da morte o nosso Portugal.

Vemos com prazer nas trez principaes cidades do reino faiscar ultimamente uma scintilla do entusiasmo republicano.

Em Lisboa distribuem-se prospectos para a *Republica*,

e falla-se tambem na publicação da *Fraternidade*, jornaes ambos republicanos; no Porto a *Gazeta Democratica* tracta de evangelisar, como nós, os principios da democracia; em Coimbra, a republica têm, em quasi toda a academia, um altar nos corações.

Louvor a todos aquelles que não esmorecem no meio da fraqueza geral; e não paremos um momento á beira da estrada. A persistencia aturada e o trabalho energico hão-de, mais tarde ou mais cedo, quebrar todos os obstaculos, e esmagar debaixo do peso da vontade racional os preconceitos e as immoralidades.

Adriano Anthero.

Politica externa

Summario.— HESPAÑHA — desharmonia entre os monarchicos, analyse rapida dos diversos partidos.— FRANÇA — carta imperial de 21 de março,— julgamento de Pedro Bonaparte.— ROMA — procedimento das potencias a respeito do concilio.— ALLEMANHA — crise ministerial em Viena,— agitação pacifica contra os armamentos da Prussia.

Abrimos a revista com um facto, grave em si e importante pelos seus resultados, pois que necessariamente a politica hespanhola nos vai offerecer um aspecto differente d'aquelle, que nos tem apresentado desde a revolução de setembro de 1868. O rompimento entre a união-liberal e os radicaes, que tanto se receava e que de ha muito se previa, é hoje um facto consummado. Assim o affirmou a votação sobre a proposta do sr. Figuerola, em que o governo obteve apenas cinco votos de maioria; confirmou-o depois a sahida do ministerio do sr. Topete, e a demissão dada pelos homens principaes do partido vicalvarista dos elevados cargos que occupavam.

A imprensa de Madrid tem-se espraído em largas considerações sobre o facto, apreciando-o cada jornal segundo as suas idéas e sentimentos politicos. Não podemos ter inteira confiança nas palavras d'este ou d'aquelle periodico, porque a paixão faz ver as coisas por um prisma enganador, que as apresenta muito differentes da sua realidade.

Ha porem um ponto, em que todos concordam e que para nós é incontroverso; e é que este facto vai apressar o almejado desenlace da revolução, pondo termo á interinidade tão funesta para a Hespanha. Ainda que a divisão dos monarchicos não produzisse outra vantagem, era já muito acabar com a incerteza, que é o estado mais afflictivo do espirito; mas parece-nos que a causa do progresso e da liberdade deve lucrar muito com a desintelligencia entre os partidarios da monarchia.

Os retrogrados carlistas e isabellistas foram ha muito condemnados pela razão esclarecida dos povos, porque sobre elles pesa a responsabilidade pelo derramamento do sangue de muitos martyres, pelo lucto e desgraça de muitas familias; desapareceram para sempre, como instituições anachronicas e incompativeis com a illustração do nosso seculo. A revolução de setembro foi o despertar d'um povo, que não pode, nem quer ser esmagado por mais tempo: a Hespanha de hoje é a Hespanha liberal de 1812 e 1820, mas superior em civilização.

O partido unionista nem é do presente nem do passado, nem é reaccionario nem liberal, é um todo hybrido e incomprehensivel. Não o anima uma idéa, não trabalha por um principio; tem sido sempre um partido de occasião; desde a sua origem que adoptou uma politica hypocrita e acanhada; pode considerar-se finalmente como um tropeço á marcha da revolução, em que tomou parte unicamente por interesse proprio. Este grupo, favorecendo a candidatura de Montpensier, perdeu algum prestigio que lhe restava, e lavrou a sentença da sua condemnação.

Os radicaes querem a monarchia, mas não encontram monarchia; dizem-se revolucionarios, mas não se atrevem a realizar o programma que formularam antes da revolução. A volubildade das ideas, a pouca energia e a falta de tacto politico têm despopularizado este partido, que em tempo foi muito popular na Hespanha.

A força do partido republicano federal augmenta diariamente, porque tem sido coherente, abraçando a revolução até ás suas ultimas e legitimas consequencias. A scisão entre os monarchicos dá incontestavel superioridade aos republicanos sobre os seus adversarios; enquanto estes consomem as forças e o tempo em se guerrearem, aquelles trabalham com zelo e enthusiasmo para que triumphe a causa que professam, e pela qual não duvidam sacrificar-se.

A tempestade, tantas vezes conjurada, estalou emfim. Reina a confusão nas phalanges monarchicas; e os republicanos permanecem firmes no seu posto, porque os fortalece a confiança no futuro que lhes pertence.

Correu em Madrid o boato de que Prim queria aproximar-se dos republicanos, proclamando-se a republica unitaria, da qual seria elle o presidente.

Não sabemos o que ha nisto de verdade; mas tomamos a liberdade de dirigir aos nossos correligionarios de Hespanha as seguintes considerações. É preciso que os democratras não façam unicamente questão de palavras. Pouco importa que um governo se chame monarchia, ou republica, se esse governo for centralizador, despotico ou immoral. Para nós a republica unitaria tem mais inconvenientes do que a monarchia, porque as liberdades publicas estão á mercê do primeiro ambicioso que alcance o poder: veja-se o que aconteceu em França com o primeiro e segundo imperio. Os exemplos do passado devem-nos servir de lição para o futuro.

Parece-nos igualmente que não pode nem deve ser presidente da republica um homem, que é Marquez, conde e capitão general, quando o seu passado nos não offerece garantias da sua dedicação á causa democratica. Talvez que os nossos temores sejam exagerados, mas julgamos que é imprudente e arriscada a experiencia. Os republicanos não carecem das bayonetas; as suas armas são mais sublimes, pois combatem com a razão, com a palavra e com

o exemplo. Todos os despotas aniquilados pelo fogo sagrado das revoluções eram defendidos por muita gente assalariada; mas os janizaros de que se rodeavam não puderam obstar á sua ruina. A pressão pode impedir por algum tempo a explosão da machina revolucionaria; mas só consegue tornala mais violenta e perigosa para aquelle que a comprime.

Em França as sessões do parlamento não têm offerecido grande interesse, porque ha dois factos que servem de thema ás reflexões da imprensa e ás conversações nos circulos politicos—a carta imperial de 21 de março, e o julgamento do principe Bonaparte.

A carta foi dirigida ao sr. Ollivier, ordenando-lhe que redigisse um projecto de senatus-consulta, que reforme a constituição de 1852, restituindo á nação a parte do poder constituinte que ella tinha delegado, e dando ao senado uma parte do poder legislativo. Não é conhecido o senatus-consulta; mas, trabalhando nelle o ministro da justiça, e MMr. Rouher e Thiers, deve sahir obra perfeita no seu genero. Não esperamos porem que seja uma reforma liberal, porque sempre temos sido scepticos a respeito do liberalismo de Mr. Thiers. O que nos espanta é vermos de mãos dadas o antigo ministro de Luiz Philippe e o ministro mais reaccionario que tem tido Napoleão III; admiramos a politica habil do Imperador, que soube combinar elementos, tão heterogeneos e desharmonicos.

Esta reforma da constituição é um expediente empregado pelo imperio para illudir a opinião nacional justamente indignada; mas Napoleão continuará sendo o mesmo despota que tem opprimido a França durante o longo periodo de dezoito annos.

Quem acreditar nas intenções sinceras do Imperador mostra desconhecer a historia contemporanea. O homem que suplantou a republica, de que era presidente, que protege a theocracia de Roma, que preparou a morte de Maximiliano, que persegue a imprensa, que tolhe o direito de reunião e associação, nunca pode merecer a estima dos homens liberaes. Napoleão III não é o amigo da liberdade, é o traidor da democracia; não é o defensor da ordem, é a personificação do despotismo; não é o sustentaculo da justiça, é o protector dos assassinos, que são seus parentes.

Os leitores comprehendem que nos referimos a Pedro Bonaparte, que ultimamente foi absolvido em Tours.

A historia d'este processo abunda em escandalos. O tribunal funcionou em Tours, para que a população de Paris não protestasse contra a injustiça. Puzeram-se em pratica todos os meios para demonstrar que o principe fora provocado pelo infeliz Victor Noir. Consumou-se a iniquidade de ser absolvido um *espadachim*, que já tem commettido muitos crimes graves.

Superior á justiça fallivel dos homens, está a justiça indefectivel de Deus.

Talvez que a morte de Victor Noir, que os juizes não quizeram punir, seja castigada com a ruina d'essa familia Bonaparte, que tem sempre trahido o povo, a quem deve toda a riqueza, e poder. Confiamos no futuro, porque defendemos a justiça, não obstante a opinião de mr. de Gerardin, que julga a dynastia napoleónica eternamente segura. Têm-se visto collossos mais fortes derribados pela tempestade revolucionaria; e a revolução que se está operando na Europa é a immensa alavanca, que ha de mover o mundo.

Um telegramma de Roma com data de 23 do corrente diz que o Papa se recusa a admittir no concilio um legado, qualquer que elle seja. Folgamos com esta noticia, porque entendemos que todas as religiões, todos os systemas, todas as escholas e todos os partidos devem proclamar livremente as suas doutrinas, para se apurar a verdade pela discussão.

Nenhum estado tem o direito de impedir á Egreja que defina novos dogmas; á humanidade compete admittil-os ou regeital-os. Justos louvores merece o Pontifice pela energia com que se oppõe á interferencia dos estados sobre os assumptos ecclesiasticos; muito estimariamos tambem que a curia e os bispos não quizessem ingerir-se nas materias civis e politicas.

O governo italiano, segundo as declarações do sr. Lanza, resolveu não intervir nem directa nem indirectamente nos negocios do concilio. Acertada resolução foi esta, da qual a Italia nunca terá que arrepende-se. Deixemos o ultramontanismo com a infallibilidade e com o sylabus; emquanto elle se despenha no abysmo, trabalhemos com entusiasmo para que se realizem os principios, que a philosophia nos aponta como justos e racionais.

Não nos amedrontem os anathemas, que hoje são impotentes. O seculo xviii assentou os alicerces do edificio; ao nosso seculo pertence concluir a obra, para merecer as bençãos dos seculos futuros.

Na Austria ha crise ministerial. O Imperador não quiz approvar o projecto de Giskra, que introduzia as eleições directas; pelo que a reforma eleitoral foi addiada indefinidamente por decisão tomada em conselho de ministros. O ministro do interior deu a demissão, como a sua dignidade o exigia; e é de esperar que os seus collegas o acompanhem, porque devem ser solidarios. Vejam os nossos conservadores que bellos resultados produz a participação do monarcha no poder legislativo: deixa de promulgar-se uma medida liberal, porque desagrada ao representante do despotismo hereditario! Parece que Francisco José quer morrer impenitente; não lhe terão aproveitado as lições severas que têm recebido?

Em Wurtemberg, Ulm, Francfort e outras cidades notaveis da Allemanha celebram-se reuniões

publicas, para protestar contra os grandes armamentos da Prussia. Esta agitação é respeitavel, porque é o clamor d'um povo, que deseja a paz entre todas as nações como condição imperterivel da prosperidade social.

Fernando Chrysostomo.

EXPEDIENTE

Recebemos — *La Republica Iberica*, diario politico de Madrid, que se digna trocar com o nosso semanario. Agradecemos penhoradissimos a remessa, bem como as benevolas palavras da carta que seu redactor dirigiu a esta redacção. Se todos não tivéssemos em nós a energia convicta nesta gloriosa propaganda, bastariam para nol-a dar as animadoras expressões do sr. D. Miguel Morayta.

Recebemos tambem — *Os Estados Unidos da Europa*, orgão da Liga da Paz de Genebra. Agradecemos esta fineza a Mr. Delerue, agente da liga em Portugal, assim como as lisongeiras expressões que nos dirigiu; e declaramos já que anuimos com todos os nossos desejos e aspirações ao pensamento eminentemente civilizador da liga federal.

Agradecemos tambem aos jornaes que trocaram connosco; assim como exprimimos o nosso reconhecimento pelas palavras animadoras com que fomos recebidos.

Recebemos alguns exemplares do novo livro do sr. dr. M. Nunes Gerales — *O Papa-Rei e o Concilio*.

Brevemente faremos uma apreciação desta obra verdadeiramente importante pelo seu merecimento litterario, e scientifico e pelas ideias liberaes que defende.

Fallaremos igualmente dos *Estudos sobre Finanças* do sr. dr. Antonio dos Santos Pereira Jardim, livro verdadeiramente scientifico, iuspirado pelos principios da eschola democratica, e a toda a altura das ideias liberaes sobre o imposto, e que muito póde contribuir para a resolução dos problemas financeiros.

Assigna-se para este jornal :

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.º 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra... 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 8 de Abril

N.º 4

● pauperismo

III

Summario.— Continuação do numero antecedente — A THEOCRACIA, seus adeptos e defensores, a soberania de *direito divino*, superstição e fanatismo religioso, impostura e beatice (caridade hypocrita).

A *theocracia*¹, adulterou as tradições religiosas, mundanisou a revelação, fabricou com mysteriosos caracteres e phrases cabalisticas um documento falso, uma procuração outorgada pelo proprio Deus, para reger os povos e governar o mundo!

Este importante documento, do qual resam os annaes do dispotismo, mas que ninguem até hoje ainda viu, e cujo *authographo* não apparece em archivo algum, foi acceite, ou antes supportado pelo povo, a quem a fé, e mais do que tudo a ignorancia, não permittiam ler e discutir, para contestar-lhe a validade.

A fim de angariar crentes ou conseguir *passiva obediencia*, empregaram estes generosos *procuradores* de Deus o terror, a tortura, o martyrio na terra, ameaçaram com os horrores do inferno alem da vida.

Chamaram-se *theocratas*, soberanos de *direito divino*, por se dizerem *mandatarios* do proprio Deus; *absolutistas*, por haverem todo o poder humano e pretenderem ser os fieis depositarios da omnipotencia do céo. Governaram o mundo com a força, com a ignorancia e com o fanatismo. Hoje chamam-se falsarios, despotas, hypocritas, expoliadores. A *miseria* é um producto das suas machinações e desvarios; o *pauperismo* a sua obra tristemente *grandiosa*. Vejamos:

A *theocracia* e o poder absoluto accorrentaram a razão e a consciencia dos povos á *miseria* da igno-

rancia e do fanatismo, e surgiram então, para mergulhar no lôdo social — os *proletarios* do espirito.

A *theocracia* desherdou, empobreceu o povo por usurpações continuas, sequestrou-lhe com a propriedade o trabalho, com a propriedade e com o trabalho a familia, com tudo isto a importancia social e alegria do lar domestico; e appareceram então — os *proletarios* do corpo, da dignidade e da honra, os famintos, os nus e os corruptos.

Precipitando-os nesta multiplice *miseria*, no vicio e no crime, immobilizando a vontade, tolhendo a palavra, suffucando aspirações, fêl-os escravos da sua fé e prometeu-lhes a liberdade nos ceos; tornando a vida pobreza, ignominia, escravidão e martyrio, apontou em premio, não da virtude mas da obediencia passiva, a felicidade para alem do tumulto; para castigo de insubordinação ou resistencia fez-lhe acreditar nos tormentos do inferno; appareceram então — os *escravos* da fé, os *proletarios* da esperanza, os *indifferentes* do mundo, os *ambiciosos* do ceo, os *receiosos* das penas eternas; — os fracos e os timidos.

O *despotismo* monarchico, a *realeza absoluta*¹, tiveram a mesma ou peor origem ainda; exerceram a mesma acção usurpadora, influencia igualmente pernicioso. Fructo venenoso do passado, estas duas outras tyrannias foram irmãs ou descendentes da *theocracia*; a natureza é a mesma, na forma pouco differem. Tyrannia do sacerdocio, tyrannia do imperio ou da realeza, tudo é tyrania.²

Levantou-se então um bando de homens, que se disseram representantes, partidarios defensores dessa triplíce monstruosidade. Infelizmente ainda hoje tem successores e descendentes, membros hereditarios, adventicios ou proselytos, e chamam-se — *theocratas* e *absolutistas*: são parentes e amigos; têm o mesmo patrimonio, a mesma industria; a

¹ Esta palavra na sua significação etymologica designa propriamente o governo de Deus; considerada na sua significação real e historica designa o governo, exercido em nome da divindade, por homens que fallam em nome do proprio Deus e se inculcam seus *ministros*. As instituições e as leis theocraticas são tambem fundadas em nome da divindade e consideradas, não como obra dos homens, mas um resultado da revelação do céo, que as ordena e traça todo o seu plano; são, para os que as admittem e para os que se dizem seus representantes, depositarios e executores, eternas e immutaveis como o seu *divino* autor. Estes *procuradores celestes*, defendendo os seus *interesses* e *prerogativas*, julgam e pretendem fazer acreditar que defendem o proprio Deus, sem que possam renunciar (affirmam elles) a um poder, cujo exercicio lhes foi directamente confiado pelo senhor de todas as cousas.

Michel Nicolas.

¹ Absolutismo é aquelle governo, em que a vontade de um *senhor* é a unica lei, do qual as *corporações*, quando por ventura existam, são apenas orgãos transmissores; este *senhor* absoluto considera-se o unico proprietario do seu imperio, e vê nos seus subditos meros usufructuarios; neste governo pode qualquer ser privado da sua liberdade e até da vida, sem que a auctoridade se digne explicar os motivos, sem que ao menos se possa manifestar o desejo de os conhecer; os tribunaes, se os ha, são subordinados aos caprichos e arbitrariedades do poder, annullam-se as sentenças, em que a innocencia não tem mais garantia do que o proprio crime.

Benjamin Constant.

² «... car il est bien que vous sachiez que tout exces de pouvoir est tyrannie, qu'elle que soit la nature de ce pouvoir.»

Pinheiro Ferreira.

maior nobreza da antiguidade, os mais velhos e fidalgos pregaminhos.

Sentem as mesmas necessidades e nutrem eguaes desejos. Têm as mesmas crenças e aspirações. O campo onde combatem, as armas que manejam são identicas; tambem são identicas a sua politica, justiça, lei, religião, moral, a sua *philantropia* e *caridade*.

Dignos e completos representantes de *illustres* avoengos, instituidos herdeiros em um testamento condicional, são herdeiros e representantes em tudo; se podem e se lh'o consentem, cumprem á risca as clausulas e executam fielmente a vontade dos testadores¹.

Os *absolutistas* e os *theocratas*, os representantes odiosos do *antigo regimen*, são hoje como foram sempre.

Pretendendo assenhorear a terra e escravisar os homens, levantam os olhos, injectados pela colera ou pelo remorso, para o céu, que não podem escalar e onde não chegam as suas devoradoras garras; que se podessem — ousariam arrebatat os raios do sol, não para fecundar a terra e fazel-a productiva, mas para a abrazar e tornar esteril; não para dar luz ao mundo e aquecer aquelles que a sua ambição e orgulho deixaram nus da alma e do corpo, mas para mergulhar o mundo e as victimas nas densas trevas da superstição e do fanatismo; que se podessem — quereriam o raio e o trovão para instrumentos de oppressão e terror; que avidos, se podessem, — ousariam desprender do firmamento as estrellas, para adornar com ellas as suas coróas e thearas, e a lua para candelabro nos seus nocturnos festins, nas suas immoralissimas orgias; que se podessem, pigmeus na virtude, gigantes nas ambições e no orgulho — quereriam «ir collocar nos céos e assentar no throno de Deus os despotas da terra!»

Mas é que Deus não conhece *desigualdade* entre os homens, e o sol e as estrellas e a lua não pertencem individualmente a alguem, são *usufructo* da humanidade, *propriedade* dos mundos!

Estes *generosos* oppressores do genero humano, *amigos* traiçoeiros do povo, empregando o terror, a violencia, a expolição, a perseguição e a tortura, appellidam-se bemfeitores da humanidade; *hypocritas* por systema, appellam para a moral que a toda hora insultam; *fanaticos* por calculo, recorrem á religião, que desvirtuam e a todo o momento ultrajam; *tyrannos* da egualdade, que odeiam e constantemente destroem invocam a *fraternidade* e o amor de Deus e do proximo; *soberbos* da sua criminosa opolencia, *orgulhosos* de tantos e tantos vicios e falsas virtudes, solicitam a *caridade*, e assim profanam e pretendem manchar o que ha de mais sublime e puro no Evangelho, de que se di-

¹ Podiamos apontar milhares de nomes e centenares de escriptos, citaremos apenas J. de Maistre e o seu livro *Le Pape*, que os representam e resumem todos, á parte a boa fé, que alguns lhe querem attribuir.

zem *sacrilègos* interpretes, que renegaram, e nunca, mil vezes nunca poderam comprehender!

Para elles a *assistencia* é, como a liberdade, como o direito, um *monopolio*, hermeneticamente encerrado em cofre de ferro, do qual só os poderosos têm a chave e os tyrannos sabem o segredo.

Para elles a *miseria* é lei natural e divina; sem esta chaga, que o despotismo e a tyrannia abriu e têm constantemente alimentado, o corpo social não poderia viver.

O mal, entrou no plano providencial que presidiu á formação dos mundos; a miseria é um dos effeitos do mal. Elles, que se dizem representantes de Deus, órgãos officiaes da Providencia, têm o dever e o direito de opprimir e fazer soffrer, de martyrisar o corpo social, cuja guarda lhes foi entregue e confiada por *mandato expresso* da divindade!

Sacrilègos! hypocritas! falsarios!

Defensores da theocracia, partidarios do absolutismo, deixae cahir por uma vez na lama que pizaes, a mascara abominavel da impustura, com que embaís os timidos, os ignorantes, os credulos, que tornaes escravos e cegos pela beatices, e pelo fanatismo!

Rasgae a purpura e os arminhos, que vos envolvem o cadaver humano e escondem as maculas do espirito, as ulceras do corpo, corrompido nas devassidões occultas e prazeres mundanos.

Lançaes ás ondas do oceano as *camandulas* do vosso rosario, e deixae ver a corda da fôrça, em que as trazeis enfiadas!

Levantae o *escapulario*, debaixo do qual guardaes o veneno que mata, e as algemas que agrilhãoam.

Não entreis no templo, que o profanaes, phariseus da honra, publicanos da virtude, vendilhões usurarios da *caridade*.

Não assenteis morada na casa do senhor, tenda nos seus arraiaes; não ha abi logar para os que fazem guerra á liberdade, á egualdade, e combatem pelo despotismo e pelos privilegios.

Invocaes a caridade, *generosos* protectores do desvalido, *bemfeitores* do orphão e da viuva? pensaes praticar uma obra meritoria, um acto de rasgada beneficencia — arremessando ao pobre, nu e faminto, a mais insignificante e vil moeda de cobre? — mandando distribuir-lhes os restos, mealha desprezada, na mesa farta dos vossos servidores e domesticos?

Soltae da *penitenciaria*, que chamaes pomposamente *assylo de piedade*, *casa de beneficencia*, os encarcerados de ambos os sexos e de todas as idades, que mantendes em *custodia* violenta, para que não vão á vossa porta inquietar a fingida tranquilidade, ou perturbar com gemidos e clamores, com um pro-

¹ No que dissemos, em tudo o que vamos dizer, só a estes nós referimos; queremos e louvamos a verdadeira caridade evangetlica, a piedade sincera é por nós venerada, objecto da maior admiração. As harmonias e as praticas sublimes do culto religioso elevam a alma até Deus, alentam a esperança, fortificam a fé no christianismo e nas suas promessas.

testo de lagrimas e justas queixas a alegria apparente dos vossos ruidosos festins. Fechae esse *museu* repugnante de raridades humanas e variados exemplares das miserias do pauperismo, onde a trôco de algum *titulo* vão ou *signal* de munificencia regia, alimentaes a immoral curiosidade e lisongeaes o infundado orgulho dos opulentos!

Restitui aos carinhos da mãe, ao seio da familia, ao affago dos parentes e amigos verdadeiramente caridosos, a innocente criança, que, em nome de uma falsa piedade e hypocrita beneficencia, entregaes a fingidos affectos e á indifferença de estranhos.

Muito vos deve o pauperismo e a miseria, a caridade e a religião, a igreja e a sociedade civil! Muito ha a esperar do vosso zêlo e dedicacão! É realmente grandiosa e meritoria a vossa obra, sublime a vossa piedade!

Arrancae a mascara hypocritas!

Deus é misericordioso e infinitamente justo; não manda lavar sentenças de morte, levantar patibulos, forjar grillhões, povoar masmorras; não precisa de algozes nem de carcereiros; dispensa zuavos e janizaros para guardas do seu templo augusto!

Deus acceita as provas de amor e reverencia, que lhe prestam os justos e os limpos de coração; mas reprova o servilismo pharisaico, a piedade mentirosa dos falsarios: a sua lei é toda luz, vida, liberdade e amor.

Deus acceita como prova de amor e reconhecimento o bem, que os homens se prestam mutuamente no exercicio da caridade evangelica; mas reprova a beneficencia falsa, interesseira e por vezes insolente.

Se em Deus pudesse haver um sentimento mundano, Deus só poderia ter por vós o mais completo desprezo.

Não o receeis porem.

Deus é grande diante dos pequenos, generosa a victima perante o algoz, tolerante o povo em frente dos oppressores!

O perdão do Golgotha chegou a todos.

O sol da redempção maior, mais esplendido que o grande astro do dia, a todos aquece e illumina.

O amor é a lei do Evangelho.

A egualdade a lei da Natureza.

A liberdade, filha do amor e da egualdade, será um dia a suprema, e talvez a unica lei do mundo!

(Continua).

M. E. Garcia.

O sr. Marçal d'Azevedo Pacheco enviou-nos o seguinte:

A republica

Bendiga Dios a quien tenga el anhelo de saber para ser justo!

ROQUE BARCIA.

Ha muito que nas altas regiões da *especulativa* foi condemnado o *monarchismo* para se revelar esplendida a imagem da *republica*.

Já agora não se tracta de discutir preferencias entre as duas formas de governo.

A formula politica, que a philosophia moderna auctorisa para as sociedades civilisadas, é o governo republicano.

Em theoria não conta adversarios para temer.

Quando porem a republica se manifesta na sua realisacão *applicativa*, surgem para combatel-a os malevolos consciences e os ignorantes de boa fé.

Os primeiros, adoradores do *direito divino*, *ostros* do velho regimen, não creem no evangelho social, porque não ha nelle um versiculo onde se leia — *favoritismo, hereditariedade, privilegio, sinecura!*

Estes quatro vocabulos, que significam quatro absurdos monstruosos, são os elementos essenciaes, da vida d'estes inimigos da republica. Eis porque a combatem.

Os segundos, almas timoratas e acanhadas por falta d'instrucção e independencia, teem acreditado que a republica vem sempre cortejada pela revolução e pelo sangue, pela anarchia e desordem. Eis porque a não acceitam.

Sinceramente:

É preciso que os verdadeiros republicanos não planem só no campo dos principios.

É preciso encarar de frente os reis e seus aulicos para lhes dizer que renunciem ao papel anachtonico e ridiculo que representam hoje.

Muitos reis da terra deporiam o sceptro e a purpura, se tivessem conhecimento completo da farça burlesca que desempenham; haviam de preferir ser cidadãos livres e independentes a ser escravos e irracionaes: que tanto importa a *irresponsabilidade* real e a *cortezania* dos paços!

É preciso destruir os preconceitos do povo, e por a claro as tramas ominosas dos vassallos da realaleza.

As calumnias, com que se pretende ennodoar a tunica alvissima da republica, devem estampar-se, á luz do dia, na frente d'esses especuladores, para que o povo os conheça e, com esse conhecimento, lhe advenha a perda da sua credulidade.

A ignorancia é o grande pedestal das monarchias!

Os parasitas galardoados, os ociosos cobertos com as *veneras* do monarchismo, andam atemorizando os espiritos com os horrores, que em França acompanharam a republica!

Hypocritas ou ignorantes!

Quereis saber porque 93 e 48 não significam o triumpho practico da idéa que sustentamos? perguntae-o ao 18 brumaire e á perfida traição do 2 de dezembro; perguntae-o aos dois Bonapartes, ambos *grandes*, mas ambos *despotas!*

Se houve excessos, se houve revoluções e sangue, não o attribuais á republica, que implica o reconhecimento dos direitos humanos, mas buscae a sua origem nas oppressões da tyrannia dos reis, saturados do trabalho e da vida dos povos!

Não!

A republica, filha do christianismo e da liberdade, não se nutre de perturbações sociaes.

É a consagração da triplice democracia, religiosa, civil e politica.

Democracia — religiosa que abomina as religiões officiaes, que apaga a fogueira inquisitorial, que préga a tolerancia, que reconhece ao homem o direito de livremente adorar o Deus das suas crenças. Ensina sem queimar, apostolisa sem guerras. ¹

Democracia civil — que significa a egualdade dos cidadãos perante a lei, que extingue as primogenituras e morgados, por serem preconceitos a nobilitar a ociosidade, que proclama a allodialidade dos bens para desenvolvimento da producção, que promove e amplia as relações sociaes.

Democracia politica — que tem por principios a intelligencia e honradez para a admissão aos cargos publicos, que repelle a hereditariedade por absurda, que pede a descentralisação administrativa e moral, para a emancipação do municipio e communa; tem por base a soberania popular manifestada pelo voto livre e universal; combate o censo porque avilta a dignidade humana; proclama o igual respeito e consideração egual para todas as varias manifestações da actividade humana.

Aqui tendes rapidamente esboçados os alicerces religiosos, civis e politicos, sobre que assenta o edificio social das republicas.

Abramos agora o codigo das monarchias.

A sociedade divide-se em *classes*, — aristocratas e populares; nobreza e consideração para aquelles, que não trabalham, que vivem a vida de seus maiores, que significam as mais das vezes, nullidade ou mediocridade; degradação e tyrannia para estes, que fecundam as industrias, que activam a producção, e que geram as civilisações.

O principio vital do regimen monarchico é a *hereditariedade*. Fundamenta-se o merito do cidadão no facto casual do nascimento!

Os *exercitos permanentes*, que partem os laços da familia, influem poderosamente no accrescimento do pauperismo, alimentam o vicio e a prostituição na caserna e no prostibulo, produzem o estiolamento das industrias, os exercitos permanentes — são as indispensaveis columnas da realza enthronisada!

A *intolerancia* de cultos para constituir a fingida alliança do throno e altar, como se uma hypocrisia podesse influir na moralidade dos povos ou na salvação das almas; a *cega obediencia* do subdito para exercer-se completo o arbitrio do despota; a *pena de morte*, para correr desenfreada a tyrannia dos algozes, são outros tantos artigos dos programmas monarchicos!

Accrescentae o *rei*, que, ou é um impossivel politico, como nos systemas absolutos, ou uma nullidade anti-economica, como nas realzas constitu-

cionaes, e ahi vos fica a *magestosa pyramide* das monarchias!

E ainda existem e ainda as consentimos depois de tantos seculos de philosophia e christianismo!

Mas *o povo não está preparado!*

Eis o argumento commum, que nos appresentam os adversarios da republica ou os tibios defensores d'ella.

Analizemol-o.

Se dizeis que a ignorancia do povo é o unico obstaculo á realidade practica da republica, affirmaes implicitamente que a *republica* é um *bem*.

Se assim é, haveis de concluir *logicamente* que é um *mal* a *monarchia*. Para que está o povo preparado? Para o bem ou para o mal?

Quando enviaes vossos filhos á eschola, examinaes por ventura se estão educados, ou ides á eschola buscar-lhes a educação? A republica é antes de tudo, uma grande eschola para o apprendizado politico. É em seu seio e sob a influencia benefica das suas instituções, que os povos apprendem.

Propagal-a, pois, é a missão de quantos tem alma para dedicar-se e intelligencia para ensinar. É realisavel hoje, amanhã, sempre.

A democracia, como o escreveu o sempre chorado Lopes de Mendonça, anda por ahi escripta em toda a terra com o suor dos operarios e de quantos trabalham.

Não tem annos.

Dificuldades practicas surgiram sempre que uma idea generosa e fecunda houve de realisar-se. Para que um povo seja republicano, não é essencial que seja um povo de sabios. Basta que oiça os dictames da consciencia, a verdade da natureza, odeie o despotismo, e adore a liberdade!

As tempestades que vão abalando os thronos europeus, prenunciam a alvorada de um grande dia.

M. Azevedo Pacheco.

Refutação dos principaes argumentos com que se pretende combater o governo republicano.

Quando procuramos na esphera dos principios a melhor forma de governo, a razão, exercendo-se sobre os factos sociaes, e estudando a natureza humana, o destino da sociedade e as tendencias dos individuos, ensina que o principio governativo deve revestir-se de uma formula que assegure aos membros da nação todos os direitos originarios, de maneira que o cidadão não seja impedido no legitimo exercicio da sua actividade. Tambem demonstra a verdadeira philosophia do direito politico que a soberania, o supremo poder das nações reside nos individuos que as constituem. Vem depois a experiencia e a practica, e provam que não sendo possivel, nem conveniente, que todos os cidadãos exerçam individualmente a soberania, torna-se in-

¹ Brûler n'est pas reprendre.

dispensavel que as funcções d'uma parte d'ella sejam delegadas em certos e determinados individuos competentes para o seu exercicio.

D'estas idéas fundamentaes nasce esta conclusão: Todos os poderes sociæes emanam do povo; e os homens mais dignos e competentes devem ser chamados para os differentes cargos publicos.

A este respeito foi bem terminante, clara e verdadeira a Assembleia Nacional de 1789, quando, na celebre declaração dos direitos do homem, determinou: O principio de toda a soberania reside essencialmente nos cidadãos. Nenhuma corporação, nenhum individuo pode exercer auctoridade que não provenha expressamente da nação.

Esta doutrina passou para muitas constituições, e ainda ha pouco o nobre povo hespanhol a consignou no artigo 32 do seu novo código politico. É tambem expressa na nossa constituição de 1838 artigo 33.

Mas os legisladores, respeitando privilegios e conveniencias imaginarias, fazem excepções odiosas a estes principios incontestaveis, introduzindo na forma do governo poderes que não se derivam da vontade da nação.

É certo que as formas de governo devem acomodar-se ás necessidades dos povos e ao grau de illustração e progresso; mas não é menos evidente que os principios e a doutrina racional não podem despresar-se em attenção a falsas conveniencias.

Dizem os defensores da monarchia: O governo republicano não pode ser estabelecido, sem que o povo tenha a illustração, para eleger os seus representantes.

Concordamos. Aquelles que são chamados a dirigir os destinos dos povos, devem possuir certos predicados, como instrucção, moralidade e independencia; e o povo ignorante e estúpido não pode averiguar quaes os homens em que concorrem estas virtudes. Mas agora perguntamos: Não ha, em quasi todas as nações da Europa, habilitações e meios bastantes para se eleger com acerto o chefe de todos os poderes politicos? Pois o povo das nações constitucionaes sabe eleger o poder legislativo e outros, e só não tem competencia para escolher o seu chefe? Os eleitores menos esclarecidos e habilitados tem meios bastantes para se informarem da idoneidade dos candidatos. Em quasi todas as parochias ha homens de certa illustração, com quem o povo se pode aconselhar. Alem disto é conveniente dizer-se que, para eleger homens dignos, não é necessaria grande illustração.

Podem apresentar-nos contra estas razões os desvarios e corrupção que se observa nas nossas eleições. Respondemos que o povo é o menos culpado. Os homens que devem dar bons exemplos, é que são os desmoralisadores do povo. Bom é que este consiga illustração, e aquelles, moralidade.

Allegam os inimigos da republica: Para se adoptar esta forma de governo, é necessario que os ci-

dadãos conheçam todo o machinismo da sua organização, que saibam no que elle consiste, e quaes os direitos e obrigações dos governantes e governados.

Este argumento seria rigoroso, se nos demonstrassem que o povo já teve governo republicano, e que o não comprehendeu.

Este argumento e outros semelhantes, quando verdadeiros, o que provam é que devemos trabalhar, para que o povo se prepare para receber esta forma de governo. A republica aprende-se com a republica, como o systema constitucional se tem aprendido com a sua practica.

Qual é o tribunal que hade julgar das habilitações do povo? É melhor que haja um ou outro mal, este ou aquelle abuso, quando se adopta uma profunda reforma, do que estarmos sempre vivendo com instituições, que não são a manifestação d'um principio racional e justó.

Se o povo portuguez não pode hoje passar do regimen constitucional para o republicano, como pôde passar do absolutismo para a constituição?

O povo portuguez ainda conhece mais hoje o regimen republicano, do que o constitucional em 1822 e 1826; porque já tem a imprensa, as reuniões politicas, a practica das eleições e das assembleas legislativas.

Neste ponto os nossos antagonistas podem dizer-nos: Em Portugal não ha republicanos, a imprensa não tem espalhado as novas ideas, os livros dos democratas não apparecem, as associações propagadoras não existem, a opinião publica não tem feito reclamações.

Ha nisto uma completa illusão e alguma falsidade. Em Portugal ha muitos democratas.

Quem avalia as coisas pelas suas apparencias muitas vezes engana-se. Muitos homens que seguem as novas idéas não tem animo para as apresentar em publico; outros não querem perder os seus interesses; taes receiam comprometter o seu futuro; taes não querem adversarios nem perseguições. Não esqueçamos tambem os indifferentes, que são em grande numero, e todos os que desejam permanecer para o *statu quo*; esses acompanham os movimentos, mas não querem ser iniciadores.

O que se não pode negar é que muitos homens illustrados são republicanos; e a mocidade que estuda segue geralmente as ideias democraticas. O povo tambem deixará sem grande repugnancia o regimen actual que não lhe tem promovido grandes felicidades.

Uma outra razão que os monarchistas apresentam, é: A monarchia esta incarnada nos costumes e habitos dos povos que não soffrem mudança sem graves prejuizos e poderosa resistencia.

Tambem estavam nos habitos dos povos o abrolutismo, a theocracia, o feudalismo, a escravatura, a degradação da mulher, a inquisição, a intolerancia, a pena de morte, as penas afflitivas, o confisco,

a infamia, os morgados, os prazos de vidas, etc. etc.; mas todos estes absurdos ou já foram aniquilados pela civilização, ou todos os dias batem em retirada. E não devera acontecer o mesmo aos que ainda existem?

Quem trabalha para os destruir não merece condemnação.

Os principios e a sciencia, mais tarde ou mais cedo, hão de vencer os preconceitos e falsas ideas. Todo o homem que em theoria admite um principio, tem obrigação de destruir os obstaculos que impedem a sua realisação.

Este argumento das *conveniencias*, que anda sempre na bocca dos conservadores, é um subterfugio *desgraçado*.

Se a sociedade não está preparada para receber uma nova formula trabalhemos para que desapareçam as difficuldades.

(Continua).

F. R.

Politica interna

Summario. — Abertura do parlamento. — Discurso da corôa. — Organização administrativa e financial. — Camara dos pares. — Responsabilidade ministerial. — Instrucção publica. — Attitude das camaras.

Abriu-se mais uma vez o parlamento portuguez; e mais uma vez a soberania nacional vai fallar pela bocca dos seus representantes.

Saudemos esta abertura!

As garantias liberaes que nós temos, embora sejam incompletas, têm sido conquistadas á custa de tanto sangue e de tantos esforços, e a fragil estatua do systema representativo está assente sobre tantas victimas do despotismo que não podemos deixar de estremecer de jubilo, cada vez que o povo sobe, na pessoa dos seus representantes, aos fastigos da governação.

Com a abertura do parlamento offerece-se natural e necessariamente á nossa analyse o discurso da corôa.

Todo e qualquer discurso da corôa, devendo representar a solidariedade do mesmo pensamento no governo e as bases da sua futura administração, é sem duvida um facto importantissimo pelos seus effeitos. Estudado com toda a imparcialidade e aprecial-o com a mais rigorosa attenção deveria ser o mesmo que desenrolar deante do paiz quasi todos os actos e esforços ulteriores do poder executivo.

Ha muito, porem, que os discursos da corôa estão reduzidos a programmas officiaes sem realidade, e a uma d'essas mil formalidades inuteis em que os governos consomem o tempo.

Olhado em si, o novo discurso da corôa mostra a penetração das necessidades administrativas e financeiras do paiz, e uma transacção manifesta com as aspirações democraticas que se têm feito sentir nestes ultimos tempos.

Promette-nos a apresentação das reformas administrativas, o melhoramento da organização financial, a reforma da camara dos Pares segundo a letra da constituição, e uma proposta que fixe a responsabilidade ministerial. Vê-se portanto que o discurso da corôa annuncia mais um passo no caminho das transformações liberaes, embora enredado nas sarças das velharias retrógradas.

Emquanto á administração, não devemos parar nas insignificantes reformas já effectuadas; cada dia se torna mais urgente e necessaria uma reforma completa e radical. A

boa organização da administração publica, trazendo consigo a descentralisação administrativa e a centralisação governativa, é um dos elementos mais poderosos para a prosperidade material e moral de um Estado. Muito desejamos portanto ver convergir para este ponto a attenção do actual gabinete.

As finanças são como todos sabem a alavanca principal de um Estado: dar-lhes uma forma regular e conveniente é debellar o espectro da banca-rotta e fechar o abysmo á beira do qual está collocado o nosso paiz. Entendemos porem que esta questão anda essencialmente ligada com todas as outras da nossa organização politica.

A reforma financial estará feita na maior parte, logo que se tenham devidamente reformado as outras instituições do Estado; e um dos grandes erros de quasi todos os governos tem sido certamente o consideral-a mais abstracta e separadamente do que fôra conveniente.

A reforma da camara dos Pares ha muito que é urgentemente reclamada pelas necessidades do paiz; e ha muito tambem que a opinião publica tem fulminando de interdito aquella corporação completamente anachronica.

Quatro são os pontos culminantes que a fazem olhar como a mais absurda das nossas instituições politicas — a hereditariedade — a vitalicidade — a nomeação pelo rei — e a não limitação do numero de seus membros.

A hereditariedade é um d'esses prejuizos da velha sociedade que não pode medrar senão á sombra da ignorancia; porque o nascimento indica apenas que mais um ente veio ao mundo.

A *vitalicidade*, embora alguns queiram defendel-a, como mais propria para garantir a independencia dos Pares, offende altamente o principio electivo; e é por isso um obstaculo á justa expressão da vontade nacional.

A nomeação pelo rei indica um privilegio absurdo, anteposto á vontade de todo um povo; é o arbitrio illimitado das antigas realzas arrojado por escarneo ao centro dos governos representativos.

O argumento de que o rei precisa uma instituição em que se apoie contra as pretenções, ás vezes desregadamente ambiciosas dos tribunos populares, e que para isso lhe deve ser confiada a nomeação da segunda camara, nada prova; porque o escudo da realza deve ser sómente a vontade da nação funcionando livremente na esphera da sua soberania, o seu esteio o affecto de todos os cidadãos. Esta união e mutuo auxilio do rei e da segunda camara assemelha-se ao tronco carcomido, abrigando-se da tormenta pelas heras já seccas e mirradas pelo tempo.

O ultimo absurdo que apparece na camara dos Pares é o numero illimitado de seus membros. Esta disposição é o ludibrio das garantias nacionaes; é a invalidação da resistencia que os representantes do povo poderiam oppor ao despotismo da monarchia; é, numa palavra, uma porta continuamente aberta para sophismar o systema liberal.

O discurso da corôa promette-nos a reforma da camara dos pares, mas *segundo a letra da constituição*; e esta no art. 39.º diz: «A camara dos Pares é composta de membros vitalicios, e hereditarios, nomeados pelo rei, e sem numero fixo.»

Que devemos portanto esperar d'esta promessa da corôa?

A verdadeira organização da camara dos Pares deve assentar sobre a ruina dos artigos correspondentes da carta constitucional. É preciso derrubar para sempre as disposições velhas e sem fundamento, e cortar pela raiz as antigualhas anachronicas, para edificar depois livremente o edificio completo da democracia.

A responsabilidade ministerial é talvez, como diz Ramon Salas, um dos pontos mais difficeis e mais importantes do Direito Publico; e é certo tambem que tem sido um dos mais descuidados entre nós.

Definir bem a responsabilidade ministerial, é levantar um dique aos excessos e aos abusos do poder executivo;

muito é portanto para louvar a promessa de uma lei que preencha esta necessidade. É certo, porém, que, assim como na camara dos pares, também na responsabilidade ministerial, deve principiar-se pela reforma dos artigos correlativos da carta constitucional. É preciso distinguir-se bem o que pertence pura e simplesmente á responsabilidade ministerial, e o que entra no quadro da responsabilidade geral em que todo o cidadão está collocado deante da lei. Aquella pertence ao Direito Publico; esta é do dominio do Direito Criminal.

É o que a nossa carta não faz; e por isso repetimos ainda, e demonstraremos num artigo especial sobre esta materia, que a primeira medida neste ponto deveria ser a reforma dos artigos da constituição.

Sentimos que o discurso da corôa guardasse absoluto silencio sobre a instrucção publica.

O ensino entre nós, insuflado ainda do espirito jesuitico que lhe preside, e comprimido nas peias de uma organização antiliberal, anda reclamando, ha muito, um braço robusto que o levante, e uma reforma que lhe doire os horisontes com o sol da liberdade.

O discurso da corôa não devia esquecer esta necessidade; e tanto mais que é principalmente á luz esplendida da instrucção que a humanidade deve caminhar para o seu aperfeiçoamento.

A attitude da camara dos Deputados é extremamente favoravel ao ministerio. A noticia das reuniões politicas e os primeiros passos do poder legislativo, mostram que quasi toda a camara está firmemente resolvida a prestar o seu apoio ao actual gabinete.

Entendemos que não é motivo para grandes jubilos da parte da nação este apoio dado ao ministerio.

Emquanto uma administração verdadeiramente liberal não hastear a bandeira da democracia, nós desejávamos sempre ver na brecha uma opposição respeitavel para conter os abusos do poder.

Não queremos crear embaraços á situação, porque ella precisa de muita força e de muito auxilio na espinhosa tarefa que tem a desempenhar; mas não queremos também que fiquem sem garantia as liberdades populares, e sem obstaculo as prepotencias ministeriaes.

Emquanto á segunda camara, as opiniões politicas da maior parte dos seus membros, e os ultimos tempos da legislatura passada, indicam também que o governo encontrará nella um amplo e decidido apoio.

Oxalá que todos estes auxilios sirvam para caminharmos energeticamente no caminho das reformas verdadeiramente liberaes.

Adriano Anthero.

Politica externa

Summario.—HESPAÑHA — Reorganisação do partido republicano federal, — trabalhos parlamentares, — sessão de 2 de abril, — demissão do ministro do utramar. — FRANÇA — analyse rapida do senatus-consulto.

Entre todas as noticias importantes que nos trazem os jornaes d'Hispanha merece um lugar de preferencia a da reorganisação do partido republicano federal. No dia 31 de março a Assembléa Republicana Federal publicou um manifesto, aonde se expõem numa linguagem simples e verdadeira as bazes politicas do partido e a linha de procedimento que deve seguir para chegar á realisacão dos principios democraticos. O pouco espaço de que dispomos não nos permite transcrever na integra este interessante documento, nem apreciar-o demoradamente; mas extractamos os seus pontos principaes, que apresentam a pura doutrina democratica e definem a indole do partido republicano.

1.^a «A base politica do partido republicano federal é, e será sempre, a forma republicana-democratica federal com exclusão absoluta de qualquer outra forma de governo, até a republica unitaria, *quasquei que sejam as circunstancias em que a Hespanha se encontre.*»

Folgamos ao ler este paragrapho, que vem desmentir os boatos de alliança entre os republicanos e radicaes, para estabelecerem a republica unitaria.

Com relação ao procedimento do partido não podem ser mais sensatas e louvaveis as declarações da assemblea republicana.

Os federaes respeitarão todos os partidos, trabalharão com entusiasmo na propaganda democratica, e combaterão todas as arbitrariedades do governo e dos seus agentes; mas nunca transporão os limites da legalidade, senão em ultimo recurso, quando os partidos dominantes lhes toherem o uso dos meios legais.

Creou-se um directorio composto de cinco membros amoviveis, para dirigir a propaganda e a acção do partido, correspondendo-se directamente com as provincias. Foram eleitos para formar este directorio os srs. D. José Maria Orense, D. Estanislaou Figueras, D. Emilio Castellar, D. Vicente Urgelles e D. Francisco Pi y Margall.

Damos os parabens aos nossos correligionarios de Hespanha pelas prudentes resoluções que adoptaram; e auguramos-lhes o proximo e completo triumpho sobre os partidos pseudo-revolucionarios.

Sómente o partido republicano comprehendeu bem o alcance da revolução de setembro; a elle pertence pois dirigir-a para que as reformas politicas e sociaes, que ella inscreveu no seu programma, sejam uma realidade.

Não daremos de mão ao assumpto, sem manifestar a surpresa que nos causou uma das resoluções da Assembléa, que declara ter visto com singular satisfacção o entusiasmo que reinou nas reuniões celebradas em Lisboa e Porto a favor da republica federal; e decide que nesse sentido se dirija uma mensagem aos cidadãos Latino Coelho e Vieira de Castro, que tomaram uma parte muito activa nestas reuniões. Os republicanos hespanhoes estão mal informados. Nas reuniões de Lisboa e do Porto trataram-se unicamente negocios eleitoraes, e os mencionados cavalheiros não fizeram mais do que apresentar-se como candidatos a deputados, em opposição ao ministerio do sr. Duque de Loulé. Em Portugal os democratas não formam um partido; apenas começa agora a ecoar na imprensa a palavra — *Republica*. São precisos muitos esforços e muita dedicacão, para se organizar convenientemente o partido republicano, que deve ser formado por homens que não tenham tomado parte na politica mesquinha das facções. Deixemos porém o assumpto, que é improprio d'este lugar. Da organisação do partido democratico nos occuparemos em um artigo que brevemente será publicado.

As Cortes Constituintes occupam-se nas sessões da tarde com a discussão das leis organicas; nas sessões nocturnas tractam da constituição de Puerto Rico. Os debates parlamentares têm corrido porém com pouca animação; parece que se apoderou do Congresso o desânimo e a descrença que vão penetrando em todos os espiritos, pois que, no meio da variedade e confusão dos partidos, ninguem descobre qual será o futuro da briosca nação hespanhola. Quando surgirá o grande dia, em que a Hespanha desfructe os beneficios da liberdade e as vantagens da civilisação, livre de governos oppressores e de agitações contrarias ao desenvolvimento e á prosperidade d'um povo? A esta pergunta responde cathgorica e satisfactoriamente o partido republicano federal; mas emquanto a Hespanha confiar os seus destinos aos homens da espada, e acreditar na efficacia dos palliativos da politica conservadora, difficil lhe será vencer todos os obstaculos, que se oppõem ao seu progresso e engrandecimento. Que estes obstaculos são mui serios e importantes demonstram-n-o á evidencia

as dificuldades com que o governo lucta diariamente, e os tropeços que encontra a cada passo na senda tortuosa, por onde caminha talvez para..... o abysmo.

Na sessão do dia 2 do corrente soffreu o ministerio um choque violento, ao qual podia seguir-se uma queda desastrosa e até mortal, se o não amparasse a mão bemfezida da minoria republicana. O sr. Bugallal perguntou ao ministro do fomento, se tinha ordenado que deixasse de ensinar-se religião nas escholas. Respondeu o sr. Echegaray que, tendo-se decretado a liberdade religiosa, o Estado não devia mandar ensinar esta ou aquella religião, deixando aos paes a liberdade de educar seus filhos na religião que mais lhes aprobevesse.

As ideias liberaes expendidas pelo ministro desagradaram, como era natural, ao partido conservador.

O deputado interpellante apresentou uma moção de censura, á qual os demócratas oppozeram outra de approvação, que, depois de larga discussão, foi adoptada por 78 votos contra 75, incluindo-se naquelle numero 27 deputados republicanos. É assim que procedem as opposições conscienciosas, que defendem os principios e não combatem os homens, que desejam realizar uma ideia e não aspiram á posse do governo.

O sr. Becerra deixou a pasta do ultramar por causa d'uma accusação injusta e leviana que dirigiu contra o deputado Romero Robledo. Foi substituído pelo sr. Moret.

— Não nos enganavamos, quando diziamos que a reforma da constituição, devida á iniciativa de Napoleão III, não corresponderia ás exigencias da opinião publica, e ás esperanças concebidas pelos homens de boa fé, que julgavam possível a coexistencia da liberdade com o imperio. Promettera Napoleão restituir á nação o poder constituinte; querem os leitores saber como se desempenhou da promessa? Leiam o artigo 5.º do senatus-consulta que diz: «A constituição não poderá ser modificada senão pelo povo, por proposta do imperador».

As coisas ficam peor do que estavam porque, o senado, cujos interesses estão ligados com os da dynastia, pode obstar a que sejam convertidas em leis as propostas dos deputados; e o imperador reserva para si a iniciativa da reforma constitucional.

Ainda d'esta vez o *Cesar* das Tulherias fallou a linguagem hypocrita, peculiar a toda a sua familia. Os Bonapartes dizem-se amigos do povo, sendo os seus algozes; exercem o despotismo em nome da liberdade.

Napoleão não conhece de certo a verdade que encerram estes versos do nosso distincto poeta Gomes d'Amorim:

... despota do Sena,
Lembra-te que em Sancta Helena
Succumbiu outro maior.

Como nas outras nações não ha factos dignos de registrar-se, despedimo-nos hoje dos leitores, pedindo-lhes que nos desculpem o termos misturado versos com politica, apesar de sabermos que a politica dos poetas é como a poesia dos politicos. A regra porem não é tão absoluta que não admitta excepções.

Fernando Chrysostomo.

EXPEDIENTE

Consignamos aqui a nossa gratidão ao distincto poeta D. Roque Bárcia. As suas phrases benevolas ficarão para sempre gravadas em nossos corações.

É evidente que na alma do poeta reflorece toda a vida, em continua primavera, tanto as saudades do passado, como as esperanças do futuro. O seu coração, ainda no meio das luctas politicas de uma sociedade agitada,

tem sempre uma elegia, um cantico ou um suspiro, para consagrar ás recordações do preterito.

Para elle toda a humanidade é um templo onde a palavra — fraternidade se inscreve em todas as columnas; cada paiz um altar em que os cidadãos devem sacrificar diariamente ao Deus da liberdade; cada familia o remanso dos purissimos affectos, onde se refugiam do mundo indifferente os sorrisos e as lagrimas, as chymeras e os enganãos.

O poeta que dizia em Portugal:

! Que floridos, que alegres, que frondosos
Son les hermosos campos portuguezes!

e na profunda saudade da sua patria dirigia ao Tejo esta supplica:

«Mira rio Tajo mi affiiecion extrema
Tu, que viste otro tiempo mi ventura.»

não admira que diga hoje referindo-se á nossa terra: «Si la noble familia lusitana necessitara en algun tiempo mi sacrificio, el antiguo emigrado probaria que tambien es patria para el hombre aquella tierra que nos gravó en el alma um hermoso recuerdo.»

Coimbra, Lisboa, Porto e todos os portuguezes, ás saudades que lhes envia Roque Bárcia, respondem com a saudade que lhes deixou o distincto emigrado, e com a admiração que lhes inspira o auctor da mimosa poesia — *El Tajo*; e nós respondemos-lhe alem d'isto com o entusiasmo que nos communica a sua alma verdadeiramente democratica.

Recebemos e agradecemos a — *Philosophia do Direito*, obra de grande merecimento escripta pelo sr. dr. J. M. Rodrigues de Brito.

Livros como o do sr. dr. Brito prestam sempre á sciencia um relevante serviço, e provam que o seu auctor está a par do mais adiantado movimento da philosophia.

Não basta prégar o principio sublime da fraternidade; é mister applical-o a cada uma das instituições humanas; é preciso subordinar-lhe as sciencias sociaes para que possa completar-se devidamente a regeneração da humanidade.

O sr. dr. Brito substitue o principio incompleto do *neminem laede*, pelo principio humanitario da *mutualidade de serviços*, como mais proprio para attingirmos a perfeição social.

Este livro acha-se á venda nas principaes livrarias do reino, e em Madrid, em casa de Hijos de D. Gabriel Sanchez — Carretas.

Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra... 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 16 de Abril

N.º 5

Necessidade da organização do partido democratico em Portugal

O mais bello espectáculo que nos offerecem os governos representativos é a lucta legal dos partidos no parlamento e na imprensa, nas associações e nos comicios.

A agitação pacifica do povo é uma prova de illustração e patriotismo, porque só um povo instruido e moralizado toma interesse pelas coisas publicas, e sabe impôr a sua vontade aos governos sem recorrer a revoluções sanguinolentas. O indifferentismo politico é a origem de todos os males sociaes, e a principal causa do estado desgraçado em que nos encontramos. É pois um dever de todos os bons cidadãos estudar as causas d'esta pernicioso enfermidade, e procurar combatel-a, emquanto é tempo.

Na nossa opinião o indifferentismo politico procede da ignorancia do povo e da corrupção do poder; e não desaparecerá, emquanto não houver instrução e moralidade.

Ouvimos dizer todos os dias: O povo é responsavel pelos males que nos affigem, porque não faz uma escolha independente e escrupulosa dos homens, a quem delega o poder legislativo e o cuidado de velar pela boa execução das leis. Repete-se muitas vezes que nas eleições predominam as influencias locais e a pressão dos governos; mas nunca se accusa o governo pelo seu desleixo em proporcionar ao povo a instrução necessaria, para que possa comprehender o valor dos seus direitos e a importancia dos seus deveres. Quereis attribuir ao povo a responsabilidade dos vossos abusos, e negaes-lhe a instrução, que é o unico meio porque elle pode conhecel-os e punil-os, votando-vos ao completo ostracismo politico? Entendeis que o povo é responsavel, quando elle não sabe medir o alcance d'essa responsabilidade? Como poderá o povo escolher livre e acertadamente os seus representantes, se não tem a intelligencia sufficientemente desenvolvida, para apreciar devidamente os actos e os principios politicos dos diversos candidatos? Poderá dizer-se com verdade que as camaras são a expressão da vontade nacional, sendo as eleições sempre feitas sob a intervenção directa dos agentes do governo?

A resposta a estas interrogações não poderá ser

muito lisongeira para os homens, que até hoje têm presidido ao governo da nação.

A instrução primaria tem sido completamente descurada em Portugal. Para demonstrar a verdade d'esta asserção, vamos folhear o orçamento, ainda que com bastante repugnancia, porque nesse livro se resumem todos os erros commettidos pelos estadistas, durante trinta e seis annos de governo monarchico-representativo.

Não sendo o nosso fim analysar o orçamento, não fallaremos de todos os desperdicios e escandalos que nelle se encontram; bastará dizer que pelo ministerio dos negocios estrangeiros se dispende a quantia 2:400\$000 réis em condecorações!

A familia real custa-nos annualmente, abatendo as deducções, a somma de 548:000\$000 réis!

Com as dioceses consomem-se 182:047\$880 réis! Este subsidio á igreja catholica é um roubo a todos os cidadãos, que não professam esta religião, e que porisso não devem pagar serviços que não recebem. Este dinheiro vai enriquecer o clero, que tem sido sempre, salvo raras excepções, o maior inimigo das liberdades patrias, e o maior obstaculo a todas as tentativas de progresso.

A camara dos pares, sendo o maior absurdo constitucional, importa em 32:684\$000 réis!

Gastamos 103:500\$000 réis com o corpo diplomatico, luxo inutil e incompativel com as criticas circumstancias do thesouro publico.

O ministerio da guerra absorve a bagatela de 3.641:450\$011 réis, sendo o exercito uma instituição reprovada pelos principios da sciencia, e que tambem se não justifica em face das circumstancias especiaes do nosso paiz.

A somma de todas estas verbas, transcriptas fielmente do orçamento para o futuro anno economico de 1870 a 1871, prefaz a quantia de 4.510:082\$491 réis, que se empregam em coisas velhas, absurdas ou inuteis!

Para a instrução primaria, que é condição essencial de todo o progresso moral e material, destina-se a insignificancia de 234:562\$560 réis!! Isto chega a ser desairoso para uma nação, que se diz livre e civilisada, e dá occasião a que os estrangeiros façam uma triste idéa do povo portuguez.

Este estado de coisas não pode continuar; exige remedio prompto e energico. Infelizmente porem os nossos governos preocupam-se pouco com a

ignorancia do povo, e não se mostram dispostos a dar á instrucção o desenvolvimento, que urgentemente reclama.

Se o governo permanece na inacção, reúnem-se os cidadãos illustrados e patriotas, e procurem com os seus esforços desempenhar um encargo, a que o governo se esquece de satisfazer.

Parece-nos que muito lucraria a causa da instrucção, se entre nós se organisasse um partido forte pela firmeza das suas convicções, respeitavel pela moralidade e abnegação de seus membros, que se encarregasse da gloriosa missão de levar a luz da sciencia ao espirito dos homens menos favorecidos pela fortuna. O partido democratico, defendendo as suas doutrinas na imprensa; fundando associações de beneficencia e instrucção, de trabalho e de economia; estabelecendo clubs, aonde se celebrassem reuniões politicas; explicando em conferencias publicas as suas theorias sociaes; muito contribuiria para a educação politica do povo, que dentro de poucos annos seria de veras afeiçãoado á democracia, de que hoje forma uma falsa idéa.

Esta agitação pacifica, esta revolução grandiosa, prepararia o povo para o grande dia da sua emancipação completa do fanatismo e dos privilegios; seria o noviciado da republica federal.

Para prova do que affirmamos, veja-se a grande força do partido republicano em Hespanha, França e Italia, aonde tem feito rapidos progressos. Em todos estes paizes os democratas pugnam pelos direitos e felicidade do povo contra as exageradas pertensões da reacção e as theorias hybridas dos governos conservadores.

A descrença, que se vai apoderando de todos os espiritos, provem da desorganisação dos partidos e da immoralidade, que ha muitos annos lavra nas altas regiões do poder.

As differentes parcialidades degladiam-se, não para realisar um programma de reformas uteis, mas para satisfazer as ambições e interesses pessoaes. Os governos empregam a corrupção, as opposições servem-se da calumnia; os actos dos ministros estão sempre em opposição com as palavras, a opposição combate as medidas que adoptou no poder: emfim todos os meios se julgam justos e honestos para conseguir os primeiros logares na administração do Estado.

A imprensa, que deve ser a voz grave e severa da opinião nacional, não duvida converter-se em órgão das facções; em lugar de tratar assumptos de utilidade geral, occupa-se de questões pessoaes, sempre desagradaveis, e ás vezes funestas.

Estes espectaculos pouco edificantes geram a indifferença no animo do povo, que vê impassivel dissolverem-se as camaras e succederem-se os ministerios, porque sabe por experiencia que mudam os homens, mas permanece o mesmo systema de corrupção.

Pela nossa parte declaramos francamente que

nada esperamos do systema, nem dos homens que nos governam. O systema é inconsequente, complicado e dispendioso; os homens gastaram-se nas pugnas estereis da politica facciosa.

Parece-nos pois occasião opportuna para o apparecimento do partido democratico, que aos erros opponha a verdade, aos abusos a justiça, aos desperdicios a economia, ao luxo a simplicidade, á corrupção a virtude, ás conveniencias particulares o interesse publico. Bem sabemos que os republicanos não constituem a maioria da nação; mas devem evangelisar a sua doutrina politica, e trabalhar juntos e de commum accordo para adquirir proselytos pelos meios racionaes, que a moral approva e o direito sanciona nas constituições das nações cultas. A democracia hade encontrar entre nós, como nos outros paizes, muitos inimigos, porque vai ferir interesses illegitimos, extinguir privilegios absurdos, destruir instituções injustas e nocivas; mas o triumpho não se obtem sem combate, a gloria compra-se com sacrificios.

O inimigo mais temivel da democracia não é a realeza. A purpura de que se cobre, os esplendores que a cercam, não podem já encubrir-lhe os defeitos; por isso os thronos da Europa, não podendo resistir ao embate das ondas populares, hão de cahir sem que nenhum braço os defenda, sem que nenhum coração se compadeça da sua ruina.

Os partidarios da monarchia não devem inquietar-nos muito; mas devemos revesti-los de coragem para a lucta com a reacção clerical. A theocracia, apesar das derrotas que tem soffrido, ainda é respeitavel, porque dispõe de dois poderosos meios de propaganda—o pulpito e o confessorio. Os padres aproveitam estes recursos com incrível habilidade. Em lugar de pregarem as maximas sublimes do Christo, espalham entre as multidões os mais estupidos preconceitos contra o progresso e a liberdade. Conhecendo o poder magico do sorriso ou das lagrimas da mulher insinuam-se hypocritamente no seu espirito, ou atemorizam-na com os horrores do inferno. Dizem-lhe que o amor de mãe, de esposa, e de filha são um sacrilegio, pois que a perfeição christã sómente se adquire pela oração constante, pelo ascetismo rigoroso e pelo completo despreendimento das coisas do mundo. Querem que a esposa lhes seja mais dedicada do que ao marido, que a filha obedeça primeiro ao confessor do que a seu pae. A sciencia e o recreio honesto são coisas impias e diabolicas; emfim é peccado tudo o que se oppõe á superstição grosseira e á ignorancia crassa, em que elles desejam conservar a humanidade.

O primeiro dever do partido democratico é luctar com os missionarios do erro, com os sacerdotes da mentira e com os apostolos das trevas, abrindo eschololas, fornecendo aos filhos do povo livros uteis, e principalmente instruindo a mulher, por cuja influencia pode e deve regenerar-se o mundo.

Para que o partido republicano possa realizar as suas nobres aspirações, deve unir todos os seus membros pelos laços da fraternidade. Que todos os que trabalham na cruzada democratica formem um centro e constituam uma familia, aonde não haja mesquinhas rivalidades, nem susceptibilidades inconvenientes.

É este o nosso mais ardente desejo, porque na gente nova é que depositamos as esperanças de salvação.

Fernando Chrysostomo.

O veto

Que é o véto nas modernas constituições? É a negação completa da soberania popular, é o *não quero* formal, opposto á vontade legitima dos representantes da nação. Esta prerogativa concedida aos reis é um resto da velha monarchia, que concentrava em si a plenitude de todos os poderes politicos. Ao menos esta concentração de poderes deduzia-se logicamente dos falsos principios que então vogavam; e, se aos reis pertencia a soberania, era forçoso admitir-lhes o poder de legislar. Mas reconhecer que a soberania reside em a nação, e sujeitar as suas decisões á censura de uma auctoridade superior, é negar e affirmar; é pôr na cabeça do povo a corôa de soberano, para depois o escarnecer. A historia falla-nos de uma ironia semelhante, com que um povo nescio e illudido insultou o Homem-Deus.

Vamos tractar a questão, encarando-a primeiramente debaixo do ponto de vista do regimen monarchico-constitucional, por ser esta a forma de governo estabelecida entre nós e na maior parte das nações da Europa.

O principio da soberania popular é hoje um axioma de direito, e por isso não gastaremos tempo com a sua demonstração.

Sendo porém a soberania um poder independente, é claro que a soberania do povo e o véto do rei são duas cousas repugnantes; ou ha de existir uma ou outra. Ser soberano e ao mesmo tempo dependente, é tão contradictorio, como *simul esse et non esse*. «Ou o povo ha de ser escravo, ou o rei não ha de ter veto de qualidade nenhuma:» Era esta, já em 1821, a linguagem de um illustre deputado das nossas memoraveis Constituintes.

É pois evidente que, em face do principio da soberania popular, o veto não é mais do que um absurdo e uma monstruosidade politica, offensiva da dignidade nacional. Assim é que quasi todos os que sustentam esta prerogativa, pretendem fundamental-a em motivos de conveniencia e de utilidade publica.

É o eterno argumento dos timidos conservadores do passado. O que é essa conveniencia tão preco-

nisada, sempre em guerra aberta com os principios? Pois será possivel que a humanidade esteja condemnada a contrariar os principios da justiça e da moral para conseguir o seu destino? Nós detestamos essa *theoria das conveniencias*, á sombra da qual se têm occultado sempre, em todos os tempos, os especuladores da humanidade, os ambiciosos do poder, e os seguidores da politica machiavelica, que tem por base o desprezo completo dos direitos imprescriptiveis da sociedade.

A separação dos poderes politicos é de uma alta importancia para garantia da liberdade dos cidadãos; os antigos não conheceram esta verdade, e a accumulção dos poderes foi muitas vezes a causa de grandes excessos. A sciencia, valendo-se da analyse, decompoz a soberania em poderes distinctos; mas se nesta descoberta havia alguma importancia, era meramente especulativa; e para que ella podesse trazer uma vantagem real á sociedade, era preciso demonstrar que a divisão dos poderes devia ser a base de qualquer constituição liberal, e que sem ella não podia haver segurança nos direitos. Esta gloria coube ao immortal auctor do Espirito das Leis, que se havia inspirado nas theorias de Loke, e nos principios da revolução Inglesa, producto da reforma religiosa do seculo XVI.

Hoje é uma verdade reconhecida que a divisão estabelece o equilibrio dos poderes; e, para que esta não seja uma illusão, é indispensavel que cada poder seja independente na sua esphera. Todas as rodas do maquinismo social devem girar com um movimento harmonico; e para isso é mister que as funcções de cada uma estejam perfeitamente reguladas, a fim de evitar a confusão e a desordem.

Como é pois que se quer conceder o véto ao poder executivo ou *moderador* na phrase da Carta? Como é que a nossa Carta vem conceder ao rei a faculdade de invalidar todas as medidas do corpo legislativo? Isso é tanto mais incomprehensivel, quanto é certo que a mesma Carta no art. 10 consagra o principio da divisão. Pois a Carta reconhece no citado artigo que a *divisão e harmonia dos poderes é o principio conservador dos direitos dos cidadãos*, e vai depois consentir a ingerencia do poder executivo nos outros poderes? O principio salutar da divisão é assim desattendido: o rei pode annullar completamente a acção do poder legislativo, a lei auctorisa-o a isso.

É admiravel! A nação deposita a sua autonomia nas mãos de um homem, por que ella pode errar algumas vezes! E esse a quem confia tão grande poder?

Esse é impeccavel, e a sua pessoa é inviolavel e sagrada e não está sujeita a responsabilidade alguma!

As resoluções das côrtes podem ser adoptadas com precipitação, sem maduro exame, dizem os defensores das prerogativas reaes, e é preciso oppor um obstaculo a este mal.

A precipitação não é um defeito inherente ao corpo legislativo; é sabido pelo contrario que a reflexão e a madureza do exame são os caracteres proprios de qualquer corporação. Esta precipitação, se algumas vezes a houve, foi antes o resultado de circumstancias especiaes, do que uma consequencia da organização do poder legislativo; e os exemplos das constituintes em França, da Hespanha em 1812, e de Portugal em 1820, nada podem provar; porque todas estas nações se achavam então numa epocha de transformação e renovação social, em que era preciso assentar um novo edificio sobre as ruinas do passado. A necessidade de substituir as velhas instituições por outras mais conformes ao espirito liberal e revolucionario d'aquellas epochas, e sobre tudo o amor pela independencia e o ardor pela felicidade, longo tempo reprimidos, deviam necessariamente produzir uma grande actividade nestes corpos legislativos, e fazer-lhes sentir a urgencia da promulgação de novas leis.

Mas, ainda quando se demonstrasse que a precipitação é um defeito annexo ás assembleas legislativas, é claro que este inconveniente podia remediar-se, estabelecendo as formalidades que devem acompanhar a discussão e approvação dos projectos de lei.

As reflexões que acabamos de fazer podem egualmente adduzir-se a proposito da multiplicidade das leis.

Benjamin Constant, o apologista da monarchia constitucional, diz que o veto é uma necessidade, para que a lei seja executada com zelo: *«aucun pouvoir n'exécute d'ailleurs avec zèle une loi qu'il désapprouve»*. Não pode haver theoria mais favoravel á prepotencia do poder executivo, que viria a ser deste modo o unico soberano, e a representação do poder legislativo completamente inutil.

A representação nacional ficaria reduzida ao injurioso papel de apresentar ao chefe do poder as medidas, ainda as mais bem combinadas, e este poderia responder, na phrase energica de Borges Carneiro, *não quero*.

O que é a representação nacional deante d'este poder? E um servo, que apenas ousa fazer humildemente algumas observações ao seu senhor.

Se para a boa execução das leis é mister que ellas sejam approvadas pelo chefe do poder executivo, porque se não ha de conceder egual faculdade a qualquer outro funcionario subalterno d'esta execução? Se o argumento invocado podesse colher, era logico permittir a todos os funcionarios, e a qualquer cidadão a faculdade de desobedecer á lei com o pretexto de não concordar com ella.

Não, não é preciso que o chefe do poder executivo approve a lei para que a faça executar com zelo: basta que respeite a soberania nacional, e que saiba cumprir o seu dever.

(Continúa).

M. J. Massa.

Politica interna

Sumario.—Verificação de poderes, eleição de commissões; — prenuncios de maioria, indicios de opposição, esta divide-se; — antecipada escolha de successor ao actual governo; — necessidade de uma aliança entre os representantes dos diferentes poderes do Estado. — Plano financeiro; — prudente reserva do governo; — reforma tributaria, necessidade de augmentar as receitas por meio de contribuições; — o povo não deve recusar-as. Reformas e economias, quaes são legitimas e fecundas, falsas e contra-producentes; — erro e especulação do governo, calculo e arma dos partidos, illusão e prejudicial crueldade do povo. A reforma da camara dos pares é uma inutilidade administrativa, não tem influencia na crise financeira; no actual systema é irremovavel; — a responsabilidade ministerial nos governos monarchicos-representativos é um impossivel politico — ha outras necessidades reaes e urgentes que attender.

Depois da abertura das camaras legislativas e apresentação do programma ministerial, vagamente annunciado no discurso da *corôa*, factos a respeito dos quaes já fizemos ligeiras considerações, nenhum acontecimento importante e de consequencias fecundas tem occorrido na nossa vida politica.

A camara representativa da soberania nacional constitue-se, verifica os poderes outorgados a cada um dos seus membros, elege commissões e organiza-se para trabalhar methodicamente.

Esta verificação de poderes, feita no gremio d'aquelles a quem foram conferidos, é mais uma incoherencia, uma anomalia do actual systema representativo, que a reforma de 1852 não preveniu, e que merece e deve ser attendida e remediada.

A maioria governamental agrupa-se em volta do ministerio, e denuncia-se mais ou menos no resultado das votações; já se descobre tambem a opposição, que não deixa de pronunciar-se. Os campos sómente se delimitarão porém, e extremarão os *partidos* e as *faccões* no seio da representação nacional, quando o governo apresentar as suas medidas economicas, por certo as mais urgentes e de maior momento; só então se hão de conhecer os facciosos de um e outro lado da camara, os interesseiros e ambiciosos, os especuladores, os conscienciosos, os illustrados, os ineptos, os descontentes, os reconhecidos, os independentes e os servís, que de todas as classes e cathogorias hão de existir no nosso actual parlamento, como em todos.

Ha porem signaes visiveis de que o governo pode contar com uma numerosa maioria e com o seu decidido apoio; principalmente estando a opposição dividida, como revelam as votações ultimamente apuradas para as commissões de fazenda e legislação; dirigidos pela desgraçada experiencia, desde 1865 até hoje, presentem alguns dos membros da camara a proxima queda do governo, e por tanto tractam de lhe preparar successores de sua feição, inclinando-se uns aos chefes da absorvida *regeneração*, propendendo outros para os amigos do desmantelado partido do anterior governo.

Seja todavia como fôr, succeda o que succeder, muito preveitosa poderia ser á nação na actual conjuntura a aliança intima e sincera entre os representantes dos diferentes poderes do Estado. Um governo sabio e energico, uma camara conscienciosa e illustrada, quando, por accordo e commum esforço, não podessem remediar inteiramente os males que nos opprimem, corrigir os vicios inherentes ao phantastico systema liberal que nos rege, poderiam todavia, melhorar as finanças, regularisar as diferentes provincias da administração, e attenuar-lhes as funestas consequencias, que, de dia a dia, multiplicam e mais aggravam os erros dos governos, as imprudencias dos partidos, os desvarios do povo e sobre tudo as loucas e ambiciosas tentativas das facções especuladoras.

A mobilidade das *situações*, as continuas correrias de uns para outros partidos, já tantos, que se lhes não sabe o nome nem destingue a côr, a constante alteração dos programmas de administração, as ambiciosas aspirações dos representantes do povo ás altas funções da governação, a leviandade, com que em successivas dictaduras se decretam umas e revogam outras medidas, sem que deixem tempo e logar para a experiencia as condemnar ou applaudir, as perturbações da ordem, a reacção violenta nas praças e os conflictos quasi que diariamente travados entre o povo e a auctoridade, a invasão das repartições publicas e dos archivos, a destruição lamentavel de documentos importantes... são causas fecundas de desordem politica e desorganisação administrativa, e sobre tudo de degradação civica e abatimento moral.

E nestas tristes circumstancias, nesta crise verdadeiramente assustadora, muito era para estimar que os representantes do poder legislativo se votassem com independencia, mas conscienciosamente, a apoiar o governo, em quanto elle se mostrasse pelos seus actos digno da sua confiança e apoio.

Os governos abusam muitas vezes e têm effectivamente abusado por calculo e errado por ignorancia e imprevidencia; mas é tambem grande e tremenda a responsabilidade que pesa sobre as opposições, inspiradas pela ambição, pelo capricho e pelo resentimento; se o povo é digno de censura e reprovação, deixando-se illudir e vexar pelos poderes constituidos, não menos reprehensivel é a sua leviana condescendencia, ou antes lamentavel cegueira, consentindo que o empreguem, como instrumento de suas machinações, os que pretendem, alterando a ordem e a segurança, provocando e incitando tumultos, derribar ministerios e desprestigiar o principio da auctoridade legalmente exercida, sem a qual a liberdade ou é impossivel ou é desvairamento licencioso.

A aliança desinteressada entre o governo e os eleitos do povo é uma das mais urgentes necessidades na actual conjunctura, e poderá ser um grande bem, se os representantes dos dous poderes, compenetrando-se das exigencias politicas, moraes e economicas da sociedade, se dedicarem cheios de coragem e abnegação, que tudo é preciso, a levantar a patria do estado de abatimento politico e enfraquecimento economico, a que erros continnos e luctas estereis a tem reduzido.

E não se diga que para Portugal já não ha redempção; que em Portugal não ha recursos; que em Portugal faltam elementos de vida e prosperidade; que as linhas das suas fronteiras se vão todos os dias desvanecendo e apagando no mappa das nações do occidente; que a sua autonomia, como nação livre e independente, não só está ameaçada, mas seriamente comprometida no equilibrio europeu.... Enganam-se os que assim pensam. Ou são estupidos ou maus, cynicos ou scepticos.

A má direcção que ha mais de vinte annos se tem dado aos negocios publicos, a despresa e o abandono da vida economica, os vicios de uma administração excessivamente centralisadora, os melhoramentos sem calculo, as economias sem reflexão, a desorganisação dos serviços publicos, a imprevidencia e a precipitação nas operações de credito, a deficiencia das contribuições, a relaxação e o favoritismo na cobrança dos rendimentos do estado, o monstruoso e absurdo systema tributario, as luctas inglorias e repugnantes dos partidos, a guerra acintosa e desenfreada das facções, — são males poderosos, mas que bem podem remediar-se, ou ao menos atenuar-lhes a gravidade e os perniciosos effectos.

O governo, vigiando a constituição da camara popular e conferenciando com a maioria, ainda não expoz claramente, nem ao menos annunciou pelos órgãos da imprensa que lhe são afeiçãoados, qual o seu *plano financeiro*; e é esta sem duvida a primeira e a mais urgente necessi-

dade publica. Se não louvamos tambem não devemos censurar esta prudente reserva; achamol-a justa e conveniente. É no seio da representação nacional e em occasião oportuna que o programma deve ser offerecido, e propostas as medidas de fazenda; annuncial-as previamente seria indiscrição; seria dar armas, distribuir elementos hostis fora do campo e occasião do combate, os quaes não deixariam de aproveitar os especuladores ambiciosos; chegando o momento opportuno a imprensa e os cidadãos acompanharão livremente com suas observações e commentarios, applaudindo ou condemnando, as propostas do ministerio e as discussões do parlamento. Consta porem, como é imperioso dever seu, que o governo, se entrega a trabalhos de preparação necessarios e á elaboraçao de projectos, e que as medidas serão em breve levadas ao seio da representação nacional.

As indispensaveis reformas *tributarias*, principalmente, são esperadas com anciedade, e é a sua expectativa, que traz os animos mais preoccupados.

A parte sensata da nação, os homens intelligentes, experimentados e conscienciosos, reconhecem a necessidade, a justiça e a conveniencia, presente e futura, de crear receitas e augmental-as, desenvolvendo ao mesmo tempo as suas fontes, copiosas no nosso paiz, mas fechadas umas á exploração, mal exploradas outras: a não querer parar no caminho dos melhoramentos, a não querer permanecer no *statu quo* e voltar ao *antigo regimen*, não ha outro meio legitimo e digno de suspender a voragem dos emprestimos, que definham e deshonram, e evitar o cataclysmo politico, moral e economico da *banca rota*, compromettendo ao mesmo tempo as fortunas particulares, os interesses e o credito de uma nação, que, nas suas mais afflictivas provações, teve por divisa a honra e por brazão da honra o cumprimento do dever; e não deve o povo consentir que digam os adversarios da sua causa, que mais a apreciavam os governos *absolutos* do que os governos liberaes.

As economias, por maiores que sejam, por mais avultadas que se façam, tem um limite traçado pelas necessidades e circumstancias, e não podem ir até ao ponto de desorganisar os serviços, ferir cruelmente direitos adquiridos, restringir a liberdade, suspender ou amesquinhar o desenvolvimento e o progresso das instituições sociaes, a instrucção, a moralidade, a associação, a agricultura, o commercio, a industria, e todas as manifestações da actividade humana; como succedeu em algumas administrações passadas, que por impaciencia, calculo, condescendencia ou ignorancia, para angariar sympathias, lisongeando erros e paixões, para *armar á* popularidade e satisfazer caprichos, arvorou em principio politico — a febre das economias, em systema de administração financeira — as reduções sem conta peso e medida!

A patria que lh'o agradeça; a historia que os immortalise; o povo que se não deixe illudir com economias apparentes e compromettedoras.

Reformas e economias são duas palavras das quaes ultimamente muito se tem abusado.

Os governos, fracos por mingua de recursos financeiros, incapazes de iniciativas generosas, pobres de riqueza intellectual, tem-se limitado á reforma superficial dos serviços publicos, complicando em vez de simplificar, não levando os seus *ousados* commettimentos alem de operações arithmeticas de subtracção e redução, pela maior parte apparentes, nos orçamentos parciaes dos differentes ministerios; restringindo e ás vezes ampliando os quadros das diversas secretarias, ora amesquinhando, ora elevando os vencimentos e gratificações dos funcionarios e servidores do estado, mas commettendo quasi sempre grandes injustiças relativas; prejudicando uns em proveito de outros, ferindo uma classe inteira e deixando intacta

outra, para lutar com a qual se não sentem bastante fortes e corajosos, poupando os empregados maiores, vexando os pequenos, que também são entre nós os que mais trabalham, e precipitando famílias inteiras na miséria pela demissão de alguns; paralisando em lugar de favorecer e animar o desenvolvimento das riquezas publicas e particulares de uma nação, que a natureza dotou com patrimonio opulento, de um povo ao qual não faltam aptidão e resignação para o trabalho, mas que infelizmente, e digamol-o, porque é forçoso dizer a verdade, é ainda hoje ignorante, supersticioso, indolente, oprimido e tímido.

E assim é que dous grandes problemas occupam os animos, duas grandes necessidades provocam a attenção e reclamam a dedicação e os esforços de nós todos — reformas e economias: mas nem todas as reformas são uteis e urgentes, nem todas as economias justas e proveitosas. Conciliar com as nossas difficeis e apuradas circumstancias economicas as aspirações de um povo, que deseja ser livre e progressista, deve ser o empenho de todos os que estudam e trabalham em beneficio da patria, e muito principalmente d'aquelles a quem estão confiadas a direcção e gerencia dos interesses publicos.

O caminhar e progredir na civilização é uma lei imperiosa, fatal, que actua sobre um povo, que, havendo conquistado e proclamado a liberdade, vive para ella e á custa d'ella; e não se caminha não se progride, não se preenchem as necessidades que a civilização gera e augmenta, sem meios muito avultados, que ou actualmente não possuímos, ou perdemos e consummimos improductivamente em empresas estereis, senão em demasias ruinosas.

E todavia as necessidades são muitas.

A população é diminuta, sensível a falta de braços; a agricultura mesquinha na extensão e decrepita nos processos; quasi nullo ou ruinoso o commercio; embrionarias, e suffocadas pela protecção e monopolio as outras industrias; limitada, irregular e infecunda a instrucção em todos os graus; a politica é entre nós uma intriga de partidos, jôgo ridiculo de ambições pequeninas, idolatria de homens, lucta de paixões rasteiras; a administração um calculo interesseiro sob a forma de um aparato desnecessario; as finanças uma especulação usuraria, occulta em escripturação exuberante, escondida em contabilidade confusa e desordenada; a liberdade apparencia ou exagero; o direito mera concessão dos poderes publicos e a auctoridade vexame ou ignominia; a familia um regimen civil; o municipio não passa de um pupillo submettido á tutela absoluta do governo; a provincia uma tradição historica; a religião tolerancia ou imposição legal; a justiça retribuida como qualquer mercadoria; a marinha tenue lembrança de um passado que dizem glorioso; as colonias miséria, abandono, ruina e vergonha; o systema tributario uma expoliação do alheio, desigualdade e confusão; o exercito uma corporação cavalheiresca e fidalga, sem caracter nacional, sem organização, sem posição definida, sem missão honrosa na paz e pobre de recursos para a guerra, fazendo a policia das cidades, guardando o paço dos nossos reis, abrilhantando as solemnidades civis e religiosas, e, ás vezes, ameaçando a ordem publica e oppondo a força das armas á soberania das leis, assumindo o character e as funcções de um *quinto poder* do estado... absorve-nos este aparato vão, este desperdicio ruinoso, que se chama exercito, a maior parte dos recursos do thesouro!

Muitos são ao mesmo tempo os males e as necessidades!

Difficil é a missão dos governos, pesada a sua responsabilidade, se quizerem cumprir á risca os deveres e fazer os esforços e sacrificios, que a patria lhes exige! E como poderão desempenhar-se da ardua tarefa, se os povos recusarem os meios e se obstinarem em não querer pagar im-

postos? Hão de recorrer aos empréstimos, para virem um dia os credores apoderar-se dos nossos haveres e sequestrar-nos o territorio, reduzindo-nos á condicção de povo conquistado? Hão de permanecer no *status quo*, nada fazendo de novo e deixando arruinar e perder o pouco que agora existe e que tantos sacrificios tem custado, para amanhã nos chamarem os barbaros, os salvagens que habitamos o extremo occidente da Europa culta, a quem deshonramos?! Hão de limitar-se a fazer economias impossiveis, insufficientes, injustas, *anti-economicas*, e mais onerosas como encargo do que porvettosas como allivio?!

O augmento das *contribuições directas* e um sabio e benevolo systema de *impostos indirectos* são uma necessidade imperiosa: embora sacrificio, a patria exige-o.

Não basta pedir economias e fazer as que forem possiveis e razoaveis, é forçoso também proporcionar meios; dentro em pouco ou não teremos governo ou seremos governados pelos *mediocres* ambiciosos, pois que o *deficit* de intelligencia e probidade, a economia do talento e do saber, é a maior das miserias.

Em artigo especial apontaremos as reformas, que nos parece serem dignas de adoptar-se.

É esta a primeira necessidade a attender.

A reforma da *camara dos pares*, se é um ponto de politica importante, não é medida urgente de administração. Nas circumstancias actuaes ha necessidades mais imperiosas que satisfazer. A melhor reforma do *pariatio* é pensar que tal *roda* não existe neste nosso *mechanismo* representativo. Alguem suppõe, e não sei se com fundamento, que a annunciada reforma do *pariatio* é apenas uma estrategia politica do governo, que tem por fim exercer pressão sobre as duas camaras; — sobre a popular ameaçando-a com a terminação do mandato ordinario; — sobre a aristocratica atemorizando-a com a sua reforma; isto pelo menos até se votarem os impostos. Seja o que for, tal medida, embora tenha alcance e grande influencia politica, não é de urgente necessidade e francamente nos parece irreformavel o *pariatio* neste *admiravel* systema que nos rege. Em um governo *monarchico-hereditario-representativo* a camara dos pares é o que é, e não pode ser nem mais nem menos. Ou conservam o artigo 39 da Carta na sua integra — e não ha reforma possivel, ou o revogam e substituem e nesse caso — hão de revogar também e substituir o artigo 4 e outros muitos.

O mesmo diremos com relação á *responsabilidade ministerial*. Promulguem quantas leis quizerem, imaginem garantias as mais efficazes, mas a razão e a experiencia hão de convencer os que por ventura ainda se mostrarem credulos, que onde o *rei* é *irresponsavel* e ao mesmo tempo *chefe* do *poder executivo* que *exerce pelos seus ministros*, que *nomeia e demitte livremente*, os ministros hão de ser igualmente irresponsaveis e transmitir essa *originaria* irresponsabilidade a todos os funcionarios e agentes subalternos. A irresponsabilidade do *chefe* comunica-se, como corrente galvanica, a todos os elos da cadeia hyerarchica. E o que significa senão isto mesmo a absurda prerogativa do artigo 357 do Cod. Adm. e as machiavelicas disposições de outras muitas leis, os tribunaes de excepção, mil privilegios odiosos, mil formalidades inuteis?

A practica constante no nosso e em outros paizes, onde vigora o systema monarchico representativo, corrobora esta nossa asserção. Os artigos 101, 102, 103 e 104, da Carta, todas as leis, que posteriormente os desenvolverem hão de continuar a ser *letra morta*. A responsabilidade ministerial, dizem os publicistas francezes, não passa de uma tentativa; entre nós não passa de um artigo inexecutable da lei fuudamental; a sciencia do direito constitucional bem poderia chamar-lhe nobre aspiração democratica; em um governo monarchico representativo é um *impossivel politico*.

Se é nesta cruz que deseja morrer o actual ministerio, francamente lhe dizemos que é louca a abnegação, infructifero o sacrificio. Martyrio sem redempção não é gloria.

Entre nós só um ministro foi responsavel e condemnado; não em *altos* tribunaes de justiça, por *fidalgas* magistraturas e applicação da lei penal; mas autuado por uma revolução popular, foi julgado na opinião publica, que o fulminou, preso ás columnas da imprensa que o tem constantemente repellido, sentenciado pelo povo, que no dizer de Almeida Garrett, ha de por ultimo vir a ser o supremo julgador de nós todos.

Será o *liberalismo* dos novos ministros como o de Napoleão III, ou *servilismo* de imitação as avantajadas reformas? É provavel que a almejada responsabilidade ministerial seja como a da *constituição imperial* de 1852, e a reforma da camara dos pares em Portugal como a do senado em França.

Se o immortal Mousinho da Silveira e o grande vulto de Passos Manuel vissem, ficariam assombrados deante dos nossos actuaes reformadores!..

M. E. Garcia.

Politica externa

Summario.—HESPAÑHA — agitação por causa do recrutamento, — desintelligencia entre os ministros e no seio dos partidos.—FRANÇA — descontentamento e crise ministerial produzida pelo *senatus-consulta* — discurso de Gambetta sobre a reforma constitucional.—ITALIA — manifestações populares em sentido republicano.

As mais bellas e lisongeiras esperanças corresponde muitas vezes a mais triste realidade. A Hespanha acreditou nos homens da revolução de setembro, e esperava que esses homens cumpririam rigorosamente as suas promessas, inaugurando um regimen de liberdade, de economia e descentralisação. O povo abraçou com entusiasmo a bandeira revolucionaria; supportou com resignação heroica as perseguições do governo de Narvaez; affrontou com a maior coragem os perigos d'uma revolução; saudou jubilosamente os vencedores de Alcolea; e passados quasi dois annos, vê que os seus sacrificios foram infructiferos, o seu entusiasmo uma loucura, a sua esperança excesso de credulidade; porque o partido progressista faltou aos seus compromissos, e renegou as doutrinas que parecia defender com o entusiasmo, que dão as convicções profundamente arreigadas.

Estas reflexões foram-nos suggeridas pelas agitações de Barcelona e outras cidades, provocadas pela execução da lei, que chama 40:000 homens ao serviço militar.

Quando a sciencia politica e economica reprovam os exercitos permanentes, quando em toda a Europa os povos protestam energicamente contra os grandes armamentos, a Hespanha não pôde ver sem indignação que o governo augmentava a força militar, lançando á nação o pesado tributo de sangue, o mais deshumano e irracional de todos os impostos.

Muito é para louvar a cordura e sensatez dos jornaes republicanos, que aconselhavam ao povo que resistisse legal e pacificamente, pois que nas circunstancias em que se encontra a Hespanha devia considerar-se réo de lesa-nação aquelle que promovesse desordens, que só podiam aproveitar aos inimigos da liberdade e da democracia. Estes conselhos de moderação foram escutados e se-

guidos por muitas cidades, cujas municipalidades abriram subscrição publica para resgatar os mancebos sorteados. A mocidade de Gerona, não querendo accender o facho da guerra civil, resolveu expatriar-se, preferindo a liberdade no exilio á escravidão na patria.

De todos os males causados pela insurreição da Catalunha é o governo o unico responsavel, porque devia prever as consequencias d'uma lei tão barbara e contraria ás idéas liberaes, que hoje dominam na Hespanha.

Não ha muitos dias que *La Republica Iberica* dirigia ao governo identicas considerações; mas a Hespanha, como diz muito bem o diario republicano de Valencia *Centro Popular*, tem sido e continúa sendo a victima propiciatoria do militarismo.

Parece que no seio do gabinete ha serias desintelligencias entre os ministros progressistas e democratas, principalmente entre o sr. Sagasta e o sr. Rivero. No parlamento os progressistas e os democratas divergem emquanto á questão do ensino religioso; parte do partido progressista obedece ao sr. Sagasta e deseja unir-se de novo á União Liberal; em fim, *ninguem se entende* no meio de tantas opiniões diferentes e de tantos sentimentos encontrados. É que os homens sómente podem conservar-se unidos pelos laços das idéas, que fazem com que os republicanos de todo o mundo formem um partido, que deseja a liberdade para todas as nações e a fraternidade entre todos os povos.

— Em França occupa as atenções o *senatus-consulta*, que veio confirmar a nossa descrença nas disposições a favor do governo liberal, que se attribuiam a Napoleão III. Todos se mostram descontentes, até o proprio Thiers, que ha pouco se orgulhava de ver as suas idéas *assentadas no banco dos ministros*.

O gabinete de 2 de janeiro está em crise, porque os collegas de mr. Ollivier não se mostram satisfeitos com a obra d'este estadista.

É certa a demissão de Buffet, e provavel a de Daru e dos outros ministros, á excepção de Ollivier, que será o presidente do novo gabinete.

Foi muito interessante a sessão do corpo legislativo, em que se realizou a interpellação do deputado Grevi sobre a reforma constitucional. Tomaram parte na discussão os principaes vultos do parlamento, Fabre, Daru, Thiers e Gambetta, que demonstrou no seu brilhante discurso que o plebiscito era o véo com que o imperador pretendia encubrir este novo acto de despotismo.

Não podemos analysar detidamente o discurso do orador republicano; mas alguns trechos, que transcrevemos, farão conhecer o seu grande merecimento.

Depois de ter demonstrado que no *senatus-consulta* ha cinco violações da soberania popular, que são — a hereditariedade, as duas camaras, a immutabilidade da constituição, a irresponsabilidade do chefe do poder executivo e a iniciativa do imperador no poder constituinte; accrescenta:

«Não a apresentareis com lealdade (a reforma da constituição), se a propozderdes debaixo da forma de *senatus-consulta imperial*; e, já que pedis uma mutilação, deveis pedila ao menos em termos claros e precisos, e em bom francez.» (Riso).

«É necessario que não inculqueis o erro ao paiz; que não lhe façais acreditar que esta constituição lhe restitue todos os seus direitos, quando pelo contrario contribue para despojal-o d'elles; é necessario que vos não torneis, permiti-me a expressão, cúmplices d'uma expoliação de direito nacional.»

Quando vemos a liberdade da França á mercê d'um homem, que ella elevou ao fastigio do poder, compadece-mo-nos d'essa nação, que foi a iniciadora de todos os progressos e de todas as liberdades.

O povo francez deve recordar-se com amarga saudade

dos seus bellos dias de 89 e 48. A França, debaixo do despotismo de Napoleão, pode dizer como Francesca de Rimini no meio dos horrores do inferno:

..... Nessun maggior dolore,
Che ricordarsi del tempo felice
Nella miséria

Passemos á patria do Dante.

Na nossa primeira revista dissemos que o rei de Italia perdia a sua antiga popularidade, porque não satisfazia as aspirações do povo italiano, que deseja completar a sua unidade. Vieram confirmar o que então dissemos as ultimas agitações republicanas, que têm dado serios cuidados ao gabinete de Florença; tal é a sua importancia e gravidade!

A força do governo suffocou d'esta vez as manifestações patrióticas; mas as idéas democraticas vão-se apoderando dos espiritos; e não vem longe o dia, em que a bandeira da Democracia ha de ser saudada por todos os povos, como o symbolo da paz e da felicidade.

Fernando Chrysostomo.

Suum cuique...

La Discusion, para mostrar o grande desenvolvimento que vão tomando em Portugal as idéas democraticas, cita o *Precursor* em Lisboa, a *Gazeta Democratica* no Porto e o *Trabalho* em Coimbra. Não podemos aceitar a camaradagem que *La Discusion*, de certo mal informada, nos dá com o primeiro d'aquelles jornaes. Somos, é verdade, democratas; a liberdade é a nossa luz e a republica o nosso ideal; mas para nós é sagrada a vida intima das familias e dos individuos.

Combatemos a *realesa* como *systema politico*.

Respeitamos e respeitaremos sempre o *rei* como homem, como cidadão d'esta patria que adoramos e que desejamos ver feliz e engrandecida; como descendente de uma familia, na qual, se podem notar-se defeitos, não faltam virtudes e exemplos de nobre e generoso patriotismo.

Respeitamos o *rei* como o primeiro magistrado e representante legal do poder executivo; porque, amantes da ordem, respeitamos as leis que o collocaram e lhe garantem aquella posição *official*; podemos pedir a reforma da Carta, mas nunca auctorisar a sua violação, ou prégar a desobediencia.

A *vida particular* do chefe do Estado e de sua familia, é para nós, como a de todos os cidadãos e familias, um santuario, que não é licito profanar; a casa dos nossos reis, como outro qualquer domicilio, um asylo inviolavel.

Pugnamos pelos principios e instituições democraticas, que desejamos ver desenvolvidas, mas não nos afflige nem levemente perturba ou incommoda que o chefe do Estado se chame *rei* ou *presidente*, que a liberdade e a democracia se sentem em um *throno* ou em um *fauteuil*, debaixo d'um *docel* ou ao abrigo de uma *arvore*; tambem nos não inquieta que o chefe do Estado habite uma casa *branca* e modesta ou um palacio de sumptuosa architectura, que vista sobrecasaca ou farda agaloada; que passeie a pé ou de carroagem, não nos dá isso o menor cuidado, com tanto que esse aparato não reverta em prejuizo *publico*.

Seja pura a substancia e genuina a essencia, pouco nos importa a forma.

O que por certo detestamos e repellimos, com quem absolutamente não queremos aliança nem leve conhecimento, é com os amotinadores da praça publica, que exploram com a ignorancia, preconceitos e paixões da multidão, que têm por arma deshonrosa a injuria, por escudo o anonymo, por determinação um calculo, por méta um fim occulto, e que se envolvem nas trevas, para não serem vistos e interrogados cara a cara.

Alem de que, temos bem fundadas probabilidades, que

esses falsos apóstolos, esses *precursores* do liberalismo e da democracia são campeões disfarçados, guardas avançadas do absolutismo, que, mudando apenas o uniforme, vem ao nosso campo, que a toda hora infestam, fazer insidiosas excursões; diz-se— que é dos arraes do partido reaccionario, que falsa e impropriamente se dá o nome de *legitimista*, que são o *clarim* amotinador e desordeiro.

O tempo desvendará o segredo e explicará o mysterio. A occasião é propicia. A Hespanha deu o exemplo: expulsou um *rei* e anda pelo mundo á cata de *outro*. Se entre nós succedesse o mesmo, não faltaria *quem* propozesse *candidato* e *homens* para o sustentar....

Percam todavia por uma vez as esperanças... o calculo é bemfeito, mas errado.—Ou nenhum, ou os que estão e seus descendentes.

O direito adquirido, embora apenas se funde em um titulo historico, mas que é garantido por uma lei, é sagrado enquanto essa lei vigorar. A *usurpação* é sempre usurpação. A justiça condemna-a e a prescrição não a legitima.

Pela nossa parte recusaremos sempre o *aceite* a todas as letras que nos endossarem os que, desprestigiando a auctoridade legalmente constituida, e ultrajando as leis vigentes, perturbando a ordem e compromettendo a segurança publica, tentarem ou concorrerem de *boa* ou *má* fé para perder a liberdade.

Os jornaes democraticos devem abstrahir completamente das pessoas, para combater unicamente as instituições. Os homens que proclamam a liberdade, a fraternidade e a tolerancia politica e religiosa, devem empregar uma linguagem benevola, ainda que se tracte de adversarios politicos.

É assim que se adquirem proselytos, e que se responde ás calumnias, com que os reaccionarios pretendem deturpar a idéa democratica. Não basta a excellencia da doutrina; é preciso que os apóstolos a confirmem com o seu exemplo.

Não podemos portanto fazer causa commum com o *Precursor*, nem com outros jornaes que sigam igual caminho.

Entendemos que deviamos fazer esta declaração, para que fossem bem conhecidos os nossos sentimentos e aspirações.

EXPEDIENTE

Parte da redacção do *Trabalho*, ignorando que o sr. Marçal d'Azevedo Pacheco tinha sido convidado para escrever o artigo que publicámos no numero antecedente, fez preceder aquelle artigo do illustre academico de uma declaração menos exacta. O artigo foi pedido e não enviado espontaneamente.

Agradecemos e aceitamos com todo o prazer a troca que nos propoz o diario de Valencia *Centro Popular*. Folgamos sempre que podemos estreitar relações com os nossos correligionarios de Hespanha.

Recebemos tambem o 1.º numero do jornal — *La Propaganda Republicana*, que se publica em Valencia. Este periodico presta um relevante serviço á causa democratica, tanto pelos seus artigos politicos, como por tornar accessiveis ao povo as obras dos principaes escriptores republicanos. No primeiro numero vem começada a traducção do — *Emilio*, de Rousseau.

Ao *Casino Republicano Federal* de Madrid agradecemos as benevolas expressões que nos dirige, bem como o honroso convite, que se dignou fazer-nos.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 23 de Abril

N.º 6

Portugal e Hespanha

Publicamos hoje a saudação que vem inserta em o n.º 278 do *Centro Popular*, dirigida pelos illustres republicanos de Valencia á redacção do *Trabalho*.

«Esta redaccion se considera intérprete de todos los republicanos de Valencia, respondiendo á vuestro fraternal saludo con el testimonio de sus simpatias y de su amistad sincera.

Si fuera posible poner fronteras al pensamiento, nuestro suelo, nuestra historia, nuestra raza hacen de España y Portugal dos pueblos hermanos, y la comunidad de las ideas forma un nuevo lazo que estrechará el cumplimiento de nuestras mismas aspiraciones. Los republicanos de España y de Portugal, hoy unidos por el sentimiento, lo estarán mañana por la federacion, vinculo dichoso que *sin confundirlos nunca*, juntará á los pueblos en el concierto venturoso de la familia humana.

Salud y Republica federal.

Vuestro colega y correligionario.

Pedro I. Miquel»

Não podemos deixar de consignar aqui a sympathia que nos inspiram os sentimentos de fraternidade, manifestados pelos nossos correligionarios de Hespanha.

Amamos a nossa patria como filhos reconhecidos; desejamos ardentemente vel-a engrandecida e elevada á prosperidade a que pode aspirar uma nação illustrada e livre; temos por ella todo o respeito que nos inspira o seu passado glorioso, e a heroica energia que sempre desenvolveu para defender a sua independencia ameaçada, ou para reconquistal-a quando perdida; e se alguém ainda hoje se lembrasse de impor a sua vontade á nação portugueza, ou de attentar contra a sua autonomia, encontraria em cada um de nós a corajosa resistencia que sabem oppor os homens livres ás pretensões injustas da usurpação.

Todas as liberdades provêm da mesma origem: a liberdade dos individuos e a autonomia nacional são para nós igualmente sagradas. Mas a liberdade e independencia da nação portugueza não consistem no isolamento, ou na attitude reservada, e na desconfiança systematica a respeito da nação vizinha; pelo contrario, todas as considerações politicas, moraes e economicas, que podem contribuir para o seu desenvolvimento, aconselham a união fraternal destes dois povos. As nações, como

os individuos, só podem desenvolver-se e prosperar por meio do auxilio mutuo: associação dos individuos, e união das nacionalidades por meio da *federacão*, eis, a nosso ver, a mais poderosa alavanca do progresso da humanidade. Portanto não só desejamos ver os dois povos da Peninsula unidos pelo estreito laço da *Republica Federal*; mas desejariamos até ver esta forma de governo applicada a toda a familia Europeá.

Terminamos estas considerações, apresentando aqui as palavras que a este respeito escreveu o sr. dr. Manuel Emygdio Garcia, Professor da Universidade e collaborador d'este jornal, nos seus *Estudos Critico-Historicos*, sobre o Marquez de Pombal.

«Venha, e bem vinda seja, — a harmonia nas leis; a uniformidade nas instituições; o consorcio das litteraturas; a aproximação dos costumes; a intimidade de relações moraes e economicas; cáiam por terra essas odiosas barreiras que estorvam a liberdade de commercio entre os dois povos, e a troca de seus productos; acabe por uma vez o repugnante systema dos passaportes; entronquem-se as linhas ferreas; facilitem-se as communicacões fluviaes; canalizem-se os rios communs; celebrem-se congressos scientificos e litterarios, exposições industriaes e artisticas, *peninsulares*; venham, numa palavra, a fraternisação dos homens e a alliança dos governos; mas, para fortalecer a *autonomia* dos dois povos e garantir a *liberdade de todos*.

O pauperismo

IV

Summario.— O FEUDALISMO, suas tradições e vestigios; — REALEZA ABSOLUTA, que d'elle deriva, e os seus partidarios: (beneficencia illusoria) — REALEZA CONSTITUCIONAL-REPRESENTATIVA; concentração politica; centralisação administrativa; ficções e privilegios; impressões das velhas monarchias e do cesarismo romano; a distincção de classes e a egualdade perante a lei; passividade politica, desigualdade e intrusão civil; liberdade de industria, plenitude da propriedade, péas e restricções, servidão economica; degradação moral: (falsa e apparente philantropia) — REPUBLICA DEMOCRATICA, egualdade juridica, liberdade economica, (justiça, trabalho e cooperação).

O *feudalismo*, levantando-se orgulhoso e feroz do meio das ruinas do *imperio*, que destruiu e retalhou, dos campos ensanguentados por centos de batalhas e recontros fraticidas, agrilhoou o *povo*

ao solo conquistado, do qual fizeram leonina partilha os privilegiados da força; e a *miseria*, que até ali se chamara escravidão, ignorancia, fanatismo, transformou-se, ou, melhor ainda, mudou simplesmente de nome.

O feudalismo, succedendo por ultimo ao despotismo da realza e do imperio romano, que despoticas foram em Roma todas as formas e systemas de governo, reunindo a esta herança a brutal ferocidade dos barbaros, sem que lhe valessem a caridade christã que despontava e a luz do Evangelho que surgia,— o feudalismo, desproporcional mistura de todos estes elementos, precipitou o povo na *miseria da servidão territorial!*

Não podendo subjugar-lhe a alma, já preza da theocracia, dominio da igreja e do cléro; negou lhe todavia a liberdade corporea, a propriedade, o trabalho, a familia, que a conquista germanica sobre o imperio e a victoria do *espiritualismo* christão sobre o *instincto* material do paganismo, deveriam ter resgatado a essa parte da humanidade chamada *plebe*, a essa multidão de *homens-cousas*, a que as leis davam então o nome de *escravos*, que na idade media reapparecem com a designação de *servos da gleba*, que a realza denominou *arraya meuda*, *classe baixa*, e que ainda hoje, por contradicção e ironia, chamam — *os proletarios, o povo*.

Esse *povo*, que, modernamente e na opinião de muitos, é a synthese de tudo o que de mais baixo e degradante na familia humana produziram as sociedades antigas, foi no feudalismo o que sempre havia sido: ludibrio de seus caprichos, machinas de trabalho agricola ¹.

Depois de muitas luctas os senhores feudaes, obrigados pela necessidade, forçados por circumstancias varias, que fora longo e desnecessario relatar aqui ², afrouxando um pouco as cadeias da servidão, *acceitaram a carta de foral, reconheceram a constituição communal imposta, ou concederam as franquias exigidas* ³.

O feudalismo havia desempenhado o seu papel de oppressor; o povo, para sahir da *miseria*, deu mais um passo na conquista da *liberdade*. A reacção da *egualdade* abrandou a *tyrania do privilegio*. A *fraternidade* economica e religiosa da *communa* produziu este movimento, operou mais um prodigio. A *democracia* obteve mais um triumpho. A historia registrou um facto, uma revolução assombrosa.

¹ «Avant la grande révolution de 1789, les hauts et puissants seigneurs qui gouvernaient la France avaient un profond mépris pour le peuple; écoutez La Bruyère parlant des paysans: Quelles sont, dit il, ces bêtes noires que j'aperçois au loin, grattant la terre? — Ces bêtes noires, lui aurais-je répondu, M. de La Bruyère, sont les ouvrières des champs qui cultivent la terre pour vous nourrir.»
Perdonnet.

O mesmo succedeu por toda a parte, onde o feudalismo levantou castello e hasteou pendão.

² Seria necessario expor todo o regimen politico, economico e religioso da idade media, no qual residem muitas e poderosas causas do pauperismo actual.

³ Dous foram os modos por meio dos quaes o povo reagiu contra a oppressão feudal: formulando *constituições*, jurando-as e impondo-as; pedindo a concessão ou outhorga de uma *carta de foral* com certas liberdades e garantias.

A realza tradição da theocracia e do imperio, depois e modernamente derivação do feudalismo, *illudiu* mais uma vez o povo no movimento communal, que devia transformar e converter essa *aristocracia territorial* e aventureira na *republica* democratica dos municipios; fingindo favorecer e auxiliar com a sua espada e influencia moral o povo, que se levantava contra a *tyrannia* dos *senhores* em nome da liberdade opprimida, dominados por vistas occultas, dirigidos por calculo ambicioso, curando sómente da propria elevação e interesse, os *reis* intrometteram-se, como atracadores da liberdade, na lucta, que podendo aniquilar-lhes o seu rival e maior inimigo, lhes assegurava ao mesmo tempo a victoria sobre o povo ¹.

E assim foi que se não demorou muito a realzação de um tal plano, e para logo a realza se fez absoluta e despotica, recolhendo os despojos do feudalismo desmantelado e restaurando as velhas tradições do imperio e da theocracia, não de todo apagadas e das quaes a realza, em parte, não deixara nem deixará de ser a representação mais ou menos viva e completa.

E por isso que a monarchia absoluta reúne em si todas as oppressões e despotismos:

A *coroa*, que aponta para o ceo, como a denunciar o *mandato de direito divino*.

O *throno*, que symbolisa a *desigualdade* entre os homens e os diferentes grãos do hyerarchia, os privilegios das *classes* e *ordens*, acima dos quaes se eleva a *realza*.

O *sceptro* e a *espada*, symbolo do *jus vitae et necis*, suspensa sobre a cabeça do povo, o *ignobile vulgus*, a *plebe*, a *arraya-meuda*, cuja condição é *miseria* economica, degradação politica e civil.

Assim viveram reis e povos durante alguns seculos; mas não faltaram luctas nem mingoaram tentativas de emancipação.

Mais tarde, neste e no passado seculo, obrigados pelas *revoluções* populares, receosos do seu futuro, sentindo já vacillar-lhe o throno, mal podendo sustentar a corôa de ouro, vendo a cabeça de Carlos I no cêpo e a de Luiz XVI no cadafalso, os reis, por sua vez, ou acceitaram as *constituições representativas*, ou outhorgaram as *cartas constitucionaes*, exigindo em paga de tão *generoso* serviço — a *supermacia* social *herditaria* sobre todos os *poderes* do estado, — a *sobrerania nominal e ficticia*, — a *inviolabilidade* absurda, — a *irresponsabilidade* aviltante, — o *luxuoso fausto* dos antigos tempos, — uma *corte* aparatosa, palacios, pargura, deamantes, todas as insignias e apanagios exteriores da realza, e, para sustentar estas apparencias, inuteis em si e altamente damnosas nos effeitos, — alguns centos de contos no orçamento a ti-

¹ A historia official e a escola doutrinal dos tradicionalistas pretendem fazer acreditar, que a realza auxiliou o povo na revolução communal dos seculos XII e XIII. É esta uma proposição historicamente falsa, que muita gente em boa fé e sem critica accete e sustenta. Em artigo especial demonstraremos ser um erro tanto em face da historia como do raciocinio.

tulo de dotação, com a designação impropria de *lista civil!*

Eis, em ligeiros traços, a que foi e o que é a realza perante a historia e na actualidade.

No governo monarchico representativo os povos alcançaram, por seu esforço e compraram com o sangue e com a vida de muitos de seus filhos, liberdades que não tinham, importancia e *representação* politica, dignidade civil e economica, de que nunca até então haviam gozado; mas o elemento monarchico arrastou consigo e mantem muitos elementos viciosos, órgãos corrompidos ou desnecessarios, apparatus accessorio e anachronico, formalidades ridiculas, ficções da velha sociedade, muitas exigencias theocraticas, privilegios e injustiças de origem e natureza feudal. O povo se não soffre tanta violencia e miseria, lucta com o despotismo da *centralisação* administrativa, causa e origem, em grande parte, da existencia e extensão do proletariado.

As sociedades europeas do occidente são, ainda hoje, na sua constituição organica, indole politica, e vida administrativa, moral, religiosa, civil e economica, na sua legislação e instituições, o amalagma, a combinação imperfeita, o producto amorpho e heterogeneo de todos esses elementos e substancias, que entraram na composição da velha sociedade.

A *assistencia* publica e particular é tambem, na actualidade, um effeito d'esta viciosa constituição historica.

É por isso que a theocracia com todo o seu poder divino e humano, a aristocracia feudal com suas riquezas e possessões territoriaes, a realza com toda a sua opolencia exterior, *paternal beneficencia* e prestigio, a administração com todos os seus *agentes e regulamentos*, não poderão vir a ser um dia capazes de *abolir* a miseria e *extinguir* o proletariado, de cuja existencia são a principal causa e o mais poderoso motor.

Pouco importa que a *munificencia* dos reis, a *caridade* dos *fidalgos*, a *piiedade* do clero e das *corporações religiosas*, a *centralisação administrativa* fundem e sustentem *mesericordias e hospitaes, asyls e hospicios*, á custa da nação, ou distribuem pelos miseraveis, nus, famintos e ignorantes o dinheiro e os haveres do povo; a miseria renasce, a nudez e a fome reaparecem, por toda a parte se condensam as trevas da ignorancia e se propaga o vicio; remedios apparentes e illusorios podem talvez suavisar o mal, mas não o curam, podem encobrir a chaga, mas não lograrão cicatrizar-a; se desaparece por momentos na epiderme, é só para minar-lhe o interior e invadir-lhe as entranhas; mais se alimenta com elles e recrudescer a enfermidade chronica do *pauperismo!*

O mal não só é velho, lavra fundo em todos os órgãos do corpo social.

Só a verdadeira *democracia*, destruindo velhos elementos, vasando em outros moldes, edificando, desde os alicerces pela revolução e pelo Evangelho,

pela philosophia do direito e da industria, as modernas sociedades, viciadas na sua origem e formação historica, gastas, enfermas e conrrupidas no decurso de seculos, poderá, apagando os vestigios da theocracia, as impressões do feudalismo, os despojos da realza, cadaveres do passado que o *constitucionalismo* representativo apenas galvanisou, destruindo péas, abolindo a centralisação, aniquilando o privilegio, riscando nos codigos politicos as classes, nas leis civis a interdicção, nas economicas as restricções, a prevenção e o monopolio,—só a republica, fazendo esta profunda e radical transformação, poderá *extinguir a miseria* e acabar com o pauperismo, cujas causas residem principalmente no falso e vicioso systema politico, civil e economico, em que temos vivido.

Egualdade juridica, liberdade economica: eis o valor do incognita que procuramos.

É tempo de depôr o camartello, e, varrendo este montão de ruinas, edificar, não, como fizeram nossos avós, sobre ellas; mas no terreno plano e livre, franco e limpo da democracia: que sobre alicerces velhos, gastos e corroidos, não poderá jamais construir-se edificio solido e duradouro.

(Continúa).

M. E. Garcia.

A realza em frente da razão

(Continuado do n.º 2)

O segundo periodo da historia da realza comprehende, como dissemos, os tempos que vão desde a quéda do imperio romano, no seculo v da era christã, até á revolução franceza.

Neste periodo, como diz Guizot, apparecem, ao contrario da antiga civilisação, coexistentes todas as formas e todos os principios da organização social. Multiplique nas suas relações, extremamente variada nos seus effeitos, a sociedade de então assemelha-se a um vasto campo onde se debatem em continua alternativa todos os elementos da civilisação contemporanea.

Apezar desta variedade de factos, nunca a realza em todo o periodo se abraçou fraternal e desinteressadamente ao destino do povo; nem hasteou um só dia por convicção a bandeira da liberdade! É que a realza bebeu as aspirações no seio do despotismo, e não pode portanto desnaturar a sua propria existencia.

Este periodo comprehende quatro epochas distinctas entre si relativamente ao objecto que estamos apreciando: a primeira vai desde a quéda do imperio romano até o seculo vii, em que se organisa o feudalismo; a segunda desde ahí até o seculo xii, em que as communas principiam a tomar o primeiro lugar na historia da sociedade; a terceira desde então até o seculo xvi, em que a realza comprime debaixo do seu jugo todos os outros poderes; e a quarta, finalmente, desde o seculo xvi até á revolução fran-

ceza, em que se abre deante da humanidade um horizonte completamente novo.

Na primeira epocha quasi todos os povos da Europa disputam encarniçadamente os restos do imperio romano e a sociedade, na agitação de luctas permanentes, offerece por toda a parte o espectáculo sangrento de guerras continuadas.

A realza devia necessariamente ressentir-se d'esse estado; e d'ahi proveiu uma pequena limitação no absolutismo do seu poder. Quando o despota sente estremecer a terra sobre que está assentado o seu throno, tem de valer-se dos esforços dos subditos para lh'o sustentarem; e a necessidade d'este mutuo auxilio e d'esta reciproca união torna mais difficil o excesso do seu despotismo. É o que succedeu na epocha que estamos analysando.

Não devemos contudo levar á exaggeração esta pequena tendencia liberal. Montesquieu vai buscar a esta epocha, e á organização politica dos *germanos*, a origem dos governos representativos; Montesquieu porém, deixou-se illudir pela descripção que Tacito faz d'aquelle povo, quando de proposito queria exaltar as qualidades dos *barbaros*, para exprobar ao povo *civilisado* a barbaria dos seus costumes. É, como diz Guizot na — *Historia dos Governos Representativos*, um methoao superficial e falso classificar os governos segundo os seus caracteres exteriores. Os *germanos* tinham, é verdade, estabelecido entre si uma especie de federação; mas ainda assim os differentes chefes governavam com o absolutismo que era proprio da rudeza d'aquelles tempos.

A segunda epocha é tão conhecida de todos que não devemos demorar-nos com ella.

Se por um lado o caracter de individualidade dos costumes d'esta epocha, — traço mais saliente do feudalismo, favorecia o poder despotico da realza, por outro a força d'esses potentados que levantavam castellos por toda a parte, oppunha-se manifestamente ao absolutismo. É certo porém que o povo nada lucrava com o afrouxamento da tyrannia real. Os espolios da realza eram sofregamente disputados pelos feudaes e pelo clero, e o povo ludibriado por todos os partidos, comprimido debaixo do jugo das outras classes da sociedade, tinha de preencher com o seu sangue e com o seu suor as lacunas que o embate das luctas permanentes deixava nos outros poderes.

Estamos chegados ao seculo XII.

Ou, segundo Guizot, encaremos a historia como a serie ininterrompida de leis providenciaes, ou, como Victor Cousin, olhemos cada facto como um elo na grande cadeia da verdade absoluta, ou finalmente vejamos nelle sómente o traço que as gerações voluntariamente tem impresso na humanidade, a epocha das *communas* é, sem duvida, uma das mais gloriosas na historia da sociedade.

O povo, que anteriormente tinha passado, como vimos, completamente esquecido dos poderes que dirigiam a sociedade, e que tinha chorado em si-

lencio a escravidão de tantos seculos, ergueu-se num movimento geral de independência. O entusiasmo da liberdade foi geral por quasi toda a Europa: mostram-n'o claramente — a promulgação da grande carta na Inglaterra — a liga Anseatica e a confederação do Rheno na Allemanha — a organização de differentes republicas na Italia — e o desenvolvimento municipal ao meio dia da França e ao norte da Hespanha.

O germen da revolução franceza está no movimento communal do seculo XII. O absolutismo centralizador da realza que marchou com todo o incremento desde o seculo XV, pôde abafar por algum tempo a chamma da liberdade; mas o fogo foi-se alimentando occultamente debaixo das cinzas, até que um dia irrompeu com toda a força, para incendiar o throno de Luiz XVI.

Encontramos nesta epocha pela primeira vez abraçada a realza ao destino do povo, e trabalhando ambos na defeza da mesma causa. É que a realza, receiosa do predominio do feudalismo e do clero, vinha valer-se d'aquelle que tinha escravizado por tantos seculos; é que a realza queria elevar os filhos do povo, para reduzir á obediencia os filhos dos *grandes*; é que a realza finalmente vinha ainda envenenar com as suas ambições esse esforço de independência, e essa aspiração liberal de uma sociedade até então escravizada.

A ultima epocha é a epocha do absolutismo por excellencia. A realza a quem o feudalismo tinha abatido, e a emancipação communal principiava a intimidar, tratou de centralisar em si todos os poderes da sociedade; e as guerras da França com a Inglaterra, os reinados de Carlos VII e Luiz XI na França, a ascensão dos Tudors ao throno na pessoa de Henrique VII na Inglaterra, a união do reino de Castella e Aragão na Hespanha, o estabelecimento da casa de Austria na pessoa de Maximiliano, a queda das republicas da Italia, e os governos de D. João II e D. Manuel em Portugal bem como a enervação resultante do ouro que nos vinha do Brazil; favoreceram poderosamente aquella centralisação.

Debalde protestavam as aspirações liberaes que a reforma tinha inculcado nos espiritos, e de que são testemunho — *A Republica* de Bodin — o — *De jure regni apud Scotos* de Buchanan — o — *De rege et regis institutione* de Mariana, e outros livros semelhantes; debalde as luzes da renascença illustravam os povos; e debalde o movimento philosopho fermentava nos espiritos: a realza calcou todos os obstaculos, e empolgou todas as redeas da administração.

Foi porém sob esse extremo despotismo, e na urgente necessidade de uma emancipação completa, que se elevou e descobriu o sol da redempção democratica.

Não bastaram a reforma e a renascença; a revolução de Inglaterra, um dos factos mais importantes desta epocha, foi tambem insufficiente, pelo seu caracter local e pelo egoismo da civilisação ingleza;

mas todas essas causas activadas e desenvolvidas com a philosophia do seculo xviii, produziram esse novo *genesis* social que se chamou — Revolução Franceza.

Continua

Adriano Anthero.

Politica interna

Summary. — A corrupção eleitoral e as leis penaes — Incompatibilidades parlamentares e a separação e independência dos poderes — Os *arrolamentos* condemnados pelo proprio ministerio; tumultos e resistencia do povo, tempestades parlamentares; forma arbitraria e irregular por que a elles se está procedendo em todo o paiz, sua insufficiencia e injustiças relativas a que podem dar origem na applicação — Reformas tributarias; projecto do imposto de *quotidade*; o que é em principio e o que poderá vir a ser na practica — Vantagens da generalisação dos *gremios*; forma democratica do imposto; o liberalismo na sua distribuição e lançamento; economia, facilidade e garantias de cobrança — Projecto de resposta ao discurso da *corda*; sua significação politica e administrativa; a camara abdica a sua autonomia e iniciativa nas mãos do governo e louva-se nas suas propostas.

Já é do dominio do publico, e foi annuciado no seio da representação nacional, o escandaloso procedimento, a criminosa degradação politica, a que desceram alguns homens, a quem mal poderemos dar o nome de cidadãos; pois é indigno de o ser quem mercadeja os seus direitos como eleitor, e tem demais a mais a insolente ousadia de o declarar publicamente, por palavra e por escripto! Não sabemos qual será a attitude dos poderes publicos diante de escandalo tão assombroso; pelo menos deve o poder judicial levantar immediatamente os competentes autos de exame e corpo de delicto sobre essas declarações, e, observando com todo o rigor as formalidades do processo, applicar aos *compradores* e *vendedores* de votos as penas estabelecidas no art. 204 do Codigo Penal; lembrando-lhes quaes são os seus deveres, e ensinando-lhes a prezar a sua honra como homens e a sua dignidade como cidadãos.

A reforma do systema eleitoral, cada vez se torna mais necessaria e urgente. A corrupção acimata-se, medra e alimenta-se prodigiosamente depois da reforma precipitada e incompleta do Acto Addicional, que o Decreto de 30 de setembro de 1852 e a Lei de 23 de novembro de 1859 mal desenvolveram; as ultimas reformas concorreram para animar e favorecer a corrupção, tanto por parte das facções como dos governos.

As camaras já permittiram a alguns de seus membros a accumulção das funcções legislativas com as inherentes aos cargos que exercem nos diferentes ministerios. É uma anomalia, um absurdo monstruoso esta accumulção. Ou se é legislador ou empregado submisso do governo; ou se é procurador e mandatario do povo, ou agente subordinado e retribuido da administração. Aonde fica o principio fundamental da separação e independencia dos poderes, se um individuo pode ser ao mesmo tempo magistrado judicial, empregado de confiança do governo em *commissão*, deputado, e portanto legislador?!

Em a nossa anterior *revista* demonstramos a absoluta necessidade, em que o governo qualquer que elle seja, está constituído de augmentar receitas por meio de contribuições; e que para o povo é dever imperioso satisfazer, na parte que lhe toca, esta impreterivel e urgente necessidade; mas tambem reconhecemos que o governo deve ser prudente no emprego dos meios, e procurar um systema de lançamento e cobrança, que aproximando-se, quanto possivel, da verdade economica, represente ao mesmo tempo justiça e egualdade na distribuição do encargo.

Ignorávamos então qual seria esse systema; e abstinemo-nos por isso de fazer de prompto as considerações que o assumpto, por momentoso e delicado, sugere. Abriu-se todavia o cofre, onde o governo e especialmente o sr. mi-

nistro da fazenda, guarda em reserva os *elixires* com que pretende reanimar as nossas finanças, que muitos julgam quasi de todo arruinadas e perdidas; é certo porem que algumas medidas preparatorias, como os *arrolamentos*, (*cadastro parcellar*), a que por Decreto de 30 de dezembro ultimo mandou proceder e a cujos trabalhos de execução deu já começo, levantou, em alguns pontos do paiz, opposição e resistencia chegando a empregar-se a força, e havendo algumas desgraças que lamentar. Reprovamos os excessos, a que a ignorancia de muitos, a imprudencia de alguns, e sobre tudo a especulação e manejos das facções dão origem. Lamentamos ainda mais as luctas inglorias e as tempestades esterilizadoras, que a opposição levantou já no seio do parlamento, dando mau exemplo ao povo, que incitam á revolta, e fraca ideia da sua prudencia, saber e desinteresse; mentindo em vez de corresponder ao mandato popular.

Menos impaciencia e mais reflexão e estudo; mais dedicção e sciencia, menos egoismo e paixão partidaria. O parlamento não é campo de torneio e muito menos praça de commercio. Não criminem sómente os governos, que em verdade todos têm muitas culpas para expiar; criminem tambem as opposições imprudentes e acintosas, que mais responsabilidade lhes pesa dos males que estamos soffrendo.

Condemnamos os *arrolamentos*, porque não preenchem o fim a que os destinam; hão-de ser, como as *matrizes*, um *tombo* illusorio e enganador da propriedade: feitos, na maior parte do paiz, por homens incompetentes, assalariados pela auctoridade, sem habilitações technicas indispensaveis em operações como esta, sem força talvez, sem dignidade para resistir á persuasão e ao suborno, os *arrolamentos* hão-de representar muita injustiça, muita desigualdade, muito erro economico; hão-de viciar o projectado systema do imposto de *quotidade*, talvez bom e aceitavel em principio, mas impossivel, absurdo pela *forma* que pretendem adoptar na sua applicação practica. Demais: os *arrolamentos* envolvem operações delicadas, difficuldades invenciveis; não são uma simples indicação de predios rusticos e urbanos, é indispensavel classificar aquelles pela natureza e composição do solo, genero de cultura, e grau de fertilidade, tendo em consideração estes elementos, os encargos reaes, a extensão e mil circumstancias, que podem affectar-lhe o valor, fazer variar o preço e influir directamente na avaliação, que forçosamente ha-de variar de um a outro logar.

E quaes são os homens technicos, os peritos habilitados, a quem a administração entregou ou pretende entregar estas complexas e embaraçosas operações, afim de conhecer o rendimento singular collectavel de cada predio e calcular, em harmonia com elle, a *quota* que ha de pagar cada cidadão?

Os *arrolamentos*, como se estão fazendo entré nós, não representam um progresso sobre as *matrizes*, hão-de como ellas ser imperfeitos, deficientes, arbitrarios, e illusorios, fonte inexgotavel de erros economicos e injustiças legalisadas.

E não somos nós que gratuitamente o affirmamos; é o sr. ministro da fazenda que o demonstra no relatorio, que procede o projecto de lei, com o qual pretende revogar o artigo 3.º da Carta de Lei de 30 de agosto de 1869.

Esse relatorio é a condemnação mais completa e formal, não só das *matrizes*, mas dos *arrolamentos*, e até das operações *cadastraes*.

Os *arrolamentos*, como as *matrizes*, representam: «Sacrificios de tempo, trabalho e dinheiro, sem que d'ahi resulte vantagem para o thezouro, e sem se conseguir o fim que o legislador teve em vista.»

Ao contrario do que affirmou o sr. Ministro da justiça, podem dar em resultado um *augmento* de tributos; mas o pagamento d'elles, longe de se fazer com a *maior egualdade possivel* (!!) será relativamente injusto e desigual

na maior parte dos casos e para um grande numero de contribuintes.

Não seria mais facil, justo e proveitoso estender a instituição liberrima dos gremios á *contribuição predial*?

Não serão os *gremios parochiaes* um meio pratico, facil, justo e liberal de aproximar a *quota* do rendimento collectavel, que só o proprio contribuinte e os seus vizinhos podem conhecer ou calcular precisamente, e bem assim dos *encargos domesticos*, que devem ser tomados em linha de conta?

Não será o *gremio parochial* o meio pratico de chegar á *espontaneidade* e *perequação* do imposto, senão rigorosamente mathematica pelo menos economica e juridicamente satisfactoria?

Não será o *gremio parochial* o meio pratico de nos aproximarmos da almejada simplificação do systema tributario?

Não será o *gremio parochial*, applicado a todas as contribuições, o meio pratico de fazer *grossas economias* no pessoal e serviços financeiros, dispensando um aparato desnecessario e prejudicial, um excesso de escripturação e contabilidade, que não esclarece nem garante, pelo contrario embarça e confunde?

Brevemente nos occuparemos d'este assumpto.

Já foi apresentado na camara dos srs. deputados o projecto de resposta ao discurso da corôa. Documento sem importancia e alcance politico e administrativo, é o alludido projecto de resposta uma serie de logares communs, apanhados nas columnas de algum dictionario de sciencias politicas, ou collegidos a retalho dos artigos *de fundo* de algum periodico de feição governamental: cumprimentos ao rei, saudações ao governo, promessas vagas ao povo, politica de expectativa, administração projectada, lamentações sem esperança, exposição de males sem indicar remedio.

Neste importante documento não transluz se quer a mais leve ideia da *desassombada e fecunda* iniciativa, de conhecimento *reflectido e consciencioso* das publicas necessidades actuaes, com que tanto se uffana a illustre commissão; não ha nelle espirito de independencia, plano algum de reformas definido; voto de confiança, ou melhor ainda, submissão completa ás ordens do governo e ás inspirações do *alto* eis a sua mais genuina significação. Como os sacerdotes da antiguidade pagã, a maioria, interprete dos signaes mysteriosos que apparecem já no céo governamental, espera as revelações da sibylla annunciando a vontade e a providencia oracular do ministerio.

A isto observam os politicos *encartados* — que a resposta ao discurso da corôa é de ha muito uma *formalidade* no systema *parlamentar*, que serve só para dar logar a que a camara se conserve em uma *benevola expectativa* e para sondar as intenções e as forças da opposição. Pois seja assim.

M. E. Garcia.

Politica externa

Sumario. — HESPAÑA — Proclamação do directorio republicano. — Successos de Barcelona. — Conselhos de ministros para resolver questões importantes. — FRANÇA — Plebiscito. — Carta de Napoleão aos eleitores. — Manifesto redigido pelos deputados e jornalistas republicanos. — Attitude d'este partido. — ITALIA — Agitações populares. — AUSTRIA — Novo ministerio.

Mais uma vez os chefes do partido republicano federal aconselham aos seus correligionarios moderação, prudencia, energia, para melhor se conseguir a realisação das elevadas aspirações republicanas. Fundando-se nos dictames da razão e nas lições severas da experiencia, julga o Directorio inopportuna qualquer tentativa revolucionaria, se bem que não renuncia em absoluto ao uso da força, *ultima ratio* dos povos contra os tyrannos, quando

o governo deixe de respeitar as garantias constitucionaes. Oxalá que tão sensatas advertencias produzam o desejado effeito!

Depois dos actos de crueldade e vandalismo praticados pelo general Gaminde, funcionam em Barcelona os conselhos de guerra, para julgar os individuos que tomaram parte na ultima insurreição. Não tardará muito que os espingardeamentos sejam o trágico desenlace d'este drama, que já nos apresenta bastantes quadros de sangue; porque a politica dos homens de espada, que dominam a situação de Hespanha, não conhece expedientes de natureza diversa.

Tem-se reunido frequentes vezes o conselho de ministros, para resolver a questão de incompatibilidades parlamentares, e nomear os funcionarios para os logares vagos no conselho de Estado e nos diversos ministerios em consequencia da demissão pedida pelos homens principaes da união liberal.

Quanto á primeira questão, como são tantas as sentenças como as cabeças, e o governo não quiz aggravar a sua posição, que já de si é melindrosa, parece que se resolveu não dar á questão feição politica e deixar a solução d'ella ao prudente juizo das côrtes constituídas.

Os ministros não poderam ainda chegar a um accordo ácerca das nomeações; porque tanto os progressistas como os democratras querem para si a melhor parte na divisão dos empregos: as questões de *estomago* são sempre difficéis de resolver.

— Em França ha grande animação em todos os circulos politicos por causa do plebiscito, que terá logar no principio de Maio.

Não é tempo ainda de apreciarmos este facto importante, porque ninguem pode saber qual será o *verdictum* do povo francez sobre a questão que é chamado a resolver.

É provavel, graças á interferencia do governo e dos seus agentes, que o *senatus-consulta* seja approved por grande maioria; mas, para obviar a qualquer eventualidade, Mr. Ollivier, deu-se pressa em declarar que não se tratava de consultar a França sobre a sorte do imperio, porque esta forma de governo foi adoptada pelo plebiscito de 1852; mas unicamente desejava saber se a nação queria o governo pessoal ou o imperio parlamentar. Esta pergunta é tão estolida e futil, como se a enfermos perguntassem se queriam alguma saude, ou a um proletario, se acceitava algum dinheiro. O que porém torna mais repugnante o embuste é o nome pomposo de *reforma liberal*, com que se pretende encubrir as violações de direito nacional, que o deputado Gambetta apontou no seu brilhante e substancioso discurso.

Annuncia-nos a telegrapho que Napoleão III tenciona dirigir uma carta *pessoal* a todos os eleitores, explicando em termos muito liberaes a significação do plebiscito.

É a politica machiavelica, pela qual o Imperador se tem sustentado, a que agora emprega para consolidar a dynastia profundamente abalada, e conjurar a tempestade revolucionaria, que lhe parece imminente.

Os deputados republicanos Fabre, Gambetta e Picard foram encarregados de redigir um manifesto, combatendo o plebiscito. O partido democratico resolveu tambem organizar em cada circulo eleitoral um comicio d'acção, apesar de haver alguns votos em favor da abstenção completa, por se julgar o meio mais significativo, e menos perigoso de manifestar a pouca ou nenhuma confiança que aos homens verdadeiramente democratras merecem as promessas do *liberalismo napoleonico*.

Seja porem qual for o resultado do plebiscito, o imperio está irremessivelmente condemnado pelas leis eternas da justiça e pela voz severa da historia. Não ha corrente galvanica que possa dar vida a esse corpo inerte, seiva que faça reverdecer esse tronco velho e carcomido, architecto, por mais habil, que reconstrua esse edificio em ruinas.

— Na Italia continua o governo a tomar toda a precaução para evitar as manifestações republicanas; mas perante a força das idéas democraticas é inutil a policia preventiva. A Italia deseja a sua emancipação completa; quer a liberdade sem restricções odiosas, e a egualdade sem privilegios absurdos; aspira a occupar entre as nações um logar distincto, de que é digna a terra que foi berço das bellas artes. Cahi porque lhe foi *adversa a fortuna*;

Mas a queda d'um povo tem fim.

— Na Austria resolveu-se a crise que ha tempos annunciámos, nomeando-se um ministerio, cuja vida não promette ser longa.

A semana foi pouco fertil em noticias de interesse; porque os parlamentos suspenderam as suas sessões, os governos descansaram das suas fadigas e os partidos depuzeram as armas em homenagem ao Martyr, que aconselhava a fraternidade entre os homens, e a tolerancia para todas as opiniões.

Fernando Chrysostomo.

Litteratura

O Poema em hebraico — *Schir-Haschirim*
Cantico dos Canticos

e o Poema sanscrito — *Panhtchádhyáyás*
As cinco meditações

(sobre os amores de *Krishna*¹ com as *Gôpís*²)

... quia amore languet!

c. c. II, 5.

O *Bhágavata* é o *Purána*³ mais popular dos indios. E o livro mais querido d'este *Purána* é o decimo, o — *Panhtchádhyáyás*.

Da *Biblia* o poema mais popular, o mais lido por christãos e judeus é o — *Schir-Haschirim*, Cantico dos Canticos.

Ambos são a apotheose do amor.

Ambos representam um mystico hymeneu; e têm

¹ *Krishna* — é o nome de *Vishnu* (o penetrante, o Deus que se incarna) na sua ultima incarnação. É o Deus por excellencia, o Deus supremo da India dos *Kavis* (poetas) em cujo brilho, se confunde o brilho e a gloria de *Indra* (o senhor absoluto, o unico, o soberbo heroe a quem os *Vedas* cantam louvores, e entoam hymnos, porque: «No ceu, e terra és tu só o magnanimo; não houve ainda nem haverá Ser que se te assimelhe» (H. de *Pragátha*, *mandala* 8, *Rig-Véda*.)

Os amores de *Krishna* e *Radhá* a formosa pastora do *Gita Govinda* (canto do que dá o ceu) têm tambem a maxima simillhança com o Cantico dos Canticos; e se preferimos analysar e antes comparar-lhes as cinco meditações foi por brevidade; porque estas são a essencia, o thema; aquelle a variação da terna melodia; *Radhá* a personificação da idea que lhes deu origem. É no *Gita Govinda* que o leitor pode ver em versos harmoniosos do poeta *Jayadéva* os dez *avatara*s (incarnações) de *Vishnu* (C. I, *slk.* 5-16).

² *Gôpís* — Pastoras; guardadeiras de vacas, o animal sagrado da India. É palavra composta de *gó* — o boi, ou a vacca (compare-se o grego βός, o lat. *bos*, o din. *Koe*, e sueco *Ko* etc.), e de *pá* — proteger, guardar (comp. o grego πάσαι, e o lat. *pasco*, o gotico, o anglosaxonico etc.), com a terminação feminina.

A palavra *Gopí* para o que se transporta á India antiga, encerra um poema de suavissimo encanto.

³ *Purána* — antigo, velho. Diz-se de poemas antiquissimos da India. Os primitivos julgam-se perdidos. Os que hoje se conhecem foram escriptos modernamente ao que parece. A belleza das crenças puras, os ideaes formosissimos da India antiga estão ali esmagados por preceitos asceticos sem utilidade, por lendas escriptas unicamente com o fim de exaltar cultos e divindades particulares. O *Bhágavatapurána* (o purána do Bemaventurado) está primorosamente traduzido pelo grande *Burnouf*. O sabio *Wilson* traduziu em inglez o *Vishnupurána*.

Os *puránas* são perolas soltas d'um collar magnifico, caídas em lôdo asqueroso.

por assumpto anagogico a alma, desvairada pelo prazer que dura instantes, acendrada, como ouro em vivo lume, no lume sacro do amor eterno.

No Cantico dos Canticos, o amor, é amor Syriaco; forte apaixonado, delirante; amor que nasce de repente, como o turbilhão, o redemoinho das areias do deserto, movidas, levantadas, e impellidas em *razzia* de morte, por um pé de vento suffocante!

A alma da *Sulamitis* é alma virgem, que sonha, deseja, outra alma sua irman; mas neste desejo natural ha só vertigem; e, como a borboleta doudejante, buscando a luz que é toda etherea só encontra a ardencia da chamma que devora.

A meiga *Radhá* é toda excelsa; é na alma como no corpo, tão fino e donairoso que parece estatua, soprada por Deus tendo-a formado da estrella do céu a mais brilhante.

No Cantico dos Canticos tudo nos revela um poema da Syria. São amores de *Astarte*. Na *Sulamitis* ha a iniciativa audaz das filhas de *Babylonia*.

É a quadra propria. Fins de setembro. Elle, o amante, a fez entrar na adega, no templo das impudicas festas da Syria. E ella pediu pomos que a alentassem, que desfalecia d'amor! E ambos arrastados, por desejos de gosos que mal sonham, diligiam-se num como que estudo mútuo.

É o amante, ingenuo ou timido, *Adonis* languoroso; ella *Salambó* delirante. E crê até que o seu amado é uma donzella, tão novo e de formas tão femininas o encontra.

Sente-se aquecida no fogo de suas faces, que são como uns rubins; envergonha-se da alvura eburnea de seu collo; e admira-lhe as mãos delicadas como a flor dos jacintos.

Pede-lhe então que a não desprese por ser trigueira; o sol d'alma lhe bronzeou a tez; ella é um vaso d'amor.

Tentadora é a voz do amante; é harmonia que arrebatá; a sua garganta é suavissima, e todo elle para se desejar.

A *Sulamitis* arde em desejos, e sente-se estremecer. Dilatam-se-lhe os seios tumidos. É como um arbusto, o amor a viração.

Mas se a timidez a enleia, a innocencia a deixa ir para onde a inspira o amor. Espande-se em fallas languorosas; é ella a primeira a fallar.

— «Dá-me o beijo de teus labios!... Deixa-me te abraçar! Eu sinto enebriar-me o goso d'esse vinho'»

Em abraços o estreita, e cobre-o de beijos, como se o quizesse esconder em si. Ella, mulher, é o varão. Elle, homem, a donzella temerosa; e só lhe responde a tão sentida linguagem, com a linguagem do amor mais sentido — a mudez do amor.

Ella porem quer-lhe ouvir a dulcissima voz daquella garganta argentea levantada no monte de seu

'... desse vinho — desse vinho de teus labios mais precioso que o que me davas a beber.

peito qual torre de marfim. E pede-lhe diga onde é a sua tenda, ... não vá ella enganar-se, e pensando nelle, encontrar outro.

O ciúme, porem, não deixa o espinho no coração do mancebo. Em paga desta galanteria feminina, elle beija-a, e afaga-a, e falla então.

— «As tuas delicias são como as da rôla. Tu es a açucena dos valles. Os teus olhos me feriram. Os teus cabellos me enleiraram. Os teus labios fita d'escarlate, me disseram os segredos que são d'alma.»

Ella é ingenua, pura, innocente; mas arrebatada; como é vigorosa, e luxuriante, a natureza selvagem. E responde.

— «Sinto-me desfallecer! morro d'amor!... Tu és o ramilhete de myrha; entre os meus peitos morrerás!

Tu és um cacho de Chypre², ou dos que se encontram nas vinhas de Engaddi.»

Como ella se engana!

O ramilhete de myrha que acalentára no seio, deixou aquella morada deliciosa, como deixa o passaro o ninho depois de saber voar!

Saudades a consomem, e a todos pergunta³ pelo seu amado. Aos montes sobe, desce aos valles; interroga, busca; e delirante vae até ás portas da cidade⁴, caminhando dia e noite.

E julga ouvir-lhe por toda a parte a voz que não tem equal; e cuida ouvi-lo chamando por ella; tanto o idolátra!

... morro d'amor!... — Para nós hypocritas nas palavras, impudicos em pensamentos, ha, nestes cantos d'amor livre e apaixonado do oriente, phrases de enebriante poesia cujo valor desconhecemos. Mas não pense o leitor que em seus ouvidos ecoam vozes de lupanar! transporte-se aos tempos dessa antiguidade santissima, e verá que onde o coração é puro não ha palavras que o não sejam.

A innocente *Çakuntalá* não se arreceia de contar o seu nascimento ao rei *Dushmanta* (Mahá-Bhárata, Adiparwa, Sambha, 2914.)

A formosissima *Kuntí* enamora-se do Sol; e tanto o ama que elle vem a seus pés e lhe diz — «Que farei por ti virgem pura? E ella estremece d'amor; e virgem, antes e depois, deu á luz um Deus. (M. B. — Adip. 4390—4400.)

Se o leitor do Canticos souber separar o que é original do que são addições manifestas, ha de por certo admirar esses vestigios, como hoje se admira um florão de pedra, rendas de grão envoltas, engastadas como diamante precioso em ruim metal, em cal e pinturas de vandalos modernos. Vide nota (3).

² «... de Chypre...» — A ilha de Chypre; e não a camphora, nem o aloes amargo, nem essa flor de que falla Plinio no liv. xii; mas só e unicamente a ilha de Chypre irman gemea da Syria. O versiculo como elle se lê na Biblia não nos parece exacto. Composemol-o como se vê em o nos o texto. Assim é a explicação uma só para todo o poema. Do outro modo são mil e muitas para cada versiculo. Era celebre Engaddi pelos seus vastos jardins como thuribulos de incensos e perfumes queimados pelo sol. Mas donde consta que ali houvesse a branca flor do *cypro*? — Só do versiculo 13 do cap. 1.º do C. dos C. quando se traduzo o hebraico *copher* sem passar com a esponja sobre a crusta judaica, e descobrir o original que está por baixo.

Chypre é a patria dos amores, é o altar mais querido de Venus da *Cypria Diva*; o seu vinho do sabor mais delicado.

³ ... e a todos pergunta... — Esta ingenuidade pueril nota-se, como em edades mais remotas, naquelles versos de D. Diniz:

E o' est o prazo passado,
Por que mentio o perjurado
Ay! madre! moyro damor.

Ay flores! ay flores do verde pyño,
Se sabedes novas do meu amigo!

Ay Deus! E hu é?
etc., etc., etc.

⁴ ... da cidade, — de Jerusalem segundo o texto hebraico. Mas qual seria?

Visão enganadora! sonho de espirito febril. —

E exclama.

— «Pomba minha, mostra-me a tua face graciosa; sôe em meus ouvidos a musica suavissima da tua voz!»

O amante, que parece escuta-a, não tem forças para assim a deixar. A mulher que ama é na verdade mais forte, que um exercito bem ordenado.

Dá-se por vencido. Corre a ella. Abraça-a e veste-a de ouro e pedrarias. Admira-a! e extasia-se deante d'ella. Pede-lhe perdão! E como um avarento, começa de novo a descrever-lhe os modos e os gestos, e as formas do corpo donairoso.

De delirio em delirio passam os curtos momentos de longas horas.

Alfim diz-lhe:

— «Vamo'-nos! saíâmos! moremos nas quintas, e no campo. Corrámos a ver os fructos das nossas arvores.»

E ella que toda se lhe deu; ella que é flor que vive do sol de seus olhares, do ar que elle aspira, e se nutre do mel distillado de seus beijos; já lhe não falla como louca, desvairada; mas suave, amorosa e candida sentindo-se mãe.

— «Que os meus fructos são todos teus! eu já aspirei os aromas da mandragora¹.»

E partem. A *Sulamitis* reclina-se-lhe no hombro, como o cipó que enlaça a arvore que mais ama².

(Continua.)

G. de Vasconcellos Abreu.

da mandragora. — Na Persia antiga eram as aguas do *Ardonisur*. A mulher que d'ellas bebesse ficava pejada. Do oriente nos vieram lendas e crencas, e nos cantares do povo ouvimos:

Á porta de Dona Ausenda

Está uma herva fadada;

Mulher que ponha a mão nella

Logo se sente pejada.

GARRET. Rom. tom. 2.º

Em Hespanha é a borragem, e por toda a Europa a herva de *Berenice*, ou *Veronica*.

Aos curiosos recommendamos leiam a *Anacephaleosis Medica-theologica-jurídica*, etc., etc. livro de valor para o estudo do bruxedo, e feitiçarias em Portugal.

² Supponnos terminado aqui o poema. A graça primitiva já não se encontra nos versiculos que vamos analysar nesta nota.

— Entram. E como um sello sobre o coração, como um sello sobre o braço, assim vivem um para o outro.

O ciúme, no entretanto, é como o fogo do inferno: «Quem buscarás tu para tua segunda mulher? Minha irmã ainda é creança etc. A este desejo, tão manifesto, a esta lembrança dos costumes orientaes, que já lhe figurava perdida uma parte do seu imperio, e do seu goso, responde o amante em phrase toda oriental:

— «Se ella é um muro edifiquemos sobre elle baluartes de prata, etc.»

A *Sulamitis* redargue:

— «Eu sou um muro e os meus peitos uns baluartes!»

A tenção é evidente. Ella queria ser a unica, a rainha, a senhora absoluta.

Conseguiu-o-ia? Talvez! Mas a *Sulamitis* como que interrompida por amiga do seu amado diz-lhe apressada:

— «Vai! e faze-te semelhante a uma cabra montez; foge mais ligeiro que os viadinhos sobre os montes perfumados.»

E assim termina!

Responsavel — M. E. GARCIA.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 7 de Maio

N.º 7

A realza em frente da razão

(Continuado do n.º 6)

Estamos chegados ao ultimo periodo na historia da realza; podemos talvez dizel-o absolutamente: é certo que esta instituição é incompativel com o desenvimento crescente dos espiritos, e o sol do progresso ha de seccar, de uma vez para sempre, o musgo de que unicamente se cobre o tronco velho e carcomido d'essa entidade anachronica.

A revolução de 1789 abriu o sepulchro das monarchias; o entusiasmo liberal da nova geração ha de brevemente arremeçal-as para elle.

O principio da soberania popular apparece como o centro commum, em volta do qual gravitam todas as revoluções politicas d'este periodo. Ou attendamos aos commettimentos liberaes, ou aos esforços da reacção tentando levantar-se, vemos sempre avultar aquelle principio, estatua que uns saudam qual prototypo da liberdade, e outros tentam envolver nos crepes do absolutismo, ou pelo menos mutilar nas suas mais notaveis formas e saliencias.

Podemos dividir este periodo em duas epochas: a primeira até 1848; a segunda até os nossos dias.

A estas duas epochas da realza correspondem tambem outras duas na historia do progresso e da civilisação.

Até 1848 o espirito humano, embora guindado aos gloriosos commettimentos d'este seculo, ascendendo como Prometheu ás empresas maravilhosas d'aquella epocha, resente-se do pensamento exclusivo e individual dos tempos anteriores.

A — *Declaração dos Direitos do Homem* — tinha, é verdade, consignado o sublime principio da fraternidade, e os discursos de Mirabeau e Tronchet haviam tambem apostolisado o *socialismo*; mas as subsequentes theorias de Babeuf, Owen, Carlos Fourier e Saint Simon atemorisaram a sociedade; e arreigou-se outra vez o *individualismo* nos corações¹.

Desde 1848 os videntes do progresso tem annun-

¹ Quando fallamos no socialismo não queremos designar a absorção do individuo no estado, a destruição da propriedade, e a quebra dos laços da familia; regeitamos por isso todas as theorias erroneas e abstrusas que tem prejudicado aquelle principio. Para nós o socialismo é — a fraternidade effectiva entre os membros da sociedade, a liberdade de cada um, e a egualdade de todos perante a lei.

ciado a todos os povos a lei sublime da fraternidade. O socialismo, utopia ou realidade, tem feito pensar mais profundamente na tristeza dos opprimidos e na escravidão dos desgraçados; tem extrahido dos andrajos da miseria o direito dos infelizes; tem consagrado nos altares do trabalho e no templo das officinas; tem, numa palavra, chamado todos os povos para o federalismo, e todos os individuos para a fraternisação.

A estas duas notaveis phases do progresso deviam corresponder tambem duas phases no espirito da realza. É evidente — que o absolutismo, o poder anachronico e retrogrado, mal comporta o desenvolvimento dos espiritos, e que a monarchia, como governo individual, não pode tambem medrar no meio das tendencias collectivas do socialismo. É por isso que a realza, mal ferida em 1789, levou em 1848 um golpe mais profundo e talvez mortal.

Até 1848 a realza, apesar de ver os seus thronos aluidos pela primeira revolução, tenta ainda segurar-se, como o naufrago, aos restos do seu antigo dominio. Em 1815, no congresso de Viena, não obstante os esforços de Talleyrand, o direito publico *externo* substitue-se pelo direito da *força*. A *legitimidade* escudada pela Inglaterra, Russia, Prussia e Austria, pretende adquirir ainda o primitivo poder; e a restauração do antigo *regimen* em toda a Europa confirma este resultado. Mas o poder da *sancta aliança* não conseguiu apagar o vulcão aceso debaixo dos thronos.

O estremecimento geral de 1820 e de 1830 mostram que jámais se extingue no altar da liberdade o fogo que se acendeu no calor das ideias, que se activou pelos esforços do pensamento e que se alimenta d'uma necessidade do espirito e do seculo. A revolução de 1848 foi ainda mais longe: atacou na base a estatua immovel da monarchia, e arrojou-a vacillante para o meio da sociedade agitada. Depois d'isto nem o *cesarismo* de Napoleão III, nem os esforços de Pio IX, nem as tendencias despoticas de Francisco José, nem o poder militar de Guilherme da Prussia, nem o absolutismo illimitado do Czar, numa palavra nenhum esforço, nenhuma prepotencia pode salvar a realza.

Guizot, ao terminar a sua Historia da Civilisação na Europa diz: «Antes de deixar-vos, quero sómente chamar a vossa attenção sobre o facto mais

grave, e, na minha opinião, o mais instructivo que se nos revela neste grande espectáculo. É o perigo, o mal e o vicio inexcedível do poder absoluto».

Seja-nos permittido imitar nesta parte aquelle grande escriptor e chamar a attenção dos leitores para o breve quadro que temos esboçado.

Que nos mostra o passado da realza? Mostra que ella tem sempre, em todos os tempos e em todos os logares, rodado como o carro de Djaggernat sobre as victimas do seu despotismo. A realza, como diz um escriptor hespanhol, tem feito o povo na India *sudra*, no Egypto *paria*, em Roma *escravo*, no christianismo *servo*, nas communas *vassallo*, na monarchia absoluta *subdito*, no burguezismo constitucional *proletario*... Até hoje os esforços dos individuos e os direitos dos povos, o suor e os prantos, o sangue e os sacrificios, não despertaram um ecco de verdadeira fraternidade no coração da realza.

Isto é sem duvida argumento fortissimo contra a instituição; porque a historia, uniforme nas suas attestações, homogenea nas suas leis, é mais do que a voz mudavel das paixões humanas, é o dedo eterno marcando no codigo da humanidade a approvação ou reprovação dos factos e das entidades.

Deixemos porem a historia e discutamos a realza no campo dos principios.

Continua

Adriano Anthero.

Refutação dos principaes argumentos com que se pretende combater o governo republicano.

(Continuado do n.º 4)

Alegam mais os adversarios da republica: É necessario que o chefe dos poderes sociaes seja uma especie de ente sobrenatural, rodeado de grandezas e apparatus para incutir respeito no povo; é preciso que não viva com os outros homens, que não se confunda com o resto da humanidade.

Este argumento para nós é completamente ridiculo. Queremos a realidade, não queremos ficções. Já lá vão os tempos em que o povo se deixava illudir com falsas apparencias e exterioridades. Na organização d'um estado os poderes devem ser o exercicio e a manifestação d'um principio, d'uma ideia, racional e necessaria.

Os membros d'uma nação, os cidadãos, não são creanças para se deixarem enganar com falsas apparencias.

O povo quer, em troca dos seus sacrificios, vantagens reaes, e não formalidades illusorias.

O respeito, o amor, a obediencia, a dedicacão aos poderes do Estado fundam-se no merecimento, nos serviços, no trabalho, na virtude e na convicção.

As coróas, os mantos reaes, a nobreza que rodeia os monarchas, nunca salvaram até hoje a realza, quando o povo se levanta para lhe pedir contas, obrigando-a a descer os degraus do throno.

Dizem mais os monarchistas:

É indispensavel que entre os poderes do Estado exista um que seja o centro de todos, que vigie pelo seu equilibrio; sagrado e irresponsavel para não perder o prestigio, e por que não pode haver tribunal que lhe tome conta dos seus actos.

Este argumento não prova contra a republica. Teria mais cabimento se se tractasse da divisão dos poderes.

Concordamos que os poderes publicos tenham um chefe, mas não admittimos que seja irresponsavel.

E provando-se que era necessaria essa irresponsabilidade, tambem se pode conceder ao chefe do governo republicano. Conceder a um poder actos dos mais importantes, como demittir e nomear os ministros, dissolver a camara, nomear pares, usar do veto, perdoar, amnistiar etc., e declarar-o irresponsavel, é simplesmente absurdo.

O tribunal que o deve julgar são os representantes do povo, que significam o supremo poder do Estado.

O homem que é obrigado a responder pelos seus actos só perde o respeito, se não tem cumprido as leis e o seu dever.

Chegamos ao maior dos argumentos que apresentam os nossos adversarios: A republica abre a porta ás ambições; a eleição do chefe do estado pode levar-nos a uma guerra civil.

Respondemos: o abuso d'um direito, d'um principio condemna os homens e não as ideias. Se os homens estão corrompidos não ha forma de governo que boa seja. Se as republicas são causa de revoluções, não menos o têm sido as monarchias.

A historia tem exemplos d'ambas as especies. Se nos argumentarem com as luctas da republica romana, argumentamos-lhes com as do imperio. O mesmo diremos com relação á França.

Se nos apresentam os exemplos das republicas hispano-americanas, mostramos-lhes os Estados Unidos e a Suissa. Se ha ambições na republica, tambem as ha nas familias reaes, e a historia registra muitas guerras de dynastias, que têm assolado ás nações.

Se os presidentes das republicas são espingardeados e assassinados, Luiz xvi e Carlos i não tiveram melhor sorte.

Percorrendo a historia dos povos e das nações, encontra-se que a realza tem sido causa de innumeras revoluções. Quantos milhões de homens não têm morrido nos campos da batalha em defeza de certas dynastias, combatendo outras? Quantas ambições não têm apparecido nos governos monarchicos? Morre o chefe d'um estado e os pretendentes são innumeros, e as luctas succedem-se sem interrupção.

Se não accitae a republica porque dá logar ás ambições e ás guerras civis, então, se quereis ser coherentes, tambem deveis rejeitar a monarchia, que não tem causado menores males ao genero humano. Lede a historia e encontrareis exemplos e factos, que

demonstram a verdade das nossas asserções. É suficiente que recordeis as revoluções da Inglaterra, da França, da Hespanha e de Portugal. Quem foi a causa de tantas luctas, exterminios e carnificinas? A republica de certo não foi, porque não existia.

No campo da historia, se não ficades de todo vencidos, tambem não podeis entoar o hymno dos vencedores. Se tendes factos que provam a vosso favor, não valem menos os que são contra vós.

O vosso maior argumento é deduzido dos inconvenientes da eleição. Deveis notar que o grande mal das eleições provém da intervenção do governo e da administração nos actos electoraes. Se o governo central e as auctoridades locais se limitassem a manter a ordem e a liberdade nas votações, a eleição seria a verdadeira expressão da vontade nacional.

O governo republicano não consiste sómente em ser de eleição o chefe dos poderes politicos. Tem como consequencia outras mudanças e reformas ainda mais importantes.

É certo porém que os vossos argumentos são todos deduzidos da practica, e resumem-se nisto: O governo republicano em theoria é o melhor de todos; mas não se pode realizar, porque os homens não estão preparados para o receber.

Se isto é verdade, se quereis ser coherentes, se reconheceis que a forma republicana é um bem, então deveis seguir o nosso exemplo, isto é, deveis trabalhar, como nós, esclarecendo e preparando o povo, para que possa gosar a melhor forma de governo.

Nós procuramos nas theorias e na sciencia os principios e depois pretendemos incarnal-os na sociedade.

Se este caminho é máu e falso, mostrai-nos outro melhor. O que vós não podeis combater é a verdade e exactidão das nossas ideas.

Tarde ou cedo, não sabemos quando, os principios hão de vencer os factos. A sciencia ha de dominar e preceder a practica.

As monarchias de *nascimento* hão de acabar, como acabaram as monarchias de *direito divino*.

O *nascimento em todos é equal; as obras fazem os homens differentes*.

F. R.

Politica interna

Summario. — Ainda os tumultos por causa dos *arrolamentos*; tempestades parlamentares. — Opposição *politica* sob a forma *economica*. — O povo illudido; o povo victima e instrumento das luctas partidarias e das facções; tem tudo a ganhar com o arrolamento, ainda que imperfeito. — As reformas financeiras e tributarias e as revoluções populares. — Periodos de criação e renovação financeira — 1832 a 1845, 1845 a 1852, 1852 a 1867, 1867 a 1870. — Então e hoje; causas e effeitos politicos e economicos das nossas chamadas revoluções populares e opposições partidarias. — O povo deve estar prevenido e desenganado. — Especuladores politicos disfarçados em protectores do povo; zelo *pharisaico* dos impugnadores das reformas tributarias em 1845, em 1867 e em 1870.

Continuam os amotinadores da praça e dos campos a desvairar o povo; recrudescem as tempestades violentas no seio do parlamento.

Ao rebate do sino no campanario do presbyterio, ao crepitar das chamas, que devoram archivos, e reduzem a cinza os mais preciosos documentos, corresponde a palavra apaixonada e sediciosa dos que se appellidam amigos do povo, defensores dos seus direitos e interesses, que illudem e a todo o momento sacrificam ás suas paixões e caprichos.

Pobre povo! abusam da tua boa fé, escarnecem da tua credulidade! Apregoam como seu unico fim os teus interesses, e fazem da tua ignorancia e das tuas paixões o instrumento perturbador da tranquillidade publica. Em nome da tua prospriedade, e para poupar-te os tenues e mingoados recursos, lucupletam-se á tua custa, encendeiam-te as searas, espalham o terror e a desolação nos campos e no seio das povoações, lançam o pômo da discordia no meio das familias, derramam o sangue de teus filhos, fazem pasto das chamas os titulos, que servem de garantia aos teus direitos.

Os archivos são o mais precioso thesouro social dos povos, o cofre onde se depositam e guardam importantes documentos juridicos. Nos cartorios estão as sentenças, que asseguram a absolvição do innocente e a condemnação dos malfeitores, os titulos da propriedade, os testamentos, as escripturas, os inventarios, tudo quanto serve de prova e garantia aos direitos e aos contractos civis.

Não são realmente o tumulto e o incendio, a desordem e a devastação, as armas com que a opposição deve combater os seus adversarios; não é assim que o povo deve usar da garantia, que lhe dá o § 28 do art. 145 da Carta Constitucional, e que já lhe facultava o art. 16 da Constituição de 1822.

Em todas as questões, que se levantam nas grandes crises de elaboração social, não devemos esquecer e pôr de parte as lições graves e severas da historia. Havemos de recorrer á historia e á experiencia, todas as vezes que d'ellas nos possam advir luz e auxilio, não para nos servirem de criterio, que não é o planeta do passado estrella que nos dirija na derrota do futuro; mas para nos apontar os escolhos e indiciar as perigosas penedias, das quaes, para evitar naufragio certo, se devem affastar os homens e arredar as instituições. Se por nos seduzir o almejado ideal da democracia nos acoimam de *utopistas e visionarios*, não nos apodem de *empyricos e retrogados*, porque recorreremos á historia e ouvimos os conselhos da experiencia.

Quatro epochas de criação e renovação financeira avultam na historia e legislação economica de Portugal, posteriormente ao estabelecimento do systema representativo. Os periodos que decorrem de 1832 a 1845, de 1845 a 1852, de 1852 a 1867, de 1867 a 1870, anno que vae correndo, marcam datas importantes no desenvolvimento das nossas leis e instituições *fazendeiras*, em que os factos da ordem economica, se envolvem e confundem nos factos da ordem politica. É pois de necessidade e vantagem aproximar estes diversos periodos, para avaliar a importancia dos acontecimentos actuaes, medir-lhes o alcance politico e economico, e prever o seu resultado futuro.

Todos sabem como, em 1836, á dissolução violenta da camara dos deputados, respondeu a victoria eleitoral do partido *democratico*, e a esta victoria a manifestação liberal e pacifica de 9 de setembro do mesmo anno; como a força armada na guarnição de Lisboa se associou ao povo da capital, e fizeram todos causa commum, para proclamarem e restaurarem a Constituição democratica de 1822, fructo de uma revolução, que não custou uma vida, nem derramou uma gota do sangue precioso dos filhos da patria; Constituição, que em 1826, para resgatar a liberdade ao absolutismo e por força de circumstancias, havia sido substituida pela Carta outorgada por D. Pedro IV em 29 d'abril, á qual se avantajava a Constituição, tanto por seu espirito e indole liberal e democratica, como por sua origem exclusivamente popular.

As causas das manifestações de 1836, que tomaram o caracter de uma revolução pacifica de idéas e principios politicos, deviam ter as nobres aspirações do partido liberal, mal contente das limitadas concessões, que lhe haviam sido outhorgadas na Carta de 1826, que elle resgantara aos partidarios do absolutismo e da intolerancia, pelo esforço perseverante de quasi quatro annos de luctas e combates fraticidas, soffrendo o flagello da fome e da peste, derramando muito sangue, perdendo muitas vidas, arruinando a fazenda publica e as fortunas particulares dos cidadãos¹.

Os pretextos porem da commoção politica de 1836 foram: os embaraços financeiros e as difficuldades do thesouro, — a desorganisação dos serviços publicos, e o abandono, em que parecia deixarem os ministros de estado o governo e a administração economica do paiz, para se darem todos a intrigas de gabinete, a rivalidades partidarias e a evoluções facciosas, — a tendencia, que parecia animar os homens do poder, para submeterem cada vez mais Portugal á tutela industrial e economica da Inglaterra. Apoiada nestes factos e firmada nos principios da sua escola democratica, a opposição cresceu, engrossou as suas columnas no parlamento, e manifestou-se bem depressa invencivel deante da fraqueza e abatimento moral do ministerio. Ao brado imponente dos representantes do povo se reuniu a voz da imprensa e de todos os órgãos da opinião publica, proclamando por toda a parte a necessidade urgente de reformar a Carta, retrógrada, deficiente e incapaz, diziam, de garantir aos povos as importantes e vantajosas reformas, de que as leis e as instituições tanto careciam; não se levantando espadas, nem se erguendo baionetas para oppor a mais leve resistencia.

As manifestações apparatusas, os discursos eloquentes e persuasivos na camara popular haviam já condemnado o ministerio; a sua queda era inevitavel; a resistencia fora da camara impossivel. A dissolução poz termo á porfiada lucta, que se travava entre os representantes dos dous poderes do estado, ou antes entre os dous partidos, em que se dividira a familia liberal, e que mais tarde se denominaram: um — *progressista, democratico e setembrista*; outro — *ordeiro, conservador ou cartista*. As tempestades parlamentares já se faziam sentir por todos os angulos do paiz; as revoltas e as manifestações populares, que em um ou outro ponto rebentavam, despertadas não tanto pelas medidas e actos do governo, como pelos manejos e incitamento dos partidos, annunciavam uma revolução geral, eminente, e muito para temer.

A dissolução porem mais ateou o fogo das paixões e acrisolou odios partidarios.

A estes germens de perturbação interna vieram reunir-se outros elementos do exterior; — a acção espoliadora da politica *utilitaria* do governo inglez e a celebre conspiração hespanhola da Granja².

¹ A Carta, legado precioso da revolução liberal, não obstante vale-muito para a independencia da patria e para a liberdade dos cidadãos, é todavia, em muitas das suas disposições, a alliança da realza e da democracia, celebrada pela força das necessidades, que pediam uma capitulação, um armisticio, com muitas concessões.

É por isso que ella garante: a nobreza hereditaria e as suas regalias; a egualdade e o privilegio; a liberdade e a restricção.

É por isso que a independencia e autonomia distincta dos poderes é, em parte, illudida, e profundamente modificada pelo poder moderador, do qual deriva a inviolabilidade e irresponsabilidade d'aquelle que exerce tão elevada missão.

É por isso que os representantes do povo se vêem de frente a frente com os representantes da nobreza; como dois exercitos, que não confiam nas treguas pactuadas; como a imagem do passado a mirar-se no espelho do futuro, para embaciar-lhe o brilho offuscador, que a pode tornar visivel e distincta ao clarão da verdade, da justiça e da moralidade.

É por isso que ella, voltando os olhos para o passado, reconhece o catholicismo como a religião official, alongando as vistas para o futuro admite e proclama a tolerancia religiosa.

² As commoções politicas da visinha Hespanha quasi sempre se

Á frente d'esta revolução estavam alguns homens, que mais tarde se orgulhavam, e ainda hoje se ufanam, de serem o sustentaculo da Carta Constitucional de 1826.

O resultado d'esta revolução, puramente politica, não melhorou em nada a situação financeira do paiz, aggravou-a. A queda do ministerio cartista e a sua substituição por um governo, formado pelos chefes do partido democratico, a substituição da Carta Constitucional de 1826 pela Constituição de 1822 *profundamente modificada*, a promulgação de um Codigo ou lei organica de administração, mais decentralisadora que o decreto de 16 de maio de 1832 — eis o producto da opposição parlamentar e das manifestações populares de 1836.

Foi tambem assim que, em 1845, o partido *setembrista*, que depois se denominou *historico*, aproveitando a natural resistencia, que o povo costuma oppôr ás exigencias do *fisco* e ao augmento de contribuições (tributos), por mais necessarias e justas que pareçam, não perdeu a occasião, nem desprezou o pretexto, para ajustar contas, desabafar resentimentos e odios concentrados ou satisfazer velhas ambições e caprichos, fazendo cahir a espada vingadora da affronta sobre a cabeça do *transfuga*, seu antigo correligionario, que abandonando-os, protegido pelo paço e auxiliado pelo partido retrogrado, para o qual a queda da Constituição era uma victoria, tinha promovido, em 1842, no Porto e em Coimbra, a *restauração* da Carta Constitucional de 1826, concorrendo poderosamente para o triumpho completo do partido cartista, em que, réu de apostazia politica, se fora alistar.

Até 1842, e depois ainda, havia-se adoptado o mesmo systema, que tambem se tem inalteravelmente posto em pratica desde 1852 até hoje. — Empréstimos para cobrir as despesas ordinarias e obrigatorias; — empréstimos para dar impulso aos indispensaveis melhoramentos materiaes do paiz; — empréstimos para amortizar e pagar os elevados juros da divida publica; — empréstimos, continuamente empréstimos e sempre em condições cada vez mais onerosas! Tal era em 1845, como hoje, a marcha ruinosa, que se havia adoptado, desde muitos annos, e que abriu tão grande abysmo no thesouro, que só a mais severa economia, a suspensão de todos os melhoramentos publicos, e o augmento consideravel do imposto, poderiam preencher. Demais, a legislação de fazenda, esboçada apenas em 1832 por Mouzinho da Silveira, carecia de uma reforma então, como hoje carece a de 1852.

O governo da restauração comprehendeu, como o governo actual comprehende hoje, como o havia comprehendido a *regeneração* em 1852, e o governo da *fusão* em 1867, a necessidade de uma reforma; e, ainda que receioso da sua ousadia, e esperando já a sua queda politica, promulgou um complexo de leis, que lhe asseguravam, com a reforma completa do systema tributario e com o augmento do imposto, acudir á ruina do thesouro e ao descredito da nação, levantar as finanças, e promover o desenvolvimento de todas as fontes de prosperidade publica.

A carta de lei de 19 d'abril de 1845 e o decreto regulamentar de 20 de dezembro do mesmo anno são os documentos mais importantes d'essa comprehendida reforma, para fazer vingar a qual, nem o governo tinha a necessaria força, nem a opinião publica sufficiente illustração para a poder avaliar. A estes dous poderosos obstaculos, que ainda na actualidade subsistem, vieram, como hoje, reunir-se outros — os manejos dos partidos descontentes, as ambições, os resentimentos, as vinganças, as repres-

repercutiram em Portugal; e se a ultima revolução passou para nós desaperecebida, é devido ao nosso maior grau de civilisação politica e progresso das nossas instituições liberaes. Bastará dizer que em Hespanha — a monarchia fuzila e enforca; em Portugal, onde a imprensa é livre, liberrimo o direito de petição — a pena de morte foi abolida; em Portugal os reis constitucionaes visitam encarcerados consolam enfermos e não assignam sentenças de morte.

lias... tudo foi posto em acção pelos homens adversos ao governo, e que não perderiam o momento opportuno para o derribar, ainda que fosse necessario alterar a ordem, amotinar o povo, illudir e arrastar as massas ignorantes, desencadear por todo o paiz as tempestades de uma guerra civil, e causar os males, que são o seu funebre cortejo, promovendo a situação desgraçada do povo em nome do povo, aggravando o estado precario da fazenda em nome do estado precario do thesouro, compromettendo o credito da nação em nome da divida publica, esterilizando a agricultura, paralisando o commercio e as outras industrias em nome do progresso material e da prosperidade economica do paiz!

As desintelligencias dos partidos veio mais uma vez aggragar-se a coadjuvação generosa da Inglaterra, que não pôde nem poderá nunca tolerar, muito menos applaudir, e tem constantemente estorvado, quaesquer reformas economicas, que, elevando Portugal e a Hespanha, podem afrouxar ou diminuir a sua poderosa supremacia commercial na peninsula iberica. E com effeito a Inglaterra parece ter-se comprazido sempre em alimentar a servidão politica e a desordem administrativa de Portugal, para manter a sua suzerania á custa do nosso atrazo e abatimento industrial e mercantil³.

É que Portugal é a colonia mais importante, que a Gran-Bertanha conta entre as muito ricas e populosas que possui no velho e novo continente. Mas deixemos a Inglaterra e o seu egoismo utilitario, e volvamos aos factos economicos e politicos de 1845.

Decretado o novo systema tributario na carta de lei de 19 d'abril e decreto regulamentar de 20 de dezembro d'aquelle anno, creados novos impostos, transformados e augmentados outros, não faltavam já meios aos *setembristas*, apoiados e soccorridos pela mão generosa e desinteressada do governo britanico, de alarmar o povo, promover tumultos e incitar os revoltosos a protestar e a resistir ás novas medidas com as armas na mão, agitando as cidades e amotinando os campos.

Não faltaram discursos e proclamações incendiarias, em que, em nome dos *sagrados direitos* do povo e dos *caros interesses* da nação, ultrajavam as leis e injuriavam o governo, reunindo ao insulto pungente a calumnia atroz, não poupando até o chefe do estado.

Não faltaram chefes para dirigir manobras e commandar os revoltosos *forçados* e os amotinados *involuntarios*.

Tambem não faltou dinheiro para espalhar, com a demoralisação, no seio das massas ignorantes e illudidas, para comprar, com a insubordinação militar, alguns soldados, descontentes pela irregularidade dos pagamentos e corrompidos pela ociosidade habitual da cazerna.

Mas nesta revolução popular, como na contra-revolução anterior de janeiro de 1842, preparada e dirigida por um homem, que occupára um logar distincto entre os membros do partido democratico de setembro de 1836, e que teve por fim a queda da Constituição de 1838 e a elevação politica d'esse homem com a restauração da Carta de 1826, duas vezes tentada, com malogrado exito, em 1837 — o povo serviu de instrumento passivo; as *massas*, indifferentes a todos estes occultos movimentos politicos, eram arrastadas pelo elemento economico. A reforma tributaria, o pretendido gravame dos novos impostos, o augmento das contribuições foi apenas o pretexto para, lisonjeando os interesses do povo, mais facilmente lograrem o seu intento e satisfazerem a propria ambição⁴.

³ Nem obste o auxilio, prestado pela Inglaterra ao partido cartista para pôr termo á revolução do Minho; essa coadjuvação, em que tomaram tambem parte a França e a Hespanha, tem a sua explicação na historia contemporanea e nas relações diplomaticas, que então vigoravam na Europa.

⁴ Seria para muitos volumes expor os factos e fazer a circumstanciada apreciação critica das causas, que prepararam a revolução po-

E para que foi, de que serviu essa lucta que tantos capitães e vidas custou? Que vantagens auferiu o paiz dessa insurreição tão esteril como destruidora?

pular de 1846, illudida e em parte suffocada em maio do mesmo anno e reaccendida pela *emboscada* de 6 de outubro.

Como se vê da proclamação de 21 de maio d'aquelle anno, referendada pelo duque de Palmella e que applicava remedios aos grandes males que pareciam ameaçar este desditoso paiz, alem das indicadas leis tributarias, outras, no dizer de então mais vexatorias ainda, excitaram os protestos e clamores do povo, ou antes serviram de pretexto aos inimigos da *restauração cartista*; entre estas principalmente — o decreto de 26 de novembro de 1845, que reorganisava os serviços de saude publica, cujas disposições em parte foram depois, por modernas providencias, postas em execução.

É certo que os remedios, como indica a referida proclamação, foram:

- A demissão e substituição do ministerio.
- O encerramento immediato da sessão ordinaria das côrtes.
- A abolição das leis de saude, continuando a vigorar o decreto dictatorial de 3 de janeiro de 1837 e outras providencias anteriores ao decreto de 18 de setembro de 1844.
- A suspensão da reforma do systema tributario.

Estes remedios não foram efficazes, por mais opportunos e prudentes que pareceram aos novos conselheiros da corôa.

É que muitas outras eram as causas determinativas e occultas da revolução...

A anarchia continuou: por um lado o governo, legislando e administrando em continuo sobresalto, rodeado de mil estorvos e luctando com difficuldades invenciveis; por outro lado as *juntas* provisórias, exercendo todos os actos de soberania nacional, alimentando a desconfiança dos povos e legalizando aquelle estado verdadeiramente anarchico.

Foi então que o sr. marquez de Saldanha, deu o *golpe de estado*, que se denominou — *emboscada*, em 6 de outubro de 1846: o Chefe do Estado proclamou de novo para corresponder aos desejos dos povos, que pediram sómente a *derogação do systema tributario, da lei de saude* e tambem a demissão de ministros, a quem attribuiram os *supostos vexames*.

Esta proclamação do throno vinha assignada, entre outros, pelo sr. duque, então marquez de Saldanha, naquella epocha exaltado cartista e amigo do sr. conde de Thomar, com quem em 1848, não obstante haver recusado a presidencia do ministerio, que lhe fôra offerrecida, bem como aos srs. duque da Terceira e Duarte Leitão, fazia *uma só e mesma entidade politica*; pelo sr. duque de Saldanha, que em 1851 se collocou á frente do movimento militar, que provocou, para derribar o governo presidido *involuntariamente* pelo sr. conde de Thomar, e que terminou pela ascensão aos conselhos da corôa de um grupo de homens, sahidos da *regeneradora colligação*, formada pelos *setembristas* vencidos em 1847, pelos *cartistas* descontentes, e por algumas illustrações da nova geração liberal.

Além das indicadas reformas de fazenda e saude publica, outras leis se publicaram durante o periodo que decorre de 1842 a 1845, e que, muito mais que a reforma tributaria, deviam excitar a indignação e provocar a animosidade dos homens verdadeiramente liberaes. O centralizador decreto de 20 de setembro de 1844, que organisou a instrucção publica em todos os graus; o qual, não obstante elevar o *ensino primario* entre nós á altura dos povos mais adiantados como a Prussia, a Suissa, os Estados Unidos, tinha o grande defeito de submeter o ensino publico á censura previa do governo, tirando ao mesmo tempo a iniciativa e restringindo as antigas e liberaes prerogativas da Universidade, centralizando barbaramente as instituições scientificas e litterarias do paiz, convertidas numa perfeita *regie ministerial*, numa *bureaucracia* administrativa. A abominavel lei de imprensa, que tyranisava o pensamento e suffocava a sua mais generosa e importante manifestação; mutilando assim no corpo social o orgão principal da opinião publica, apagando o fanal mais brilhante da publicidade, primeira e mais solida garantia politica dos governos representativos. O Codigo Administrativo, que, vasado nos moldes mais aperfeçoados do systema centralizador, submettia os funcionarios, auctoridades e agentes subalternos, com a obediencia passiva, ao arbitrio dos ministros, alargando consideravelmente a esphera da acção discrecional da administração central, e submettendo os municipios á completa e perpetua tutela do governo, tirando ao mesmo tempo a iniciativa e a importancia ás corporações de representação local. A lei, que organisou as magistraturas e os tribunaes judiciais, não era menos despotica e abominavel; destruía com a inamobilidade, apparente e sophismada, a independencia dos representantes de um dos quatro poderes politicos, estabelecidos no art. 10 da Carta Constitucional, e garantida no art. 118.

E todavia não foram estas as medidas do governo, que serviram de pretexto á revolução, mas a reforma tributaria.

E todavia o barbaro Codigo Administrativo, decretado em 18 de março de 1842, ainda hoje está em vigor.

E todavia, apesar de tantas e repetidas reformas, que mais têm comprometido do que melhorado a instrucção publica, o decreto de

Para mais tarde virem os agitadores de então, e põem em vigor, modificando apenas, as medidas financeiras contra as quaes se levantou o grito revolucionario no Minho, expondo a nação inteira aos perigos, aos horrores e ás devastações da guerra civil, que durante mais de um anno fez constantes e irreparaveis estragos, e que só uma esquadra ingleza e a baioneta do soldado hespanhol conseguiram suspender e cortar, passando nós, mais uma vez, pela humilhação degradante da intervenção alheia!

A situação, em que se achava Portugal, no periodo que decorre de 1842 a 1845, é mui semelhante á que se observa actualmente.

Em 1845, como hoje, a falta de recursos financeiros, os encargos e as difficuldades do thesouro, o prodigioso augmento da divida publica e seus encargos, o crescimento espantoso do *deficit*, preocupavam os governos e assustavam os animos da nação. O maior flagello da administração publica era então, como hoje, o systema de recorrer aos empréstimos em vez de recorrer ao imposto.

Hoje, como em 1845, as circumstancias economicas são quasi as mesmas — a pobreza do thesouro — os encargos assombrosos da divida publica, — a impossibilidade economica, politica e moral do esgotado recurso dos empréstimos — e a necessidade de augmentar as contribuições e regularizar o systema tributario, a fim de o tornar mais productivo.

Um governo, presidido por um dos homens, que em 1842 a 1845 maior opposição fizeram ao ministerio reformador, reconhece hoje, como então reconhecia o governo, essas necessidades e circumstancias, e promulga o decreto de 30 de dezembro de 1869, extrahido das leis de 1852, como estas o foram das de 1845, a fim de, por meio do *arrolamento* dos predios rusticos e urbanos, regularisar e corrigir as *matrizes*, reprovadas em 1845, adoptadas em 1852, e, em parte, por aquelles mesmos que as haviam condemnado anteriormente.

E se não houvessem estorvado em 1846 a execução do artigo 19 da carta de lei de 19 de abril de 1845 e o artigo 93 e outros do regulamento de 20 de dezembro d'aquelle mesmo anno, se não houvessem preferido a queda do ministerio, e com ella a revogação das leis promulgadas por elle, á reforma pacifica e salutar do systema e legislação tributaria, não teriamos hoje *matrizes*, uma especie de *cadastro parcellar*, senão completo e perfeito, pelo menos melhor e mais aperfeiçoado que as actuaes *matrizes*, superior ao que ha de resultar dos arrolamentos, aos quaes irregular e precipitadamente se está procedendo?

Este confronto, este parallelismo de factos, leis e instituições mostra até a evidencia — que a situação em que se achára o paiz no periodo, que decorre desde 1842 a 1845, é em tudo semelhante á que se observa actualmente; e as mesmas causas podem produzir os mesmos effectos. Ainda que supponhamos difficil se não impossivel, no estado de descrença e indifferentismo que por todos os animos lavra, que entre nós se levante o grito revolucionario, é preciso prevenir o povo, e mostrar-lhe os perigos, a que se expõe, os males que o esperam, prestando-se, mais uma vez, a ser *instrumento passivo* de rivalidades politicas, caprichos e ambições partidarias. Devem-lhe aproveitar as grandes lições que lhe deram em 1846, 1851 e 1867 a 1869.

de 20 de setembro de 1844 é lei vigente, base e essencia de todas as providencias posteriores.

Não se imagine que vimos aqui fazer a apologia ou sequer tomar officiosamente a defesa de uma causa ha muito julgada no seio dos parlamentos, na imprensa e na opinião publica: — detestamos os principios politicos do governo da restauração, reprovamos o seu errado e centralizador systema administrativo, — nem havia mister dizelo. — Traçamos uma pagina da nossa historia, narramos factos. As nossas idéas já são bem conhecidas e patentes os principios democraticos d'este jornal.

Digam consciensiosamente, — que vantagens auferiu o povo com a revolução popular; de 1846.

A queda de um ministerio e a sua substituição por outro.

A adopção quasi immediata das medidas propostas, e dadas á execução antes do movimento *patriotico* de 1846.

Para que serviu, que vantagens resultaram para a administração publica e prosperidade nacional a *patriotica* revolta militar de 1851?

A substituição do art. 63 da Carta pelo art. 4 do Acto adicional;

A subdivisão dos partidos e a separação dos homens politicos em dous grupos — *historicos* e *regeneradores*, que, por circumstancias, mais tarde, vieram aproximar-se e *fundir-se*;

A promogão effectiva ou honoraria de todos os officiaes inferiores do exercito, e a prodiga concessão de mercês honorificas...;

A substituição da carta de lei de 19 d'abril a 1845 pelo decreto de 31 de dezembro de 1852, a substituição, quasi integral, do decreto de 20 de dezembro de 1845 pelas instrucções de 7 d'agosto de 1860;

O augmento da divida publica e o crescimento espantoso do *deficit* ⁵.

De que serviram as manifestações tumultuosas, mas *patrioticas* de 1867, que deram em resultado ultimo os acontecimentos do 1 de janeiro de 1868?

Serviram: — para retalhar os partidos, mutiplicar as facções, — desprestigiar o principio da auctoridade — destruir sem nada edificar, — suspender, em nome dos *pretendidos* interesses do povo, das economias e reduções no orçamento, algumas apparentes, outras impossiveis, um systema completo de opportunas providencias administrativas e financeiras, que, remediando muitos males, atenuando assustadoras calamidades publicas, sem desorganisar serviços, nem paralisar melhoramentos, nos poderiam ao mesmo tempo elevar a um grau superior de civilização e prosperidade ⁶.

⁵ Verdade é que, a datar de 1852, começaram os governos a dar impulso e desenvolvimento aos interesses economicos e materies do paiz, sem que todavia lhes pertençam as honras da iniciativa, que já havia sido tomada pelos governos precedentes. Não foi porem devido esse caminhar aos autores da revolta militar de 1851; mas a um homem intelligente, moço cheio de vida e aspirações, inflammado no ardente amor do progresso, dirigido por um velho prudente, illustrado e energico. Esse homem é hoje um dos nossos primeiros estadistas, esse homem é Antonio Maria Fontes Pereira de Mello; esse velho, que fóra o espirito e o braço do partido regenerador e que o tumulto já esconde, é hoje uma saudosa recordação, uma sombra illustre, que ainda se chama Rodrigo da Fonseca Magalhães.

⁶ Ainda que muitas d'essas reformas não possam ser consideradas um primor de theorias e um thesouro de conveniencias, eram todavia opportunas e efficazes como remedio ao mal e promettedoras para o futuro.

Entre estas devemos notar:

— A lei que organisava a administração civil, abrindo prudentemente a estrada franca e livre da descentralisação *administrativa*, sem quebrar a unidade politica e mantendo a necessaria centralisação *governamental*.

— A que organisava nos districtos, e a expensas do cofre districtal, as guardas ou corpos de policia civil, preparando-nos para licenciar, e mais tarde abolir, o exercito permanente em pé de guerra.

— A lei que organisava a beneficencia publica, geral e local, e que implantava entre nós um systema regular, harmonico, justo e efficaz de socorros publicos.

— As importantes leis e uteis providencias para os melhoramentos agricolas e industriaes, promovendo: o arroteamento e producção do solo inulto, o aproveitamento das aguas e dos pantanos, a arborisação, a practicultura natural e artificial, os progressos da industria pecuaria, o credito agricola e os bancos ruraes, a colonisação dos campos e o tão necessario augmento de população, as associações de socorros mutuos, as cooperativas de producção, consumo e credito popular, etc.

— As leis do *imposto de consumo*, importante *medida tributaria*, que, se por um lado affectava os interesses do contribuinte, aliviava-o por outro, e accudia de prompto ás difficuldades do thesouro,

De que poderão servir as manifestações tumultuosas e incendiárias, o vandalismo nos archivos e cartórios das repartições publicas? qual poderá ser o *beneficó* resultado de uma revolução popular, em 1870?

A queda ou recomposição do actual ministerio, augmento de calamidades, decadencia economica, degradação politica, perdas irreparaveis, pobreza, miseria, e ignominia! Limitamo-nos hoje a comparar factos; no numero seguinte compararemos as leis e os seus auctores, os homens e as instituições.

M. E. Garcia.

Politica externa

Summary. — HESPAÑHA — Incompatibilidades parlamentares, juizo da imprensa liberal e independente. — FRANÇA — a Republica de 48 e o imperio; — proclamação do Imperador. — PORTUGAL e a INGLATERRA — decisão da questão sobre a nossa ilha de Bolama; — um tribunal supremo para resolver as questões internacionaes.

A votação das côrtes constituintes de Hespanha sobre o artigo 12.º da lei eleitoral, que estabelecia a incompatibilidade absoluta entre o logar de deputado e qualquer emprego activo de nomeação do governo ou da casa real, ainda que fosse em commissão e sem ordenado, é o facto mais importante que hoje nos offerece a politica hespanhola.

A imprensa de Madrid commenta a resolução do congresso, que regeitou o artigo, de modos differentes; mas os periodicos mais liberaes e independentes são unanimes em censurar os deputados, que esqueceram os preceitos do decoro e dignidade pessoal, para obedecerem unicamente ás exigencias do interesse egoista.

O nosso apreciavel collega — *La Republica Iberica* — observa muito a proposito que dos 96 deputados, que regeitaram o artigo 12.º, 58 são empregados activos, 11 deixaram de o ser ha pouco tempo e 3 vão ser nomeados para empregos rendosos.

Os jornaes que ainda acreditam com fé viva nos primitivos dogmas do partido progressista, apesar das apostasias de seus chefes, como são *La Nación*, *El Eco del Progreso*, e *La Independencia Española*, reprovam energeticamente a attitudé do governo e das côrtes, que é defendida pela *Iberia*, orgão do sr. Sagasta, e pelo diario montpensierista — *Las Novedades*.

sem que fosse tão vexatoria como a apregoaram os desordeiros e os egoistas.

A distincção entre contribuições *directas* e *indirectas* parece-nos um absurdo, uma anomalia no campo dos principios theoricos, uma aberração no dominio da sciencia especulativa, supposto possa justificar-se e admitir-se na parte technica, na realisação practica do imposto; a differença existe de facto, mas não é essencial; é apenas uma questão practica de *incidencia* e *cobrança*, a qual pode ser mediata ou immediata, *directa* ou *indirecta*. Qualquer que seja a natureza e denominação do imposto, *proporcional* ou *progressivo*, *de quota* ou *repartição* etc., recabe sempre este e é pago pelo *consumidor*; a differença está apenas em *incidir* immediatamente sobre o proprietario, capitalista, industrial, e ser *cobrado directamente* do productor, que o leva em conta no custo da produção, mas em todo o caso *indirectamente* do consumidor, que, através de successivas transacções, é por ultimo quem vem a pagar o custo da produção e o agio da circulação.

A distincção pois entre impostos *directos* e *indirectos* é sómente formal; por isso que todo o imposto é pago pelo *consumidor*; toda a *quota de repartição* de imposto directo se converte em uma *taza fixa de consumo*. É preciso que se convençam que as leis economicas, abandonadas a si proprias actuaem, como as do mundo physico, de um modo necessario e fatal. Estamos longe de approvar a *forma indirecta* do imposto; porque reprovamos as *alfandegas* e a *fiscalisação*, mas francamente diremos: aquelles que se revoltam contra as contribuições indirectas ou *imposto de consumo* parece não alcançarem esta harmonia. Nas contribuições indirectas pode estabelecer-se e dominar, como nas directas — a egualdade, a justiça, a proporcionalidade e a progressão.

Escusado nos parece dizer que entre os deputados que approvaram o artigo, apparecem os nomes de Castelar, Figueras, Pi y Margall, Pablo Soler, Sorni, Quintero, Rubio (D. Frederico) e outros republicanos illustres.

Com relação a este assumpto as nossas idéas estão perfeitamente de accordo com as eloquentes palavras do sr. dr. M. E. Garcia, as quaes transcrevemos do seu artigo sobre politica interna, publicado em o n.º 6 d'este jornal.

«Ou se é legislador, ou empregado submisso do governo; ou se é procurador e mandatario do povo, ou agente subordinado e retribuido da administração. Aonde fica o principio fundamental da separação e independencia dos poderes, se um individuo pode ser ao mesmo tempo magistrado judicial, empregado de confiança do governo *em commissão*, deputado, e portanto legislador?»

Todos os dias se vai confirmando pelos factos a verdade d'estas expressões de Luiz Blanc, proferidas no parlamento francez no anno sempre memoravel de 1848:

«A força do despotismo é a violencia; a *força das monarchias constitucionaes é a corrupção*; a força da republica, e é por este motivo que eu a adopto, é a justiça.

— O nome sympathico e glorioso de Luiz Blanc, e o seu discurso combatendo a proscricção de Luiz Napoleão, e aconselhando o parlamento a que, para garantir a conservação da republica, consignasse na constituição um artigo eminentemente republicano, determinando que não houvesse presidente da republica franceza; fizeram-nos reflectir seriamente sobre a situação da França, confrontando o imperio com essa revolução de 48, generosa pelos sentimentos que a inspiraram, humanitaria pelos principios que proclamou, admiravel pelos grandes homens que nella tomaram parte.

Como o talento e a eloquencia dos iniciadores do *imperio liberal* se obscurecem deante da luz esplendida, com que nos deslumbrá o genio de Victor Hugo e de Lamartine! Como a sua probidade desaparece perante a honradez e as virtudes civicas de Cavaignac e Ledru Rolin! Como nos parecem tibias e incertas as suas convicções politicas em face da coherencia e do entusiasmo revolucionario de Proudhon e Luiz Blanc!

Não queremos fazer a historia dos acontecimentos, nem apreciar os homens de 48; basta, para o elogio d'esta epocha, dizer que todos os partidos tiveram propugnadores valentes, todos os systemas defensores eximios, todas as crenças apóstolos fervorosos.

Eram livres a imprensa e o sufragio, permittidas as associações e reuniões politicas, franca a linguagem que se fallava ao povo; hoje a imprensa está sujeita a leis odiosamente repressivas; ás reuniões assistem os agentes da policia; o poder influe directamente nas eleições e no plebiscito; chama-se liberdade ao despotismo, democracia á centralisação.

Napoleão III, o homem que durante 18 annos resumiu em si o governo da França e a politica da Europa, hisongeia o povo para depois o esmagar, exalta a França para a reduzir á escravidão, appella para a soberania nacional afim de consolidar o *cesarismo*.

Inutil nos parece a proclamação do Imperador; mais efficazes serão a influencia dos *maires* e dos thesoureiros dos *departamentos*, o dinheiro, a pressão e todos os meios de corrupção empregados pelo governo para alcançar o triumpho. Esperemos porém o escrutinio, cuja linguagem, apesar de tudo, será eloquente; confiemos principalmente no poder da justiça e na força das idéas liberaes.

— Ha poucos dias que o sr. ministro dos negocios estrangeiros annunciou ao parlamento portuguez que a questão entre Portugal e a Inglaterra sobre o dominio da ilha de Bolama fôra resolvida a nosso favor pelo Presidente dos

Admiramos Lamartine como poeta e como orador; mas não o tomamos por modelo como historiador, nem como politico.

Estados Unidos, a cuja arbitragem estava sujeita. Nunca nos inquietou este negocio, porque tinhamos inteira confiança no primeiro magistrado d'uma nação livre, aonde a justiça é considerada como um principio superior a todas as conveniências, e a honra é uma religião professada por todos os cidadãos.

Este facto demonstra a vantagem de se decidirem as questões internacionaes por um tribunal supremo, constituido pelos representantes das nações unidas pelo laço da federação. Com esta instituição evitavam-se as guerras; dispensava-se o luxo da diplomacia permanente; facilitavam-se o commercio e as relações entre os povos; progredia a sciencia e a litteratura; prosperava a agricultura e alargava-se a esphera industrial; augmentava a riqueza publica e diminuia o pauperismo; a politica passava a ser uma sciencia em vez dum jogo interesseiro e desleal; a liberdade popular garantida contra as tentativas ambiciosas; estabelecia-se finalmente o reinado definitivo da justiça e da fraternidade. Não podemos desenvolver todos os argumentos em favor d'esta instituição; mas unicamente responderemos aos espiritos timidos e acanhados, para os quaes todo o progresso é uma utopia, toda a idéa nova uma blasphemia e toda a reforma um perigo, que as intelligencias obcecadas pelos preconceitos não podem medir os largos horisontes da civilização.

Concluimos com estas verdadeiras palavras de Laroque a respeito dos defensores do *statu quo*, os quaes, não podendo combater um principio, chamam utopistas aos que o sustentam, sem se lembrarem de que *a utopia de hoje é a realidade de amanhã*:

«Nous savons ce que veut dire et ce que cache cette réponse, que l'on a répétée toutes les fois qu'il s'est agi de faire un pas en avant, et qu'après avoir de toutes ses forces résisté au progrès, on s'est trouvé à bout d'arguments et de moyens. Si l'on écoutait ceux qui tiennent ce langage, l'humanité resterait éternellement embourbée. Mais cette fois encore elle marchera, malgré leurs efforts pour l'entraver. Elle n'aura pas peur comme eux de l'excès du beau, sachant trop bien qu'au milieu de tous ses progrès, il lui restera toujours une somme très grosse de mal.»

Fernando Chrysostomo.

EXPEDIENTE

La Iberia dignou-se transcrever o nosso artigo — *Suum cuique* — no seu n.º 4156, precedendo-o das seguintes palavras:

«Dura, aunque bien merecida, es la siguiente leccion, que *O Trabalho*, semanario democrático de Coimbra, dá en su número correspondiente al 16 de este mes á uno de los diarios federales más antiguos de Madrid, manifestando el profundismo abismo que media entre la intransigente conducta de los demagogos y las nobles tendencias del verdadero republicanismo.»

Nunca foi nossa intenção dar lições ao nosso apreciavel collega *La Discussion*, aonde collaboram talentos robustos, que fazem honra ao partido republicano, e cujas idéas aceitamos na maxima parte. O nosso fim, ao fazer aquella declaração, foi unicamente tornar conhecidas as idéas que sustentamos na imprensa, e saliente o abysmo que nos se-

«Sabemos o que significa e o que vale esta resposta, que os inimigos do progresso, á falta de argumentos, repetem todas as vezes que se pretende dar um passo no caminho da perfeição. Se fossem ouvidos aquelles que empregam esta linguagem, a humanidade ficaria eternamente immersa no lodo dos vicios e dos preconceitos. Mas ella caminhará, removendo todos os obstaculos e vencendo todas as difficuldades. Não tememos o excesso do bello; sabemos muito bem que no meio de todos os progressos haverá sempre uma grande somma de males.»

para dos amotinadores da praça publica; dos profanadores do lar domestico; dos que excitam nas multidões instinctos ignobeis e odios violentos; dos que finalmente, invocando o nome sagrado da Liberdade, incitam o povo á anarchia e á rebellião contra as auctoridades legalmente constituidas, ao incendio dos archivos e á violação da propriedade.

As nossas palavras de nenhum modo se podiam referir aos redactores de *La Discussion*, que têm sido sempre dignos e dedicados apóstolos das idéas democraticas, tão puras, como o céu em manhã de primavera, tão beneficicas, como o orvalho em noites de estio, tão sublimes, como a justiça que representam. Quizemos stygmatisar a linguagem descortez, os insultos grosseiros e as diatribes virulentas, com que *A Lanterna*, *O Percursor* e *O Clarim*, cubrindo-se com o véo do anonymo, usurpando um nome que lhes não pertence, têm provocado a indignação da gente sensata e comprometido a causa da democracia, da qual nos presamos de ser defensores entusiastas, ainda que modestos.

Agradecemos á *Iberia* a honra que nos fez, traduzindo o nosso artigo; e aproveitamos esta occasião para manifestar o respeito que nos merecem os escriptores distinctos, que naquelle jornal defendem com tanta dignidade os seus principios politicos.

Recebemos e agradecemos o primeiro numero do periodico — *El Club*, semanario federal, que se publica em Valencia.

Bem vindo seja o novo campeão da democracia.

Ao nosso collega de Lisboa — *A Republica Federal* — agradecemos o lisongeiro acollimento que tem dispensado ao nosso semanario. D'aqui saudamos os nossos correlligionarios, desejando-lhes as maiores prosperidades.

Recebemos e agradecemos o opusculo democratico — *Napoleão III, Pio IX, e Victor Hugo*, que nos foi enviado pelo seu auctor o Sr. J. Palmela; bem como a traducção dum eloquente discurso de Castelar. O sr. Palmela merece justos louvores pelo zelo com que trabalha na propaganda liberal.

O sr. Adriano Anthero de Sousa Pinto offereceu-nos alguns exemplares do seu poema lyrico — *Os Reprobos*.

Agradecendo penhoradissimos a offerta, sentimos não poder apreciar a producção do nosso amigo, por ser nosso collega na redacção d'este jornal.

A critica imparcial e illustrada fará a devida justiça ao livro e ao seu auctor.

Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.º 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apóstolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

O TRABALHO

SEMANARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 24 de Maio

N.º 8

A revolta!

Mane, Thecel, Phares.

Continúa o festim de Balthazar.

Repetem-se as bachanaes do constitucionalismo monarchico.

Desapparecem uns convivas, e logo outros surdem, para empunhar a taça e cingir o amarellecido pampano.

As dissidencias do parlamento, ás rebelliões da praça succede a orgia da caserna.

Ao vozear confuso dos que amotinam com a palavra, responde o estrepito das armas dos que pretendem arrastar pela força.

Fecha-se o parlamento, e abre-se o quartel.

Um palacio, que ainda ha pouco exultava com ruidosas festas e esplendidos sarãos, foi convertido pelos revoltosos em hospital de sangue, em casa mortuaria!

Hontem incendiavam-se os archivos; hoje rasga-se com a baioneta o codigo das liberdades constitucionaes.

Curvam-se os depositarios do poder ante a insubordinação militar.

Abandonam-se as praticas do governo representativo.

Obedece-se inconscientemente ás inspirações da camarilha, ás intrigas dos cortezãos, aos desejos, e quem sabe (?) se ás ambições criminosas dos que pretendem comprar com os diamantes de uma corôa ensanguentada a independencia d'uma nação infeliz!

É realmente assombroso!

Quem poderia acreditar que no ultimo quartel deste seculo, num paiz onde o systema representativo é não só adulto, mas já decrepito, se havia de expulsar á coronhada um governo, que no seio da representação nacional tinha o mais decidido apoio, uma numerosa maioria, uma quasi unanimidade, um governo que a opinião publica, pelo menos, parecia respeitar.

E esse governo, bem ou mal, tentava levantar do abatimento um paiz esgotado de recursos, pobre de dignidade moral, indifferente a quanto se chama progresso, sem iniciativa e sem aspirações; esse paiz appellava para a rotina, em vez de querer melhoramentos; pedia economias, afim de não pagar o

imposto; ameaçava com o tumulto e com o incendio, para não obedecer á lei.

Por ultimo triumphou a revolta militar, promovida pelos ambiciosos — que perturbam a ordem, — que insultam a lei, — sacrificam o povo, — varrem os cofres do estado, — prejudicam o credito publico, — retardam a civilisação, — e aniquilam de todo esta nacionalidade já moribunda.

O facto está consummado!

A demissão do ministerio não foi consequencia do voto da representação nacional; não foi insinuação motivada da imprensa livre, conselho imparcial da opinião publica.

A demissão do ministerio é a obra do **militarismo**.

Não foi o chefe do estado, que exerceu o poder moderador, mas a soldadesca insobordinada.

E julgam que é o *militarismo* que nos ha de salvar!

E pensam que é a espada d'algum veterano, embora illustre, que ha de cortar o nó gordio que ameaça estrangular-nos!

Mil vezes não.

O *militarismo* tem sido a causa fecunda da nossa decadencia e ruina: ha de perder-nos, se por ventura não reagirmos em nome da liberdade contra o despotismo da força; se esta bofetada insolente, dada na face do povo ultrajado, não trouxer como consequencia a justa desaffronta.

Neste caso o *militarismo*, como ultima provação, ha de talvez salvar-nos, provocando a legitima defesa, despertando as adormentadas energias populares, chamando á lucta e á victoria os operarios desinteressados da republica contra os janizaros comprados pelo *cesarismo*.

Ha de salvar-nos; e porque?

Olhae para a Europa. O que vedes?

— O papa, para esmagar a sciencia humana e a propria Igreja tracta de proclamar-se *infallivel* em nome do Ceo.

— O imperio, sobresaltado nas Tulherias, não confia nas armas, e fraco da propria força, desce até á praça e pede submisso ao povo que lhe revalide os rotos e velhos titulos, que os verdadeiros liberaes contestam.

— Os thronos cercados de baionetas, e a propria cadeira do Pescador defendida pelo imperio e guardada pelos zuavos do rei de Roma.

Olhae para a Europa; o que vedes?

O *militarismo* por toda a parte dominante e oppressor.

— Na Hespanha o *militarismo* destroe a liberdade, e mina pela base a revolução.

— O *militarismo* é em Roma o sustentaculo da tyrannia religiosa e da anomalia politica.

— O *militarismo* na Prussia representa o equilibrio apparente da unidade germanica, sustenta despoticamente a unificação involuntaria dos Estados allemães, e em breve sustentará, talvez, a monarchia do *direito divino*, sanctificada pelo papa.

— Na Russia o despotismo do czar, a perseguição religiosa, a lenta agonia de um povo generoso, a estrangolação de uma nacionalidade heroica.

— Na Austria o instrumento aperfeiçoado do arbitrio ministerial.

— Na Italia o apoio da realza contra a republica federativa.

— Em Portugal o *militarismo* é a ameaça continua, a desordem permanente, a anarchia, o *deficit*, a divida publica, a ruina da agricultura, o atrazo da industria.

Em Portugal o *militarismo* prejudica e não garante a liberdade; não salva e, *se não fosse absurdo acreditarlo*, poderia perder a nossa autonomia, como nacionalidade independente.

O *militarismo* poderá ainda lutar contra o povo e subjugal-o, empregando a força; mas o povo ha de vencer o *militarismo* e triumphar pela justiça.

Ergue-te, povo.

Na idade-media foste guerreiro valente e fizeste tremar as phalanges agarenas.

Mais tarde encaraste sereno com a feia catadura do gigante das tormentas; e, navegante ousado, foste, assentar a tenda de guerreiro e commerciante nas regiões onde se levanta o sol.

O *monachismo* ruiu-te esphacelado e gangrenado das mãos.

A *realza absoluta*, quebraste-a como um jogo de criança.

Coberto de gloria e honradas cicatrizes quizeste ser livre, e repousar descuidado nos palmos de terra que regaste com sangue.

Mas alguns de teus filhos abusaram da tua boa fé.

Aquelles, que officiosamente tomaram a defeza da tua causa, trahiram-te.

Os sacerdotes, a quem confiaste a religião da liberdade, venderam-se á *simonia* dos principes e ao suborno de extranhos.

As guardas, que collocaste ás portas do templo augusto da democracia, deixaram-se comprar pelo ouro do erario.

Ao vestido singelo do cidadão livre succedeu a farda agaloada do cortezão escravo.

Povo! as gotas de sangue, que nas lutas, sustentadas contra o depotismo, respingaram para a *libré* dos fidalgos, que se arvoraram em teus generaes, e que querem hoje ser os heroes da actualidade, cobriu-os a realza com *veneras*.

A revolução porem não é obra sua: o poder não é um morgado de primogenituras politicas, que os duques passam aos marquezes, os marquezes aos condes, e aonde ás vezes é chamado o filho do povo, por necessidade insupprível, mera condescendencia, ou apparente liberalidade.

Não.

A revolução é obra do povo.

A idéa democratica surge na cabeça cingida pela corôa civica, e nunca do craneo que sustenta uma corôa ducal.

A revolução é obra do povo; é expansão de um sentimento generoso, realisacão d'uma idéa grande.

O constitucionalismo-monarchico-representativo foi para ti uma conquista de lagrimas e sangue, de expoliacões e humilhação; para elles uma concessão feudal, uma munificencia regia, uma vangloria militar, um titulo á immortalidade, uma ordem de pagamento á vista, sacada sobre as bolças dos contribuintes, e paga á bocca do thesouro publico.

As garantias do artigo 145 da carta são verdadeira *carta da alforria*, que é preciso pagar com milhares de contos, com centenas de milhões.

Portugal!

Os poetas chamam-te velho; os tradicionalistas dizem-te perpetuamente monarchico.

Pois bem, povo portuguez: se é um *velho* que te quer perder e sacrificar, mostra — que um povo é mais do que um homem, que uma nacionalidade vale mais do que um rei.

Senão....

M. E. Garcia.

● Parlamento e o golpe de Estado

Consummou-se o maior attentado contra as liberdades publicas.

Descarregou-se o ultimo golpe sobre a monarchia constitucional.

O systema inconsequente, reprovado pela philosophia politica e condemnado irremessivelmente pela triste e longa experiencia de 36 annos, perdeu o pouco prestigio que lhe restava.

Desvendou-se o mysterio: o idolo, perante o qual se prostrava reverente a multidão illudida, manifestou a sua inepecia.

Defez-se a illusão: a estatua que se erguera magestosa e robusta desabou, porque se lhe quebraram as plantas de barro.

Dissipou-se o encanto: o que se envolvia na purpura e se adornava com ourepeis e arminhos, apresentou-se ao povo em toda a sua realidade.

As chamadas prerogativas da corôa — o poder moderador — foram usurpadas pela soldadesca desenfreada e brutal, que entre nós se arvorou em quinto poder do Estado!

A espada, que se tinha brandido em defeza da *Carta outhorgada* por D. Pedro IV, rasgou mais uma

vez esse Código, que custou muito sangue, muitas lágrimas e muitas vidas.

As salvas festivas, que ha poucos dias annunciaram a elevação d'um monumento de gloria ao duque de Bragança, annunciaram-nos agora a ruina da constituição que elle ajudara a implantar em Portugal.

Não nos espanta esta mudança tão rapida e sensível. Quando uma religião é immoral, um systema absurdo, uma instituição injusta e viciosa, os sacerdotes, os philosophos e os soldados serão egualmente impuros e iníquos. Não procurem castidade entre os musulmanos; não busquem exemplos de virtude nos cardeaes; não exijam actos de abnegação aos sectarios de Epicuro ou de Machiavel; não esperem a compaixão d'um cossaco ou d'um janizaro; não fallem aos nossos politicos em civismo e amor da patria.

Os factos demonstram infelizmente a verdade d'estas palavras.

Um homem, cujos serviços sempre foram abundantemente retribuidos em honras e dinheiro, empolgou o governo como o falcão se precipita sobre a presa descuidada.

Um homem, que recebe pingues ordenados para fazer respeitar as leis, conquistou o poder pela violencia e contra todos os meios legais.

O duque de Saldanha, que tinha um logar no parlamento, intelligencia distincta e palavra eloquente, abandonou os combates incruentos da tribuna pela lucta fratricida da revolta militar.

Para cumulo de todos os attentados, mandou trancar as portas do parlamento, e expulsou os legisladores do templo das leis.

Christo tambem enxotou do templo os vendilhões Mas o sr. Duque de Saldanha já de ha muito nos demonstrou que não era Christo; aos deputados incumbia provar que não eram vendilhões corruptos.

Logo que foi alterado o andamento regular do governo representativo, que o poder moderador devia conservar, como *chave de toda a organização politica*, os representantes do Povo deviam exercer a soberania, que lhes fôra delegada para conservar e defender as garantias populares. Se lhes foi vedada a entrada nas salas de S. Bento, procurassem outro local, aonde, reunidos em sessão permanente, em nome do Povo decretassem as medidas, que de prompto exigiam o bem do Estado e a salvação da Liberdade.

Assim procederam no dia 20 de junho de 1789 os deputados da Assembleia Nacional.

Se o primeiro funcionario da nação não soube, não pôde, ou não quiz cumprir os deveres do seu cargo, tractassem de libertal-o da coacção, ou suspendesse.n-no de suas funcções, se tal medida fosse necessaria para o triumpho completo da Liberdade sobre o *militarismo*.

Á força respondessem com o direito, á prepotencia com a justiça, á revolta oppozessem a Revolução.

Fernando Chrysostomo.

Politica interna



MILITARISMO!

Desordem!

Anarchia!

Inconstitucionalidade!

Força!

Injustiça!

Violencia!

Arbitrio!

Usurpação!

Mentira!

Emboscada!

Fraude!

Especulação!

Traficancia!

Immoralidade!

Escandalo!

Ruina!

Miseria!

Descredito!

Vergonha!

Sangue!

Morticinio!

Quatro datas gloriosas na historia politica de um personagem

O sr. duque de Saldanha, cujo talento diplomatico e valor militar muito admiramos, cujos serviços, prestados á causa da liberdade, reconhecemos, tentou em 1837 a *contra revolução*, para, derribando a Constituição democratica de 1822, restaurar a Carta *outhorgada* em 1826.

O sr. duque de Saldanha em 1846, protegido pela sua habitual familiaridade no *paço*, e guardado por alguns corpos militares da guarnição de Lisboa, fez, d'accordo com o sr. duque de Palmella, a emboscada de 6 de outubro.

O sr. duque de Saldanha em 8 d'abril de 1851, por um sentimento de vingança pessoal, mal comprimido, pôde sublevar alguns corpos do exercito e accender o facho da guerra civil, e, o que é peor, da revolta militar, para se desaffrontar, como soldado, de uma desconsideração pungente, que soffrera na qualidade de cortezão.

O sr. duque de Saldanha, depois de ter estado embaixador em Paris e Roma, depois de ter querido derribar o ministerio Loulé-Braamcamp ou dominal-o, não podendo lograr seu intento, pelos meios insinuantes que ás occultas empregou, subleva, prevalecendo-se do prestigio do seu nome e influencia que exerce em parte dos officiaes superiores do exercito, por meio da insubordinação e da indisciplina militar, na madrugada do dia 19 de maio de

1870, alguns corpos dos estacionados na capital e pelo silencio, quasi envolvido nas sombras crepusculares da manhã, quando todos ainda repousavam das fadigas laboriosas da vespera, accorda sobresaltada, ao som da metralha e ao estrepito das armas, a cidade que adormecera desconfiada da politica e segura da tranquillidade publica; arvore, mais uma vez, em suprema razão de estado, em garantia constitucional a *revolta militar*, calculada e promovida por elle, violando ao mesmo tempo os artigos 71 § 5, 115 e 116 da Carta Constitucional, que *boa ou má* é lei fundamental do paiz, que todos, e o sr. duque mais do que ninguem, temos obrigação moral e juridica de respeitar em quanto vigorar entre nós.

Querera o exercito assistir ao passamento doloroso d'esta monarchia agonisante, e prestar a esta nacionalidade defuncta as ultimas honras militares do estylo?!

Estará a espada illustre do nobre marechal Saldanha destinada para servir de *bisturi* na autopsia d'este cadaver gigante chamado Portugal?!

É por ventura a patria *caixa de regimento* sobre cujo tampo a soldadesca jogue aos dados a liberdade, o repouso e os haveres do povo?

São por ventura as repartições do estado, as casas do parlamento, francas *tabolagens*, onde todos os politicos *encartados e hereditarios* se julgam com direito de folgar á custa do povo?

É por ventura o orçamento do estado *lista de restaurante*, onde se accrescenta ou diminue arbitrariamente a razão alimenticia dos funcionarios publicos? São os cofres do estado fundo de reserva para gratificar medalhões?

A dissolução da camara dos deputados; a dictadura militar; a suppressão talvez da liberdade de imprensa e do direito de reunião; o augmento do *deficit*; o crescimento da divida publica e a paralisação de muitos melhoramentos de reconhecida utilidade; a revogação e suspensão de algumas leis; a promoção no exercito e a renovação e substituição do pessoal administrativo; a suspensão de todas as garantias, n'uma palavra o *despotismo militar*— eis talvez o que podemos esperar d'esta nova *embuscada*, que a historia ha de registrar com a data de 19 de maio de 1870.

E haverá homens que acceitem o poder e a missão de governar de origem tão impura e deshonorosa?!

E haverá quem aceite uma *pasta* de ministro espetada na ponta da baioneta de um soldado?!

E não se deverá ter por insultuoso um decreto, referendado sobre o dorso de um canhão ou sobre o tampo de qualquer tambor de infantaria?!

Quem ousará acceitar um diploma sellado com o chumbo das ballas e escripto com sangue, sem topar cinco cadaveres no fundo da escada que tem forçosamente de subir para o receber?

E assim é que não encontrou ainda o nobre marechal do exercito homens com quem formar governo; e já vagamente se annuncia a devolução do encargo e a abdicção do *malhete ministerial* nas mãos do sr. Fontes Pereira de Mello, reconstruindo-se o velho partido *regenerador*, que será o herdeiro do espolio, conquistado pela revolta militar na madrugada do dia 19 do corrente.

M. E. Garcia.

Politica externa

Summario.— HESPAÑA— Divisões no partido republicano; declaração da imprensa e manifesto do Directorio. — Discurso da Castelar sobre a organização dos municipios — Confrontação de theoria de Castelar sobre a soberania com a do sr. dr. M. E. Garcia. Difficultades para a eleição do rei. — FRANÇA — Resultado do plebiscito. — Conspirações contra o Imperador. — Intolerancia do ministro Ollivier.

Qual será a verdadeira definição de Republica Federal? É esta uma questão que actualmente está sendo discutida

nos jornaes e nos clubs do partido republicano hespanhol; e tal é o ardor da discussão, que produziu no partido uma divisão profunda, cujas consequencias podem ser funestas para a causa da democracia.

No dia 7 de maio publicaram os jornaes republicanos uma declaração dos periodistas unitarios e federaes, na qual os signatarios explicaram precisamente os pontos essenciaes do seu programma politico. Diziam os federaes: «A Republica Federal é aquella forma de governo que, reconhecendo e conservando a unidade nacional com as suas naturaes consequencias de unidade de legislação, de fôro, de poder politico e indivisibilidade do territorio, reconhece e garante, debaixo d'esta unidade, a autonomia completa do municipio e da provincia, no que diz respeito ao seu governo interior, e á livre gestão de seus interesses politicos, administrativos e economicos. Não é portanto a Republica que defendemos confederação de Estados, ou cantões, independentes e unidos unicamente por pactos e alianças mais ou menos arbitrarías. Também não podemos acceitar a descentralisação meramente administrativa, como a entendem algumas escholas liberaes; porque a descentralisação, explicada d'esta maneira, é uma concessão gratuita do poder, e não o reconhecimento do direito, que se funda na propria natureza dos municipios e provincias».

Declararam os unitarios: que defendem a unidade de poder politico, de legislação e de fôro, a integridade do territorio da nação e a independencia do municipio e da provincia no seu regimen e governo interior, e na livre gestão dos seus interesses administrativos, economicos e politicos.

Quando lêmos estas definições de Republica Federal e Unitaria, foi-nos impossivel conhecer a differença entre as duas formas de governo; pareceu-nos que os federaes, para transigir com os unitarios, tinham sacrificado alguns principios fundamentaes da sua eschola politica; e julgámos então que essa aliança fôra celebrada de accordo com o Directorio e com a maioria do partido, a fim de alcançar o triumpho, senão completo, pelo menos mais breve, dos principios democraticos; ainda que o pequeno grupo de republicanos unitarios, representado na imprensa pelo diario *El Pueblo* e dirigido pelo sr. Sanchez Rhuano, não tem feito proselytos, nem adquirido grande importancia politica.

Surpreheu-nos o manifesto do Directorio que regeita a declaração da imprensa, porque «o Directorio, hoje como sempre, ao proclamar como forma de governo a Republica Democratica Federal, aspira a constituir a nação hespanhola em um grupo de Estados, unidos por um pacto federal, que seja a expressão da sua unidade, salvaguarda de seus interesses geraes, e a mais solida garantia dos direitos do individuo.»

A simples exposiçao dos factos nos mostra a gravidade da crise pela qual está passando o partido republicano hespanhol, que, pela regular organização de seus clubs espalhados por todas as provincias, pelo entusiasmo dos seus membros, pela dignidade e elevação de idéas de seus deputados e jornalistas, podia servir de modelo aos democratas de todos os paizes.

Apresentemos a nossa opinião com a franqueza propria de homens, que sincera e dedicadamente defendem a causa da Republica, sem a mais leve sombra de censura para nenhum dos nossos correligionarios.

Para nós é incontestavel que foram puras e generosas as intenções dos publicistas republicanos; mas tambem é certo que teriam procedido com mais prudencia, se tivessem consultado o Directorio, antes de formular a declaração; evitar-se-iam essas discussões apaixonadas, que trazem divididos os discipulos da mesma eschola, apóstolos da mesma doutrina, sacerdotes da mesmo culto — a Republica.

Tambem comprehendemos a federação, como a comprehendendo o Directorio.

Como portuguezes amamos a nossa patria e presamos a

nossa liberdade; e por isso queremos a federação ibérica, mas — sem a menor quebra da nossa autonomia como nação livre, sem o menor sacrificio do direito de nos governarmos pela forma que nos pareça mais conveniente. A federação ibérica para nós é — a intima e fraternal alliança de dois povos, é o progresso e a elevação da Península a um logar distincto no convívio das nações cultas. Regeitamos a união ibérica com a monarchia ou com a republica unitaria, não porque tenhamos pouca fé na civilização dos nossos visinhos, ou receio de que voltem os ominosos tempos de Philippe II, mas unicamente porque, como diz o illustre Castelar, «a experiencia nos mostra que a liberdade se conserva melhor nos Estados pequenos do que nos Estados grandes; exemplo: a Suíça ás portas da Allemanha, a Belgica ás portas da França.»

Desejamos finalmente com o sr. Pablo Soler «ver unidos todos os defensores dos direitos individuaes, e da independencia das provincias ou Estados na Republica Federal.»

No dia 11 de maio o eloquente tribuno D. Emilio Castelar pronunciou nas côrtes constituintes um d'aquelles discursos, que o fazem considerar entre os primeiros oradores da Europa. Apresentou em breve quadro a historia das liberdades municipaes; defendeu a descentralização administrativa e politica, como artigo fundamental da doutrina democratica e como o esteio mais firme da liberdade. Foi substancioso nas idéas, imaginoso e sublime na eloquencia; é que alem d'uma erudição profunda e vastissima, encontra-se em Castelar um coração aberto para todos os sentimentos generosos e entusiasta pelas grandes idéas. É, como poucos, politico e orador, philosopho e poeta.

É notavel a coincidência! A theoria de Castelar a respeito da soberania é identica á que sobre o mesmo objecto e tractando da autonomia e federação dos municipios, apresentou o sr. dr. M. E. Garcia na sua cadeira de Direito Administrativo. Lembramo-nos de ter ouvido ao illustre professor da Universidade as seguintes palavras:

«O homem tem uma razão que legisla, uma vontade que executa, uma consciencia que julga; e estas facultades do espirito, determinadas pela sensibilidade, funcionando harmonicamente, accusam a sua existencia e encerram todo o poder e soberania individual».

«D'aqui tres direitos fundamentaes ou originarios: Direito de liberdade de pensar, — soberania da razão; Direito ou liberdade de acção, — soberania da vontade; Direito ou liberdade moral de apreciação, — soberania da consciencia».

«Estes tres elementos dão-se egualmente em todos — Direito de egualdade, ou autonomia individual».

«Isto mesmo se dá nos grupos ou centros de população local, e deve dar-se na sociedade inteira.»

«Estes tres poderes: — a razão que esclarece e legisla, — a consciencia que aprecia e julga — a vontade que delibera e executa, são elementos geraes da natureza humana e pertencem não só ao individuo, mas á provincia, ao municipio, a toda a sociedade; e portanto ha tambem uma razão, uma consciencia e uma vontade publica geral e local.»

«A razão corresponde, no meio social, — o poder legislativo; á consciencia — o poder judicial; á vontade — o poder executivo. E assim como aquellas facultades são distinctas, independentes e mutuamente subordinadas; assim tambem — cada um dos poderes tem a sua esphera propria e autonómica e funcionam harmonicamente.»

«A vontade porem manifesta-se de duas maneiras: ja escolhe e delibera ácerca dos meios, que, em geral convem pôr em pratica para a realização do fim collectivo, ja os põe em acção, exercendo-se sobre um fim determinado. A deliberação e escolha da vontade corresponde o poder politico ou constitucional, e ao seu exercicio ou acção corresponde o poder administrativo, que emprega effectivamente os meios de satisfazer as necessidades collectivas, tanto geraes como locais.»

«Este systema harmonisa o principio da liberdade individual com o da associação collectiva, que, em ultima analyse, são os dois grandes polos, sobre os quaes gira e se desenvolve toda a humanidade.»

Dominado por principios identicos, evangelizando no parlamento as mesmas ideas, dizia o eminente orador republicano:

«Ahora bien, señores diputados, ¿qué es lo que nosotros proponemos? Que la naturaleza social sea la encarnacion de nuestra naturaleza. Que así como yo tengo mi poder legislativo en mi razon, mi poder judicial en mi conciencia y mi poder ejecutivo en mi voluntad, tenga el municipio un poder legislativo en la asamblea primaria, un poder ejecutivo en el ayuntamiento, un poder judicial en el jurado; y que estos tres poderes del individuo y del municipio se repitan en el Estado particular ó provincial, y alcancen al Estado general ó nacion. Hé aqui, señores diputados, nuestro organismo politico y administrativo.»

Os monarchicos de Hespanha esforçam-se de balde por coroar o edificio da revolução. De tantas soluções que se apresentam nenhuma satisfaz a maioria da nação, porque a monarchia, seja qualquer que for o monarcha, representa a reacção contra os principios da revolução de setembro. Qualquer principe estrangeiro ou cidadão hespanhol, que se assentasse no throno, deveria a sua eleição a um partido, e nunca á vontade popular. Impossivel lhe seria portanto collocar-se superior á lucta das facções, como sempre deveria estar um rei constitucional.

Só vêmos duas soluções para a revolução; ou a prolongação da internidade, ou o estabelecimento da republica. Pode o sr. Olozaga forjar candidatos, se lhe apraz essa distracção; porque, apezar da sua habilidade diplomatica, não conseguirá a gloria de dar um rei aos seus concidadãos.

— Diziamos na revista anterior que, não obstante os meios de corrupção empregados pelo governo imperial, o escrutinio fallaria eloquentemente contra o despotismo que opprime a França. Foi grande a maioria que alcançou o imperio parlamentar, mas é muito significativa a votação de Paris e outras cidades importantes, aonde o governo soffreu uma grande derrota.

Podem os homens ignorantes dos campos obedecer á pressão dos maires, ceder á corrupção ou ser dominados pela influencia do clero; mas a gente illustrada protesta contra o despotismo, que se tem conservado pela força ou pela astucia.

Fallou-se muito em conspirações contra a vida de Napoleão III; já foi convocado o tribunal supremo para julgar os conspiradores. Os jornaes democraticos declaram que o partido republicano não é solidario como alguns fanaticos desvairados, e accrescentam que não foi sufficientemente demonstrada a existencia da conspiração; o que dá occasião a suppor que o governo julgou conveniente inventar-a na vespera do plebiscito.

Para que os leitores possam avaliar a liberdade que o ministerio Ollivier concedeu á França, transcrevemos o seguinte da correspondencia de Paris para o *Commercio do Porto*.

«Um incidente que creou uma penosa emoção foi o desferro do sr. Cernuschi, o cidadão romano naturalizado francez, que tinha enviado aos cometés do não uma somma de cem mil francos. O ministro Ollivier, logo que soube d'este donativo, encarregou immediatamente o prefeito de policia de significar ao generoso Cernuschi que preparasse as suas malas. E o sr. Cernuschi partiu para Genebra. Da estação de Dijon telegraphou elle para Paris, fazendo outro donativo de cem mil francos para a mesma causa, e effectivamente a somma foi entregue em notas do Banco ao sr. Gambetta, que a entregou depois ao sr. Ferry, thesoureiro e director do comité plebiscitario do não.»

Com este rasgo de tolerancia politica terminamos a revista. Fechamos com chave d'ouro!

Fernando Chrysostomo.

Litteratura

O Poema em hebraico — *Schir-Haschirim*

Cantico dos Canticos

e o Poema sanscrito — *Panhtchádhyáyas*

As cinco meditações

(sobre os amores de *Krishna* com as *Gopís*)

(Continuado do n.º 6)

... quia amore langueo!

C. c. II, 5.

Pela analyse succinta, que acabamos de fazer, se vê que o caracter predominante do *Schir-Haschirim* é o sensualismo; nada tem de religioso, nada nos falla de Deus. O mystico hymeneu que elle representa está na imaginação dos commentadores.

Ha ali unicamente a felicidade terrena; o céu desapparece escondido por aquelle paraizo mundano.

O estro do poeta não lhe deu azas que o elevassem, para competir nos vôos com azas de anjos.

O fogo que o inspirou escalda-nos a mente a cada palavra que se lê.

Escutal-o é ouvir magicas harmonias que desvaíram a imaginação mais casta.

Ha na sua contextura a fascinação do abysmo.

É idyllio. Mas entre flores, que embriagam, e fãsem nascer 'n alma desejos, a que só mata a flor da mandragora.

Os amores de *Krishna* com as *Gopis* têm um mixto de volupluidade e religião, que lhes deu feição ascetica. O seu pensamento geral, o seu caracter perdominante, é a *salvação pela devoção amorosa*.

Brotam a cada passo flores mimosas; mas tambem a cada passo se levanta o ascetismo indiano, como se erguem essas montanhas enormes, que parece buscarem o céu, para o esmagarem na terra.

Ha no poeta indiano o brilho puro da purissima transparencia da atmosphaera da sua patria. Mas de repente, sem a mais branca nuvem lha toldar, ribomba, estala, e morre logo, um medonho trovão.

E o canto mavioso continúa como *bengali* satisfeito, como o *kokila*¹ dizendo — amor!

Na Syria as lubricas paixões de ardentes ancias; desejos baalicos insaciaveis, como as areias do deserto, ouro fundente, revoltas pelos ventos de tempestade.

Na India amor, sem amores, que se contenta com o marulhar da voz de dois amantes, que mais escutam vozes d'alma, que a voz que aos labios vem morrer.

Em ambos os poemas ha, porém, a louca vertigem, a paixão que mata.

E o amor é vida!

¹ *Kokila* dizendo — amor! — O *Kokila* é o cuco indiano. Ha na India a crença que o *Kokila* quando canta diz: *Vivei d'amor, só o amor é vida!*

Do *Schir-Haschirim* não proveiu religião funesta á humanidade.

Ficou o idyllio. Resta-nos a ode, o drama, que resume longa serie de factos.

E poema que nasceu como flor d'entre cadaveres. Torpes religiões, crenças hediondas, produziram uma obra d'arte, um ideal!

Foi aqui a morte que disse o *fiat*, foi da morte que rômpeu a vida.

Pelo contrario na India!!

O *Panhtchádhyáyas* é o seu epitaphio.

Krishna pode inebriar-se com as delicias amorosas, com os folguedos doudejantes, com as donzelas, com as mulheres de todos os homens, porque elle é — *O vencedor do amor* (!)

A felicidade de *Krishna* está nelle mesmo. As dansas magicas, as formas, e as posições provocantes só engradem a sua victoria.

Os canticos são d'amor; a apparencia luxuriosa; mas o fim é: *O desprendimento das cousas mundanas, a ascensão para Deus, O puro ascetismo* — o meio: *A illusão do Yoga*¹.

Mas não podem mortificações ascetas pactuar com o amor delirante.

Despresaram-se os vedas. O gozo! o gozo! só o gozo é a devoção querida de *Krishna*! o *Vaekuntha* não se pode obter doutro modo. E pela contemplação daquelle paraizo iam-no antecipando cá na terra!

Multiplicaram-se os canticos; as mulheres caíram em extasis; a sua fé esleiava-se no amor desordenado; cada alma era um volcão.

E d'aqui proveiu uma dansa de lavas.

Analysemos o poema.

1.º

O vento do outomno espalhava na atmosphaera os perfumes dos jasmíns.

As noutes eram as formosissimas noutes da Asia. A lua avermelhava a face do oriente, como a amante córa se o amante lhe beija a face linda.

Então *Bhagavat* sentiu em si o desejo amoroso que taes noutes fazem nascer no intimo da alma. E tomou a forma enganadora da illusão do *Yoga*.

¹ A illusão do *Yoga*. — *Yoga* significa propriamente — *Juncção*. É a sua raiz — *Yuj*, do elemento simples — *Yu*: juntar. Cp. o lat. *jungo, jux* em *conjux*, o lithuano *jungiu* (jungir os bois etc.), o got. o gr. etc.

Da ideia de *juntar, unir*, se passou á de *concentração*, e d aqui á de *meditação*; porque aquelle que *medita* — Junta, concentra, ata os pensamentos em retenção de espirito.

Correlativa com as ideias de *atar, juntar, unir, misturar*, é a de *auxiliar*; porque o que *auxilia junta-se* a outro, prestando-lhe serviços tendentes a fim commum, assim como os pensamentos se auxiliam mutuamente *juntando-se em meditação*; e portanto d'aqui a ideia de *ajudar* — *juvare*; e tambem a de *jus, justitia, jubere*.

Yoga tem aqui a significação de feitiço, magia, poder sobrenatural, engano; e refere-se ás cousas do mundo cujo ser é todo *apparente porque real só Deus o é*.

É a theoria do *yogismo*, da meditação e absorção em Deus, (*V. Panhtchatantra* 165, 9; *Harivansa* 2217; *Leis de Manu* L. 6.º, slk. 41, e sg.; e principalmente no *Mahábharata* o *Bhagavadgítá*, II, 39, e sg.)

E quando o astro dos *Kumudas* inundava de luz os bosques, despertou os eccos; e a voz suavissima inebriu o coração das mulheres de olhos formosos.

E todas apressadas, escondendo-se umas das outras, iam correndo para o lugar em que as esperava o Bem Amado. E aos sons harmoniosos da voz delle se juntavam os sons do tilintar dos brincos das orelhas, e o tinido retintado dos braceletes e *núpuras*¹ inquietos na celere corrida de seus pés.

Estavam as messes do arroz já inclinadas, imitando em ondulações graciosas o ondular, o garbo dos cysnes, que se banhavam e corriam em suas aguas, como um diamante correndo num campo de esmeraldas.

E á luz da lua brilhavam os campos de *kácás*² saccarinos, já floridos; a noute pelas perolas do orvalho; as aguas nos rios; nos rios cysnes; nos cysnes a alvura á porfia com a alvura das nymphas, e a neve dos jasmíns.

Eis a estação do outomno. De noute, poeira de ambar cobre o ceu; e se uma ou outra nuvem passa é tenue e branca, como azas d'anjos que esvoaçam por sobre este paraizo.

Tudo incita ao amor. E *Krishna* tinha aos pés um tapete de mulheres todas vestidas extravagantemente, recendendo com os mais preciosos balsamos; tendo nos olhos o collyrio.

As que estavam encarceradas no gynceu adoravam o heroico *Mádhava*³ no intimo de seus peitos, uniam-se a elle por pensamentos.

A magua de se verem presas as libertou, e de tanto meditarem se absorveram na *Alma Suprema*, e julgaram ter nos braços o amante.

O amor não consiste só em amar, mas em se confundirem os que se amam. Assim o que meditar sobre o eterno se unirá ao eterno pela contemplação.

Krishna é *Bhagavat*, o eterno, o senhor dos senhores do *Yoga*, o que dispõem de todos os sentidos no Universo.

Depois de as ter attrahido com seus cantos melódiosos, parece querer esmagal-as censurando-as; e lhes ordena voltem para casa.

— «Salve! mulheres virtuosas! Que vindes aqui buscar? que quereis de mim?... andam nos ares visões medonhas a estas horas da noute. Voltae, ó formosas, para casa, não é conveniente que andeis por fóra.

Em que afflicção devem estar vossos pais e maridos, e filhos, mãe e irmãos?!.. Eu creio que o muito amor aqui vos trouxe. A gloria é vossa; e aquelle que me buscar me encontrará.

Ouvi-me, porem; escutae as minhas fallas.

O supremo dever da mulher é amar a seu marido, e

¹ ... braceletes e *núpuras* inquietos na celere corrida de seus pés — *núpuras* são os aneis de ouro e outros metaes etc. que as mulheres da India trazem nos artelhos (V. o *Amarakosha* L. II, sec. III. — Vestuários, enfeites, perfumes, grinaldas).

² ... campos de *kácás* saccarinos, — *Kácá* é o *Saccharum spontaneum*.

³ *Mádhava* — *Krishna* vencedor de *Madhu*.

respeital-o embora elle seja velho e feio, irascivel, e disforme, doente e pobre.

Amái-o! amái-o sempre; que assim alcançareis a gloria eterna.

Um amante é gloria estulta, de pouca duração, e muitos perigos, e dores e trabalhos, e afflicções.

Envilecida ficará a mulher que o buscar!

Escutae estas fallas que vos fallo. E meditae no que vos digo; que assim me tributaes o amor que me é devido.

Voltae portanto para casa!

As *Gopis* ao ouvirem estas vozes tão austeras de *Govinda*¹, em lagrimas banham os rostos, e a cor lhes desmaia para logo se tornar mais nacarada.

E com voz intercortada de suspiros oram, rogam com a vehemencia do amor, com a febre do ascetismo.

— «Nós queremos o desprendimento eterno das cousas d'este mundo, pela eterna prisão de nossas almas todas na tua confundidas.

Oh!... deixa-nos beijar teus pés mimosos! não nos fallas essas fallas rancorosas!...

Se tu és a alma das almas do Universo, a quem daremos a alma, que se abraza no fogo do amor que nós inspiras?

Se tu és o fim dos preceitos do Senhor, e o meio o amor, a quem o votaremos senão a ti?!...

Oh!.. tu és o bem que amamos, tu és o marido, o esposo, o filho e o irmão, e o pai e o senhor do nosso ser!

Abranda, com a ambrosia de teus labios, este fogo de amor que temos dentro; ou levadas dos desejos voaremos a matar saudades de te ver aonde quer que te escondas, ó amado!

Em ti meditaremos. Pois se ouvimos as brandas harmonias da tua voz, e a luz nos deste aos olhos com o brilho de teus olhos amorosos, como não havemos de buscar-te, e em ti absorver as nossas almas?!

Nós queremos por manto o pó de teus pés que adoramos, como o adora a *Tulasí*², e a casta *Crí*!

Nós queremos por alimento o nectar de teus labios, e por luz que nos guie o dulcissimo sorriso de teus olhos, teus braços por arrimo, e teu peito para nelle pousar a

¹ ... *Govinda* — *Govinda*, i. é. *Krishna* como chefe, maioral dos pastores saeros, — segundo a opinião de uns entre elles *Burnouf*; *Krishna* como o que dá o ceu (V. notaem I o n.º 6 do Trabalho) segundo a opinião de *Benfey* (*A Sanskrit english dictionary*) e a do grande e nunca assaz chorado *Hippolyte Fauche*, que principia assim a Introeueção da sua formosissima tradução do *Gita Govinda*: *Govinda* signifie *celui qui fait obtenir le ciel*; etc.

Govinda (V. a gram. comp. das linguas *dravidicas* e *sanskrito*) pode suppor-se corrupção *prakrita* de *Gopendra* por *Gopaindra* (V. *Burnouf* e *Leupol*, dic. Sk. — etc.) *Gopendra* é o nome de *Krishna* como o *Indra* (o cabeça, o supremo Senhor) dos *Gopas* (pastores, defensores, guardas, protectores, santos etc.)

Mas porque *Go* alem de *boi* ou *vacca* tambem significa o ceu em lingua védica, e em geral tudo o que é luminoso, alegre, bom, justo e bello — (da raiz *gu* — cantar, exaltar, louvar, etc.), *Govinda* pode suppor-se formado de *Go* + *vinda* de *vid*. ver, saber, conhecer, mostrar. Decida quem poder.

² ... a *Tulasí*, e a casta *Crí*! — *Crí* ou *Lakshmi* a Deusa da boa ventura, *Ceres*, esposa de *Vishnu*. *Tulasí* é o nome *sanskrito* do mangierião da India, o *ocymum sanctum*. É planta sagrada para os indios que vêem nella a metamorphose de uma virgem de nome *Tulasí* que tanto adorou o *Vishnu* que se apaixonou; e tão grandes penitencias fez, que obteve delle o amor por que suspirava, e lhe pediu a recebesse como sua esposa. *Lakshmi* indignada transformou-a em planta; e *Vishnu* chorando transformou em o *Sálagráma* que se encontra em suas folhas, uma lagrima de dôr caída do alto empyreo.

O *Sálagráma* é uma pedra de immenso valor para os *Vishnuítas*.

fronte adormecida, e misturar nas madeixas de teus cabellos soltos nossos cabellos fluctuantes.

Que mulher haverá que te não busque, e a teus pés se lance como escrava, se ouvir os sons maviosos da tua voz como os sons inebriantes d'uma flauta magica?

Quem não quererá cegar seus olhos na tua luz; e abraçar-se em teu fogo e consumir-se em delicias, se só o ver-te é delirar?!

Tu és o protector do mundo do *Suras*. Em ti fenece a dor, e o tormento, e nasce o gozo. Oh! dá-nos o gozo de sentirmos o lotus de teus dedos procurar a morada em nossos peitos ondulantes.»

Sorri o Senhor dos Senhores do *Yoga*. Engri-nalda a fronte com a *vaejayanta* a corôa de *Vishnu* feita de flores campesinas e trepadeiras dos bosques. E entoa canticos amorosos. As *Gopis* erguem hymnos em honra do amante.

A voluptuosidade da noute casa-se com o gemido languoroso das aguas da corrente.

Ha alli perto uma ilha.

É um berço de verdura, teatro de amores, aonde vão deliciar-se. Alli deliram em transportes. E em roda as aguas vão cantando.... baixinho.... e mansamente, como segredam murmurando indiscretos maledicentes.

As *Gopis* julgam-se superiores a todas as mulheres. E quando lhes parecia possuir o amante, vêem-no fugir! como vêem os olhos uma luz que se apaga e deixa mais densa a escuridão!¹

(Continua).

G. de Vasconcellos Abreu.

EXPEDIENTE

Recebemos e agradecemos, penhorados, os cinco primeiros numeros do *Boletin de las clases trabajadoras* e as cinco primeiras entregas de um livro publicado pelo distincto escriptor Fernando Garrido, com uma introdução brilhante do eloquente democrata Emilio Castelar.

Em todos os tempos, a sorte das classes laboriosas foi o supremo cuidado e o mais sancto dever, imposto pela justiça e em nome da liberdade, aos representantes e defensores da verdadeira democracia.

A industria fundou na America as mais florescentes republicas; na idade media os homens do trabalho, os commerciantes e mestiraes fundaram, sacudindo o jugo feudal ou abatendo a prepotencia dos regulos, a *republica federativa* dos municipios; na revolução liberal de 1789 mais figurou a *blusa* do que a farda; em 1848 foi do gremio das associações operarias e do interior das officinas que surgiu o grito libertador da Republica para destruir a realza restaurada.

A democracia é hoje, e tem sido sempre a causa do povo; o trabalho, que é o seu unico patrimonio, não pode deixar de ser tambem a causa sancta da democracia. A associação de soccorros mutuos, a cooperativa de produção e consummo, os bancos de credito popular, a eschola primaria e professional, a liberdade politica e civil — são condições essenciaes para desenvolver o trabalho util, organizar as industrias, elevar socialmente a esphera autonoma dos laboriosos filhos do povo, snpprimir as causas da miseria e abolir o pauperismo.

É pois não só louvavel empenho, virtude civica, mas utilissimo serviço, o que o sr. Fernando Garrido presta á sancta causa que defendemos com a publicação do referido Boletim e do seu excellente livro: a avaliar pelas primeiras paginas, deve ser uma obra de subida importancia e interesse social. Fallaremos d'ella opportunamente.

Publicou-se em Lisboa um novo jornal democratico — *A Republica*.

Saudamos com phrenetico entusiasmo esta publicação. Na lucta constante da nova idéa contra os velhos preconceitos, neste batalhar permanente do espirito que demanda novo sol, contra aquelle que se prendeu com affinco ás antigualhas, um orgão democratico, quando é filho de convicções profundas, resume em si um apostolado.

Prégar mui alto a democracia, desfraldar a bandeira da republica aos ventos da nova civilização, é preparar o destino de todos os povos, tecer mais um canticco para o unico poema verdadeiramente social — a fraternidade.

A publicação da *Republica*, só em si, merece por tanto o maior louvor como trabalho altamente humanitario esforço summamente proveitoso; mas não temos a louvar simplesmente o pensamento que presidiu á criação do novo orgão.

A *Republica*, a julgar pelos primeiros numeros, e pelos esplendidos talentos que a redigem, vem já fadada para exercer uma poderosa influencia sobre a democracia em Portugal.

Escripta com todo o fogo e entusiasmo, vê-se em cada artigo a fulgida chamma da mocidade, do talento e do estudo, unicos elementos que podem plantar sobre as ruinas da decripta sociedade a palma da nova redempção.

Damos tambem aqui os parabens ao novo e brilhante poeta Manuel de Arriaga.

Conheciamos o sr. Arriaga como eloquente orador, e como talento distincto; não sabiamos porem que o espirito dos antigos *rhapsodos*, dos *scaldos* e dos *trovadores* lhe tinha inflamado o peito do mesmo ardor, e lhe fazia vibrar no a laude as cordas que tem feito estremecer povos inteiros com o entusiasmo liberal.

Que *A Republica* não cance na sua gloriosa carreira, e que os seus esforços possam abrir caminho para o novo horizonte da patria e da liberdade, são os nossos mais ardentese desejos.

Deixemos ás monarchias de todas as especies e categorias diversas o crepusculo do passado; que as envolvam cada vez mais as trevas do obscurantismo, e procuremos avidos a luz do futuro, que ha de fazer germinar as forças productivas da civilização nos campos fertilissimos da *Republica*.

Deixemos ás monarchias do *direito divino* e ás *hereditarias de representação popular* a missão gloriosa de ensinar por meio da ignorancia, de libertar pelo fanatismo, dominar pela força, e governar e reger os povos com baionetas e canhões; e esforcemo-nos por preparar a felicidade e a libertação do povo pela instrução, pelo amor e pela egualdade.

N.B. A demora deste numero foi motivada pelo melindre que o sr. aministrador da Imprensa da Universidade mostrou por não estar ainda concluido o processo de habilitação deste jornal. Hoje acha-se legalmente habilitado.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

¹ Assim fica resumido o Capitulo 29.º, do L. 10.º Tem. 48 *slokas* ou 96 versos.

O TRABALHO

SEMENARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 31 de Maio

N.º 9

A revolta militar e a união iberica

Batem as palmas no reino visinho pela subida do ministerio Saldanha!

O espectro do *iberismo unitario*, sepulto nas cinzas d'essa revolução tremenda de 1640, acorda no sepulchro, galvanisa-se debaixo da lousa, para espreitar-nos através das dobras da mortalha, como o açor espreita avido a presa atravez das nuvens do horisonte!

A espada do marechal, que acaba de derrubar, á força e pela força, um ministerio legalmente constituido, que acaba de insultar o paço dos reis e de profanar o templo venerando da representação nacional, lampeja para os filhos da Hespanha, como a espada de Gedeão, que ha de fulminar de uma vez para sempre os amantes da autonomia portugueza!

O rei, fraco e pusillanime, o rei que chora no momento do perigo, e entrega sem resistencia o baixel do Estado nas mãos do pirata que o surprehende, é para os *unitarios* da Iberia o Prometheu d'essa conquista, em que a liberdade de um povo, forte da sua independencia, terá de ser asfixiada nas gargalheiras da escravidão!

Batem as palmas na Hespanha, como nos antigos circos de Roma, quando se despedaçava membro a membro o gladiador que se temia!

Ha entre os hespanhoes almas generosas, corações entusiastas e democraticos, que respeitam a nossa independencia como nós respeitamos a de Hespanha: para esses não são dirigidas estas palavras.

Áquelles que veneram a nossa autonomia e só desejam, como nós, estreitar mais os laços da fraternidade universal pela republica federativa, damos um abraço de irmãos, e havemos de fallar-lhes sempre com a sympathia, que deve existir entre os obreiros da mesma idéa.

Para os outros, para os que especulam com as revoltas militares, e cuja imaginação escandescente sonha cada dia com a absorpção do nosso Estado, podemos apontar o sol de Aljubarrota e de Montes Claros. Para esses ergueremos até, como Ezechiél, os ossos da sepultura, para reconstruir com elles os heroes da nossa independencia. Para esses havemos de fazer sempre um muro de cada peito e uma espada de cada braço, para lavrar na presença do usurpador o solemne protesto de um povo que não quer morrer.

Queremos e desejamos a união com a Hespanha, mas só debaixo de uma unica forma — a *republica federativa*.

Dois povos que já Deos dotara do mesmo céu e das mesmas estrellas, em cujo solo brilham as mesmas louçanias, que se reveem no mesmo cristal das aguas, e se embalam ao canto de identicas lendas, dois povos, em fim, irmãos pelas tradições e pela natureza, devem sel-o tambem na amizade e na forma do governo. Mas, quando nós estendemos fraternalmente a mão, e só queremos que nos deixem a nossa autonomia, não mostrem garras de panthera a quem descança socegado á sombra da oliveira da paz.

Deixem-nos erguer do abysmo, a que o nosso mau fado nos arrojou, e tratem elles de aproveitar os fructos d'essa revolução, que pode ainda ser convertida numa das mais gloriosas de regeneração social.

Ó vultos gloriosos que pregoais cada dia em Hespanha a verdadeira democracia, satellites esplendidos da Republica, muitos da vossa patria não sabem ainda comprehender a pureza de vossa evangelisação!

Quando vós apontais para o sol da liberdade, appellam elles para a corôa da realza! Quando vós advogais o governo federativo, sonham elles na conquista e na absorpção!

Querem um rei?! Julgam que o diadema de Hespanha na frente de D. Luiz I resolve as difficuldades da união iberica?!

Engano.

O povo portuguez cahirá despedaçado na cova do seu sepulchro, mas nunca as algemas de extranhos lhe roxearão os pulsos indomados. O povo portuguez morrerá nas Thermopylas como os gregos, quebrará todos os diquês como a Hollanda, mas ha de deixar gravado para todos os seculos o sello da sua independencia.

Levem o rei que nem pode com a corôa de um povo pequeno, saudem o marechal que esmaga com a tyrannia de Cromwel as liberdades nacionaes, festejem a revolta militar que representa a espada da prepotencia pesando na balança de Portugal, — mas saibam de uma vez para sempre que não queremos, não aceitamos, nem consentimos o governo unitario da Iberia. Deixem-nos a patria e a liberdade!

Adriano Anthero.

● veto

(Continuado do n.º 5)

Entre os argumentos invocados, para sustentar a prerrogativa real do veto destaca-se em primeiro lugar o da *fallibilidade* da assembléa legislativa. *Benjamin Constant* e *Destriveaux*, *Silvestre Pinheiro* e todos os publicistas que admittiram o veto, apresentaram-no principalmente como um remedio salutar contra os desvios da representação nacional; pois que, podendo sabir do seio d'esta uma lei injusta e prejudicial á nação, era necessario obviar a este mal, concedendo ao chefe do poder executivo a faculdade de a rejeitar.

No entender d'estes escriptores, a auctoridade real é o crisol por onde devem passar todas as medidas legislativas, para se purificarem das imperfeições humanas.

Nós não negamos a *fallibilidade* do corpo legislativo; sabemos perfeitamente que elle pode errar nas suas deliberações; que não ha instituição, por mais sabiamente organizada, que possa evitar os defeitos que acompanham sempre todas as combinações humanas. Mas quem nos assegura da infallibilidade do monarcha para garantia de uma auctoridade tão extraordinaria? Pois não podemos admittir, que o voto de um homem, a não ser dotado dos attributos da Divindade, possa prevalecer contra as deliberações previamente meditadas e discutidas pelos representantes da soberania nacional, e supplantar a opinião de uma assembléa illustrada, que se deve considerar sempre animada do desejo de promover a felicidade do povo por meio de leis sabias e justas? Pelo menos seria necessario provar-se que em tal caso haveria maior probabilidade de acertar; porém todas as considerações nos convencem exactamente do contrario.

A superioridade do corpo electivo e representante é neste ponto incontestavel.

Todos sabem as vantagens que offerece uma collectividade de individuos, quando se tracta de tomar uma deliberação importante; e de formular disposições geraes e duradouras, como são as leis que hão de regular os direitos dos cidadãos: o numero, a variedade de conhecimentos, que suppõe necessariamente uma assembléa representante, aonde todas as opiniões são publicamente discutidas; e o conhecimento especial que tem cada um de seus membros das necessidades dos povos, com quem vivem em contacto, são outros tantos elementos da sua maior competencia, que nos asseguram, que ninguem está mais no caso de avaliar a importancia e a utilidade das leis.

O rei vive em um centro muito afastado, e não pode comprehendér os males que affligem o povo, nem inspirar-lhe a confiança que este deposita nos seus representantes eleitos; porque o rei *nasce*, e ninguem o elege.

D'aqui provem uma consideração digna de se notar, e que tem sido ponderada por alguns escriptores, entrando neste numero até aquelles que se mostraram favoraveis ao veto.

Supponhamos que o rei nega a sua approvação a uma lei evidentemente justa e proveitosa (a hypothese não é meramente gratuita, visto que elle não é infallivel); o que ha de fazer neste caso a nação? O proprio *Destriveaux* não pode deixar de reconhecer este inconveniente, quando diz que se o rei abusasse do veto, *só restaria á nação um recurso extremo, que estaria mui perto de uma grande perturbação.*

Com o corpo representante não se dá este inconveniente; aqui ha um meio facil de remediar o mal, porque a nação podia confiar o seu mandato, em uma legislatura subsequente, a homens em quem depositasse plena confiança.

Se é forçoso conceder a alguém um poder tão importante, não ha que hesitar entre o rei e a assembléa popular; ella não é infallivel, é verdade, e todavia seria necessario que o fosse: *Il fraudrait des dieux pour donner des lois aux hommes*, diz Rousseau; mas, como já la vai o tempo em que os Deuses vinham habitar entre os homens, é preciso deixar a estes o poder de se governarem *por si*; é preciso que as nações se livrem de uma vez para sempre da tutela extranha, e que a sua vontade, manifestada, legitimamente pelos seus representantes, seja lei para todos, sem dependencia da censura de alguém.

Se nos disserem que não se pode arvorar a vontade em principio soberano, porque acima da vontade de um povo está o principio eterno do justo, responderemos que isto não prova que ao rei se deva conceder o veto; d'aqui só pode concluir-se que á nação pertence julgar da justiça das leis que lhe dizem respeito. Tudo o mais é um sophisma ridiculo, com que se pretende illudir o povo, porque se concedeis a outrem este poder, esse é que vem a ser o verdadeiro soberano.

Alguns, levados de um falso receio, e temendo que o poder executivo fosse aniquilado pelo poder legislativo, admittiram o veto como um obstaculo ás usurpações d'este ultimo, sem se lembrarem que é mais de recear a usurpação d'aquelle, não só pela natureza das funcções que exerce, e dos meios de acção de que pode dispor, mas tambem porque os factos infelizmente o têm demonstrado.

Nada prova em favor do veto que na Inglaterra exista esta prerrogativa, e que o rei não tenha feito uso d'ella desde muito tempo.

A Inglaterra é uma fonte inexgotavel para todos aquelles que se lembram de exaltar as vantagens do monarchismo constitucional; no entender dos seus admiradores não ha um só absurdo, um só ponto d'este admiravel systema, cuja excellencia não tenha a sua demonstração pratica nessa terra classica das instituições pesadas e ronceiras, das tradições velhas, da aristocracia especuladora e

avida, que ostenta aos olhos da indigencia o fausto das suas riquezas mal adquiridas, e insulta a virtude pela magnificencia de uma fortuna immoral. A sociedade ingleza constitue um mundo á parte, até geographicamente fallando; tudo ali é particular, *indigena*, egoista; as instituições que ali nascem não podem prosperar em outros paizes: são como as plantas exoticas.

Mas, se o exemplo adduzido podesse provar alguma cousa na questão que se discute, era de certo a inutilidade de semelhante prerogativa, porque, ou não foi precisa, ou o rei não usou d'ella devendo fazel-o.

Além de que este facto poderia ter a sua explicação em outras causas, sendo certo que um illustre orador dizia em 1822, no parlamento portuguez, que a influencia do rei da Inglaterra era de tal ordem, que nada se apresentava á sua sancção antes de ser prevenido, e de o ter antecipadamente approvedo.

Quando se discutia a Constituição franceza na Assembléa de 1791, Mirabeau sustentava com ardor que ao rei se devia conceder o veto: alguns defensores d'esta prerogativa pretenderam mais tarde fortalecer-se com a auctoridade do illustre orador, apresentando-o como insuspeito aos olhos dos liberaes; mas além de que os argumentos de auctoridade não podem ter grande valor em materias d'esta ordem, a historia não deixou illibado o character d'este grande vulto; e, ou fosse por ambição e interesse, ou pela vaidade de amparar na queda, com o seu braço de gigante, uma dynastia que se despenhava no abysmo, ou finalmente pelos sentimentos cavalleirosos que lhe inspirava a *falla* de Versailles¹, é certo que o Mirabeau dos ultimos tempos já não era o revolucionario expansivo e entusiasta do principio da revolução.

Mal diria elle que um veto, não absoluto como elle o queria, mas um simples veto *suspensivo*, se viria a tornar em uma arma tão perigosa nas mãos do malfadado Luiz XVI: foi um presente bem funesto, pois que apenas fez uso d'elle contra o celebre Decreto de 92, perdeu todas as sympathias que ainda lhe restavam, e caminhou precipitadamente na estrada que o devia levar a esse drama fatal!

Nas Constituintes portuguezas foi largamente discutida a questão do veto; alguém representou n'essa occasião que era preciso conceder ao rei o veto absoluto, para que elle acceitasse a Constituição; mas esta medida não pôde ser adoptada, e apenas foi admittido um veto suspensivo. Os homens d'aquella epocha ainda transigiram, e se não foram mais além no caminho das reformas, é porque tiveram de ceder á força das circumstancias, e não porque deixassem de se inspirar nos principios elevados da philosophia social.

¹ Michelet, deslumbrado talvez pelo esplendor do grande genio, attribue a estas ultimas causas a mudança que se operou no character de Mirabeau.

Seja-nos permittido saudar aqui os grandes astros d'essa constellação brilhante, cujo esplendor ainda nos alumia a todos.

A Europa nessa epocha era policiada pelas cohortes dos grandes *potentados*; a liga da santa-alliança espionava com o maior cuidado qualquer movimento liberal, e as nações pequenas como a nossa não podiam facilmente desfraldar a bandeira das reformas, sem perigo de se verem accomettidas pelos formidaveis exercitos dos *poderosos da terra*.

O grande vulcão revolucionario da França havia-se apagado, ou jazia pelo menos em um estado latente.

As *Potencias* alliadas renovavam em 1818, no congresso d'*Aix-la-Chapelle*, o pacto infame de combaterem o espirito revolucionario; e em 1820, o imperador Alexandre soltava em *Troppau* estas famosas palavras, referindo-se ao espirito liberal que começava a lavrar em algumas nações: «*é uma molestia do espirito humano, é preciso dar-lhe remedio*».

Todos sabem qual foi este remedio; que o digam tantas nações opprimidas; que o diga a Italia, que em 1821 viu as forças austriacas entrar em Napolles, e o seu parlamento desaparecer. Que o diga a Hespanha, que viu o seu territorio invadido pelas tropas francezas, e a sua Constituição calcada aos pés.

Além d'este estado de cousas, os revolucionarios de 20, tinham ainda de lutar com a inercia do povo portuguez, acostumado desde longo tempo a respeitar os privilegios de uma familia tradicional e historica.

Os homens foram sempre assim: os inglezes depois de terem decapitado um rei, e expulsado outro, ainda fallavam de joelhos ao successor deste principe.

Quando um poder se prolonga por muito tempo no seio da sociedade nunca deixa de crear em volta de si uma grande influencia, principalmente no animo do povo, sempre propenso a tomar o que existe pelo que deve ser, a explicar o direito pelo facto: este erro é mui antigo, e o proprio Aristoteles cedia á sua influencia, quando dizia, que os homens não são naturalmente eguaes, e que uns nascem para mandar e outros para serem escravos.

O fausto deslumbrante do throno, a sua longa duração, e o poder que o cercava, tudo devia impor á imaginação dos homens; os povos não podiam portanto, ao primeiro despertar, pôr de parte um elemento, que creára tão profundas raizes; apenas se atreveram a cortar alguns ramos da velha arvore que ameaçava de cobrir com a sua sombra esterilizada a terra inteira.

Mas obra começada ha de ter o seu fim, e o tronco carcomido d'esse roble ha de ceder o logar a novas plantas cheias de vida.

(Continua).

M. J. Massa.

A questão financeira e a politica em Portugal¹

Summario.—Confronto das nossas leis sobre arrolamento e matrizes—1845—1852—1869.—Como são identicas e apenas differem em um ou outro ponto accidental.—Como o Decreto de 28 de abril ultimo identificou o Decreto de 30 de dezembro de 1869 com o Decreto de 20 de dezembro de 1845.—Discurso do sr. ministro da fazenda Braamcamp na sessão de 25 de abril; erros e contradicções; falsa ideia do cadastro francez; o arrolamento não corresponde ás bases da reforma tributaria e está em opposição com os principios e necessidades invocadas pelo nobre ministro.—O *meio termo* é a *meia verdade*, a *meia justiça*, a *meia conveniencia*. De cahos não pode sahir a luz, nem da confusão a ordem, nem do que é imperfeitissimo e inexacto a suprema exactidão e perfeição. Napoleão e o *meio termo*.

Em um dos numeros anteriores lançamos um rapido olhar sobre o passado, e relembramos alguns periodos importantes da historia do governo constitucional-representativo em Portugal, durante os quaes, por impulso politico e sob a forma economica, se travaram luctas de partidos e accenderam tumultos e revoluções populares; e, porque as limitadas columnas deste jornal não nos consentiam alongar trabalho, contrahimos solemne promessa de não largar mão do assumpto, sem que, depois de expostos os factos, confrontassemos as leis e aproximassemos os homens, que sendo ainda hoje os mesmos, debaixo de varios aspectos, são todavia mui differentes, como politicos e financeiros, do que se inculcavam então.

A Carta de Lei de 19 de abril de 1845 dispunha no artigo 19.º: «Proceder-se-ha a um *arrolamento geral dos predios* que se denominará — *Matriz Predial* — e que deverá conter a descripção de todos os predios, seus rendimentos e proprietarios.»

O artigo 93.º do Regulamento de 20 de dezembro do mesmo anno determinava: «As declarações para a contribuição predial serão feitas segundo o modelo n.º 3 e designarão:

- I o nome e a morada do proprietario;
- II os predios que este possuir na freguezia, com especificação dos seus nomes proprios e os tiverem, das suas differentes especies de cultura, sendo *rusticos*, e das suas divisões sendo *urbanos*. Neste caso se mencionarão os quartos, lojas, ou armazães que se costumam arrendar separadamente, ainda que estejam devolutos;
- III a situação e as confrontações de cada predio;
- IV os nomes dos rendeiros ou inquilinos;
- V as profissões destes quando sejam conhecidas do proprietario;
- VI as suas moradas quando elles não residam no mesmo predio;
- VII as rendas comprehendendo quaesquer foros, censos, pensões ou propinas, em dinheiro ou generos que os rendeiros paguem etc.

O mesmo Regulamento determinava no artigo 458.º: «Haverá dous louvados para a avaliação da renda dos predios de cada freguezia: um para os predios rusticos e outro para os predios urbanos.»

No artigo 460 diz: «A nomeação de louvado deve recahir em pessoa que, sendo de reconhecida probidade reúna as circumstancias seguintes:

¹ Os ultimos acontecimentos vieram tirar a este escripto o caracter de *revista de politica interna*, e a sua importancia *actual*; julgamos todavia dever concluir a sua publicação, por ser um estudo comparativo das nossas leis sobre *arrolamento* e *matrizes*, o qual tem alguma importancia; e, se como affirmam vagamente e já consta, o novo governo, para melhor justificar a *revolta militar* e o *assalto* do dia 19, para *coherencia* e em nome dos interesses do povo, renova a iniciativa de *todas* as propostas e projectos do ministerio *expulso*, essa importancia augmenta. Quando pois nos referirmos ao governo ou a qualquer dos ministros singularmente, entende-se não ser aos cavalheiros, que actualmente occupam as cathedras ministeriaes, mas ao governo transacto.

I a de cultivador, para louvado dos predios rusticos, ou a de mestre de algum dos officios de pedreiro, canteiro ou carpinteiro para louvado dos predios urbanos;

II a de morador na freguezia ou em alguma outra proxima;

III a de não ter menos de 25 annos.

São estas entre muitas outras as disposições da lei e regulamento de 1845, acerca do *arrolamento*, *descripção* e *avaliação* dos predios como base do novo systema tributaria; systema em nome do qual amotinaram os povos do Minho, levantaram tumultos e accenderam por fim uma cruenta guerra civil. Foi ainda em nome das reformas tributarias, de novo tentadas, e pelas impressões da vespera, que se promoveo e affectuou, dizem, a revolta militar de 1851.

Não obstante os males e os vexames, que o novo systema de contribuições devia causar ao povo, não obstante o dedicado amor por este e o odio emplacavel a todas as *tyranicas* e *oppressoras* medidas de fazenda, decretadas em 1845, é certo que o Decreto de 31 de dezembro de 1852, e que ainda hoje vigora entre nós, determina no seu artigo 10. «Proceder-se-ha a um *arrolamento geral dos predios* em cada concelho, que se denominará — *matriz predial*».— É copia testual do artigo 19 da Carta de lei de 19 de abril de 1845.

Vieram depois as Instrucções de 7 de agosto de 1860 desenvolver e regulamentar as bases da reforma tributaria, lançadas n'aquelle decreto, que reproduzia textualmente, talvez com o fim de *regenerar*, o citado artigo 19 da Carta de lei de 19 de abril de 1845.

Nas Instrucções de 7 de agosto de 1860 encontramos o seguinte:

Art. 22.º—«Haverá uma *matriz predial* (arrolamento) por cada freguezia em que serão inscriptos os predios nellas situados.

Art. 23.º—Os predios rusticos serão inscriptos designando-se:

- I as localidades dos predios;
- II as qualidades d'elles com os seus nomes proprios se os tiverem;
- III os nomes e moradas dos seus proprietarios e usufructuarios;
- IV o rendimento bruto dos mesmos predios;
- V o seu rendimento collectavel;
- VI as rendas, se as houver, com designação dos nomes e moradas dos rendeiros;
- VII os encargos a que os predios estiverem sujeitos.

Art. 24.—Os predios urbanos serão inscriptos designando-se:

- I as localidades dos predios.
- II os nomes e moradas dos proprietarios e usufructuarios.
- III a renda annual de cada um d'elles ou de cada uma das suas divisões.

Por estas rapidas transcrições claramente se vê — que a legislação tributaria, de 1852 em diante até 1861, é na essencia identica á legislação de 1845 e que pouco differe na fórma; esta democratica, descentralisadora e menos exigente; aquella centralisadora, autoritaria e eminentemente *fiscal*.

Passemos em claro, ou antes deixemos nas sombras, a *gloriosa* revolução do 1.º de janeiro de 1868, seus productos e consequencias politicas e economicas, e fixemos a nossa attenção nos factos correntes do dia, que tão preoccupados trazem os animos por causa dos *arrolamentos*, esperança para uns, remorso para outros, receio para muitos.

Como providencia salvadora e indispensavel premissa na urgente reforma tributaria, que o actual governo desde logo julgou pelo menos dever tentar, sahiu, incandescente ainda e por vigornar, das officinas ministeriaes o Decreto de 30 de dezembro de 1869 estabelecendo os *arrola-*

mentos, para reorganisar e aperfeiçoar as incompletas e viciosas matrizes, que a muito custo se poderam escripturar para execução do Decreto de 31 de dezembro de 1852 e legislação subsequente. A publicação d'aquelle decreto produziu uma notavel elevação de temperatura nos animos exaltados dos politicos e utilitarios; começou logo a vozeria das paixões, os brados de indignação, levantados até ás regiões do pelourinho pelos proprietarios amigos generosos do povo, que não tem nem possui propriedade e vive do trabalho; e não faltaram os tumultos, as desordens, as desvastações, os espancamentos, a intervenção da força armada, as luctas de sangue e os assassinatos juridicos!

Pois este amotinador dos povos, este elemento de desordem e perturbação, é nada mais nada menos — que o Decreto de 20 de dezembro de 1869, extraído e transcripto do Decreto de 20 de dezembro de 1845, que, dizem, produziu a revolução de 1846 e mais tarde a de 1851. Era realmente muita para reacar.

E com effeito, lendo o citado Decreto, deparamos logo com o seguinte:

«Art. 1.º — «Proceder-se-ha em cada freguezia dos conselhos do continente e ilhas adjacentes a um arrolamento geral de todos os predios situados na mesma freguezia.» Neste arrolamento serão inscriptos os predios designando-se:

- I Numero e ordem topographica;
- II Localidade;
- III Nomes e moradas dos proprietarios ou usufructuarios;
- IV Designação dos predios com seus nomes proprios se os tiverem;
- V Confrontação;
- VI Semeadura;
- VII Rendimento bruto medio, dos predios rusticos em generos e em dinheiro;
- VIII Classe de terra por cada especie de cultura;
- IX Renda dos predios urbanos parcial e total.
- X Renda pela cultura ou exploração dos predios rusticos;
- XI Nomes e moradas dos cultivadores ou exploradores; quaesquer outros esclarecimentos, obtidos na occasião da visita aos predios etc.

Art. 2.º O arrolamento dos predios de todas as freguezias de cada commarca deve ser feito por uma commissão composta de um louvado avaliador dos predios rusticos, um louvado avaliador dos predios urbanos e um agrimensor.

§ 1.º Os louvados e o agrimensor serão nomeados pelo delegado do thesouro de cada districto com approvação do inspector geral... devendo as nomeações recahir em pessoas que tenham as necessarias habilitações e qualidades e que não sejam residentes nem possuam propriedades na comarca, de cujo arrolamento houverem de ser incumbidos.

Como se vê ha perfeita harmonia, com duas variantes apenas, entre o Decreto de 20 de dezembro de 1845 e o Decreto de 30 de dezembro de 1869. Aquelle tornava o arrolamento obrigatorio, mas entregava as declarações ao proprietario; assim a indicação, as descrições, a medição, as confrontações, a base para a avaliação e todos os esclarecimentos eram fornecidos, quasi espontaneamente, pelos proprietarios.

Este torna-o absolutamente obrigatorio, não solicita elementos para o calculo, força o proprietario a acceitar as condições que lhe quizerem impor.

Naquelle os louvados eram escolhidos dentre os *homens bons* da freguezia e pela respectiva camara municipal, cultivadores ou mestres de officio; neste a nomeação só pode recahir em individuos de fóra do concelho e que nelle não possuam bens ou exerçam mister, feita pelo agente do governo.

Esta differença porém é importantissima.

O systema do Decreto de 20 de dezembro de 1845, é preferivel ao adoptado no Decreto de 30 de dezembro ultimo; e é preferivel tanto debaixo do ponto de vista economico como debaixo do ponto de vista liberal; não é uma imposição forçada dos ogentes da auctoridade, mas uma declaração authonomica do cidadão proprietario. Aquelle tem por garantia a força publica, este a consciencia individual.

Verdade é que o Decreto de 28 de abril do corrente anno tornando facultativa a medição dos terrenos¹ e permitindo a nomeação de louvados entre os residentes no proprio conselho, onde se proceda ao arrolamento² veio quasi identificar os dous decretos em toda a sua plenitude; mas de duas uma: ou a medição é necessaria e essencial ás operações do arrolamento cadastral ou não é; se necessaria como podera dispensar-se? se inutil ou superflua para que serve, que vantagens aufero o estado e o contribuinte de uma tal operação?! Ou devem os louvados ser da localidade ou não devem: se devem não ha meio termo; visto que o arrolamento é feito por freguezias os mais habilitados e competentes são inquestionavelmente os proprietarios, agricultores e mestres de officio da respectiva freguezia, e neste caso era inconveniente e absurdo o primeiro decreto e ainda o segundo; se não devem é inaceitavel o segundo e devia prevalecer o primeiro; ha freguezias no mesmo conselho mui distantes, cujos moradores não se conhecem, e nunca se avistaram talvez, a não ser em alguma feira em romaria annual, cujos habitos, costumes, usos domesticos, praticas agriculas, industria etc. differem profundamente.

É porem certo que as modificações feitas no primitivo decreto pelo de 28 de abril ultimo, aproximaram cada vez mais o systema, adoptado pelo governo do plano das leis e das instituições tentadas em 1845. A faculdade na medição, a nomeação de louvados da propria localidade, a facilidade em devolver as funções dos arroladores aos escrivães de fazenda³, faz degenerar completamente o primitivo projecto e altera profundamente o systema adoptado; dando ao mesmo tempo estas reconsiderações do governo um testemunho solemne da sua fraqueza e leviandade, da sua falta de estudo e reflexão, da ausencia de convicções na justiça, conveniencia e oportunidade das medidas propostas e começadas a executar.

E por fim de tanto lidar estas alterações nem sufocaram os clamores dos descendentes, nem socegaram as impacencias da opposição, nem tão pouco melhoraram o serviço pratico dos arrolamentos.⁴ A medição por agrimensores technicos era importantissima, indispensavel para conseguir uma justa e rasoavel avaliação; o meio termo adoptado entre o artigo 460.º do Decreto de 20 de dezembro de 1845 e o artigo 2.º do Decreto de 30 de dezembro de 1869 com relação á naturalidade ou residencia dos louvados é inaceitavel: ou é justo e conveniente que os louvados sejam da localidade ou não; se o é deve recahir a nomeação em individuos moradores na respectiva parochia,

¹ Decreto de 28 de abril art. 5.º — «A medição dos predios não é obrigatoria; mas quando requerida pelos proprietarios será feita por conta do estado, por um agrimensor, para esse fim expressamente nomeado pelo delegado do thesouro do respectivo districto.

² Art. 3.º — «Os louvados poderão ser do concelho em que se fizer o arrolamento, mas não exercerão funções nas freguezias da sua residencia aonde tiverem propriedade.

³ Art. 2.º § un. — «Na falta destes poderá o serviço ser desempenhado pelos respectivos escrivães de fazenda ou seus supplentes.

⁴ Sendo urgente dar desde já aos trabalhos dos arrolamentos predial e pessoal o maior desenvolvimento possivel em todos os concelhos do reino, para evitar desigualdades e flagrantes injustiças, contra as quaes os povos erguem de ha muito o mais fundado clamor, convindo aproveitar os resultados da experiencia e attender ás representações que têm sido dirigidas aos poderes publicos, e bem assim ás indicações convenientes para o melhoramento e mais breve execução dos referidos trabalhos: hei por bem, ampliando as disposições do decreto de 30 de dezembro de 1869, decretar o seguinte.

Reza assim o preambulo do citado decreto.

se os houver habilitados para o desempenho de taes funcções; se não, é então pelos menos indifferente que sejam do concelho ou de fora do concelho. O meio termo, convençam-se, ha de ser sempre e em tudo — a *meia* verdade, a *meia* justiça, a *meia* conveniencia, quando não é o erro, o absurdo, o impossivel. A egualdade, a justiça, a exactidão, a verdade excluem o *meio termo*.

A isto porem responde o governo pela boca do sr. ministro da fazenda no discurso, proferido em sessão de 25 de abril.

«O que tratei tão sómente foi aplanar o terreno e abrir caminho procurando pelo menos conseguir uma descripção *exacta* da propriedade, das suas confrontações e do seu rendimento; sem contudo chegar aos immensos promenores, ás minuciosas informações que exige o cadastro francez, nem ás medições dos terrenos e a muitas outras circumstancias, a que attende aquelle importante trabalho.»

«Não me parece que fosse possivel nem que conbesse nas nossas forças o tentar um estudo tão completo, e seria ainda espaçar para muito longe o trabalho, que precisamos que esteja brevemente concluido.»

É admiravel, nesta parte como no todo, o discurso do nobre e illustrado ministro! Nada mais contradictorio! Tratou sómente de aplanar terreno e abrir caminho; mas como o proprio illustre orador confessa «o arrolamento dos predios e das pessoas não é uma providencia nova, não é mais do que uma disposição da lei que estamos obrigados a cumprir. Tanto o artigo 10.º do Decreto de 1852, como a legislação posterior, estabelece para principio das matrizes o arrolamento predial.»

E não foi só o Decreto de 31 de dezembro de 1852 e a legislação posterior, mas tambem o Alv. de 9 de junho de 1801 lançava as bases de um cadastro parcellar e principalmente o artigo 19 da Carta de Lei de 19 de abril e o artigo 93 e outros do Decreto regulamentar de 20 de dezembro de 1845, donde foram extrahidos e copiados os decretos de 1852 e 1869. Não foi o actual governo que aplanou o terreno e abriu o caminho; já de ha muito que aquelle fôra desbravado e este tornado patente ás operações financeiras.

O sr. ministro da fazenda quer uma descripção *exacta* da propriedade, rendimento *exacto*, confrontações *exactas*, tudo *exactissimo*; mas dispensa os meios sem os quaes essa *exactidão* é de todo impossivel. Como alcançar uma descripção regular, confrontações verdadeiras, rendimento aproximado, sem immensos promenores, sem essas minuciosas informações, sem a medição dos terrenos, sem uma justa avaliação, sem tempo e vagar!!

Talvez que a sciencia intuitiva do governo e dos seus agentes e auxiliares faça milagres, ou o poder sobrenatural da revelação divina mais uma vez surgir a ordem do cahos e a luz das trevas.

O cadastro *parcellar* francez não é tão exigente como o sr. ministro pretende, mas é o sufficiente «para chegar ao conhecimento da verdade dos factos.» Em vista da respectiva legislação e da practica adoptada em França desde 1807 até 1850 (quasi meio seculo), em que se julgaram concluidas as operações organicas do *cadastro parcellar* (dènombrement-arrolamento), duas são as operações fundamentaes — *medição e avaliação* (arpentage et évaluation).

E são effectivamente estas duas essencialissimas operações, ou pelo menos a sua exactidão, que o sr. ministro da fazenda dispensa!

E é dispensando essa exactidão que pertende corrigir os defeitos e sanar os vicios das actuaes matrizes!

É dispensando essa exactidão que nos mostra: «que o seu empenho *unico* é chegar ao conhecimento da *verdade* dos factos, e certificar-nos de qual é a *verdadeira* riqueza collectavel do paiz, a fim de se distribuir o imposto com *mais egualdade* e com o *menor vexame*» !!

Pois é em nome desse conhecimento *verdadeiro* dos factos e da riqueza collectavel, da *egualdade* do imposto, e da *abolição* completa do *vexame* fiscal, que se contenta o sr. ministro da fazenda com um *arrolamento* incompleto, imperfeito, precipitado, e por isso inexacto, que dispensa os premenores e as necessidades na descripção, na avaliação e considera desnecessaria a medição dos predios?!

E quer o sr. ministro da fazenda que se consiga em Portugal, em *dezoito mezes*, o que a França não pôde bem alcançar e concluir em meio seculo?!

Façam-se muito embora os *arrolamentos*, e já podiam estar feitos, se os houvessem começado em 1845; se alguns dos homens, que hoje estão á frente dos negocios publicos, não houvessem empregado todos os meios, ainda os mais violentos e injustos, para estorvando providencias e medidas de reconhecida utilidade publica e grande alcance economico, promover a quêda de um governo politicamente odeado, de uma situação que lhe era politicamente adversa.

Hoje reconhecem o erro e procuram emendar a falta; encontram porém as mesmas e maiores difficuldades e embaraços; e vêm com o *meio termo*, o qual, como dissemos, é o maior dos erros, a mais doploravel falta, fonte inexgotavel de vicios, de imperfeições, de perdas irreparaveis de tempo e de dinheiro, sem o menor proveito.

«Les demi-mesures» dizia Napoleão em 1807 ao ministro das finanças, que lhe expunha os resultados das operações cadastraes «font toujours perdre de l'argent e du temps.»

M. E. Garcia.

Politica interna

NOVO MINISTERIO

Presidencia.... }
Guerra..... } Duque de Saldanha.
Estrangeiros... }
Reino.....—Antonio Rodrigues de Sampaio!!!!
Fazenda } José Dias Ferreira?
Justiça }
Obras publicas—Conde de Peniche !!!!!!!
Marinha—D. Antonio da Costa Macedo.

Incoherencia!

Divergencias!

Contradicção!

Anomalia.

Monstruosidade!

Absurdo!

ACTOS DA DICTADURA MILITAR

Nepotismo.

Promoções.

Demissões.

Preterições.

Transferencias.

Condecorações.

Titulos.

Expediente.

1 Elevado á cathogoria de marquez de Angeja, talvez para não dar o seu *popularismo* nome ao ministerio.

Política externa

Summario — INGLATERRA — Direitos políticos da mulher — HESPAÑHA — A União Iberica — ITALIA — Movimento republicano — HOLLANDA — Extincção da pena de morte.

Se, por um milagre da Providencia, algum inglez de corpo esguio e suissas loiras, depois de ter lido no *Times* o movimento commercial da praça de Londres e a cotisação dos fundos no *Stock Exchange*, lançar do alto da sua gravidade britanica os olhos sobre esta chronica politica, hade dilatar-se-lhe o peito de satisfação, por ver figurar a Inglaterra á frente das nações européas. Ora nós, que nos presamos de ser republicanos, devemos explicar esta deferencia para com a nação dos *lords* e banqueiros. Nascidos debaixo d'este céo purissimo da peninsula, e dotados do coração entusiasta do genio expansivo e folgazão, que caracteriza os habitantes da Europa meridional, não podemos sympathisar com a terra do nevoeiro e do *spleen*, aonde a lua

não falla d'amor ás bellas,
não falla aos homens d'amor.

Aqui fazemos a nossa profissão de fé sobre o assumpto, para que todos saibam que não morremos d'amores pela Inglaterra. Por falta de espaço e tempo, não apresentamos os numerosos e concludentes argumentos, em que se fundamenta a nossa opinião; basta dizer que a historia, a politica, a geographia e outras sciencias estão do nosso lado 'nesta questão importante.

Não se tracta porém da politica mercantil da Gran-Bretanha, nem das *proezas* do principe de Galles, que inspirariam ao seu patricio Byron um novo *D. Juan*; é mais serria, mais grave, mais util, mais interessante, mais momentosa, mais sublime, mais philosophica, mais transcendente e... (perdoem o gallicismo, que empregamos á falta de synonymos portuguezes) mais palpitante a questão que nos occupa.

No seculo XIX a philosophia domina sobre todos os espiritos e sobre todas as coisas. Com a declaração dos direitos do homem, base de todas as constituições liberaes, exerceu uma poderosa influencia sobre as leis, extinguindo os privilegios odiosos e banindo de todos os codigos as penas barbaras e infamantes; com a encyclopedia destruiu todos os absurdos, que, sob as diversas formas religiosas, contrariavam as leis eternas da razão. O abuso da philosophia produziu esses livros recheados de palavrões campanudos, que depravam o gosto litterario ou produzem no leitor o effeito d'um narcotico, aonde se falla muito em ideal sem que nelles appareça uma unica idéa.

O estudo da philosophia despertou tambem no coração da mulher a aspiração grandiosa de conseguir a sua emancipação politica. Prepara-se uma grande revolução feminina, que deve transformar completamente a vida e organização da familia. A mulher deixará de ser o anjo do lar, para prezidir aos *meetings* patrioticos; em vez das conversas intimas que nos faziam esquecer os desgostos da vida publica, discutirá comnosco sobre a candidatura de Montpensier ou sobre o plebiscito. Talvez se esqueça de educar os novos cidadãos da republica, para se assentar no banco dos ministros juncto do sr. conde de Peniche, chrismado pelo summo pontifice da revolta militar com o nome de marquez de Angeja. Aonde esperavamos encontrar uma esposa dedicada, uma amiga fiel, achamos uma adversaria politica, com quem teremos de lutar nos comicios, na imprensa, no parlamento e talvez nas barricadas!

O parlamento inglez não approvou o *bill* que concedia ás mulheres o exercicio dos direitos politicos; mas as *missionarias* de tal doutrina não desanimaram com este revez e trabalham com entusiasmo na sua obra. No dia 27 de março teve lugar a sessão inaugural da Associação Internacional

das mulheres fundada em Genebra por M.^{me} Gægg, que pronunciou um discurso brilhante, cujas idéas acceitamos, á excepção da parte em que reclama para a mulher o exercicio dos direitos politicos. Queremos a instrucção e a elevação moral da mulher, para que possa cumprir os deveres sublimes de esposa e de mãe; mas desejamos que nunca se envolva na politica, mixto repugnante de sentimentos generosos e de paixões mesquinhas, lucta da ambição com o dever, da abnegação com o egoismo. Não queremos que a rosa perca o perfume, que o anjo manche no lodo as suas azas brancas; queremos na mulher a candura, o amor e a poesia.

— O governo despotico d uma mulher lançou a Hespanha nos horrores da guerra civil, cujas conseqüencias ninguem pode calcular, porque o governo revolucionario não se inspira num principio, não obedece a uma idéa, nem apresenta um plano determinado.

Para consolidar a obra da revolução lembrou-se o governo de offerecer a corôa de Hespanha a D. Fernando de Coburgo, que teve o bom senso de a regeitar. Hoje lembraram-se do rei D. Luiz para realisar a sonhada união iberica, e conseguir por este meio a popularidade, que o governo não soube adquirir pelos actos d'uma politica rasgadamente liberal e d'uma administração prudente e economica.

Podem levar o rei, que não lamentamos a falta, nem felicitamos a Hespanha pela aquisição; mas a perda do rei não significa a perda da independencia.

Já devem saber que Portugal quer ser livre, e porisso regeita a união com a Hespanha, a não ser por meio d'uma federação de Estados autonomos, como na Suissa e nos Estados Unidos.

Ao distincto orador Castelar e ao illustre presidente do conselho de ministros agradecemos as expressões lisongei-ras e fraternaes que em sessão de 23 do corrente, dirigiram ao povo portuguez, o qual estende a mão aos seus vizinhos de Hespanha, que sabem respeitar a nossa independencia, e deseja uma alliança intima entre os dois paizes, para caminharem junctos pela senda do progresso e ajudarem-se mutuamente nas luctas incruentas da civilização contra a barbaria, da luz contra a ignorancia e contra os preconceitos.

— Emquanto em Roma o concilio fulmina com anathmas os progressos da humanidade e as verdades sublimes da sciencia, ganha terreno a idéa democratica na Italia, aonde parece estar imminente uma revolução republicana.

— Todos os dias nos demonstram os factos que as nações pequenas gozam d'um governo mais liberal e progressista do que os grandes estados.

A Prussia conserva a pena de morte; a Holanda riscou do seu codigo esse barbaro legado dos seculos passados.

Conservem os governos despoticos a pena de morte, sem a qual não podem existir; mas os governos liberaes devem abolir esse castigo injusto e brutal, que, no dizer de Becaria, «é a guerra declarada a um cidadão pela sociedade, que julga necessaria, ou pelo menos util, a destruição d'esse individuo.»

Fernando Chrysostomo.

Litteratura

Do nosso excellente jornal academico — *A Folha* — transcrevemos a seguinte poesia, de que é auctor o sr. Guerra Junqueiro, a qual está em perfeita harmonia com o programma e indole deste jornal; pinta em linguagem poetica o abysmo que separa a *demagogia da verdadeira republica*:

Orgia¹**A. Alexandre da Conceição****I**

Que vulto gigantesco ou turbida visão,
Como espectro infernal, no horizonte assoma?
Irrompe-lhe da fauce o ronco do trovão,
E aos ventos traz dispersa a ensanguentada coma...
Da ferrea planta o pezo em broncos estilhaços
Os thronos faz voar. Aos rudes estampidos
Vacilla o mar e o mundo, e os reis espavoridos
Escondem-se a tremer na sombra de seus paços.

É o Povo, o Povo-rei! Dos hombros do gigante
Pende um farrapo vil de purpura real;
O fogo requemou-lhe o tetrico semblante,
Resumbra-lhe do labio o rir da saturnal;
O lodo, a chamma, o sangue, as torvas alegrias
Encobrem-lhe da face a rustica belleza.
É o Povo, o Povo-rei, que ao som da marselheza
Se ergueu a cambalear da mesa das orgias!

II

Julgaes que ser propheta é entrar nos lupanares,
Encher de aroma e vinho as taças cristalinas,
Soltar entre o champanhe uns lubricos cantares,
Dormir no seio nu das nuas messalinas...
E já ébrios, por fim, de amor e flicidade,
Erguendo a vista audaz ao estrellado manto,
Em delirio fallar num sonoro canto
Da justiça, do bem, do bello e da verdade?

Nescios! julgaes talvez que o ser republicano
É só esfarrapar da monarchia o manto
E rebramir depois, em truculento oceano,
Vivas a Rochefort, morras ao Padre-santo?
Vós julgaes que o ser livre é ir estrangular
Abutre que foi aguia em mãos de Bonoparte,
E, ao vento desfraldando o rabido estandarte,
Lançar por terra um throno, abrindo um lupanar?

III

Não brota a Liberdade, a sacrosancta rosa,
Desmoronando a cruz, erguendo as guilhotinas;
Heis-de vel-a surgir immensa, esplendorosa,
Ao canto do trabalho, ao sol das officinas!
Não vos deturpe o rosto a servidão da esmola,
Rompa de toda a banda afervorado exemplo!
Nas ruinas d'um bordel edificaes um templo:
O amor ao pé do berço, o berço ao pé da eschola!

A Liberdade é pura e sancta e immaculada,
Cresta-lhe a aza branca o fogo dos canhões...
Ó peitos juvenis, abri-lhe os corações,
Fazei da Liberdade a vossa bem-amada!
Da barca do progresso os bravos timoneiros
Lá vão rasgando ao longe esse horisonte escuro...
Álerta, meus irmãos! álerta, marinheiros!
Largae a véla panda aos ventos do futuro!

Guerra Junqueiro.

EXPEDIENTE

Mais e mais se desenvolve o gosto e se afervora o amor pelo estudo nesta nossa patria das sciencias e das letras.

Aos que frequentam e cultivam com esmero os mimosos e encantadores vergeis, os esplendidos jardins da litteratura bella e amena, aos que exploram com dedicação

¹ Ha pouco tempo certos republicanos de Paris deram um grande banquete no anniversario da morte de Luiz XVI. Indignou-me o ver apostolos da fraternidade saudando com taças de champanhe o rolar d'uma cabeça nos degraus do cadafalso. Eis a razão d'esses versos.

e esforço as riquezas do mundo moral, e, condemnando o erro e o vicio, procuram inspirar a virtude e ensinar a verdade politica, religiosa, moral e economica, — vem reunir-se mais um grupo de valentes operarios e generosos lidadores da sciencia com uma publicação quinzenal importantissima denominada—*Estudos Cosmologicos*, dedicada á propagação dos conhecimentos relativos ao mundo physico, ao ensinamento dos principios e leis que o regem.

É da mais alta importancia e do maior apreço esta publicação, sem precedentes na nossa historia litteraria.

Ninguem desconhece a poderosa influencia que no mundo politico, moral, religioso e economico, nas leis nas instituições, nos costumes, nas artes, nos officios numa palavra — na civilização dos povos, têm exercido os progressos, os maravilhosos inventos e as grandiosas descobertas da physica, da chimica, da mechanica, da astronomia, da historia natural e de todas as sciencias thecnologicas que d'ellas procedem.

E bem, com eloquencia e factos, o demonstram os illustrados redactores d'aquella folha scientifica, quando dizem:

«Aos naturalistas se deve a descoberta de duas materias preciosas na industria — o cahuchu e a gutta percha. — Á physica se devem os processos da galvanoplastia, da photographia, etc. O desenvolvimento da chimica animou e aperfeçoou a tinturaria, a ceramica, a enologia, a fabricação do vidro e das velas estearicas, a preparação do alcohol, das aguas-ardentes, do gaz da illuminação, dos asucareos, e de mil artigos de perfumaria; descobriu os venenos, o salitre, etc. O que era a agricultura antes dos progressos da botanica e da chimica? Uma collecção de practicas, que a rotina regia.

As maravilhas d'este seculo são bem conhecidas para que nos demoremos mais sobre este ponto. O mundo antigo contava sete; o seculo XIX, só á sua parte, conta tres, cujo valor não necessita de ser comparado com o d'aquellas: — o cabo transatlantico, o caminho de ferro do Pacifico, o canal de Suez. —

Com a abertura do isthmo já o commercio das Indias não receia as tormentas do Cabo de Boa-Esperança; com o caminho de ferro do Pacifico faz-se apenas em mezes a viagem em volta do globo, que outr'ora consumia annos; com o estabelecimento do cabo transatlantico, o pensamento transpõe o espaço que separa os dois mundos, unindo-os como dois irmãos, que proximos estivessem e muito devessem amar-se. Eis aqui os laços que hão de fazer da humanidade uma familia.»

D'aqui os saudamos com entusiasmo e lhes apertamos com transporte e fraternalmente a mão. É que todos nos dirigimos ao mesmo fim e somos levados do mesmo empenho — «a diffusão das luzes em todos os sentidos; a collaboração immensa de todos para a conquista da verdade. O trabalho é a nossa bandeira.»

Foi-nos enviada a *Eschola Popular*, jornal que se publica em Agueda. Os seus redactores são dignos de todo o elogio pelo empenho, com que se dedicam ao trabalho e á causa do derramamento da instrucção.

É um grande acontecimento para a villa d'Agueda, que felicitamos, a apparição de um periodico destinado a diffundir as luzes, a naturalisação local do grande elemento civilizador da imprensa.

Oxalá que entre as despezas obrigatorias de todos os municipios de Portugal figurasse nos respectivos orçamentos uma verba destinada á sustentação de um órgão jornalístico, defensor das necessidades e aspirações locais, e que fizesse valer as liberdades do municipio ante as exigencias da centralisação e o despotismo absorvente da capital!

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

O TRABALHO

SEMENARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 9 de Junho

N.º 10

● **facto consummado**

Hontem! Hoje! Amanhã?....

Depois de muitos esforços e angustiosas tentativas, como convem a um parto laborioso e difficil, veio á luz um ministerio informe, heterogeneo, monstruoso e como tal sem condições de vida, para representar nos conselhos da corôa, nos arsenaes da administração e nas officinas da lei, os principios, as idéas, o programma e as aspirações d'uma inqualificavel e immoralissima revolta militar.

E na verdade, é extravagante, é ridiculamente assombroso esse grupo de homens, argonautas do futuro, plenipotenciarios da revolta, que o bastão do marechal Saldanha pôde alfin reunir, para symbolisarem o progresso moral, a civilização economica, a restauração politica, a dignidade civil, a salvação, em perigoso lance, d'este paiz, que se dissolve.

«Uma cousa mais terrivel que la Saint-Barthélemi foi a alegria que ella despertou. — Une chose aussi horrible que la Saint-Barthélemi, c'est la joie qu'elle excita.» Escreveu Michelet.

Ha um facto, diremos nós, tão doloroso e repugnante, tão immoral e subversivo como a revolta militar, — é a aceitação do *facto consummado*, a legitimação das suas consequencias, os applausos de alguns, a indiferença de muitos, a degradação moral e a indignidade politica de quasi todos!

A revogação do *edicto* de Nantes, sacrificando parte de um grande povo e estrangulando a liberdade religiosa, fez, perante a Igreja e o Estado, a immortalidade, sombria e tristemente gloriosa, de um rei mau e libertino. A violação da Carta Constitucional da Monarchia Portugueza, exauctorando um rei, rebaixou um povo, para engrandecer e exaltar um duque.

Em 1572, para celebrar a matança de S. Bartholomeu, mandava o *sanctissimo papa* Gregorio XIII fazer solemnes procissões e fabricar medalhas commemorativas d'aquelle *humanitario* e *christianissimo successo*.

Em Portugal em 1870 o marechal Saldanha, levantado pelas baionetas dos seus soldados ás eminencias do poder anarchico, distribue titulos e commendas, faz loteria de veneras, leilão de fardas agaloadas e empregos rendosos e honorificos, em que a melhor sorte e os primeiros lanços pertencem aos seus pa-

rentes e amigos, aos fautores da insubordinação, aos amotinadores da soldadesca, aos que, infringindo a disciplina, postergaram as leis, perturbaram a ordem, insultaram o rei, ludibriaram os representantes do povo, escarneceram de uma nação docil e generosa, cuspiram nos braços da moralidade e da justiça, da honra e da dignidade politica e civil, a mais ignominiosa affronta, insulto o mais pungente!

Esta offensa, este ignominioso insulto, esta inconstitucionalidade monstruosa, é hoje, dizem, — um *facto consummado*, uma *realidade real*.

Mas facto que se não justifica, realidade que não poderá legitimar-se.

Ha crimes tão espantosos que não prescrevem; faltas graves e tão enormes, que não têm neste mundo expiação possivel. Ha nódoas que nem todas as aguas do oceano poderiam lavar; vergonhas que não têm reparação; insultos que se não perdoam; erros que se não emendam; — males sem remedio.

E a revolta militar foi tudo isto — erro, falta, vergonha, insulto, crime,..... tudo!..

As consequencias hão-de sel-o egualmente e os fructos venenosos e mortiferos.

Seria a revolta militar *punção exploradora* neste membro gangrenado, da, ha muito enferma e corrompida, peninsula iberica?

Se amanhã as hostes de Castella e Aragão invadirem as nossas fronteiras, e as esquadras hespanholas deixarem os ancoradouros de Cadiz, para turbarem as cristallinas aguas do *nosso* formoso Tejo; — se nas arrendadas ameias da torre de Belem, monumento da nossa antiga historia, lembrança poetica de feitos gloriosos, especie de navio aparelhado, onde ha seculos fluctuam o pavilhão de Vasco da Gama e de Albuquerque, soltando aos quatro ventos as estrophes inspiradas do immortal Camões, delicioso cantor das glorias patrias; — se na torre d'esta verdadeira casa do Deos dos mares tremular o estandarte leonez; — se, por essa porta, por onde, no dizer do nosso grande historiador João de Barros, deviam entrar todos os triumphos de Portugal, entrar amanhã a invasão e o aniquilamento: cruzaremos os braços desalentados, dobraremos sob o extranho jugo a pendida cerviz, deante do *facto consummado* da conquista, ou, como se diz em moderna phrase, da *annexação* forçada?!

Talvez.

As aterradoras prophcias do grande Historiador philosopho contemporaneo aproximam-se fatalmente da sua realisacão!.....

O sol d'Aljubarrota involverá a impallidecida face nas nuvens luctuosas do occidente?!

O immenso *carnarium* das nações abrir-se-ha para receber mais um cadaver?!

Tremenda, perante Deos e perante a Historia, é a responsabilidade do rei e dos seus ministros, do povo e dos seus representantes!

M. E. Garcia.

Politica interna

A nossa politica não tem offerecido grande interesse.

O paiz espera com desconfiança as decisões dos oraculos ministeriaes. Os factos mais importantes são:

A *excommunhão politica* do sr. Sampaio.

A *encyclica catholico-diplomatica* do sr. Duque de Saldanha.

A *pastoral politico-financeira* do sr. José Dias, dirigida aos *prelados das dioceses administrativas*.

O governo prepara os *canones* que devem ser submettidos ao *concilio parlamentar*.

É provavel que, tendo noticia dos tumultos que se levantaram no concilio do Vaticano pela definição da infallibilidade pontificia, o ministerio não proponha o *schema da infallibilidade* da dictadura, salvo se estiver decidido a fazer intervir as guardas pretorianas do Paço, ou os *zuaivos* do sr. duque de Saldanha juntamente com a *guerriha* do sr. conde de Peniche.

Bibliographia

O PAPA-REI E O CONCILIO, por MANUEL NUNES GIRALDES, lente substituto ordinario das cadeiras de Direito Politico e Direito Ecclesiastico na Universidade de Coimbra. — Lisboa, Typographia universal, 1870.

Summario.—A questão religiosa na actualidade.—Lucta do presente com o passado, aspirações ao futuro.—A realza absoluta do papa e a democracia representativa na Igreja.—A Igreja livre no Estado *livre*.—O poder espirital e a soberania temporal dos Pontífices romanos.—A unidade italiana e o patrimonio de S. Pedro.—O *catholicismo liberal* e o *liberalismo catholico*—Opportunidade, espirito, materia, estylo e influencia do livro.

I

As importantes publicações, os substanciosos livros, que os prelos, já muito aperfeiçoados, lançam todos os dias á circulação, abastecendo o mercado scientifico e attestando a nossa riqueza intellectual, são, entre muitos, formal desmentido aos malevolos ou estultos pregoeiros da nossa decadencia litteraria.

Poucos têm sido porém, nestes ultimos tempos, os livros publicados ácerca das momentosas questões politico-religiosas, que o seculo agita e que trazem movida a curiosidade de uns, alarmada a consciencia de outros, desviada a razão de tantos, suspenso o juizo de todos.

Depois da *Historia da Inquisição em Portugal* e outros importantissimos escriptos do mais illustre portuguez contemporaneo, dois livros, apenas de lição e proveito, saíram a lume e correram ácerca de materia religiosa — *Defesa do Racionalismo e Analyse da Fé*, pelo sr. Amorim Vianna; — *O Christianismo e o Progresso*, pelo sr. D. Antonio da Costa. O primeiro dos dois escriptos é obra tão valiosa, que, se houvera sido produzida em França ou em Allemanha, faria a immortalidade do auctor e a gloria d'uma

litteratura. A segunda é obra mediocre, inspirada no catholicismo romantico de Chateaubriand, no sentimentalismo christão de Silvio Pellico, na piedade lyrica de José Droz; e que bem poderá obter logar distincto na escolhida bibliotheca do sr. José Silvestre Ribeiro, disputar a primazia aos escriptos religiosos do celebre conselheiro Rodrigues Bastos.

Já annunciámos e vamos hoje rapidamente apreciar substancioso e elegante escripto, cujo assumpto prende nas questões mais graves e melindrosas, que em relação á Igreja e ao Estado o seculo procura resolver.

II

Diz-nos a historia que a humanidade, opprimida durante muitos seculos, depois de haver sustentado esforçadas e gigantes lutas, depois de longos soffrimentos e aturados martyrios, instaurou processo e levantou pleito de vida ou morte contra os seus oppressores.

Os seculos XIV, XVII e XVIII consumiram-se a preparar e a instruir esse processo com os mais preciosos documentos, com as mais decisivas e energicas allegações de facto e de direito. O tribunal revolucionario de 1789, cuja sentença condemnatoria debalde têm pretendido invalidar os sectarios do absolutismo, da theocracia, os amantes apaixonados da injustiça, do privilegio, da immoralidade, da oppressão, da tyrannia politica e religiosa — julgou-o definitivamente. Desde esse momento a humanidade tem sempre triumphado contra os oppressores da *razão*, tyrannos da *consciencia*, estranguladores da *vontade livre*.

Era forçoso, primeiro do que tudo, libertar a consciencia do fanatismo e da superstição; — foi a obra de Luthero aperfeiçoada por Voltaire: a razão da fé absoluta e da auctoridade despotica; — foi a missão de Descartes, Spinoza, Leibnitz continuada por Kant: a vontade das prohibições economicas, das restricções injustas, dos monopolios, dos privilegios, de mil estorvos e embaraços, que lhe tolhiam e contrariavam o impulso, a acção politica e economica; — foi a gloriosa missão de Loke, de Montesquieu e de Rousseau: era forçoso introduzir a critica philosophica na historia, a verdade na tradição; — é a obra relevante do grande Pascal e do immortal Vico!

O seculo XIX foi no seu começo e continúa sendo um ajuste de contas, uma liquidacão de perdas e damnos com o *papado*, com o *imperio*, com a *feudalidade*, com a *realza*, com o *monachismo*, com as *alfandegas*, com os *exercitos permanentes*, com a *pena de morte*, com a *guerra*, com a *ignorancia*, com a *amortisação* e com muitas outras injustiças e absurdos, accusados em 1688 em Inglaterra, condemnados ao abandono, ao desprezo e ao exterminio no tribunal da revolução de 1789 em França.

Entre todas as questões porem, entre as partes d'esse pleito gigante, nenhuma ha mais complicada e mais tenazmente debatida, do que a velha e complexa questão religiosa — A realza dos papas e a democracia christã; — a liberdade da Igreja e a independencia do Estado; — a unidade italiana e o patrimonio de S. Pedro.

São tambem estes os topicos, em que assenta, os pontos cardeaes, para onde olha a solida e elegante fabrica do excellent livro do sr. dr. Nunes Giraldes, que, recomendo-se pela forma e estylo, mais se recomenda e torna valioso pelo assumpto e proficiencia, com que é tractado.

III

Em tempo algum as questões politico-religiosas preoccuparam tanto, como hoje, o espirito humano.

Em tempo algum mais luctou a razão com a fé, o racionalismo com a tradição.

Em tempo algum se levantaram mais serias contendas entre o poder espirital do sacerdocio e o poder politico da sociedade civil, entre as velhas prerogativas da Igreja e os direitos do Estado.

Como dissemos, desde o século XVI, principalmente, que a humanidade se tem occupado em rever os titulos, e verificar os poderes outorgados por Deos, ou pelos homens, aos representantes da sciencia e da soberania social.

A *theologia*, em outras eras rainha de cujos vastos dominios todas as outras sciencias foram tributarias, a *theologia*, que durante seculos imperou despoticamente pela tradição, e pela fé, — a *Egreja* que foi, e ainda hoje é um dos maiores poderes sociaes, que já os absorveu todos, como depositaria unica da soberania divina e humana, dominando o individuo pelo sentimento e pela consciencia, e as sociedades civis pelo monopolio da sciencia e privilegio da illustração — não poderam nem deviam escapar a este livre exame, a esta verificação de diplomas.

Accresce ainda razão poderosissima, para de algum modo explicar esta febril preocupação religiosa do nosso tempo, que a muitos parece impiedade, alguns julgam symptoma de inevitavel decadencia e ruina, outros consideram prenuncio agoureiro de proximo cataclysmo moral, e que para nós é uma consequencia fatal das leis da historia, um phenomeno social no presente, que o passado explica e o futuro ha de justificar.

A immobilidade, o *quietismo* estão na essencia e caracterisam as religiões reveladas, e as instituições theocraticas, que procuram nos tempos obscuros da historia, e lobrigam por entre as *nebulosas* de um *genesis* creador a sua origem divina, que se alimentam da revelação mysteriosa do céu, das tradições patriarchaes, das prophcias inspiradas, e ostentam nos milagres — aberração da natureza creada, violação das leis architectonicas e providenciaes, — a demonstração concludente, o argumento irrefragavel da sua verdade, a imposição e o reconhecimento do Ser Supremo, de que se dizem dadiva ou emanação, traduzida nos factos que, como aureola celeste, lhe rodearam o escondido e ignorado berço.

Taes instituições são, na essencia e na forma, incompativeis com este ancian de esperanças, com este revoltear de crenças e progredir incessante de aspirações, que, no mundo e em linguagem humana, se chama — *perfectibilidade*.

Lá, onde a religião subordina completamente o individuo e a sociedade, só vemos a atonia do espirito, marasmo, entorpecimento de todos os elementos activos, de todas as forças creadoras, paralyção de todas as energias individuaes, encadeadas pelo fanatismo, assombradas pela superstição, que lhes inspira o terror do sobrenatural; ao mesmo tempo o desprezo e abandono da vida, inteiramente consagrada ao céu, e confiada a tutela da Providencia, causa responsavel e julgadora inflexivel dos actos humanos.

IV

Seria longo expôr aqui detidamente a *fôrma* catholica do christianismo, e dizer compridamente, como pelo vigoroso impulso de Gregorio VII, favorecido pelas circumstancias do seu tempo e tão mal aproveitado por Innocencio III e outros seus successores, se converteu em uma hierarchia sacerdotal, e mais tarde em uma monarchia moderada, presidida pelo *papa*, supremo chefe d'este novo imperio, que, tendo na essencia o espiritualismo christão, assimilou todos os elementos, e revestiu na forma todas as apparencias do *cesarismo* romano, aspirando ao dominio territorial do mundo, á *suzerania* de todos os principes e grandes senhores, á substituição d'uma *monarchia absoluta*, universal, *catholica*; ao *dominio das consciencias*, e á propria *infallibilidade*. Este supremo poder, divino e humano, chama-se — o *papado*.

Mas não tardaram as luctas; depressa veio a reacção do *imperio civil* absorvido na *Egreja*, e esta — poderosa pela sciencia e favor dos povos, orgulhosa da sua origem e pro-

tecção divina, — ou vencia e conquistava, ou por generosidade e abnegação fazia *concessões*.

A primitiva fôrma d'esta monarchia universal era, até certo ponto, *representativa*; a *Egreja* tinha nos *concilios* a mais solida garantia da sua independencia e liberdade. Os *papas*, como os imperadores romanos, aspiraram ao *absolutismo* e ao poder universal, preferiram o sceptro de ferro dos tyrannos ao baculo do pastor sancto; mas para o conseguir era todavia necessario que á infallibilidade d'aquellas assembleas venerandas se antepozesse a infallibilidade do chefe. Era forçoso quebrar todos os sceptros, fundir n'uma tiara immensa as corôas de ouro de todos os monarchas.

D'aqui surgiram luctas gigantes, que assolaram o mundo, deshonoraram a *Egreja*, aviltaram os estados, martyrisaram os povos, e por certo indignaram o Deos que todos veneramos.

Estas luctas têm-se perpetuado debaixo de diversas formas até aos nossos dias; e mais têm recrudescido depois que a sociedade civil, proclamando os direitos do homem e do cidadão deu ou pretende dar — ao pensamento a liberdade, á consciencia a maxima expansão, á vontade completo desenvolvimento, á propriedade o pleno gozo, ao trabalho e á industria livres as mais solidas garantias, ás leis a egualdade e a uniformidade ás instituições, a todos — a civilisação.

E mais tem recrudescido hoje: o *papado*, concentrando-se na forma *ultramontana* do catholicismo, pertendendo avassallar o mundo, ousa pedir ao concilio, que parece supôr *fallivel*, ou que pelo menos deseja annullar, o alvará da sua *infallibilidade*, para julgar soberanamente da *Egreja*, do concilio, dos estados, de tudo, e de todos!

V

As luctas religiosas e as guerras de conquista e de terminio, que por compridos seculos affligiram o mundo, do occidente ao oriente, cederam o campo aos incruentos certames da intelligencia, que vai pondo em retirada a ignorancia e o preconceito, e leva de vencida as densas trevas, que o fanatismo religioso e a superstição politica espalharam no céu de muitas nações, onde, graças aos esforços perseverantes do genio e á força dominadora da palavra, já irradia sobre a humanidade o sol esplendoroso da Razão Livre.

A sciencia, fecundada pelo genio do homem, desenvolve a força creadora do trabalho; o trabalho, vivificando-se no espirito illustrado e na acção independente de cada individuo e de cada associação, regenera e aperfeioa as industrias, que, em nome da egualdade e da justiça e á sombra da lei, vão emancipando as pessoas e libertando a terra.

Os escravos da fé quebram os pesados grilhões da idade media, oxydados pelo sangue e pelo suor na atmosphaera sombria de muitos seculos de trabalho, oppressão e clausura.

Os servos da gleba erguem, nos vastos dominios da conquista, a cabeça, servilmente pendida para o solo, onde *esgaravutando* se arrastaram, e levantam com a ponta do alvião um tracto de terra para seu patrimonio.

A fabrica industrial substitue a fortaleza, e a machina a vapor os aparelhos bellicos; as associações cooperativas são hoje os verdadeiros exercitos permanentes, as exposições e as praças de commercio os verdadeiros campos de batalha.

Por sobre o modesto portico da casa do trabalho fluctua a bandeira da liberdade, e á entrada de cada officina a nova geração planta com esmero a arvore da paz, que se agita viçosa e promettedora.

A livre discussão substitue a censura previa e arbitraria, e o anathema dos oppressores da intelligencia já não

tem força para fulminar a razão, e, assombrando a palavra, tolher a livre manifestação do pensamento.

As prophcias dos patriarchas da sciencia realisam-se; as promessas dos evangelisadores do progresso cumprem-se. O christianismo e a civilisação triumpham, o Evangelho domina os povos e inunda com sua luz os espiritos; tem para o sustentar uma força mais poderosa do que os milagres, mais invencivel do que cem exercitos — a convicção —; para propagar as suas maximas não precisa da espada exterminadora dos crentes, nem da acção purificadora da chamma inquisitorial, das baionetas e dos canhões do despotismo, da perseguição, das masmorras, das torturas, e do patibulo affrontoso. O christianismo não é crença imposta pela força, é verbo sublime da idea que illustra pela persuasão, e illustrando convence pela verdade, e pela verdade triumpham sobre o erro.

A alliança fatal entre os representantes da theocracia e do absolutismo não conseguirá seus odiosos intentos; debalde lucta; quebra-se, rompe-se, dissolve-se de parte a parte e já não ha poder sobre a terra, ou pretendido auxilio divino, que possa mantel-a e garantil-a. A humanidade de ha muito protestou, e esse protesto ha de prevalecer no tribunal da razão emancipada e da consciencia livre.

VI

O momento pois, em que o livro do sr. dr. Giraldes apparece, é solemne; solemne este nosso tempo de grandes commettimentos e arrojadas emprezas, e tambem de grandes provações e desenganos.

O *papado*, em Roma, treme do futuro, e procura no passado os despojos de sua antiga opulencia, para revalidar velhos titulos que a civilisação contesta e declara pre-scriptos.

O *imperio*, já alliado perpetuo, já inimigo irreconciliavel do papado, (segundo ambos procuram dominar e opprimir, ou disputam a supremacia da oppressão), sentindo vacillar o throno, para evitar uma liquidacão violenta, faz concessões apparentes ao povo, que lhe pede contas da sua dignidade ultrajada, da liberdade opprimida, dos seus haveres usurpados.

O representante de Deos, vigario de J. Christo, deixa ás portas da cidade eterna as sandalias, com que o Redemptor caminhava por sobre os espinhos da idolatria, por sobre a lama do paganismo, calça o chapim de seda e ouro, e caminha por entre os opulentos successores dos humildes Apostolos, rodeado de pompas, ao repicar de mil sinos, ao som do canhão e de ruidosas musicas, por sobre os mais ricos tapetes de Gobelins, para julgar a sciencia humana, pedir para si a infallibilidade perante a razão, a realza perante o sacerdocio, para sustentar o sceptro e a espada dos cesares juncto do baculo sancto, trocando os falsos diamantes d'uma corôa de monarcha pela alvissima tiara do pontificado.

O que são, e o que valem hoje os reis e a realza, os principes e os potentados da terra?

Uns — expulsos da patria como reprobos, vão acolher-se junto de thronos que vacillam, e pedem protecção e amparo, ou ao menos um pallido reflexo da perda opulencia; pretendem lavar com lagrimas de sangue e desespero as nodoas com que elles e seus maiores mancharam a purpura, expiando, nas amarguras do exilio, um grande peccado... e talvez um nefando crime.

Outros — protestando em vão contra o programma do seculo, que tem por divisa a liberdade e a egualdade, que annulla os pergaminhos, outorgados pela conquista ou conquistados pela usurpação, feridos no seu insolente orgulho, lavam com sangue a real ou pretendida affronta do plebeu, que a toda hora provocam, insultam, esmagam, e vão sentar-se como *altos* criminosos no banco dos réos, para serem *galhardamente* julgados por crime de *homicidio vo-*

luntario, diante de um tribunal *popular*, embora se diga *privilegiado*.

Outros — ao mesmo tempo que avidos procuram uma corôa e sollicitam o mandato popular, ainda em nome do preconceito e de uma falsa honra, dão ao mundo civilizado o spectaculo immoralissimo e anti-christão do homicidio em *duello*.

Outros — na vespera de cingirem o diadema e sustentarem nos hombros o manto real de uma nação, grande, rica e poderosa, são indigitados pela opinião publica réos d'um crime nefando, que é ao mesmo tempo uma das mais graves immoralidades — a violação do leito conjugal de um subdito. Outros....

São realmente notaveis e solemnes para o Estado e para a Egreja os dias que vão correndo! Parece que a mão occulta da Providencia destroe invisivel um passado já caduco, abate a prepotencia e o orgulho dos que se dizem grandes e poderosos sobre a terra; ao mesmo tempo que a razão e a providencia do homem edificam um esperançoso futuro, levantam, por um esforço generoso, os que humilhados gemem, libertam e exaltam os que opprimidos protestam ha seculos contra a immoralidade contra a injustiça e oppressão, que tudo é na essencia o que em phrase antiga e moderna se chama — *cesarismo* —!

E é hoje que pretendem fazer da Egreja uma monarchia absoluta, e é hoje que querem sustentar na cabeça do vigario de Jesus Christo, do successor de S. Pedro, a corôa dos cesares, fazer do Supremo Sacerdote christão o mais pequeno dos reis da terra!

Com razão exclama o sr. dr. Giraldes no seu excellente livro:

«Rei de Roma! titulo vão, sombra, phantasma que assim enleias as mais robustas intelligencias, como amedrontas os mais meticulosos cordeirinhos do rebanho de Jesus Christo!

Ergue-te da sepultura, Constantino Magno, e dize-nos, se te não sentes assombrado ao ver-te representado pelo proprio Vigario de Christo no ephemero e mesquinho poder de rei!

Quebra a lousa do teu santo tumulo, Principe dos apostolos, e vem dizer-nos, se te não coram as faces de pejo ao veres o teu successor empunhando aquella espada que o Divino Mestre te mandou metter na bainha, quando quizeste ferir a orelha de Malco!

Rei de Roma! A tua corôa afigura-se-nos a corôa de espinhos, o teu manto a purpura, o teu sceptro a cana que os phariseus deram a Jesus Christo como opprobrio e vilipendio para depois o crucificarem.

Assim tambem os que em boa fé se dizem teus amigos coroam-te para te pregarem na cruz do teu martyrio! Pepino, Carlos Magno, a condessa Mathilde, e hoje todos que se empenham em segurar-te na cabeça a corôa do rei são, sem o quererem, os teus verdadeiros algozes!

E já tempo de acabar esta *paixão* que não edifica nem regenera, como a do Calvario; antes destroe e perverte, e expõe a cadeira de S. Pedro ao ludibrio de uns e á indifferença de muitos.

Casta Esposa de Jesus! as bodas do teu consorcio foram modestas e singelas como competiam á tua innocencia e candura.

Filha do céo, como eras, não quizeste enfeitar-te com as galas do mundo, e viveste sempre vida modesta e bella, cuidando só de alimentar teus filhos e de lhes dar exemplos de abnegação que lhes pintavam ao vivo o nada das coisas do mundo.

E contudo eras bem rica dos dons do céo, e com elles enriquecias todos que se acolhiam ao teu seio de mãe carinhosa.

O mundo porem envergonhou-se da tua pobreza; seduzidos pelas grandezas d'elle os herdeiros do Pastor envergonharam-se do Evangelho, como lastimava S. Bernardo, e antepozeram o officio de reinar á missão de apascentar.

Deixaram o baculo de pastores, e empunharam o sceptro de reis, e, vestindo-te os oupous da realza, quizeram ver-te rainha, a ti que eras a Esposa d'Aquella que podera nascer rei e nasceu vassallo na pobre gruta de Bethlem! pag. 30 a 33.

VII

O auctor das paginas, que acabamos de transcrever, é um d'estes espiritos elevados, alma sincera e generosa; imagina, cré e parece ver reflectir na Egreja a luz pura, as harmonias sublimes, as grandezas infinitas do Céo.

Abrasado no mais vehemente amor pela obra sublime do Christo, contemplando cheio de pasmo e admiracão, por

entre as ruínas do velho mundo, no meio das devassidões pagãs e dos horrores da barbaria, o casto berço da religião sancta, deseja a unidade catholica entre todos os filhos do christianismo, entre todas as nações christãs, — mas quer inteiramente livre a consciencia do homem; deseja o apoio salutar da revelação e a força reanimadora do sentimento religioso, a alavanca poderosa da fé, — mas quer a razão emancipada, o criterio da intelligencia e do raciocinio, a discussão franca e o livre exame; deseja a obediencia e o amor ao chefe visivel da egreja, aos representantes depositarios da sua soberania espiritual, mas quer a vontade de cada um autonómica, independente.

O seu livro é hymno perpetuo á liberdade religiosa, politica, civil e economica; rapsodia inspirada, defesa apologetica do Christianismo.

Se o livro vale muito pela idéa e pela forma, é alem d'isso um thesouro inexgotavel de intimos e nobres sentimentos. E são na verdade os tres maiores sentimentos, com que o Supremo Ser enriqueceu o espirito e dotou o coração humano, que brotam a flux d'aquellas paginas brilhantes, que a razão e a fé, nas suas mysteriosas harmonias, inspiraram ao consciencioso auctor — RELIGIÃO — PATRIA — e FAMILIA.

Não os esconde o auctor, nem que o pretendesse lograria conseguil-o; que ha sentimentos mais expansivos do que a luz, mais intensos que o sol equatorial; se os concentram, absorvem; se tentam apagal-os, devoram! Bem ao contrario os denuncia nestas sinceras e vehementes phrases de amor, que são o legado precioso que transmite aos Filhos, sublime prova do affecto que dedica á Esposa virtuosa e digna.

«Foi-me dado o prazer de o concluir no seio da nossa familia..... debaixo d'este lindo céu, e neste formosissimo paiz da Covilhã, que nos foi berço..... Permitta a infinita bondade de Deos, que um dia os nossos filhos possam ver e apreciar aqui a prova que lhes dou do meu enternecido affecto, offerendo-lhes o livro, e a expressão dos meus leaes sentimentos de christão, que desejo do intimo d'alma ver a Egreja reassumir livre e desassombrada o mando espiritual do mundo, que lhe deu o seu Divino Fundador.»

O livro é a photographia de uma generosa alma, biographia de um coração magnanimo, historia verdadeira de profundas crenças e de affeições intimas, que despontam no berço, que se aprendem na infancia, que se completam e robustecem na adolescencia, que o espirito leva talvez para alem do tumulo.

O livro representa a fé no Evangelho, o amor da Liberdade, a esperanza de ver na Egreja e na Sociedade civil a Liberdade e o Evangelho ligados pelo Amor.

VIII

Debaixo do ponto de vista philosophico, no campo da sciencia especulativa, tres escholas combatem ácerca das verdades religiosas, seu criterio, methodo de investigação e systema demonstrativo.

Uns — não admitem, pelo contrario negam, que uma intervenção divina possa, ou podesse em tempo algum, perturbar a regularidade necessaria das leis naturaes, alterar a harmonia sublime do universo, modificar ou destruir a sua propria obra; regeitam a revelação, negam a existencia ou a possibilidade dos milagres; a razão é o seu unico criterio e a natureza a demonstração possivel da existencia de Deos e da sua acção, indifferente ou providencial, no universo. Chamam-se — *racionalistas*.

Outros — receiosos da sciencia, desconfiados da razão, temendo perder a alma pelos erros da intelligencia, contingente e fallivel, como fraca e imperfeita lhes parece a natureza humana, fecham os olhos ás verdades mais evidentes; fazem-se scepticos por devoção diante do raciocinio, escravos da auctoridade por medo, automatados inconscientes diante da fé; inculcam-se verdadeiros *catholicos*, os unicos representantes genuinos da Egreja e das suas in-

corresptiveis tradições; sem ao menos se lembrarem que este demasiado zêlo pode tornar-se pharisaico e altamente prejudicial á causa que defendem.

Estes apologistas do catholicismo, querendo revestil-o de um caracter divino, pertendendo dar ao christianismo forças de que não carece, têm muitas vezes interpretado *arbitrariamente* as tradições christãs, falsificado os livros biblicos; esquecem a philosophia e a moral do Evangelho, entendem prestar um valioso serviço á Egreja, rodeando a sua origem, o seu estabelecimento, rapida propagação e incremento assombroso de *lendas* maravilhosas e inverosímeis *contos*; fazendo degenerar os grandes pensadores da antiguidade, e adulterando os livros dos primitivos padres da Egreja; mais enfraquecem a auctoridade da Escripura, e prejudicam a dignidade e os interesses da Instituição. Chamam-se — *tradicionalistas*.

Ha todavia uma eschola media entre estes dous extremos; eschola que outr'ora representaram mui dignamente — Origenes, S. Basilio, S. Agostinho, S. Thomaz, Bossuet, Fenelon, Malebranche e outros; que modernamente contou e conta em França no seu gremio notaveis illustrações como são — Maret, Lacordaire, Gratry, de Cruice, Cognat, Falloux, Montalambert, Broglie, Cassan, e outros.

Esta eschola, á qual se dá o nome da *neo-catholica*, pretende defender o catholicismo com as armas da razão e da sciencia, e substitue a discussão livre ao anathema fulminante da *excommunhão* e do *index*.

Querem o respeito á religião positiva e a liberdade da consciencia. Julgam que o triumpho completo da Egreja consiste em alimentar, proteger e diffundir o sentimento religioso, as verdades do Evangelho e as practicas do *catholicismo*. Mostram que a religião sancta verdadeira e divina não se arreceia de lutar com os homens, nem a fé teme o raciocinio e a convicção.

Debaixo do ponto de vista positivo e practico, considerada a religião na Egreja, e esta como instituição social, ha tambem para registrar duas escholas bem distinctas. A primeira — reconhece no pontifice romano a *infallibilidade pessoal* no ensino da fé e a sua *superioridade* sobre o concilio: a segunda — reconhece no papa um juiz das coisas da fé, mas um juiz cujas sentenças não são *irreformaveis*, uma auctoridade que se não eleva acima do concilio.

Alguns chamam á primeira — eschola Italiana, e á segunda — eschola de Paris.

Outros, porem, attendendo a que as opiniões professadas pela eschola de Paris sobre o poder dos papas, soberania dos concilios, relações do Estado com a Egreja, têm sido por muito tempo quinhoadas, e seguidas por toda a christandade que vive áquem dos Alpes; e que as doutrinas romanas, mais ou menos oppostas áquellas, têm dominado para alem dos Alpes em toda a Italia, chamam: á primeira — *ultramontana*; á segunda — *cismontana*.

Seja porém qual for a sua designação, é certo que o ponto, que principalmente as divide, a materia essencial do debate é — uma questão de soberania: soberania espiritual e soberania temporal. Os *ultramontanos* sustentam — que no papa reside a *plenitude* do *poder espiritual* e reconhecem-lhe tambem, directa ou indirectamente, o *poder temporal*. Os *cismontanos* ao contrario dizem que a *plenitude* do *poder espiritual* reside na Egreja, representada pelos concilios geraes, e que a Egreja não tem, não pode e não deve ter — *poder temporal algum*. As duas escholas estão de accordo ácerca do *dogma*. Os *ultramontanos* consideram o catholicismo immovel, immoveis e irreformaveis todas as instituições sociaes das nações catholicas. Os *cismontanos* celebram a alliança da Egreja com a Democracia, e, animados do espirito de liberdade, applaudem com entusiasmo o progresso das novas ideas: a liberdade no Estado é para elles a liberdade e a independencia na Egreja; á tolerancia e liberdade civil fazem corresponder a tolerancia e a liberdade religiosa; á

liberdade de imprensa, a livre propaganda; a representação da *soberania temporal* das assembleas legislativas, a *representação espiritual* nos concílios.

Estas duas tendências, estes dous systemas, têm durante seculos dividido tanto a Igreja como a sociedade civil; e é assim que na reacção ultramontana se identificam — a reacção religiosa e a reacção politica, que nos paizes catholicos e monarchicos se oppõem, para destruir, á obra das revoluções liberaes, ou pelo menos contrariam a sua benefica influencia e acção regeneradora; assim é que todos os interesses do passado, politicos e religiosos, se colligaram contra a revolução de 89, que ameaçava destruir os velhos cultos e as velhas monarchias. A realza, a aristocracia e o clero julgam ter no catholicismo romano, como effectivamente têm, um elemento de resistencia contra o espirito revolucionario, um principio de conservação e uma garantia a mais solida, para manter as instituições do passado. Os *cismontanos* são na verdade inconsequentes; porque entre o catholicismo centralizador e a descentralização democratica abriam as revoluções d'este e do passado seculo um abysmo insondavel; os *cismontanos* porém sustentam e querem a independencia do Estado e da Igreja, acceitam as conquistas da liberdade e reconhecem as maravilhas do progresso; conciliam as Constituições liberaes com os preceitos do Evangelho e as aspirações da moderna civilização com os mais caros interesses da Igreja; o seu maior desejo, a sua generosa intenção é salvar o catholicismo, que os tradicionalistas e ultramontanos prejudicam e perdem.

IX

A julgar pelo seu livro é o sr. dr. Nunes Giraldes um d'estes espiritos judiciosos e esclarecidos, christão convicto e liberal apaixonado, que não renega, antes ama ardentemente as conquistas, os progressos, as maravilhas do seculo: escriptor sincero expõe franca e desassombradamente, como quem se não arreceia nem da voz da consciencia nem da censura dos homens, a sua doutrina e opiniões; não maldiz nem condemna os que pensam diversamente ou sustentam ideas oppostas.

Nunes Giraldes, sem que possa chamar-se *racionalista christão*, sem que lhe quadre o epitheto de *neo-catholico*, occupa um lugar distincto e honroso entre os nomes illustres d'essa pleiade brilhante de modernos lidadores, que se esforçam por harmonisar a razão e a fé, a sciencia e o Evangelho, o racionalismo e a tradição, o Estado e a Igreja — a conquista gloriosa do Céu com a posse plena, com o gozo completo dos bens da terra, a bemaventurança passageira do mundo com a bemaventurança eterna!

O auctor, *catholico* pela patria, pelo nascimento, pela educação e pela fé, mostra sê-lo tambem pelo raciocinio, pela sciencia e convicção.

Ha catholicos que acreditam nas verdades, nos dogmas, nas tradições, na disciplina por medo e habito, sem reflexão nem exame. Ha catholicos que seguem automaticamente a religião catholica; porque nasceram no gremio e á sombra d'ella, sem ao menos uma vez interrogarem a sua razão ou consultarem a sua consciencia: não é a idéa, é o instincto que para alli os arrasta. Ha outros que abraçaram o catholicismo, como se abraça em politica um partido, no mundo economico uma profissão lucrativa, por calculo, vantagens e interesses puramente mundanos. Muitos crêem no catholicismo, porque sentem necessidade de crer; é uma exaltação, um enthusiasmo, puro mysticismo, verdadeira monomania religiosa, no que têm e exercem poderosissima influencia a educação dos primeiros annos e o meio social onde se viveu durante a infancia. Ha porém alguns que reúnem á fé o raciocinio, á auctoridade o livre exame, ás crenças recebidas as proprias convicções e assentimento philosophico; bem longe de renegarem, mais se confirmam na religião, que lhes ensinaram seus paes e transmittiram avós.—Chamar-

lhes-hemos *catholicos liberaes*; para estes o catholicismo é um *facto*.

O auctor considera o catholicismo como força poderosa, laço espirital indissoluvel de unidade perpetua na Igreja; invencivel necessidade do espirito, que procura a synthese e a harmonia, a ordem e segurança na centralização do poder, na uniformidade das leis e das instituições, no respeito e obediencia á auctoridade legitima, sem o menor sacrificio da liberdade individual. Sujeita a sua razão ao dogma, que acceita e não discute; mas não se submete inconscientemente a todas as exigencias da *curia*, e a todas as pretensões do *papado*.—Chamar-lhe-hemos *liberal catholico*; para elle o catholicismo é uma *aspiração*.

Vendo que o predominio exclusivo de um culto *official*, a imposição forçada de uma religião unica, tem sido sempre e por toda a parte, calamidade para o genero humano, martyrio e perseguição para a Igreja, decadencia e ruina para o Estado, fundando-se na tolerancia, na fraternidade, no amor, que o Evangelho nos inspira e aconselha, proclama — a *Liberdade de cultos*.

«E com effeito, graças á força da idéa, a liberdade religiosa encontra-se hoje sancionada em todas as legislações do mundo culto; e tamanho é o ascendente d'esta revolução pacifica, que as proprias nações que, como a Suecia, mais se haviam distinguido pelo seu espirito intolerante, começam já a prestar homenagem ao grande principio da tolerancia religiosa. A livre expressão do pensamento, em todas as suas manifestações, vai-se tornando em todos os povos uma condição normal, o que equivale a dizer que o Catholicismo, quando se ache livre de todos os elementos que ainda hoje o adulteram, ha de tornar-se pelo andar dos tempos a religião dominante. O futuro o dirá; para nós é firmissima crença que se prepara uma grande conquista para o Catholicismo; e posto que a garantia da liberdade comprehenda tanto a verdade como o erro, nem por isso terá de que se arreceiar, pois a verdade prevalece sempre, e quando em concorrência com o erro, mais pomposo e mais brilhante se torna o seu triumpho: o que está succedendo em França, na protestante Inglaterra, onde as conquistas do Catholicismo são de todos os dias, e particularmente nos Estados-Unidos, onde a Igreja «*nada pode e pode tudo*», confirma-nos nesta crença.» (Pagg. 24 e 25).

Racionalista, o auctor, se não escravisa o criterio da sua razão á fé, a sua consciencia á obediencia passiva, tambem não vagueia perdido nas regiões especulativas da metaphisica religiosa, da utopia social impossivel.

Tradicionalista, deseja que voltem para a Igreja os dias formosos da sua pureza e castidade espirital; deseja «vê-la reassumir toda a sua grandeza e opulencia originaria, toda a elevação de que por essencia é capaz, e recuperar o supremo poder e mando espirital do mundo, que lhe confiara o seu divino fundador.»

Examinando nós attentamente os resultados practicos e os desastrosos effeitos do regimen christão da idade-media, a *mundanisação* do pontificado, a *materialisação* do sacerdocio, a *paganisação* e a *judeisação* do culto, vemos, como funestas e deploraveis consequencias, os costumes dissolutos, a ignorancia e a immoralidade do clero, o trafico das indulgencias, as desordens da administração pontifical, a mais profunda barbaria, o maior rebaixamento do espirito e da dignidade moral e religiosa.

Mais tarde, quando o espirito humano, impellido pela renascença, explorava os thesouros scientificos da antiguidade grega e romana, e preparava novas descobertas e importantes conquistas intellectuaes no futuro, a Igreja, é força dizel-o, em lugar de contribuir para os progressos da intelligencia e para o desenvolvimento e diffusão das luzes, tolhia pelo contrario os vãos audaciosos do espirito, arrancava as azas ao pensamento, que pretendia exaltar-se e remontar nos espaços invisiveis do infinito pela *metaphisica*, explicar a creação e os phenomenos do mundo *physico* pela sciencia.

As primeiras tentativas da sciencia para rectificar erros tradicionaes, aos primeiros esforços da philosophia para libertar o pensamento, a Igreja levantou, ou antes os seus degenerados representantes desde logo oppozeram o inflexi-

vel anathema, as mais graves censuras, a excommunhão, as masmorras, as torturas, o patibulo affrontoso e a fogueira inquisitorial.

Como, em vista dos factos que a historia imparcial guarda e attesta, poderemos acceitar o que o auctor affirma?

• Quem guardou os thesoiros da civilisação antiga, com que nos enriquecemos? A igreja. Quem civilizou os povos barbaros amacian-do-lhes os costumes e corrigindo-lhes as leis? A igreja. Quem libertou metade do genero humano das algemas da escravidão? A igreja. Quem quebrou os ferros com que o despotismo pesava sobre os povos da Europa e do mundo? A igreja. Quem deu o feliz exemplo e estabeleceu os typos dos governos liberaes, que enterraram os governos absolutos? A igreja. Quem proclamou sempre a independencia reciproca dos dois poderes temporal e espirital, apanagio da civilisação moderna, e aspiração dos homens importantes de todos os paizes? A igreja. Quem abriu enfim esta estrada do progresso, por onde vão caminhando as gerações modernas? A igreja. Querera então a igreja romana renunciar hoje aos fóros de mãe dos povos modernos?

Não se concebe, não se comprehende como é que, tendo sido toda dissolvente e destruidora a poderosa acção do Christianismo sobre o imperio romano, a Igreja prestasse um valioso serviço á moderna civilisação, recolhendo e monopolizando na renascença os despojos da sua victima gigante. A Igreja prestou valioso serviço á humanidade destruindo a civilisação romana; a Igreja, salvando os mutilados e corrompidos despojos d'essa maldicta civilisação pagã, enriqueceu a moderna civilisação! A Igreja civilizou os povos barbaros, mas na civilisação actual encontram-se muitos elementos civilisadores germanicos, que não são de origem christã, nem grega, nem romana!

! Não o poderíamos fazer sentir melhor e demonstrar, do que reproduzindo as eloquentes palavras de Victor Hugo na assembléa legislativa, em 15 de Janeiro de 1850, discutindo a grave questão da liberdade de ensino, *unica liberdade*, que o partido reaccionario defende e sustenta para chegar ao *monopolio* da razão e da consciencia: dizia o grande pensador, referindo se ao partido clerical, contra o projecto de M. de Falloux, discipulo *disciplinado* dos jesuitas, representante do partido catholico, companheiro de Montalembert nas assembleas republicanas, ministro de instrucção publica de M. Luiz Napoleão —

• Ah! nous vous connaissons! nous connaissons le parti clérical. C'est un vieux parti qui a des états de service. (On rit.) C'est lui qui monte la garde à la porte de l'orthodoxie. (On rit.) C'est lui qui a trouvé pour la vérité ces deux états merveilleux, l'ignorance et l'erreur. C'est lui qui fait défense à la science et au génie d'aller au de là du missel et qui veut éloigner la pensée dans le dogme. Tous les pas qu'a faits l'intelligence de l'Europe, elle les a faits malgré lui. Son histoire est écrite dans l'histoire du progrès humain, mais elle est écrite au verso. (Sensation.) Il s'est opposé à tout. (On rit.)

C'est lui qui a fait battre de verges Prinelli pour avoir dit que les étoiles ne tomberaient pas. C'est lui qu'a appliqué Campanella sept fois à la question pour avoir affirmé que le nombre des mondes était infini et entrevu le secret de la création. C'est lui qui a persécuté Harvey pour avoir prouvé que le sang circulait. De par Josué, il a enfermé Galilée; de par saint Paul, il a emprisonné Christophe Colomb. (Sensation.) Découvrir la loi du ciel, c'était une impiété; trouver un monde, c'était une hérésie (Très-bien! très-bien!) C'est lui qui a anathématisé Pascal au nom de la religion, Montaigne au nom de la morale, Molière au nom de la morale et de la religion. (Très-bien! Très-bien!)

Aos mesmos factos allude Edgar Quinet quando diz:

• Dante, deux fois condamné à mort, et sa maison rasée. — Arnauld de Bresse, brûlé vif. — Jean de Padoue, brûlé vif. — Savonarole, brûlé vif. — Platina et les académiciens de Rome, mis à la torture. — Machiavel, mis à la torture. — Spinola, noyé. — Bonfadio, décapité et brûlé. — Collenucio, étranglé. — Tibertus, décapité. — Carnesechi, Paleario, brûlés vifs. — Montalino, étranglé. — Dominis, brûlé vif. — Giordano Bruno, brûlé vif. — Vanini, la langue arrachée et brûlé vif. — Campanella, mis sept fois à la torture et emprisonné vingt-sept ans. — Sarpi, poignardé. — Berni, empoisonné. — Le Tasse, enfermé sept ans dans une loge de fou. — Galilée, mis à la torture et emprisonné à perpétuité. — Pallavicini, décapité. — Giannone, emprisonné vingt ans. — Tenevelli, fusillé. — Mario Pagano, pendu. — Conforti, pendu. — La suite peut se lire dans les *Prisons* de Silvio Pellico.

Não taxem de suspeitos os dois auctores; pois o que ahi deixamos transcripção não é critica apaixonada de *racionalista*, desvairamento philosophico ou devaneio poetico — são factos, que a historia ecclesiastica e profana registra, e cada qual explica a seu modo, elogia ou censura, applaude ou condemna.

Não é por certo a ignorancia da historia, a falta de imparcialidade, o amor apaixonado, que á Igreja consagra, que levaram o auctor a emitir juizo tão favoravel e lisongeiro, mas em nossa opinião erroneo, ácerca da influencia da Igreja na civilisação. Não. O auctor confunde aqui, o que lhe é frequente em todo o livro, a *Igreja* com o *Evangelho*, o *Christianismo* com a *instituição* ou *forma catholica*: — cousas distinctas, social e historicamente diversas.

• No entretanto a igreja ia desempenhando o seu mandato divino, já combatendo o paganismo, já extirpando as heresias. Martyr de um e victima das outras, a casta Esposa de Jesus ia ganhando cada vez mais proselytos. Aos pagãos convertia; aos idolatras insinuava a doutrina de Christo e temperava-lhes a crueza; e tanto que se fizeram Christãos e começaram a desmembrar o velho e carcomido colosso romano, assentando sobre elle as sociedades novas que haviam de constituir as modernas monarchias, o papado tomou sobre si o nobre encargo de poder moderador para reprimir as ambições de uns e conciliar os interesses de outros.

Era grande, era sublime e era justa esta missão que o poder pontificio se incumbia. No meio da luta de interesses tão numerosos e tão rivaes, de balde se procuraria um elemento que os contivesse, a não ser o papado.

Centro das luzes, donde irradiava para toda a nova Europa a luz da civilisação christã, poder immenso e divino, despreocupado inteiramente das ambições do governo terreno, mirando ao fino oiro da paz das consciencias, e desprezando o barro do poderio mundano, quem senão o papado poderia intervir como arbitro entre as novas monarchias que se disputavam palmo a palmo o solo da Europa? O nome de Roma era então invocado não com medo e assombro, como no tempo dos Cesares, mas com respeito e amor.

(Pag. 85 e 86).

Traçando este quadro majestoso e brilhante, com-praz-se o auctor em apregoar, exaltando, esta renovação, possivel e util, do christianismo pela restauração pura e simples da sua primitiva grandeza moral, expurgando a Igreja de tudo quanto é anti-social, anti-christão e anachronico. E com effeito, se ella triumphou pela *caridade*, pela *abnegação*, pela *verdade* e *protecção divina*, é certo que a corromperam depois a exaggeração da humildade, da abstinencia, da mortificação, do celibato, da intolerancia, da excommunhão, exclusivismo catholico, e desprezo do mundo.

(Continua).

M. E. Garcia.

EXPEDIENTE

Foi-nos offerecida obsequiosamente a *Dissertação Inaugural* para o acto de conclusões magnas do sr. Caetano de Andrade e Albuquerque, distincto auctor das *Horas de Estudo*, livro apreciavel, onde se discutem as mais importantes questões sociaes. Na dissertação, que tem por titulo — *Direitos dos Operarios*, estuda o auctor á luz da philosophia do direito e em face da sciencia economica e da historia, a momentosa questão das *grèves*, que hoje inspiram serios receios aos governos fundados no privilegio, e preoccupam todos os espiritos elevados que desejam o progresso e a prosperidade social.

O sr. Caetano de Andrade tem sempre manifestado nos seus escriptos as idéas mais liberaes: nesta obra transluz igualmente em todas as paginas a convicção democratica e o louvavel empenho, com que o auctor procurou remediar os males da classe operaria, cujo patrimonio tem sido até hoje — o trabalho sem recompensa condigna, a miseria e a ignorancia, sem que as lagrimas e os soffrimentos de tantos infelizes despertassem um sentimento de sympathia no coração dos despotas, que, sob diversos nomes, têm opprimido a humanidade.

Saudamos pois com verdadeiro entusiasmo o illustre escriptor, cuja producção não podemos agora analysar minuciosamente, reservando a sua critica para quando nos occuparmos da *Historia de las Classes Trabajadoras* do sr. Fernando Garrido. Faremos a apreciação dos dois livros conjunctamente, porque ambos tractam do mesmo objecto.

Pela rapida leitura que fizemos do livro podemos affirmar que é um trabalho, que revela muito estudo, instrucção variada, sensatez e moderação em todas as opiniões que apresenta, fugindo das theorias abstrusas que têm sido funestas para a democracia.

As theses que o sr. Caetano de Andrade se propõe defender, para obter o gráu de doutor, estão em perfeita harmonia com os salutaes principios da eschola democratica radical.

Além d'outras, que poderíamos citar, apresentamos a seguinte, que é fundamental na politica republicana:

«A federação republicana de provincias é a verdadeira formula do regimen democratico.»

Recebemos e agradecemos um opusculo, cujo titulo é — *A. de Lamartine, Esboço biographico* por J. Palmella.

É uma excellente biographia do cantor de *Jocelyn*, seguida de alguns escriptos de V. Hugo, A. Dumas e Eduardo Vidal sobre a morte do poeta.

É bello o assumpto; e o auctor um mancebo estudioso e dedicado á causa democratica.

Com a devida venia e á boa paz. Os nossos collegas da *Gazeta Democratica* já fizeram de Victor Hugo um rei e deram á litteratura um throno. Agora honram Emilio Castelar com o titulo de *soberano absoluto*.

Quem virá a ser o *papa infallivel* d'esta theocracia democratica?

Recebemos e lêmos com prazer alguns numeros do unico jornal poetico que se publica em Portugal — *A Grinalda*, variada e aprazivel, onde se encontram rosas e saudades, o jasmim e a violeta, o amor perfeito e o martyrio.

Bom serviço presta a *Grinalda* á litteratura nacional, conservando pura a *religião* da poesia numa epocha de tantos *heresiarchas* litterarios.

A virgem da poesia tem sido arrastada pelo lôdo das orgias e lupanares por esses imitadores liliputianos de Byron e Musset. Em vez da estrophe singela, elegante, apaixonada, soltam a gargalhada ridiculamente cynica; em logar d'um poema de affectos escrevem um conjuncto de blasphemias ou facecias.

Estes poetas não cantam o amor ardente, o entusiasmo juvenil por tudo o que no mundo ha de bello e sublime; celebram, n'uma abundancia de versos esdruxulos, as delicias do phalerno, do charuto habano e até... do famoso paio do Alemtejo!

Estes Petronios, estes Catullos, Horacios em miniatura, fazem d'uma adegã o seu Parnaso, d'um tonel a sua fonte Castalia.

Ha tambem *poetas philosophos*, Dantes microscopicos, que, em linguagem de diversos matizes e procedencias, nos fallam da vida e das proezas de Satan, de quem se dizem apostolos e representantes.

Outros rimam palavras insulsas; chamam poema á reunião de versos monótonos.

Infelizmente existe tambem uma *critica* para cingir de loiros aquellas cabeças desvairadas e fazer a apotheose d'estas mediocridades, que assumiram o titulo pomposo de poetas pensadores, alumiados pela luz do *ideal* e aquecidos pelo fogo do *infinito*.

Em compensação de tantas aberrações do bom gosto e

do senso commum, que por ahi correm a flux, encontram-se na *Grinalda* joias litterarias de subido quilate.

Que o magnanimo Apollo a abençoê, que as musas a inspirem.

Devéras penhorados registramos uma delicada offerta dos nossos correligionarios de Barcelona. — Recebemos e agradecemos o primeiro numero do jornal, que sob o titulo de *Estados-Unidos Ibericos*, se publica naquella cidade de Hespanha e se propõe defender os principios da republica federativa.

Recebemos uma carta de Madrid, de um nosso amigo e correligionario, onde se lêem as seguintes palavras: «Nosso bom amigo D. Roque Bárcia encarrega-me de dizer-te que não faltes á remessa do teu jornal para a *Igualdad*, pois este periodico é remettido com regularidade.»

Ainda não recebemos numero algum d'este importante jornal; e pela nossa parte temos-lhe remettido constantemente todos os numeros do nosso.

Não sabemos qual é a causa d'esta irregularidade, nem se a falta procede dos correios de Hespanha ou de Portugal. Desejamos que se não repitam estes factos, que altamente nos prejudicam.

É indispensavel que um serviço importante, como o dos correios, seja feito com mais cuidado.

A ultima hora — É assombroso e causa pungente mágoa que os representantes dos municipios desçam até á indignidade e indecoro de felicitar quem praticou o maior attentado contra as liberdades constitucionaes.

Ha municipios que repellam a instrucção e os melhoramentos de primeira necessidade; outros que solicitam um aquartellamento militar, e fazem ruidosa e entusiastica recepção ao regresso de um corpo de tropa, como se as espadas, as baionetas, as fardas e os penachos, lhes trouxessem a felicidade economica, a liberdade civil, a independencia politica, a instrucção, a moralidade e a honra das familias. Que paiz! Que gente! Que vergonha!!

Por absoluta falta de espaço retiramos hoje o artigo sobre politica externa.

N. B. Pede-se aos srs. assignantes o favor de enviarem á redacção a importancia de suas assignaturas em estampilhas ou vales do correio, no que muito nos obsequiarão.

Se a qualquer dos nossos assignantes faltarem alguns numeros do *Trabalho*, terão o incommodo de nol-o participar, para lhe serem remettidos immediatamente.

Assigna-se para este jornal :

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.º 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

O TRABALHO

SEMENARIO DEMOCRATICO

1870

Coimbra, 20 de Junho

N.º 11

Washington

(Continuado do n.º 2)

Ha paizes que vêm fadados já do berço para desempenhar uma missão importantissima no seio da humanidade, e povos que entrevêm já na infancia o destino glorioso que têm a cumprir. Para estes não ha o balbuciar infantil dos primeiros annos de quasi todas as nacionalidades, nem o lento caminhar das instituições e dos melhoramentos. Mostram pelo contrario nas primeiras edades o vigor que os traz predestinados para o progresso immediato, e revelam na organização e nas tendencias o cunho da virilidade e robustez, que fizeram de Roma e da Grecia dois povos legendarios. Como Hercules e como Pascal, avassallam já na infancia os obstaculos; como as sibyllas, trazem já consigo o segredo do seu porvir; finalmente como Christo e Moyses como Soerates e como Franklin, têm por unica lei a virtude, por unico sonho a civilisação.

A historia dos Estados Unidos demonstra até á evidencia esta verdade.

Desde á descoberta da America em 1492 por Christovão Colombo até á epocha presente, a historia d'este povo tem sido um poema sublime de virtude e liberdade, descantado a cada instante nas ramagens das suas virgens florestas, entoado nas aguas dos lagos prateados e dos rios caudalosos, e sempre repercutido nas ondas do Oceano magestoso.

Quando outro qualquer povo esmoreceria, a braços com os indigenas selvagens, e perdido no meio d'aquella natureza, esplendida sim, mas forte e magestosa, respeitavel e ameaçadora, como concentrando em si a força do novo mundo, os novos habitantes caminharam sempre firmes com a persistencia dos apostolos e a convicção dos prophetas.

Leia-se com attenção o progredir das colonias da Virginia, Nova Inglaterra, Pensylvania, Maryland, Nova York, Nova Jersey, Massachusetts, em fim de todas as colonias de que se formou o Estado actualmente existente, e ver-se-ha que nenhum outro povo é mais glorioso ao nascer, nem o heroismo se inscreve com mais justiça nos fastos de qualquer outra nacionalidade¹.

¹ Não se julgue que fallando assim nos referimos sómente aos descendentes dos inglezes. Nesta occasião, como sempre, não podiamos esquecer a patria generosa de Lafayette e Henrique iv. A

O homem que nascesse num tal paiz, sendo por isso educado no civismo dos seus antepassados, nos sentimentos independentes dos concidadãos e insuflado da actividade e energia de todos os colonos, se Deus o dotasse de fortissima intelligencia, e com a virtude bem arreigada no coração, devia ser um heroe. Washington é o exemplo.

Washington era, como quasi todos os colonos, procedente de Inglaterra. Pouco mais ou menos no meado do seculo xvii dois irmãos, João Washington e André Washington, descendentes de uma honrada familia ingleza, emigraram para a Virginia.

Um neto de João Washington, chamado Agostinho, teve da segunda mulher Maria Ball, celebre por sua formosura, quatro filhos e duas filhas. Foi d'este casamento que nasceu Jorge Washington, que ainda hoje os americanos appellidam *pae da patria*.

Jorge mostrou logo desde os primeiros annos o amadurecimento precoce do espirito que vem marcado para grandes destinos.

A sua familia, costeando difficilmente a educação de seu irmão Lourenço, que tinha sido enviado á Inglaterra, não pôde dar a Jorge a direcção que o seu grande talento exigia, e cujos bons resultados promettia o seu discernimento infantil.

Tinha apenas onze annos, quando morreu seu pae depois de curta enfermidade, e achando-se ainda repleto de vigor e saude.

Maria Ball ficou por isso constituida em chefe de familia, e foi sob o influxo da sua alma terna e virtuosa, do seu character meigo mas energico, da sua direcção recta mas carinhosa, que se desenvolveram as crenças e os sentimentos de Jorge Washington.

A vida militar, os fulgores da gloria, luctando por uma causa justa e sancta, fascinavam o seu espirito de criança. O estrepito dos canhões e os relampagos da metralha, ao pé da bandeira que se desfalda pela

França deixou escripto com o sangue de alguns filhos uma pagina gloriosa nos fastos dos Estados Unidos. Brevemente fallaremos d'ella.

Não esquecemos tambem a Hollanda, ainda que melhor fôra fazel-o, para completa gloria dos Estados Unidos; porque é certo que o procedimento deste povo a respeito da Nova Hollanda é uma sombra na sua historia.

A Dinamarca, posto que algum tanto rude e cruel na colonisação, prestou tambem grandes serviços á formação d'aquelle Estado.

grandeza da patria ou pela sublimidade d'um principio, enamoravam-lhe continuamente os desejos com o irrequieto estremecimento das primeiras edades.

Em harmonia com estes sentimentos, ao completar quatorze annos, foi obtida para o adolescente a nomeação de guarda marinha. Estava já prompta a equipagem a bordo de um navio de guerra, quando os prantos da mãe, que não podia ver interpor-se entre ella e o filho, esse eterno mysterio do Oceano, o desviaram do seu proposito. Louco sonhador da gloria, resignava não obstante as aspirações infantis e as infinitas chimeras d'essa alma, embalada aos murmurios do mar e ás brizas das florestas, pelo simples affecto da mãe que o abraçava!

Desde então Jorge dedicou-se ao estudo das materias que se requerem tanto para a carreira civil como militar, fixando principalmente a sua attenção nas mathematicas.

Entre os seus condiscipulos, e durante o curto periodo da sua vida escholastica, Washington era já o espirito que investiga com ancia os problemas da sciencia, a intelligencia prematura que se interna sem receio nos espaços da verdade; o seu coração ardente e apaixonado, mas sempre energico e prudente, desdobrava já, a quem o estudasse, todas as paginas da sua vida futura; integerrimo no seu caracter e assiduo nas suas obrigações, como diz Spencer, era um d'aquelles genios que revelam desde o principio terem nascido para servir de guia aos demais.

Aos dezeseis annos foi incumbido por lord Fairfax de formar o plano e determinar os limites do seu extenso territorio. Foi um trabalho appropriado aos sonhos da sua mente arrebatada, e que não deixou de influir sobre a sua futura energia. Transpondo ingremes alcantis, trepando pelos precipicios, atravessando as indomitas torrentes que se revolviam no leito d'argilla, e ouvindo o silvo dos reptis e o rugido das feras no meio dos bosques e das selvas, cedo se acostumou ás fadigas e aos perigos.

Tal foi o modo como desempenhou esta commissão, que foi nomeado por isso agrimensor publico, cargo que exerceu por espaço de tres annos a contentamento de todos os concidadãos.

A muita confiança que se tinha no seu caracter energico e prudente, o fez nomear para commandante d'um dos districtos militares em que se achava dividida a Virginia.

Estava prestes a grande lucta das colonias inglezas com as colonias francezas. A obscuridade do joven ia terminar: todas as attensões iam brevemente fixar-se no espirito d'essa criança, que fôra destinada, como Moyses, para conseguir a emancipação d'um povo.

Continúa

Adriano Anthero.

Liga internacional da Paz e da Liberdade

Accedendo ao pedido que o *Comité* central de Genebra dirige a todos os jornaes democraticos, publicamos hoje o

Programma do Congresso que deve reunir-se em Zurich no dia 12 de setembro de 1870

- 1.º «Relatorio do *Comité* central sobre a situação da Liga.»
- 2.º «Relatorio da Commissão encarregada de estudar a questão do Oriente e a questão polaca, nos termos da segunda resolução do Congresso de Lausanne.»
- 3.º «Quaes são os meios praticos para se conseguir immediatamente a extincção dos exercitos permanentes?»
- 4.º «Quaes os meios economicos e moraes para fazer desaparecer todo o antagonismo entre os cidadãos?»
«Serão apresentados ao Congresso um relatorio e algumas propostas sobre este objecto pela Commissão, para este fim nomeada pelo *Comité* central, nos termos da terceira resolução do Congresso de Lausanne.»
- 5.º «Quaes devem ser as bases e as condições praticas d'uma instrucção racional, que assegure gratuitamente a todos os individuos de ambos os sexos o desenvolvimento de suas faculdades?»

Genebra, 15 de maio de 1870.

Jules Barni, presidente.

John Rollanday, secretario.

Este Congresso, a que devem assistir as primeiras illustrações do partido republicano de França, Italia e Allemanha, póde ser fecundo em resultados para a democracia, resolvendo as graves questões, que directamente prendem com o bem estar dos povos e com a perfeita organização das modernas sociedades, segundo os principios immutaveis da justiça.

Muito era para desejar que 'nestas importantes reuniões tomassem parte todos os republicanos da Europa. Podia conseguir-se este bello resultado por meio de congressos democraticos nacionaes, aonde se discutissem todas as questões moraes, economicas e juridicas, sendo as resoluções enviadas ao Congresso Geral.

Lucrava a sciencia, estreitavam-se as relações de fraternidade entre os obreiros da democracia, e realisava-se já em parte o ideal que a todos nos seduz — a federação dos Estados-Unidos da Europa.

Submettemos esta idéa á consideração dos nossos correligionarios da peninsula iberica, e muito estimariamos que os republicanos portuguezes e hespanhoes dessem o exemplo, reunindo annualmente congressos democraticos-peninsulares.

O nosso collaborador dr. M. E. Garcia, lente de Direito na Universidade, está redigindo uma memoria sobre a questão dos exercitos permanentes, para enviar ao Congresso de Zurich.

As bases d'este interessante estudo scientifico serão publicadas neste jornal.

Bibliographia

O PAPA-REI E O CONCILIO, por MANUEL NUNES GIRALDES, lente substituto ordinario das cadeiras de Direito Politico e Direito Ecclesiastico na Universidade de Coimbra. — Lisboa, Typographia universal, 1870.

Summario.—A questão religiosa na actualidade.—Lucta do presente com o passado, aspirações ao futuro.—A realza absoluta do papa e a democracia representativa na Igreja.—A Igreja livre no Estado livre.—O poder espiritual e a soberania temporal dos Pontífices romanos.—A unidade italiana e o patrimonio de S. Pedro.—O catholicismo liberal e o liberalismo catholico.—Opportunidade, espirito, materia, estylo e influencia do livro.

(Continuado do n.º 10, paginas 79)

X

O auctor deseja e quer a independencia da Igreja, por causa da sua liberdade; mas não, como o conde de Montalembert, para tornar o Estado *suzerano* da Igreja; mas não, como o conde de Cavour, para tornar a Igreja *escrava* da sociedade civil: quer vê-la, desassombada de todas as temporalidades, rodeada de todas as grandezas e esplendores do Céu, imperar sobre os espiritos, e derramar a luz divina nas consciencias.

«E porque não havemos de nós, os leigos, offerecer o nosso humilde voto numa questão de cuja solução pende o socego da Europa, a paz das consciencias e o grande triumpho da unidade christã? A questão não é só da Igreja docente, é de todos que se presam de seus filhos, é dos christãos em geral, e é mais ainda da humanidade inteira; pois temos na alma arreigada a crença, de que se prepara para a humanidade uma grande regeneração e que apoz tantas provações e tantas desgraças, tanto luto e tantas lagrimas, vae alfim alumiar o mundo o sol da paz, sendo-lhe linda alvorada a reconciliação entre o Sacerdocio e o Imperio, entre a Religião e a Liberdade, e a harmonia e fraternisação de todos os gremios christãos. Então volverá a grande familia christã á unidade, e trabalhará toda de accordo por chamar ao banquete da civilisação esses povos infelizes, muitos dos quaes nem sequer sabem ainda que são homens!»
(Pag. 268).

Sem nos demorarmos em apreciar o desfavor, com que o sr. dr. GiralDES avalia o grande pontífice Gregorio VII, e bem assim a reserva, que prudentemente guarda ácerca dos factos, que deram causa e acompanharam o grande scisma do Occidente, ao qual muitos escriptores *catholicos* não duvidam chammar—o maior escandalo do *papado*; é muito para notar o desfavor, com que o sr. dr. GiralDES aprecia a *reforma* do seculo XVI e o grande Lutero.

Neste ponto estamos em completo desacordo com o distincto escriptor. A *reforma*, além de ser uma profunda revolução de liberdade religiosa, origem fecunda do grande desenvolvimento philosophico do seculo XVII e XVIII, foi tambem uma das causas proximas e occasionaes das revoluções politicas e economicas da Inglaterra, da França e de todas as nações da Europa occidental, principio creador e elemento organisador poderosissimo das republicas democraticas da America do norte.

É certo que Lutero, sem ao menos pensar na grandeza da sua obra, sem lhe calcular os maravilhosos efeitos, deixou todavia cahir a semente na terra sem a menor idéa, sem esperanza até, ou ambição, de lhe colher os fructos.

O *livre exame* em materia religiosa provocou, por um d'estes argumentos intuitivos de semelhança, o livre exame em philosophia, em moral, no direito, em politica, nas finanças, nas leis e instituições sociaes. A reacção ecclesiastica contra a prepotencia dos papas e tyrannia de Roma, correspondeu logo a reacção politica contra o absolutismo dos reis e centralisação das capitaes; á verificação do poder espiritual e temporal dos pontífices, a investigação da origem e o exame dos titulos da soberania dos principes; a proclamação da liberdade religiosa fez sentir a necessidade de proclamar a liberdade civil; os clamores levantados contra as immensas riquezas territo-

riaes, accumuladas na Igreja e possuidas pelo clero, provocou um protesto contra os bens da corôa, contra o immenso patrimonio da realza.

Ouçamos neste pleito o auctor: Diz elle, expondo as causas da *reforma*.

«De feito, é erro suppor que Martinho Lutero fôra auctor da reforma. Não o foi; a revolução religiosa estava no espirito da Alemanha toda, e preparara-a de ha muito a relaxação dos costumes do clero, e esse amor ás temporalidades, que convertera em senhora a Igreja romana, que só devera ser mãe: *Non domina, sed mater*.

Na voragem da ambição sumira-se o sal da terra, e a luz do mundo fôra apagada pelo assopro do crime.

Então a corrupção do vicio e as trevas do erro lavraram por toda a parte, e estas foram as verdadeiras causas da reforma.»

(Pag. 208).

E accrescenta apreciando os efeitos:

«Dura foi a provação, por que Deus fez passar a Igreja, vendo alienados do seu gremio milhares de filhos. E que a Igreja de Roma renunciára ao titulo de mãe, que lhe dera o seu divino Esposo, e antepozera-lhe o de senhora, sacrificando seus filhos a um poder despotico, que lhes agrilhoava a liberdade e a consciencia, confiscava-lhes a propriedade e os bens, e reduzia-os á misera condição de escravos.

Ora o despotismo provoca sempre a reacção, e esta reacção manifestou-se terrivel e tremenda, como acabamos de ver, na famosa reforma protestante, que tão grandes males e desgraças produziu na Europa christã.» — (Pag. 221 e 222).

E o mesmo que já havia dicto:

«A liberdade sem a religião são as velleidades da reforma protestante, tão esteril em religião quanto fatua em politica; são os horrores e os tresvarios da revolução franceza.» — (Pag. 19).

Para nós a *reforma* tambem não foi a obra de um só homem. Lutero é um d'estes vultos, como Cromwel, Voltaire, Napoleão I, Kant e outros, que se levantam no meio dos seculos para gerar uma revolução. Para nós a *reforma* não é um acto deliberado da Providencia, nem o resultado voluntario e virtualmente preestabelecido das leis providenciaes; tem, como o proprio auctor parece confessar, a sua explicação na historia e a sua causa efficiente e occasional nos factos anteriores e nos que immediatamente a precederam.

No mundo social, como no mundo physico, os phenomenos sociaes, os mais assombrosos, quando não são o effeito de factos tão insignificantes ás vezes que passam desapercibidos, são, como as grandes e maravilhosas descobertas, a obra do acaso, do encontro de dois phenomenos, a que uns chamam *fatalidade* outros *providencia*.

«Se o christianismo não pode viver sem a liberdade; se a liberdade, e só a liberdade, pode perfazer a obra do christianismo... (pag. 193); «se a religião sem a liberdade é a matança de S. Bartholomeu, são as dragonnadas, são as fogueiras da inquisição» (pag. 19); «se pois a liberdade é uma condição essencial de todo o desenvolvimento humano e sobre tudo na parte religiosa» (pag. 25); «se a famosa *reforma*, esta terrivel e tremenda reacção contra Roma, que renunciara ao titulo de mãe antepozendo-lhe o de senhora, sacrificando seus filhos a um poder despotico que lhe agrilhoava a liberdade e a consciencia, confiscando-lhe os bens e reduzindo-os á misera condição de escravos,» — foi uma revolução de liberdade e tolerancia; se o christianismo, que Roma e a Igreja devia guardar e manter em toda a sua pureza, é a tolerancia e a liberdade por excellencia — a *reforma* deve ser considerada como uma nova redempção para a Igreja, e Lutero um benemerito do Christianismo.

Não se comprehende, nem se pode bem explicar que o auctor, sendo entusiasta pela liberdade, que não duvida chamar «palavra encantadora, principio fecundo, grande dom de Deus», acclamando a sua conquista, «a maior das glorias da sociedade moderna» (pag. 15), aprecie tão desfavoravelmente a grandiosa e sublime revolução, que, fazendo a conquista da liberdade, nos deu o seu exercicio, a posse da justiça e o gôso do direito.

Depois de ter dicto:

«A liberdade sem a religião são as velleidades da reforma protestante, tão esteril em religião quão fatua em politica; são os horrores e os tresvarios da revolução franceza.» — (Pag. 19).

accrecenta:

«A philosophia do seculo XVIII com toda a sua descrença, com todo o seu cynismo e scepticismo fatal, era o instrumento, sem talvez o saber, de que a Providencia se servia para realizar no meio social a doutrina evangelica, depondo os poderosos e exaltando os humildes.

Os humildes foram com effeito exaltados, e de pequenos que eram converteram-se em gigantes!

A philosophia do seculo XVIII produziu com effeito a formidavel revolução de 1789, que na sua immensa cratera absorveu throno e altar, que a sua tão apregoada união tornava solidarios de todas as prepotencias e demasias que avexavam a nação.

Viu-se então o maior dos excessos a que pode chegar um povo. Apaixonado e tresvariado, attribuiu á religião o que só devera imputar ás faltas dos seus ministros, e, não se satisfazendo já em reformar, pretendeu crear uma religião nova. Viram-se os templos de Christo convertidos em templos da razão, nos quaes se celebravam festas ás virtudes civicas e aos successos mais notaveis da revolução!

Mais ousada que a reforma, que só se propozera emendar a obra divina de Christo, a revolução, proclamando-se omnipotente, usurpou o logar de Deus e ousou fazer uma religião sua! Tanto se havia desvirtuado a religião de Christo, que aos revolucionarios pareceu porventura ver nella uma obra de homens que bem podia ser substituída pela obra de outros homens! Cegava-lhes os olhos da alma a vehemencia da paixão, e não viam que a causa do Evangelho não podia ser julgada pelos actos dos seus ministros.

E comtudo bem se pode dizer, que o dedo de Deus estava alli. Era a segunda vez que a Providencia procurava castigar os ministros da sua Igreja e dar-lhes no castigo severo um aviso salutar, para que, desprendendo-se por uma vez dos interesses da carne, entendessem, como lhes cumpria, nas coisas do espirito. Se a reforma do seculo XVI com todos os seus desvarios teve o destino providencial que lhe assignámos, a revolução do seculo XVIII com todos os seus horrores não é menos aos olhos do homem pensador um acontecimento destinado pela mão de Deus a recompôr a velha sociedade christã, moldada ainda pelas formas do paganismo, purificando-a por um terrivel baptismo de sangue das maculas, com que um regimen vicioso a tinha conspurcado.» — (Pag. 224, 225 e 226).

Mas á philosophia do seculo XVIII se deve: — a abolição da tortura e do trafico dos negros, a proclamação dos direitos do homem e do cidadão, a reforma do systema penal, a instituição das sociedades de previdencia, a extensão da instrucção popular, a liberdade dos cultos e a liberdade de ensino.

Mas á revolução devem as sociedades modernas: a tolerancia religiosa, a egualdade civil, a liberdade economica, a justiça distributiva, a responsabilidade pessoal, a fraternidade juridica, a publicidade e outros muitos principios fecundos e productos beneficos de regeneração e progresso.

Condemnar pois a philosophia do seculo XVIII, porque a dizem materialista, repudiar a revolução de 89, porque ella occasionou excessos e desvarios — é o mesmo que condemnar e repudiar toda a moderna civilização.

Bem se conhece (que seria falta de consciencia negal-o, absurdo até) que o auctor, lamentando e stigmatizando os effeitos da revolução, se refere aos excessos, aos horrores e aos crimes, commettidos pelos falsos apostolos e defensores desvairados da idéa nova.

Mas qual é a revolução que no mundo não tem occasionado excessos e horrores, quaes são as revoluções pacificas de que a historia nos dá noticia?

O proprio Christianismo, com ser uma revolução emanada do céo e capitaneada pelo proprio Deus, realisando-se entre os homens, não pode obstar aos erros, aos excessos, aos crimes, aos horrores, aos martyrios, ás carnificinas e a muitos males; e se estes se não devem attribuir, como por certo não devem, á revolução christã, tambem aquelles se não devem attribuir á revolução franceza.

«É coada sempre a luz por um sudario,
E não ha redemptor sem ter calvario.»¹

¹ Sr. Manuel d'Assumpção.

XI

A mysteriosa harmonia entre a razão e a fé, o consorcio divino e humano entre a religião e a liberdade, a alliança entre a democracia moderna e o catholicismo regenerado — é a aspiração que o livro traduz.

No primeiro capitulo do livro, consagrado á religião e á liberdade lemos o seguinte:

«Desenganae-vos, o defuncto do passado não pode resuscitar; é forçoso que acceiteis o presente como está, e reconhecer que a mais cara aspiração da sociedade de hoje é a liberdade. É que os mais arduos problemas que o seculo tem a resolver só na liberdade podem encontrar solução. — Deixae fazer — eis a divisa de todo o progresso, d'ella pende a completa regeneração social. — O homem, a familia, a communa, o municipio, a sociedade emfim só vive pela liberdade; todas as instituições medram e se robustecem á sombra d'ella, e as espheras da actividade humana só d'ella podem receber o impulso com que se movem para a consecução do grande fim da humanidade: a industria e o commercio, as sciencias e as artes, a civilização emfim só pode elevar-se a toda a altura a que pretende eleva-la o genio do homem, quando deixada a si para obedecer somente ás leis sociaes por que se governa.

E que diremos da esphera religiosa? A liberdade é a mais cara filha da religião; e a Igreja catholica, assistida pelo auxilio continuo e efficaz que lhe fora prometido por seu divino fundador até á consummação dos seculos, encontra ainda nella uma poderosa alavanca para levar ao cabo o grandioso commettimento da regeneração da humanidade. Por isso alguns dos seus filhos mais dilectos affirmam sempre, que a Igreja mal pode viver sem a liberdade: nem ha exaggeração no asserto, porque as conquistas mais gloriosas do *Christianismo* foram, e são ainda hoje, devidas á livre acção com que os seus ministros desempenharam o mandato divino: «*Euntes docete omnes gentes*».

Assim a moderna *democracia*, firmando os principios liberaes como base das sociedades modernas, obtemperou a uma lei de movimento social, e, traduzindo esta lei superior nas leis e nas instituições da sociedade, deu um impulso fortissimo ao desenvolvimento do *Christianismo*.

Por onde se vê quão lastimavel é o erro d'aquelles que se insurgem contra as idéas liberaes, julgando-as inimigas do *Christianismo*. Não, não o são nem o podem ser; a religião e a liberdade são duas irmãs amigas entre as quaes não ha sombra de antagonismo; sup-pozas contradictorias é confundir a idéa com o facto, o uso com o abuso...» — (Pag. 16, 17 e 18).

Mas a conclusão que d'estes principios o auctor extrae não é legitima; na conclusão entra um elemento, que não se encontra nos principios; senão vejamos.

«Não sonheis antagonismo onde ha sómente harmonia; que se não diga que entre o *Catholicismo* e o seculo existe uma barreira insuperavel; não, não se póde dizer isto, não se deve dizer; seria desconhecer a estreiteza dos laços que prendem o filho á mãe; e o seculo, bem o sabeis, é filho da Igreja.» — (Pag. 20).

«A *democracia* moderna, bem longe de ser inimiga da Igreja, é antes pelo contrario o seu auxiliar mais poderoso. A liberdade de associação religiosa, cuja falta se faz tanto sentir, pois sem ella mal se póde conceber a vida da Igreja; a liberdade de ensino que é a essencia mesma do *Christianismo*; a liberdade de imprensa que reproduz a palavra evangelica, fazendo-a conhecida de todos, e reinar no mundo inteiro; todos os direitos emfim que a lei commum assegura aos membros da comunidade, todos hão de ser dados (e já o são em parte) á Igreja, tanto que ella queira alliar-se com os governos liberaes, ou antes tanto que deixe de os hostilisar.

(Pag. 22 e 23).

E pretende o auctor achar identidade, semelhança, analogia possivel entre a *forma democratica* da sociedade no futuro, e a *forma catholica* da Igreja que pertence unicamente ao passado! Baldado se nos afigura tão generoso empenho!

Entre a *forma catholica* do *christianismo* e a *forma democratica* da liberdade interpõe-se uma distancia incommensuravel, cavam a philosophia e a historia um insondavel abysmo.

O *catholicismo*, é forçoso dizel-o, é — a suprema e absoluta *centralização* na Igreja, na sociedade religiosa pela inflexibilidade do dogma e pela concentração da fé.

A *democracia* — é a suprema *descentralização* no estado pela maxima expansão da liberdade e pela completa inviolabilidade da consciencia.

É preciso não confundir a essência das cousas com a sua modalidade: o christianismo é a essência, o catholicismo é uma forma; a liberdade é a essência, a democracia a forma. Haja muito embora harmonia e identidade nos principios, nas duas formas vemos — completo antagonismo. O raciocínio que o auctor faz é verdadeiro, porque as premissas o são, e os termos que se comparam mais ou menos homogêneos — *democracia e christianismo — liberdade civil e liberdade religiosa*; — a conclusão porem é falsa e illegitima; porque o auctor fez entrar no calculo um elemento extranho — o *catholicismo*. É mui diverso concluir dos principios estabelecidos a harmonia entre o christianismo e a liberdade, ou concluir dos mesmos principios o que lá se não contem — a identidade entre a democracia e o catholicismo, que mutuamente se contradizem e destroem.

Bem sabemos que é o systema pelo qual os neo-catholicos chegam, sob as apparencias da liberdade, á negação dos principios e das instituições liberaes. Não nos parece todavia que o auctor pertença a esta classe de falsos liberaes e falsos catholicos: o auctor quer o *catholicismo christianisado* e não o *christianismo catholico*.

XII

O auctor, depois de ter demonstrado a harmonia entre o christianismo e a sociedade civil, pugna pela independencia reciproca entre o Estado e a Igreja.

— *Egreja livre no Estado livre* — tal é a maxima que a voz eloquente do conde de Montalembert (no congresso catholico de Malines) infundiu no animo de todos. Applaudiu-a o mundo inteiro, não haverá homens que a desviem do bom exito. Fugamos dos extremos, não queiramos com os pseudo-liberaes a Igreja escrava diante do estado livre; mas não subscrevamos tambem ao sentir dos pseudo-catholicos, que querem o estado escravo diante da Igreja livre. Evitemos a inconsequencia de uns e a intolerancia dos outros; e, firmes no terreno dos principios, apontemos aos povos o norte que os deve guiar na rota do progresso. — (Pag. 23 e 24).

Para nós a separação e a independencia da Igreja, ou representa, segundo Mantalembert, completo predominio da Igreja no Estado, ou, segundo Cavour, o predominio do Estado sobre a Igreja; e em ambos os casos a tão decantada separação e independencia das duas esferas, civil e religiosa, será uma apparencia sem realidade, uma phrase harmoniosa sem idéa, a enunciação de um principio theorico e nunca uma maxima applicavel. Não foi mais feliz Jules Simon, quando julgou resolver o problema, substituindo, ao singular o plural, dizendo — *Egrejas livres* no Estado livre — Se o pensamento de Jules Simon era enunciar a liberdade de cultos, escusada era a modificação na fórmula, pois tambem Montalembert sustenta a liberdade de cultos.

Quanto a nós a Igreja livre no Estado livre — é uma d'estas fórmulas, verdadeiro *rifão* scientifico, que os homens da sciencia e da politica acceitam, como o povo acceita qualquer *anexim* tradicional, ou maxima ditada pela experiencia; uma utopia cuja realisação practica ninguem ainda se deu ao trabalho de discutir, phrase pomposa e seductora, que passa de bocca em bocca, sem que alguém até hoje lhe tenha buscado o verdadeiro sentido, os inconvenientes, as difficuldades, os perigos, a falsidade e o absurdo até.

E com effeito não parece difficil á primeira vista separar o que é *espiritual* do que é *temporal*, o que pertence á alma e o que pertence ao corpo; mas, reflectindo sobre o meio pratico de realisar esta separação, facilmente se conclue a sua impossibilidade, tão impossivel como separar o corpo do espirito.

Para nós só ha um meio de resolver o problema e consiste em proclamar:

Religiões livres no estado *indifferente*.

Considerar as diversas egrejas como outras quaesquer associações, e o exercicio do culto como outro qualquer acto da vontade livre.

O Estado deve ter com relação á Igreja e aos cultos a mesma e tão completa missão, como a que lhe pertence relativamente as outras esferas da actividade humana; — garantir os direitos e manter o *estado juridico* das pessoas e da propriedade.

Ainda que o auctor não expõe com toda a clareza esta idéa; parece serem estas as aspirações e os mais ardentes votos do auctor.

«Praza ao céo que o vicioso regimen da meia idade deixe de ser enfim o sonho dourado de uma parte da familia christã; e que todos os homens que se presam de liberaes se convençam de que a maior necessidade d'este seculo é a liberdade, e que a Igreja, não menos que o individuo, tem o direito de viver á sombra da lei commum, desde o momento em que se desprenda das isenções e privilegios de tempos que já foram.» — (Pag. 269).

O Estado não deve ter *religião*, como não deve ter industria ou propriedade; e se tem religião é sómente a do *direito*, os seus *templos* são os tribunaes, o *culto* a administração da justiça e os serviços de *garantia*.

XIII

A separação entre o poder *temporal* e o poder *espiritual* do Pontifice é o ponto mais culminante da obra e o assumpto principal, que o auctor se propoz tractar e desenvolver com profunda e verdadeira philosophia, com sinceridade e vasta erudição historica.

Condemna, como S. Bernardo, a realza temporal dos papas, sem se atrever a proclamar, como Lutero, a democracia na Igreja. — (pag. 269).

«E muito desejamos que Sua Santidade o papa Pio IX fosse o primeiro a mostrar-se grande, abdicando perante o Concilio o titulo de rei. Era um exemplo nobre de abnegação evangelica, que bons fructos havia de produzir, convidando a Igreja docente a entregar-se toda á sua missão divina, e a deixar ao Estado tudo quanto é de ordem temporal. Então as nações christãs, a convite do Concilio, comprometter-se iam por sua vez a pôr a sua legislação em harmonia com os principios, que regem as relações entre a Igreja e o Estado, e a par do Concilio ver-se-ia um Congresso, a que deviam ser chamados homens conspicuos de todos os paizes, para ali serem estabelecidas e definidas as bases sobre que deve assentar a grande Reforma.» — (Pagg. 269 e 270).

Tal é a chave d'ouro, com que o auctor fecha o seu livro.

É todavia para estranhar, que assim guardasse quasi completo silencio no decurso da obra ácerca — do Concilio do Vaticano e do *eschema* da *infallibilidade*.

XIV

Depois de ter mostrado que a *realza* dos papas, que a independencia dos Estados Pontificios no seio da Italia é um estorvo ao engrandecimento d'esta generosa terra, e ao mesmo tempo uma affronta á democracia europeia, uma noção lançada na pureza do Christianismo, celebra com entusiasmo a futura unidade italiana, e, sem fazer causa commum com os revolucionarios Mazini e Garibaldi, faz sinceros e ardentes votos para que se realise o sonho dourado de Cavour.

«Ora na questão romana ha dois principios que a dirigiram sempre, que hoje a dominam, e que n'um futuro proximo talvez a resolvam: é a incompetencia do poder ecclesiastico para assumir o poder politico; é o direito da Italia a constituir-se livre, independente e soberana.» — (Pag. 254).

A nós porem affigura-se-nos que a unidade italiana é e representa a negação formal da democracia, e a conservação indefinida do cesarismo na patria de Machiavel.

E o proprio auctor o arreceia, quando procura justificar a formação das grandes nacionalidades.

¹ Sómente a pag. 265 allude a este importante facto contemporaneo, e patentêa, mais uma vez, a sua opinião adversa á conservação do *poder temporal*, que deseja ver rejeitado pela «sancta e veneranda assembléa.»

«Por outro lado a revolução italiana tem a esperar muito do grande alcance e elevadas proporções que hoje vae tomando a politica dos povos modernos na reorganização das nacionalidades. Temos para nós, que a constituição das grandes nacionalidades é uma necessidade da epoca actual; o augmento notavel das vias de comunicação, e a maior familiaridade de trato entre os povos facilitam-a; e as eventualidades de uma invasão de nações menos illustradas, mas poderosas, instantemente a reclamam. Nem se nos antolham os inconvenientes apontados pelos partidarios das pequenas nacionalidades. Desde o momento em que a uma bem regulada centralização politica se ajunte uma discreta descentralização administrativa, conciliar-se-á a maxima força com a maxima liberdade. Tudo pende de uma boa organização administrativa que, triste é dizel-o, ainda é *desideratum* para as nações mais adiantadas.»—(Pag. 240 e 241).

A unidade, a integridade nacional parece ser o problema eterno da Italia, o vellocino de ouro para aquellos argonautas do occidente.

A unidade é para a Italia uma aspiração constante, uma ambição indomavel; mas tambem nos parece um phantastico sonho, miragem seductora, a que a illusão dos sentidos consegue talvez dar vulto e relevo e a imaginação colorir, mas que a realidade em breve dissipa e completamente apaga.

Quando a Italia se via retalhada, opprimida e espoliada pelos principes da casa d'Este e pelos Medicis, protestava, revoltava-se indignada, e... abria as portas ao imperador da Allemanha, outras vezes aos reis de França, e quasi sempre aos papas.

É que o imperador, o rei e o papa symbolisam os *cesares*, representam a grandeza de outr'ora; as legiões romanas, as aguias imperiaes, o brilho, a gloria, o esplendor das armas, o enthusiasmo bellico dos combates — a unidade territorial e geographica do vasto imperio. A unificação da Italia não é hoje um pensamento social elevado, mas uma grata lembrança, aspiração poetica, tendencia que a arte symbolisa.

Hoje é uma recordação, uma influencia do *cesarismo*.

Recordação do *cesarismo* romano; influencia do *cesarismo* napoleonico.

Ainda hoje o livro por excellencia em Italia é — o Principe de — Machiavel, personificação da tyrannia dos *cesares* e da unidade e concentração do imperio.

A reunificação d'esta nacionalidade, ou melhor a reconstrucção d'este colossal imperio desmantelado, só pode levar a primogenita filha da raça latina á realza constitucional representativa ou ao *cesarismo*, á tyrannia imperial absorvente.

A unidade romana foi, no passado, uma idéa material, uma concepção objectiva, resultante da conquista, um producto, uma operação puramente territorial. Hoje essa unidade depende principalmente de um elemento subjectivo — da fusão dos povos ou das raças neo-latinas, que habitam as regiões da peninsula, da identidade de sentimentos, da homogeneidade de principios e communhão de vantagens e esforços.

Hoje uma nacionalidade não é um tracto de territorio, limitado por fronteiras naturaes ou barreiras traçadas pela espada e mantidas pela força, como a cidade não é um apertado recinto, cercado e garantido por grossas muralhas; mas uma *personalidade collectiva*: a sua importancia e riqueza não se mede pela extensão do territorio e densidade da população; a sua dignidade juridica e moral não deriva da força, mas do direito, não está no *mappa*, mas nos *codigos*.

Hoje a formação de uma nacionalidade, a fusão dos povos e a incorporação dos territorios, não é obra de conquistadores e guerreiros, mas sim de politicos, philosophos e legisladores; não se opera por meio das armas, effectua-se pelo *suffragio* livre dos povos.

A pretendida desigualdade das raças, destruiu-as, ha muito, a *historia natural*, a *anatomia*, a *physiologia*, o progresso de todas as sciencias *antropologicas*.

Hoje a philosophia do direito proclama a egualdade, a liberdade e a independencia; a sciencia economica o progresso material e moral; o direito publico apregoa a forma social democratica e a constituição republicana dos pequenos estados ou nacionalidades no *interior*, e a sua aliança e *federación* no *exterior*.

Eis o que desejamos ver realisado na peninsula italiana, nos paizes germanicos e na bella peninsula iberica, em toda a Europa e em todo o mundo. Só assim poderá realisar-se o ideal de Saint Pierre que o foi tambem de Kant; só assim virá a paz do mundo com a aliança fraternal dos povos.

Alem de que a historia e a philosophia social nos ensinam — que as grandes nacionalidades importam o sacrificio das liberdades individuaes e a pressão dos pequenos povos, e exigem um systema de administração centralizador, a absorpção e intolerancia politica, o que tudo é incompativel com as melhores, mais justas e uteis organizações sociaes, — é certo que á fusão dos povos de além dos Alpes, á unificação completa das varias nacionalidades italianas, para formarem um vasto imperio ou uma dilatada *monarchia* se oppõem — a respectiva situação geographica, as condições regionaes, a natureza especial e character predominante de cada provincia, as diversas tradições historicas, a velha independencia, rivalidades, costumes e tendencias das suas cem cidades.

ão desconhece o auctor no fogo do seu enthusiasmo estas verdades, nem o abandonam sérias apprehensões; vê e lastima os poderosos obstaculos, que parece estorvarem a unificação da Italia, cuja necessidade e tendencias julga presentir, mas de cuja possibilidade e conveniencias mostra não estar convicto.

«A maior porém de todas as difficuldades, que a nova Italia tem a vencer, é a falta de unidade no governo; pois não basta que a geographia aconselhe e legitime a formação e constituição de um estado, senão que é mister tambem que a historia as auctorise, e as conveniencias as justifiquem.

Ora a historia diz-nos que a Italia foi durante seculos o paiz das guerras externas e internas. Graças aos que se disseram sempre os seus defensores, a rivalidade de principe a principe, de povo a povo, de terra a terra, e por assim dizer, de rua a rua, é alli tradicional. E nestas condições como não será difficil firmar a unidade do governo, e com ella a unidade italiana?

E depois estamos numa epoca em que os povos, com mais consciencia de si, estão tambem mais consciuos de seus direitos e de suas liberdades, do que em tempo algum. E poderá a unidade da Italia sancionar-se sem o sacrificio d'esses direitos e d'essas liberdades? Cremos que não.

Não se pense ainda assim, que perfilhamos o dito do principe de Metternich quando, para favorecer a politica austriaca, affirmava que a palavra — Italia — não era senão uma denominação geographica. Pelo contrario, somos apologistas da unidade italiana e, se a julgamos difficil, não a temos por impossivel de effectuar-se.

Para Portugal, para a nossa estremeçada patria quere-riamos nós:

- Organização democratica dos *municipios*;
- Confederação d'estes no seio da *provincia*;
- Restauração da provincia natural e historica, sua constituição e organização democratica;
- Federação* das provincias no *Estado* independente;
- Federação* entre Portugal e os outros pequenos Estados independentes da peninsula.

E não deixa de transparecer esta idéa no livro.

«Desde o momento em que a uma bem regulada centralização politica se ajunte uma discreta centralização administrativa, conciliar-se-á a maxima força com a maxima liberdade. Tudo pende de uma boa organização administrativa que, triste é dizel-o, ainda é *desideratum* para as nações mais adiantadas.»

Mas uma boa organização administrativa é incompativel com um pessimo systema politico, qual o que domina em França e em quasi todas as nações *mais adiantadas* da Europa; mas uma boa organização administrativa é impossivel nas grandes nacionalidades, submettidas ao regimen

unitario da *monarchia* ou do *imperio*, que não consentem essa *bem regulada* centralisação *politica*, essa *discreta* des-centralisação *administrativa* e muito menos a ambicionada conciliação da maxima força com a maxima liberdade, que são, e com motivo, para o auctor, o mais bello ideal, essencia a mais pura, forma genuina e mais perfeita de uma boa organização social.

Nos vastos imperios, nas grandes monarchias ha de reinar sempre o desequilibrio e pender para o lado da força a varia e inconstante balança d'uma justiça convencional, ás vezes ficticia, e quasi sempre arbitraria.

XV

Aqui terminamos a breve analyse de um livro importante, que é ao mesmo tempo um trabalho scientifico valioso na substancia, uma obra litteraria aprimorada na forma, serviço relevante prestado á Igreja e á sociedade civil, que ha seculos andam empenhadas em tão grave demanda.

A contenda é gigante e porfiada a lucta, poderosos e valentes ambos os contendores.

Lucta o papado com o imperio, o catholicismo com a democracia, o poder espirital da Igreja com o poder civil e temporal do Estado.

Lucta o *episcopado* com a *supremacia papal*, que, re-tendo já muitos direitos e prerogativas, que por sophisma e convenção chamam *direitos accidentaes* do pontifice, pretende além d'isso arrogar a si os direitos divinos, inalienaveis, imprescriptiveis da Igreja e o dom da infallibilidade absoluta, outorgada por Jesus Christo aos concilios, isto é, a Igreja representada nas assembléas apostolicas.

E a infallibilidade do pontifice é hoje o *schema* que se debate no concilio do Vaticano, a questão que na actualidade mais preoccupados traz os animos em todo o orbe catholico.

Accresce ainda que as ultimas revoluções politicas, operadas na Italia, parece impellirem aquelles dispersos membros de um grande imperio retalhado para a reconstrucção e unidade monarchica, sobre a forma constitucional representativa; e como não pode haver monarchia sem centralisação governamental e administrativa, julgam os povos da peninsula Italica, ver em Roma a séde natural e historica do governo, a capital de uma vasta monarchia, recordação gloriosa de um grande imperio, que tendo conquistado o mundo pela força material das armas e depois pela força moral da religião e poder da fé, accordado pelo estrepito das armas, estremece na campa e tenta, galvanizado pela força das revoluções, levantar o immenso cadaver, reanimado em Magenta e Solferino, e estender os braços até empolgar a cidade eterna, que o seu maior e mais poderoso rival lhe traz ha seculos usurpada.

São, como acabamos de ver, estas momentosas questões que o sr. dr. Nunes Giraldes desenvolve com toda a lucidez de principios, variada lição de historia, critica imparcial, fé viva e profunda erudição no seu livro — *O Papa rei e o Concilio*, livro muito para ser lido e estimado tanto pelo assumpto, que de si se recommenda, pela elegancia e bellezas de estylo, que nelle abundam e realçam, como pela resolução conciliadora, que o seu christianissimo e liberal auctor pretende dar a tão difficeis e encontrados problemas.

Como vimos, não é nova a questão nem de moderna data o pleito, em que são partes litigantes a razão e a fé, a sciencia e a revelação, o Estado e a Igreja, o Papa e o Concilio, Roma e a Italia, Deus e Cesar.

Pela nossa parte temos a consciencia do perigo, a que se expõe qualquer escriptor abordando assumptos, que mais ou menos directamente se prendem ás questões religiosas, que desde os primeiros seculos do catholicismo e da feudalidade, do papado e do imperio, trazem profundamente abalado, e ainda hoje dilaceram, o coração da Europa.

Quando se lêem os escriptos dos modernos defensores do catholicismo, encontramos em uns a fé, em outros a hypocrisia, nestes a sinceridade ou o fanatismo, naquelles a exaltação ou a intolerancia, em todos signaes visiveis de pronunciada indecisão, sensível preplexidade e timidez, que nos faz duvidar da sua fé ou das suas convicções.

Os mais illustrados e sinceros, os que parece quererem olhar para o futuro, não ousam desprender os olhos do passado que admiram; não ousam, ainda mesmo fóra do santuario infangível do dogma, modificar o rigor da disciplina catholica, nem afastar-se um apice das idéas e das doutrinas romanas; o que mais respeitam não é a verdade, o que mais temem não é o erro, mas as imposições da curia e os decretos do *index*.

O sr. dr. Nunes Giraldes, á dedicação, amor ao trabalho e illustração reúne a coragem; e forte da propria consciencia, apoiando-se na razão e na fé, não se inquieta, não recua, nem se quer vacilla, prosegue e conclue intrepido a sua obra que revela: — profundo conhecimento do assumpto, razão esclarecida, consciencia pura, critica im-cial, nobreza de sentimentos christãos, independencia politica e muita dignidade litteraria.

A synthese do livro encerra estas conclusões:

Liberdade religiosa e garantia juridica para todos os cultos.

Reciproca independencia do Estado e da Igreja.

Abdicação do poder *temporal* do papa; *plenitude* do poder espirital na Igreja.

Unificação politica e administrativa na Italia; reunião de todos os povos que abraçam o Evangelho e a Cruz sob a forma do CATHOLICISMO CHRISTÃO.

M. E. Garcia.

EXPEDIENTE

É sempre para nós motivo de jubilo o apparecimento d'um jornal democratico. Seja qualquer que for o paiz onde appareça o novo apostolo, saudamol-o com o mesmo entusiasmo, e inspira-nos igual interesse. É que a democracia tem por patria a humanidade, por principio a justiça, por fim a fraternidade universal.

La Federacion Española, semanario republicano que se publica em Madrid, merece-nos a maior sympathia, porque está destinada a desempenhar na imprensa uma missão gloriosa, prestando relevantes serviços á causa que todos os republicanos da Peninsula defendemos — a federação iberica.

Recebemos os n.ºs 5 e 6 d'este interessante periodico, onde se encontram excellentes artigos de illustres escriptores republicanos.

Roque Barcia na sua analyse da *Declaração da Imprensa Republicana*, é o poeta inspirado, o philosopho profundo, o democrata entusiasta que todos conhecem e admiram.

Fernando Garrido no seu artigo — *As rãs pedindo um rei* — confirma a sua reputação de escriptor distincto e republicano austero, que não transige com o dever, seguindo sempre os impulsos do seu coração generoso e os dictames da sua razão esclarecida.

Cordova y Lopez nos seus — *Estudios, á cerca del hombre y de la sociedad* — apresenta os verdadeiros principios democraticos em harmonia com a natureza do espirito humano e com os principios fundamentaes da Philosophia do Direito.

Rodriguez Soler combate a infallibilidade do Papa, com o ardor d'uma alma joven, que soffreu a oppressão d'esses

phariseus do christianismo, que regem os seminarios catholicos.

Tambem nós estudamos theologia, e a nossa intelligencia, sujeita á indiscutivel auctoridade dos versiculos e dos canones, preza 'numa rede de syllogismos, chegou quasi a descrêr de Deus.

Debalde se procura 'nesta sciencia que se diz divina um principio racional, uma verdade consoladora; os horisontes theologicos não ultrapassam os limites do dogma, montanha immensa que se não transpõe sem incorrer no anathma, nevoeiro espesso que envolve a intelligencia, *ipse dixit* que offende a dignidade humana.

Tambem nós gememos num seminario, perseguidos e odiados pelas nossas idéas livres, caracter franco e independente. Por isso comprehendemos o horror que inspiram ao nosso correligionario esses genios das trevas, que pretendem restabelecer no seculo XIX a theocracia de Gregorio VII e Innocencio III.

As revistas politicas de Rodriguez Solís e Fernandez Gutierrez revelam muita imparcialidade e critica sensata.

Publica tambem este semanario as biographias dos republicanos mais illustres:

Recomendamos a acquisição d'este jornal ás pessoas que desejarem pssuir, dentro de pouco tempo, uma historia, quasi completa, da democracia na Europa.

Fomos brindados pelo sr. Ernesto Rodolpho Hintze Ribeiro com um exemplar da sua obra *Theoria e Legislação do Recambio*.

Estuda o sr. Hintze Ribeiro a questão mais difficil de Direito Commercial; e no seu trabalho mostra perfeito conhecimento dos principaes escriptores que se occupam da materia, acrescentando um novo titulo aos que tem alcançado, como estudante distincto na Universidade.

Não cabe nos estreitos limites d'uma noticia examinar se o auctor seguiu a melhor opinião neste espinhoso assumpto; mas podemos afirmar sem lisonja que o livro merece os louvores e a consideração de todas as pessoas que conhecerem as numerosas difficuldades que apresenta o nosso Codigo Commercial, onde falta a boa collocação das doutrinas, a propriedade dos termos e a precisão e clareza indispensaveis, para bem se comprehenderem as disposições da lei.

Felizmente, se houver no governo e no parlamento zelo e boa vontade (o que raras vezes acontece), teremos em breve um novo Codigo, que já se está imprimindo, confeccionado pelo digno lente de Direito Commercial.

Sabemos que o auctor do novo Codigo omitiu todas as disposições que hoje se encontram no Codigo Civil, e simplificou as materias que no actual Codigo se encontram complicadas e confusas, reduzindo a pouco mais de seiscentos artigos o que no Codigo do sr. Ferreira Borges se comprehende em 1860.

Se o sr. dr. Diogo Forjaz conseguir, como acreditamos, dar ao paiz um bom Codigo de Commercio, o seu nome ha de occupar um logar de honra na historia dos juriconsultos portuguezes.

Entre nós tem-se escripto muito pouco sobre Direito Commercial, talvez a parte mais difficil da Jurisprudencia: porisso felicitamos o sr. Hintze Ribeiro, que tomou sobre seus hombros uma tarefa tão ardua, e fazemos votos para que appareça e se discuta o novo Codigo.

Em um futuro mais ou menos proximo ha de unificar-se a legislação commercial de todos os povos, o que será de um grande alcance para a civilização, facilitando as relações commerciaes.

Oxalá que os juriconsultos portuguezes concorram com valioso contingente para esta obra grandiosa.

O livro do sr. Hintze está nitidamente impresso. Justos louvores merece a administração da Imprensa da Universi-

dade, pelos notaveis melhoramentos que tem introduzido neste estabelecimento importante, o qual se pode collocar hoje a par dos melhores de Portugal.

Recebemos e agradecemos a *Selecta da Infancia*, coordenada pelo sr. Antonio Maria Seabra d'Albuquerque, cavalheiro muito illustrado e já conhecido como cultor da Heraldica, Numismatica e Archeologia.

O sr. Seabra d'Albuquerque não investiga unicamente os segredos da Historia, nem se limita só a colligir os thesouros do passado; trabalha tambem na obra do futuro, educando a infancia por meio da sua curiosa *Selecta*, para que chegue o grande dia da redempção social pela sciencia, base sobre que deve assentar o edificio da justiça e da fraternidade social.

O sr. Seabra reparte o seu peculio intellectual por essas intelligencias ainda incultas, que desejam nobilitar-se pelo estudo; porque sabe que sómente o benefico orvalho da instrucção pode robustecer esses tenros arbustos, e fazel-os produzir um dia abundantes e excellentes fructos.

É generoso e philanthropico o sentimento que levou o sr. Seabra a publicar o seu livro, com muita justiça dedicado ao benemerito cidadão Olympio Nicolau Ruy Fernandes, fundador da Associação dos Artistas de Coimbra e iniciador das suas escholas populares.

Como democratras e amigos da instrucção do povo estimamos que a *Selecta da Infancia* tenha grande numero de leitores.

Desejavamos porem que num livro, destinado para a educação da geração nova, se não fallasse tanto de corôas e monarchas, fazenda avariada pelas tempestades revolucionarias, a que vão faltando consumidores, moeda com muita liga, que já com difficuldade corre no mercado, porque está gasta pelo roçar dos seculos. Seria preferivel que se ensinassem ás crianças os direitos do homem e os deveres do cidadão.

Por absoluta falta de espaço retiramos ainda hoje os artigos sobre politica interna e externa, que serão publicados no seguinte numero, em que nos despediremos dos nossos leitores até ao principio do proximo anno lectivo, epocha em que voltaremos á imprensa, para sustentar os principios democraticos com a mesma firmeza de convicções e com o mesmo entusiasmo, com que até hoje os temos defendido.

N. B. Pede-se aos srs. assignantes o favor de enviarem á redacção a importancia de suas assignaturas em estampilhas ou vales do correio, no que muito nos obsequiarão.

Se a qualquer dos nossos assignantes faltarem alguns numeros do *Trabalho*, terão o incommodo de nol-o participar, para lhe serem remettidos immediatamente.

Assigna-se para este jornal:

Coimbra — Livraria Academica de J. Melchiades, rua da Calçada.

Lisboa — Campos Junior, rua Augusta, n.ºs 77 a 81.

Porto — Livraria Internacional de E. Chardron, aos Clerigos.

Preço da assignatura por trimestre

Em Coimbra..... 600 | Fóra de Coimbra.. 700

Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, á *Redacção do Trabalho*, Couraça dos Apostolos, n.º 39.

Responsavel — M. E. GARCIA.

IMPRESA DA UNIVERSIDADE.

